

2 Intraempreendedores em ação!

Renato Dias Regazzi

5 Informações e indicadores a serviço da gestão

Daniele Cristina Dantas

11 Futuro Araras: soluções coletivas para problemas coletivos

Cleo Pires

16 Diretrizes para a casa sede da Associação de Moradores de Vista Alegre, Araras (AMCVA)

Márcia Veiga Lima

18 Pesquisa socioeconômica e ambiental com moradores, comerciantes e empreendedores de Araras

26 O futuro promissor do Largo da Petúnia

Carlos Lessa

30 Análise da Pesquisa de Opinião com Moradores e Usuários do Largo da Petúnia

41 Por uma folia sustentável e economicamente reconhecida:
políticas para o sistema de produção e inovação do Carnaval

Camila Soares e Marcelo Matos

51 O complexo ofício de um diretor de barracão

Fabio França

54 Resenha do livro “Intraempreendedorismo e Inovação”

Carlos Di Giorgio e Antônio Pinot

2 Intraempreendedores em ação!

Renato Dias Regazzi

5 Informações e indicadores a serviço da gestão

Daniele Cristina Dantas

11 Futuro Araras: soluções coletivas para problemas coletivos

Cleo Pires

16 Diretrizes para a casa sede da Associação de Moradores de Vista Alegre, Araras (AMCVA)

Márcia Veiga Lima

18 Pesquisa socioeconômica e ambiental com moradores, comerciantes e empreendedores de Araras

26 O futuro promissor do Largo da Petúnia

Carlos Lessa

30 Análise da Pesquisa de Opinião com Moradores e Usuários do Largo da Petúnia

41 Por uma folia sustentável e economicamente reconhecida:
políticas para o sistema de produção e inovação do Carnaval

Camila Soares e Marcelo Matos

51 O complexo ofício de um diretor de barracão

Fabio França

54 Resenha do livro “Intraempreendedorismo e Inovação”

Carlos Di Giorgio e Antônio Pinot

Intraempreendedores em ação!

Renato Dias Regazzi

“Para ações de fomento ao desenvolvimento regional é necessário enfatizar a importância do progresso técnico e as dificuldades para a sua geração e assimilação nas regiões subdesenvolvidas. Por essa razão, no diagnóstico e nas ações de fomento, está explícita a ideia de criação de centros endógenos de decisão e de desenvolvimento econômico e social”.

Celso Furtado apud Clélio Campolina Diniz, 2009¹

N o cenário de grandes mudanças que a sociedade vem passando nas últimas décadas, as novas tecnologias de comunicação e processamento de dados vêm promovendo a conscientização cada vez maior da população, sobretudo pelo maior acesso à informação por meio da internet e de redes de relacionamento. Pelas fortes mudanças climáticas advindas do aquecimento global, que acabam impactando as economias locais e criando catástrofes ambientais e sociais de efeitos significativos. Pela crescente redução de postos de trabalho advindo das mudanças radicais de modelos de negócios, que se apropriam das novas tecnologias e exigem cada vez mais produtividade. Pela falta de infraestruturas básicas para melhorar a qualidade de vida e pela falta de incentivos à Educação e ao Empreendedorismo, de forma universalizada. Pelo impacto do processo de urbanização com a migração de milhares de pessoas do campo e de outras localidades para as cidades com melhores infraestruturas². Para fazer frente a todos esses desafios, faz-se necessário cada vez mais a participação dos agentes locais no processo de construção de soluções que resolvam os problemas latentes e projetem o futuro, contribuindo para a formulação de políticas locais que podem influenciar políticas nacionais para o desenvolvimento econômico e social de determinados territórios, com baixos indicadores socioeconômicos e ambientais.

Desenvolvimento local pode ser definido aqui como a assistência e o apoio a determinados territórios menos desenvolvidos econômica e socialmente, com o objetivo de promover resultados positivos, percebidos internamente e externamente à localidade. Neste processo, uma das questões fundamentais para o desen-

volvimento de uma localidade é o engajamento dos atores locais na construção de soluções adequadas a problemas existentes e em questões ligadas ao futuro sustentável da comunidade do território a ser trabalhado. O território pode ser uma região, uma cidade, um bairro ou parte deste. O importante é delimitar o universo a ser analisado e buscar informações quantitativas e qualitativas sobre características culturais e tecnológicas, econômicas, sociais e ambientais, incluindo seus problemas e soluções.

As inter-relações dos espaços ou setores em um determinado local, com o seu entorno e com outros territórios, são importantes para o processo de desenvolvimento local, tendo como lógica a existência de um ecossistema econômico e social. É muito importante evitar, então, a visão fragmentada na formulação de propostas de melhoria sem observar o sistema como um todo.

Na proposição de ações e soluções, devem existir pelo menos dois caminhos de igual importância a serem trilhados: a redução de desigualdades regionais e o fomento às potencialidades de determinados grupos locais, no qual seus membros são identificados, não somente pelo espaço ocupado, mas por traços culturais singulares que proporcionam sentimento de pertencimento e empatia. Essas características podem ser potencializadas por meio do uso de informações quantitativas, estatísticas e qualitativas, organizadas através de metodologias científicas adaptadas para as questões específicas da localidade.

As temáticas pertinentes à inclusão social produtiva e à sustentabilidade são fundamentalmente intrínsecas e interdependentes ao processo de desenvolvimento. Neste sentido, conforme relatório elaborado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), Inclusão Produtiva no Brasil (2015), em

“Objetivos Globais para o Desenvolvimento Sustentável”³ foram descritos 17 objetivos estratégicos que servem de parâmetro no processo de construção de projetos de desenvolvimento socioeconômicos e ambientais, visando a inclusão produtiva. Esses objetivos englobam as seguintes questões: erradicação da pobreza, através do incentivo a agricultura familiar e fome zero; melhoria da saúde e bem-estar da população e visitantes; educação de qualidade; igualdade de gênero; água potável e saneamento; energia limpa e acessível; trabalho decente inclusivo e crescimento econômico; indústria, inovação e infraestrutura; redução da desigualdade social, cidades e comunidades sustentáveis; consumo e produção sustentável, através da economia circular e colaborativa; ações contra mudanças climáticas; vida na água; vida terrestre; e paz, justiça e instituições eficazes, com destaque para a importância das parcerias e dos meios de implementação das estratégias objetivadas.

Os objetivos de um programa ou projeto de desenvolvimento necessitam ser planejados e implementados através de ações efetivas e de metodologias adaptadas às necessidades da localidade. E para isso se faz necessário o engajamento dos atores locais: representantes institucionais, comunitários, governamentais, de entidades de fomento, de ONGs, do setor privado e da área científica. Além desses atores locais, de igual importância são os atores externos ao sistema que podem fornecer assessoria especializada, apoio e recursos. O processo de desenvolvimento deve priorizar os atores endógenos ao sistema, mas sem negligenciar os atores exógenos que desejam dar suas contribuições para a construção de um bom projeto, atuando como catalisadores de boas práticas, além do papel de mediadores de interesses locais.

Políticas de desenvolvimento são necessárias quando as condições sociais e de mercado não interagem para criar condições de melhoria da qualidade de vida, por meio da sustentabilidade econômica, social e ambiental da população, de forma natural e espontânea. Então, é possível definir que políticas públicas devem ser implementadas através de instrumentos que influenciam positivamente, diretamente ou indiretamente, para que a sociedade evolua de forma saudável, inclusiva e dinâmica. Essas soluções visam minimizar possíveis assimetrias, falhas de mercado e interesses meramente individuais e oportunistas. Nessa abordagem, é importante identificar fatores sistêmicos, estruturais e locais que influenciam o ambiente social, econômico e o meio ambiente, impactando na qualidade de vida das comunidades locais, seus trabalhadores e empreendedores.

Com vista em propor soluções de curto e médio prazo, sem negligenciar a visão de longo prazo, é preciso identificar os fatores mais próximos das decisões locais que detém controle

parcial ou total sobre o estabelecimento de propostas e ações de melhoria. A comunidade também pode influenciar os agentes de formulação de soluções estruturais, responsáveis pelas questões, como regulamentação, saneamento, educação e saúde, além de determinadas questões ligadas ao ambiente de trabalho e de negócio. Em um segundo momento, apesar das questões sistêmicas estarem aparentemente longe do processo de decisão dos atores locais, a comunidade pode ser mais uma voz, juntamente com outras localidades, a influenciar mudanças sistêmicas necessárias a melhoria da qualidade de vida das populações, do meio ambiente e do ambiente de negócios.

Nos exemplos bem-sucedidos de projetos de desenvolvimento local, é fundamental destacar a existência de perfis de lideranças que fazem a diferença. Esses bons líderes, internos ou externos à localidade, apresentam características típicas do perfil de um empreendedor. Neste caso, identifica-se a participação de indivíduos intraempreendedores. Para Perlard (2010),⁴ intraempreendedores são pessoas que possuem uma capacidade diferenciada de análise de cenários, de criar ideias, inovar e buscar novas oportunidades. São pessoas que empreendem negócios de terceiros. Esses indivíduos, visto sua importância para o sucesso de programas e projetos de fomento, são descritos por alguns pesquisadores, como Paolo Gurisatti⁵, como *tigers* (tigres, em inglês) nos modelos dos distritos industriais italianos das regiões norte e noroeste, estendendo este conceito para os modelos dos arranjos produtivos locais brasileiros (APLs). Gurisatti chega a afirmar que a não existência desses indivíduos impacta negativamente nas iniciativas de políticas de fomento a aglomerados produtivos.

Esta edição da revista Inteligência Empresarial, organizada pelo pesquisador Luiz Carlos Prestes Filho, apresenta uma série de artigos que são bons exemplos sobre as formas e métodos que podem ser utilizados como referência para formuladores e gestores de políticas públicas, pesquisadores e pessoas interessadas em desenvolvimento local.

Em um primeiro momento, é possível destacar o trabalho de Daniela Dantas, que ressalta a importância de se medir os resultados dos programas e projetos de fomento, sublinhando o real impacto destes para o público-alvo, foco da política pública a ser implementada. Daniela chama a atenção para a importância do diagnóstico inicial, abordando aspectos quantitativos e qualitativos, considerando informações locais, municipais, colocando como “pano de fundo” a importância dos indicadores culturais. Destaca ainda o método de estabelecimento de indicadores, propondo em seu artigo uma abordagem simples e prática sobre a aplicabilidade dos indicadores como instrumento de gestão de programas e projetos de desenvolvimento.

O mesmo poderia ser aplicado para a organização de dados estaduais e federais de uma localidade específica.

Os artigos tratam a cultura e a sustentabilidade como importantes temas a serem observados e utilizados nos projetos de desenvolvimento local. No caso do artigo de Cleo Pires, atriz e militante da casa ambiental, esses temas ficaram muito evidenciados, principalmente em relação à sustentabilidade socioambiental. Cleo descreve um projeto de desenvolvimento para a localidade de Araras, em Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro. Sua atuação nesta iniciativa se dá como uma intraempreendedora, utilizando-se da sua energia, motivação e capacidade de mobilização para transformar a realidade das comunidades em situação de risco da localidade. Seu foco é a melhoria da qualidade de vida da comunidade de Vista Alegre preservando o meio ambiente. Para isso, fez parcerias com especialistas de renome no assunto.

Em outro artigo, o professor Carlos Lessa descreve a sua proposta de revitalização do Largo da Petúnia, onde também atua como um intraempreendedor, incentivando o diálogo entre moradores, empresários locais e poder público, colaborando para a construção de soluções coletivas propostas pelos atores locais, que também podem ser apoiadas por atores externos. Lessa destaca a importância do resgate da história e da cultura da localidade como importante vetor de desenvolvimento, visando à revitalização deste singular espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro.

O que é possível observar nos artigos da revista é que história e cultura local são uma grande fonte de promoção da inovação que podem transformar positivamente a realidade dos territórios e de suas comunidades. O processo de inovação é uma das garantias de sucesso de qualquer empreendimento e uma das formas de se obter a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Ambos os projetos, de Araras e do Largo da Petúnia, são de cunho territorial, apesar de conceitualmente não serem enquadrados como arranjos produtivos locais⁶ (APLs) –, podem utilizar as ferramentas e instrumentos de dinamização, como estruturação de governança, planejamento e gestão, fomento a capacidade empreendedora, *marketing* e identidade local de produtos e serviços, incentivo às inter-relações empresariais, incentivo à inovação e ao empreendedorismo, economia circular e colaborativa e crédito de proximidade.

A mestrandia em Engenharia de Produção Camila Soares, presidente da Escola de Samba Mirim Pimpolhos da Grande Rio, e o economista Marcelo Matos abordam em seu artigo a relevância da cultura como fonte de inovação, destacando a cadeia produtiva da economia do carnaval como importante ativo econômico e expressão da genialidade e da identidade dos brasileiros. Descrevem a grande participação de brasileiros e

estrangeiros, a geração de postos de trabalho e o faturamento proporcionado pelo carnaval, associando sempre economia com cultura, inovação, gestão e desenvolvimento. Também sobre o carnaval, o administrador Fabio França, participante do processo de operação do carnaval ressalta a necessidade de profissionalização e gestão do trabalho do diretor de barracão, visando melhores resultados para os eventos carnavalescos.

Esta edição da revista *Inteligência Empresarial* poderá fornecer para seus leitores alguns caminhos para a elaboração de projetos e estudos com foco no desenvolvimento local, através da valorização da cultura como importante alicerce para o desenvolvimento e geradora de inovações, contribuindo para a criação de novos postos de trabalho e empreendimentos.

Parabéns a Luiz Carlos Prestes Filho, Carlos Lessa, Cleo Pires, Daniela Dantas, Camila Soares e Fabio França pelas contribuições. O compartilhamento de seus conhecimentos e experiências inspira o desenvolvimento de conteúdo e projetos que podem ser feitos por brasileiros para brasileiros, de forma altruísta e generosa, visando uma sociedade mais justa, dinâmica, inclusiva e sustentável.

NOTAS

1. Celso Furtado e Desenvolvimento Regional: <http://www.scielo.br/pdf/neco/v19n2/a01v19n2.pdf>, *Nova Economia*, Belo Horizonte, maio-agosto de 2009 - Clélio Campolina Diniz, professor do Cedeplar/UFMG.
2. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bid) projeta que em 2036 serão migradas 118 milhões de pessoas para as cidades na América Latina e Caribe: <http://www.iadb.org/pt/banco-interamericano-de-desenvolvimento,2837.html>
3. Inclusão Produtiva no Brasil(2015)- PINUD http://www.pnud.org.br/arquivos/Relatorio%20Mercados%20Inclusivos%20no%20Brasil_PNUD_web.pdf.
4. *Intraempreendedorismo e Inovação: uma Abordagem Especial*. Regazzi, Bon-torim e Kirszenblatt (2015) – www.rioportunidadesnegocios.com.br
5. André Urani, “Empresários e empregos nos novos territórios produtivos”, SEBRAE, 2012.
6. Arranjos Produtivos Locais, Clusters: Porter (1989) define como um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas, vinculadas por elementos comuns e complementares. *Apud* REGAZZI, Renato Dias. *Estudo para o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas de rochas ornamentais de Santo Antônio de Pádua (RJ): diretrizes para a dinamização do arranjo produtivo local*. Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ, 2004.

Renato Dias Regazzi

Especialista em Desenvolvimento Regional e gerente da Área de Grandes Empreendimentos do Sebrae/RJ, além de Conselheiro Administrativo da Agência Desenvolve do Estado de Alagoas.

Mestre em Gestão Tecnológica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ), pós-graduado em Engenharia de Produção, com ênfase em Qualidade/Produtividade, pelo Instituto Nacional de Tecnologia (INT/UFRJ), é graduado em Engenharia Mecânica pela UFRJ.

Informações e indicadores a serviço da gestão

Daniele Cristina Dantas

Construído a partir de técnicas estatísticas, um novo sistema de indicadores contribui para a geração de análises mais específicas na área cultural. Esta metodologia pode ser aplicada em outras áreas, favorecendo diagnósticos em diferentes escalas.

As instituições culturais do Brasil são tão antigas quanto a história do país, mas foi só no final do século XX que se percebeu a necessidade de adoção de práticas de gestão fundamentadas no uso de informações na área da cultura. Assim, no início da primeira década do século XXI, foram efetuadas ações que confirmam esta constatação, como o acordo de cooperação técnica entre o Ministério da Cultura e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) assinado em 2004. No entanto, a institucionalização do uso de informações fundamentando as práticas de gestão cultural é respaldada somente com a sanção da lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Esta lei instituiu o Plano Nacional de Cultura (PNC) e criou o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) como instrumento de apoio aos processos de monitoramento e avaliação periódica das metas do PNC, por meio de indicadores locais, regionais e nacionais.

O processo de inserção e atualização das informações no SNIIC segue os princípios do pacto federativo brasileiro, no qual os entes federativos (municípios e estados) que aderirem ao Plano, assim como a União, comprometem-se a inserir e atualizar, de forma permanente, dados sobre o cotidiano de sua gestão. Sem dúvida, o desenvolvimento da tecnologia de comunicação e informação contribuiu para a eficiência das tomadas de decisão voltadas para as políticas públicas. Isso porque a sistematização de dados e a disseminação de informações foram facilitadas.

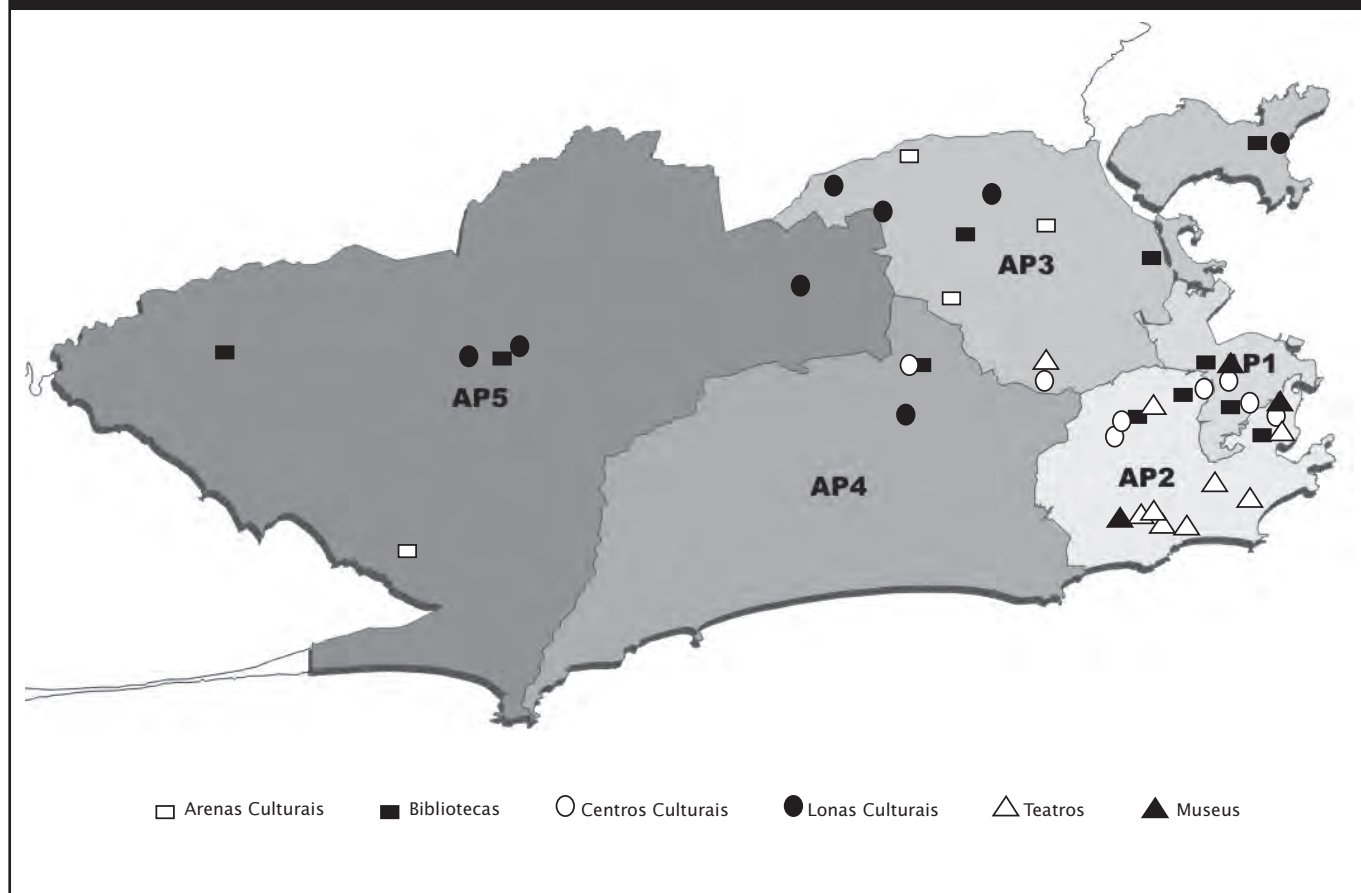
Na gestão cultural, a adesão efetiva ao uso de indicadores e informações quantitativas ficou limitada porque os dados existentes não estão organizados nem são facilmente acessíveis. Esses dados normalmente aparecem multiplicados e, por vezes, desconectados em diferentes conjuntos de informação, sem padrão ou critérios claros de nomenclatura, distri-

buição e referências, e ainda estão armazenados em formatos não apropriados ao processamento quantitativo.

Este cenário deve mobilizar esforços na busca por informações mais estruturadas, considerando que uma gestão pública de cultura tende a ser mais eficiente quando pautada também em indicadores e parâmetros mais objetivos, que ajudem a balizar a tomada de decisão. Reitera-se a demanda por sistematização de dados e informações em diferentes níveis e escalas para a construção de instrumentos de medição relacionados à gestão cultural, como em outras áreas no Brasil.

Considerando essa realidade, propôs-se um método para construção de um indicador sintético para a análise da oferta cultural em equipamentos sob a gestão da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (SMC-RJ). O indicador proposto é composto por informações referentes à capacidade e ao número de atividades realizadas nos diferentes equipamentos

Infraestrutura cultural sob a gestão da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 2013



culturais da cidade, representando o entendimento de oferta da cultura a partir da relação entre a capacidade física de recebimento do público e as atividades realizadas nos espaços culturais em análise.

EM BUSCA DO DETALHAMENTO

De forma complementar, foi proposto um sistema de indicadores com maior detalhamento das informações sobre os aspectos da gestão analisados. Para o processamento, foram utilizados dados de registros administrativos da Secretaria Municipal de Cultura do município do Rio de Janeiro, compreendidos entre os meses de janeiro e dezembro de 2013.

O Indicador de Oferta Cultural (IOC) representa a oferta cultural nas diferen-

tes regiões da cidade. Por meio dele, identifica-se a distribuição dos equipamentos culturais na cidade e a representação do volume da oferta cultural e suas variações em duas escalas geográficas, a saber: Áreas de Planejamento (APs) e Regiões Administrativas (RAs). Esta técnica – um avanço na gestão de informação na área cultural – pode ser aplicada em outras áreas governamentais, como as voltadas para o meio ambiente.

Reconhecendo a importância da ampliação do detalhamento da caracterização dos objetos e das possibilidades de análise deles, propôs-se também um sistema de indicadores gerados a partir do conjunto de dados original. Tem-se, então, uma perspectiva de ano de 2013. Os indicadores foram construídos a partir

da aplicação de técnicas estatísticas, e a análise empregou também técnicas de geoprocessamento, para a melhor compreensão da distribuição dos resultados da aplicação do indicador no território estudado. Utilizou-se, para a organização dos dados, o processamento e a apresentação das informações, o Excel, do pacote Microsoft Office, e o ambiente de geoprocessamento ArcGIS v.10.

DIFERENTES ESCALAS

No contexto incipiente de produção de dados na gestão cultural no país hoje, o uso de dados de registro administrativo apresenta significativas vantagens por, em geral, apresentar baixo custo, cobertura ampla e completa do objeto no período, boas chances de apresentar

dados e metadados mais detalhados. Essas características favorecem análises em diferentes escalas.

A construção de um indicador sintético contribui para a quantificação e qualificação de aspectos sobre a dinâmica cultural e favorece análises sobre a demanda por atendimento de regiões específicas, assim como da ocupação de alguns perfis de equipamentos culturais nos territórios estudados. No entanto, o sistema de indicadores mostra que é importante a existência de referenciais analíticos quantitativos mais amplos para auxiliar em análises mais complexas de aspectos sugeridos, mas não elucidados por indicadores sintéticos. Portanto, utilizar indicadores sintéticos associados a um sistema de indicadores permitirá que alguns aspectos sejam analisados mais detalhadamente. Isto favorece a identificação de variações presentes nos contextos analisados que poderiam

estar implícitas ou não evidenciadas no resultado do indicador sintético.

Assim, a aplicação dos dados auxiliou na compreensão de aspectos da oferta cultural para o recorte específico, como os equipamentos culturais sob a gestão da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (SMC-RJ). A metodologia proposta mostrou-se útil e de fácil aplicação, podendo ser replicada em contextos mais amplos ou em recortes institucionais específicos, além de ser aplicável a outras áreas. A partir de dados sobre atividade, capacidade e público dos equipamentos culturais da SMC-RJ foram construídos indicadores específicos, para os quais foram aplicadas as formulações matemáticas e estatísticas que configuram cada um em função do tipo de informação, fundamentado por um conceito que o delimita.

De acordo com dados do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP-RJ), autarquia pública da cidade, em

2008, registrava-se 661 equipamentos culturais sob a gestão municipal (por fundações públicas e outras secretarias), estadual e federal, além de equipamentos privados, entre museus, bibliotecas, teatros, salas de cinema, galerias, espaços e centros culturais, escolas e sociedades musicais. Os equipamentos sob a gestão municipal estão distribuídos em secretarias municipais ou órgãos da gestão pública na cultura, ciência e tecnologia, educação e turismo, por exemplo. A diferença no tipo de gestão (municipal, federal ou estadual; em nível de secretaria ou fundação; pública, privada ou comunitária) implica no perfil de gerência da cultura para a sociedade; assim como pode auxiliar a compreender a dinâmica de oferta e usos culturais nas diferentes regiões da cidade. Este cenário fundamentou o avanço dos debates sobre o desequilíbrio na distribuição da oferta de infraestrutura de serviços culturais e

Tabela 1: Equipamentos Culturais municipais, estaduais, federais e privados na cidade do Rio de Janeiro segundo Áreas de Planejamento (APs) e Regiões Administrativas (RAs), 2008

Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas	Museus	Bibliotecas Populares e Especializadas	Escolas e Sociedades Musicais	Galerias de Arte	Teatros e Salas de Espetáculo	Espaços e Centros Culturais	Cinemas	Totais por AP e RA
Área de Planejamento 1								
I Portuária	1	1	0	1	0	1	0	4
II Centro	37	25	12	13	32	25	7	151
III Rio Comprido	2	2	1	1	2	2	0	10
VII São Cristóvão	6	2	0	0	0	4	0	12
XXI Paqueta	0	1	0	0	0	0	0	1
XXIII Santa Teresa	4	1	0	5	2	3	0	15
Subtotal AP1	50	32	13	20	36	35	7	193
Área de Planejamento 2								
IV Botafogo	4	15	6	13	22	13	22	95
V Copacabana	1	2	4	23	14	3	4	51
VI Lagoa	8	4	7	32	20	12	14	97
VIII Tijuca	5	2	1	2	10	2	3	25
IX Vila Isabel	2	3	0	0	3	0	7	15
XXVII Rocinha	0	1	1	0	0	0	0	2
Subtotal AP2	20	27	19	70	69	30	50	285
Área de Planejamento 3								
X Ramos	2	3	0	0	0	1	0	6
XI Penha	0	1	0	0	0	0	5	6
XII Inhaúma	0	0	0	0	1	0	9	10

Tabela 2: Equipamentos Culturais sob a gestão da Secretaria Municipal de Cultura, por Áreas de Planejamento (APs) e Regiões Administrativas (RAs), Rio de Janeiro, 2013

Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas	Arena Cultural	Biblioteca	Centro Cultural	Lona Cultural	Museu	Teatro	Total por AP e RA
Área de Planejamento 1							
I Portuária	0	1	1	0	0	0	2
II Centro	0	0	1	0	1	2	4
III Rio Comprido	0	1	1	0	1	0	3
VII São Cristóvão	0	0	0	0	0	0	0
XXI Paqueta	0	0	0	0	0	0	0
XXIII Santa Teresa	0	1	2	0	0	0	3
Subtotais AP1	0	3	5	0	2	2	12
Área de Planejamento 2							
IV Botafogo	0	1	1	0	1	2	5
V Copacabana	0	0	0	0	0	1	1
VI Lagoa	0	0	0	0	1	4	5
VIII Tijuca	0	1	2	0	0	2	5
IX Vila Isabel	0	0	0	0	0	0	0
XXVII Rocinha	0	0	0	0	0	0	0
Subtotais AP2	0	2	3	0	2	9	16
Área de Planejamento 3							
X Ramos	0	0	0	0	0	0	0
XI Penha	1	0	0	0	0	0	1
XII Inhaúma	0	0	0	0	0	0	0
XIII Méier	0	0	1	0	0	1	2
XIV Irajá	0	2	0	1	0	0	3
XV Madureira	1	0	0	0	0	0	1
XX Ilha do Governador	0	1	0	1	0	0	2

demandas por ações em busca do equilíbrio entre bairros e regiões da cidade, a partir dos anos 1990.

Verificou-se também que ter dados de períodos anteriores favoreceria a análise do cenário, por oferecer condições de análise em perspectiva temporal na observação dos objetos e do espaço geográfico analisados, permitindo análises de cenários anteriores ou projeções de cenários futuros.

Neste processo, o gestor precisa conhecer bem o potencial dos indicadores utilizados para que compreenda que os resultados respondem a algumas questões, mas podem suscitar outras que poderão ser respondidas com a análise de aspectos do cotidiano da gestão sobre seus processos e rotinas. O acompanha-

mento dos registros tende a aproximar o gestor de respostas mais acuradas sobre seus processos, além de ter melhores resultados para as tomadas de decisão, como a identificação de mudanças de tendências. Os indicadores se apresentam como provocadores, já que podem suscitar reflexões que não estavam evidentes no cotidiano do gestor ou não figuravam como um aspecto a analisar inicialmente. Surgem questões a serem observadas para as quais se devem buscar respostas com chances de melhorar a gestão.

Constatou-se que não é viável adotar um resultado isoladamente qualificando-o como ruim ou bom, uma vez que diferentes aspectos das realizações da gestão precisam ser considerados nas análises em conjunto com outras informações,

como o perfil do Equipamento Cultural e sua linha de ação, orçamento, número de profissionais envolvidos, entre tantos outros que compõem a realidade da gestão cultural de qualquer lugar.

A representação de um aspecto traduzida através de indicadores sintéticos indica que aquele aspecto da realidade estudada apresenta aquele resultado, mas não oferece elementos suficientes para uma conclusão sem que outros resultados, referentes a aspectos específicos possam representar um contexto local ou mais amplo.

Isto confirma a importância de se reconhecer que o resultado de um indicador sinaliza possibilidades de leitura sobre uma situação para a qual ele foi construído. Contudo, as respostas necessitarão de

aprofundamento e esclarecimentos, que serão alcançados com a análise qualitativa da gestão em seus diversos aspectos. Em algumas circunstâncias, resultados de indicadores utilizados isoladamente suscitam questões não evidenciadas no cotidiano sem oferecer respostas diretas. Porém, quando as análises se fundamentam em um sistema de informações sobre o cotidiano da gestão, o processo para a identificação de respostas passa a ter parâmetros mais objetivos.

Neste contexto, a consolidação de conjuntos de dados do cotidiano da gestão por períodos mais longos, construindo séries de dados longitudinais, oferecerá recursos ao gestor para o monitoramento dos resultados e ajuste de suas ações em perspectiva temporal mais ampla, para a verificação dos resultados alcançados, assim como base para o planejamento em novos períodos. Para isso, o uso de dados do registro administrativo oferece insumos que favorecem as avaliações do gestor, em função de seu grau de detalhamento.

PADRÕES E PROTOCOLOS

É importante reconhecer que a descon-tinuidade, ausência de padronização e conceituação para a coleta e estruturação dos dados, assim como de sistemas organizados dificulta o fortalecimento de práticas exitosas. Isto reitera a necessidade de construção de bases de dados padronizadas, disponíveis e acessíveis. Ter ações bem estruturadas com a adesão a processos e protocolos simples de organização de dados, critérios de classificação e conceituação claros é fundamental para que se consiga avançar com aplicações tecnológicas para captura, organização e processamento destes dados. Isso porque a organização de um conjunto de dados consolidado e organizado sob uma mesma lógica,

respeitando o mesmo padrão é essencial para sua adoção como instrumento de apoio à gestão.

No uso da informação como recurso estratégico nos processos de gestão, trabalhar com dados de registro administrativo é uma questão central a avaliar, uma vez que esses registros oferecem um conjunto de dados e metadados sobre a gestão que ajudam na análise mais próxima e detalhada do cotidiano. Trata-se de um tipo de informação com custo de produção mais baixo em relação à realização de pesquisas, com

*Se não se tem a
disponibilidade das
informações estruturadas
em uma base de dados ou
de forma que possam ser
captadas por softwares de
processamento, o recurso
existente é desperdiçado*

cobertura mais completa do objeto no período em análise, chances de dados e metadados que permitam análises em diferentes escalas, além de sua coleta e organização poderem integrar as rotinas da instituição.

A otimização do custo de coleta e organização de qualquer tipo de informação precisa ser relativizada em função de seu uso. Isso porque organizar informações e mantê-las arquivadas ou processá-las e extrair resultados analíticos apenas para a apresentação

em relatórios sem utilizá-las em prol da gestão contradiz os princípios de produção de dados com baixo custo. A relação melhora com a disponibilidade da informação para acesso de todos, mas, especialmente, com seu uso no dia a dia da gestão convertendo-a em recurso para a busca de melhoria de resultados. Se não se tem a disponibilidade das informações estruturadas em uma base de dados ou de forma que possam ser captadas por softwares de processamento, o recurso existente é desperdiçado.

Cuidados iniciais ajudam a evitar ações equivocadas no processamento dos dados e na leitura de resultados extraídos a partir deles, que podem levar a conclusões indevidas ou distorcidas, a partir de informações que não estejam em conformidade com os padrões devidos. Com isso, evita-se fazer inferências a partir de conjuntos de informação ainda não consolidados, mas que se apresentam como de uso possível, uma vez que não se tenha outros conjuntos para que se constituam parâmetros para validação.

Neste sentido, a construção dos indicadores e do sistema de indicadores contribuiu para que se confirmasse a possibilidade de aplicação para diferentes unidades espaciais com o enriquecimento das análises quando os dados foram aplicados em unidades espaciais mais desagregadas. Quanto mais desagregada a unidade de análise, maior foi o grau de detalhamento que o indicador apresentou nos resultados.

Observando os resultados em função dos níveis de agregação que ele representa, foi possível verificar que alguns resultados favoreciam análises em perspectiva com outros e ponderações acerca dos resultados isolados, ampliando as possibilidades de análises e conclusões sobre o objeto de estudo, dadas as análises

cruzadas entre os indicadores do sistema. Isso alerta para o cuidado que se deve ter na análise de informações quando são observadas múltiplas escalas geográficas e quando analisadas em um sistema que permite a observação mais complexa dos resultados e entendimento dos resultados isolados e em perspectiva.

O método proposto apresenta-se como um instrumento aplicável em diferentes contextos de gestão – municipal, estadual ou federal – com baixo custo e possibilidades de ampliação de suas análises, ao considerar o uso conjugado de uma gama ampla e diversa de informações. Tem como vantagem, auxiliar o gestor cultural a compreender que é possível extrair informações dos dados que se tenha organizados e estruturados de acordo com um mesmo padrão e com metodologias claras. Vale destacar que é importante considerar a leitura do indicador como subsídio à compreensão de um objeto ou realidade, para apoio a processos de gestão, não como resposta definitiva sobre algum aspecto da gestão. A experiência ajudou a compreender que o indicador traduz uma resposta para uma questão em um recorte no tempo, pois com informações e seu processamento em momentos diferentes, será possível verificar se os resultados apresentarão variações, confirmando ou refutando hipóteses e buscando ter as melhores análises dos resultados para a otimização dos recursos e o amadurecimento da gestão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAVALCANTI, M. Conhecimento e Desigualdade. *Rio de Janeiro: Trabalho e Sociedade*, ano 2, número especial, dez. 2002. 7 p. Disponível em: www.iets.inf.br/biblioteca/Conhecimento_e_desigualdade.pdf. Acesso em: 18 jun. 2014.
- CAVALCANTI, M.; GOMES, E. A nova riqueza das organizações: os capitais do conhecimento. *Revista TN Petróleo*, v. 3, n. 16, p. 1-10, 2000. Disponível em: <http://portal.crie.coppe.ufrj.br/portal/data/documents/storedDocuments/{93787CAE-E94C-45C7-992B-9403F6F40836}/{4348A601-CD08-4972-B822-D00D470C0D4C}/A Nova Riqueza das Organizações.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2014.
- CAVALCANTI, M.; GOMES, E. Inteligência Empresarial: um novo modelo de gestão para a nova economia. *Produção*, v. 10, n. 2, p. 53-64, maio 2001. Disponível em: www.prod.org.br/files/v10n2/v10n2a05.pdf. Acesso em: 18 jun. 2014.
- FACCIOLLI, A. A nova geração de usuários. *Information Management*. Gestão de informações, documentos e colaboração corporativa, ano 8, n. 41, p. 28, abr. 2014.
- GATTONI, R. L. C. A atuação do gerente de projetos na era do conhecimento. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GESTÃO DO CONHECIMENTO/GESTÃO DE DOCUMENTOS, 4, 2001. Paraná: Pontifícia Universidade Católica, 2001. Disponível em: <http://portal.crie.coppe.ufrj.br/portal/data/documents/storedDocuments/{B93787CAE-E94C-45C7-992B-9403F6F40836}/{BD54B32A7-BE2C-472A-84F3-E8E5B6AEF693}/atuação do gerente de projetos.doc>. Acesso em: 18 jun. 2014.
- JANNUZZI, P. M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 51-72, jan.-fev. 2002. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/download/6427/5011>. Acesso em: 29 abr. 2014.
- JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 58, n. 2, p. 137-160, abr.-jun. 2005.
- JANNUZZI, P. M. *Indicadores Sociais na avaliação e formulação de políticas*. Rio de Janeiro, 2004a. 9 p. (mimeo).
- JANNUZZI, P. M. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. 3. ed. Campinas: Alínea, 2004b.
- SARAVIA, E. J. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, E. J.; FERRAREZI, E. *Políticas públicas: coletânea*. Brasília: ENAP, 2006. p. 21-42.
- SCHWARTZMAN, S. Legitimidade, controvérsias e traduções em Estatísticas Públicas. *Teoria & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 2, p. 9-38, dez. 1997. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/estpub.htm>. Acesso em: 26 jun. 2013.
- TAMANE, W. A evolução dos sistemas. *Information Management*. Gestão de informações, documentos e colaboração corporativa, ano 8, n. 41, p. 34, abr. 2014.
- WALLGREN, A.; WALLGREN, B. *Estadísticas basadas en registros: aprovechamiento estadístico de datos administrativos*. México: INEGI, 2012.

Daniele Cristina Dantas

Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE).

Futuro Araras: soluções coletivas para problemas coletivos

Cleo Pires

Araras é um vale encravado na Serra dos Órgãos, no estado do Rio de Janeiro. Trata-se da localidade de Araras distrito de Cascatinha, em Petrópolis. Cercada pela Mata Atlântica, sua paisagem ainda conta com um rio que corta toda a região, o Mata Cavalo. No entanto, desde pequena vejo a poluição nos seus rios e ruas. Infelizmente, não temos o costume de proteger nossos recursos naturais, mas tenho certeza de que é possível cuidar deste recanto da Mata Atlântica para o bem das gerações futuras, para que este patrimônio não acabe.

A ocupação desordenada e a circulação excessiva de pessoas na região geraram forte pressão sobre a infraestrutura local e sobre o ambiente natural. Seria difícil levantar informações absolutas sobre as quatro¹ aglomerações populares da região – Vista Alegre, Cruzeiro, Poço dos Peixes e Santa Luzia – que provocam o risco de deslizamentos nas áreas de encosta. Essas áreas sofrem com grande volume de descarte de resíduos de forma imprópria e sem a devida infraestrutura de coleta deste descarte. Há também a degradação dos cursos de água, por conta da presença de esgoto sem tratamento e construções irregulares sobre nascentes, afluentes e do leito do rio Mata Cavalo.

Araras é uma localidade do distrito de Cascatinha, de Petrópolis, a Cidade Imperial da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro. Destino de muitos veranistas, que possuem casas na região, é também o lugar de cerca de 8 mil moradores. Encravada na Mata Atlântica, a região vem sofrendo as consequências de um desenvolvimento humano descolado do meio ambiente. Para começar a jogar uma luz na melhoria da qualidade de vida na região, foi pensado o projeto Futuro Araras. O ponto de partida está na comunidade de Vista Alegre.

Essa exploração irresponsável prejudica, principalmente, a água da região e é visível para moradores e veranistas. Afinal, é possível transformar nossas casas numa prisão de luxo, mas quando vamos à rua, notamos o quanto estamos isolados da realidade. O problema está no que é coletivo e, por isso mesmo, acredito que a solução deva ser coletiva. Esse quadro de fatores negativos me motivou a desenvolver, com a comunidade, o projeto Futuro Araras, a fim de contribuir para a solução dos problemas mais críticos da localidade, ou seja, para uma correção de rumo que permita o desmonte de futuros desastres e tragédias – sociais, econômicas, culturais e ambientais.

DIAGNÓSTICO REAL

Com o objetivo de obter indicadores e identificar as principais necessidades

do bairro, apoiei a realização da “Pesquisa Socioeconômica e Ambiental com Comerciantes, Empreendedores e Moradores de Araras”. Este trabalho reuniu informações que possibilitaram a elaboração de um diagnóstico real sobre os impactos sofridos. Isso só foi possível a partir do treinamento de uma equipe de pesquisadores que visitaram estabelecimentos e moradias da região. As entrevistas aconteceram de forma pessoal e individual em outubro de 2013. Os 79 empreendimentos visitados (31 em Vista Alegre) empregam um total de 230 trabalhadores e estimamos que 11% da mão de obra utilizada nos estabelecimentos de Araras morem na localidade de Vista Alegre. Já os moradores, 394 concordaram em conversar ou receber entrevistadores e responderam aos questionamentos (344 de Vista Alegre).

As entrevistas se detiveram em obter dados sobre o fornecimento de serviços básicos, a saúde de trabalhadores e moradores, apoios e patrocínios (no caso dos estabelecimentos comerciais), áreas de risco, condições das residências, programas sociais e de trabalho, escolaridade e expectativas com relação a novos programas. As informações levantadas permitem aos gestores públicos e empresariais desenvolver uma análise apurada da situação.

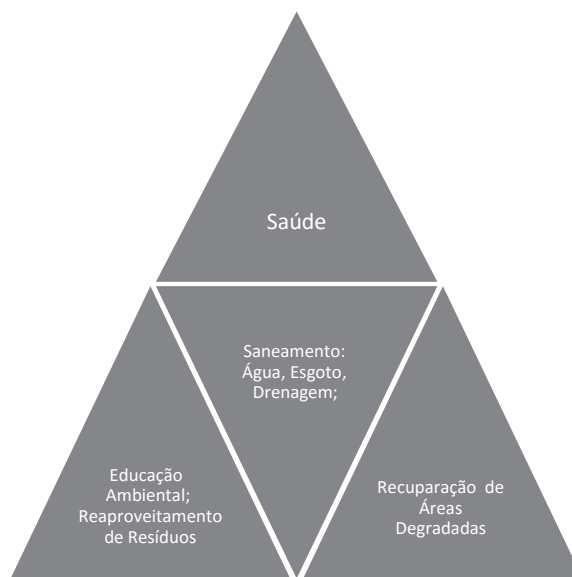
As quatro aglomerações populares de Araras tiveram seus principais problemas identificados pelo estudo, mas foi feito um recorte especial de Vista Alegre. Nesta localidade, o modelo social e econômico em expansão está destruindo e degradando o meio ambiente local e gerando um alto custo social que será cobrado da coletividade em um futuro próximo. Alguns dados levantados chamam a atenção pela precariedade em pleno século XXI: os quatro serviços públicos mais básicos para o estabelecimento de qualquer comunidade – luz, água, esgoto e coleta de lixo – não são feitos de forma homogênea e, em alguns casos, de forma muito precária. Como implantar uma ação de educação ambiental se não há uma coleta de lixo eficiente?

Ao confrontar o estudo com os Indicadores Municipais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)² de 2011, chegou-se à conclusão de que o trabalho a ser realizado para modificar a realidade da localidade deverá ser feito a longo prazo. Será preciso implementar um programa de gerenciamento integrado dos resíduos e sistemas condominiais e residenciais de esgotos sanitários com tecnologia adequada. Também é necessário recuperar a mata ciliar do rio Mata Cavalo e de seus afluentes, e as áreas degradadas, em especial as encostas

Mapa da localidade de Araras



Ações para o alcance de resultados em saúde



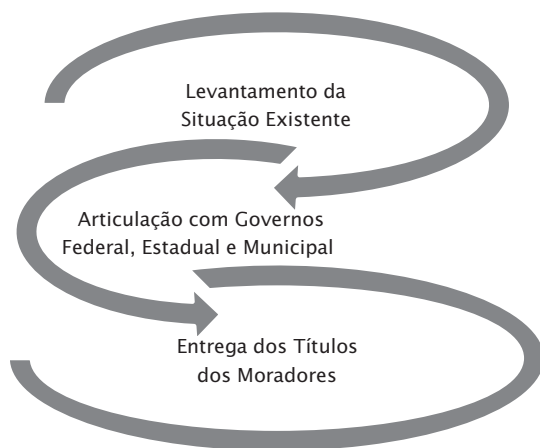
mais íngremes, assim como realizar a regularização fundiária.

Como o foco das ações está na exploração sustentável e na preservação do meio ambiente, é imprescindível identificar oportunidades empresariais e empreendedoras que permitam o desenvolvimento econômico, cultural e social de Araras. Dessa forma, o projeto

pode estancar o comportamento predatório ao meio ambiente, apresentar alternativas para soluções sociais até então não vislumbradas e, consequentemente, melhorar a qualidade de vida tanto da comunidade em questão, excluída dos centros de decisão, como de Araras como um todo.

Ações para a regularização fundiária

Participam na execução desta prioridade os membros do Comitê de Políticas Públicas



Prioridade saúde



“Queremos agradecer a nossa grande parceria, à atriz Cléo Pires, pelo grande apoio que tem nos dado. Sabemos o quanto é importante para nós, já conseguimos a reforma e a ampliação da creche, reforma do centro comunitário e estamos com obras da “Águas do Imperador” para abastecimento de água. Muito obrigado, fique sempre conosco. Você foi a nossa porta de entrada.”

Beijos no coração,

Terezinha Cardoso Pereira, Jusinete Rodrigues, Lourival dos Santos, Vera Lucia Pereira Cardoso, Thais Cardoso Machado, Isadora Cardoso Rodrigues, Rosangela Rocha, Marilda A. dos Santos, Roberto Carlos G. de Souza, Paola Cardoso de Carvalho, Eliane Aparecida de Cardoso, Osvaldo Cardoso dos Santos, Flávia Cardoso, Manoel (da padaria), Irani Babo Silva

de ideias sustentáveis que solucionem conflitos previsíveis; articulação com as três esferas de poder; controle da qualidade da água; e geração de indicadores que possibilitem o monitoramento e a avaliação das ações.

Da minha parte, gostaria que o ser humano fosse atendido em suas necessidades básicas. Tem que ter trabalho, educação, transporte, casa, água e energia de qualidade, entretanto, isso não pode vir da destruição e sim da criação, do uso de meios de coexistência que a inteligência humana pode desenvolver.

DIÁLOGOS, PROBLEMAS E PRIORIDADES

Uma vez realizado o estudo, o projeto partiu para mais uma etapa que reforça o caráter coletivo da iniciativa. A equipe realizou o seminário “Vista Alegre pensando o futuro de Araras” com a comu-

Vista Alegre é a primeira aglomeração popular à margem do rio Mata Cavallo. O diálogo com seus moradores e, especialmente, com as lideranças da comunidade, traz informações estratégicas para o desenvolvimento de projetos no campo da infraestrutura, da educação, da saúde, do transporte e da cultura. Trata-se de um grande incentivo à criação de um Plano de Ações que permita implantar o esgotamento sanitário e o manejo da água – um patrimônio da região serrana fluminense.

PASSO A PASSO DO DESENVOLVIMENTO

O sucesso das ações básicas do projeto depende de uma série de fatores: sensibilização de lideranças locais, como líderes religiosos, presidentes de associações de moradores e proeminências locais; alinhamento das propostas com o Plano Diretor da cidade de Petrópolis e demais planos e legislações municipais complementares; alinhamento das propostas com políticas nacional e estadual de resíduos sólidos e com a Política Nacional de Saneamento Básico; busca

nidade, para dar voz aos que nasceram e cresceram na localidade de Vista Alegre. Afinal, sem a experiência, o olhar e o tato de quem vive hoje neste chão, como construir algo transformador? No seminário, a comunidade pôde indicar pontos positivos e negativos e relatar como se vê na natureza. Dessa forma, o projeto pode seguir focado nas prioridades locais e, de fato, agir de acordo com a realidade.

O seminário criou um ambiente para que os moradores de Vista Alegre pudessem atuar em equipe. A proposta prática consistiu em analisar a pesquisa apresentada a partir das vivências e das experiências individuais e coletivas. Essa metodologia permitiu que os participantes alinhasssem suas opiniões, definissem quais necessidades locais são urgentes e quais não são urgentes, inclusive, estruturassem a base do conteúdo do futuro Plano de Ação. O consenso foi buscado por meio de reflexão individual, reflexão coletiva, mapeamento dos gargalos e das oportunidades locais, troca de informações e seleção de propostas, montagem de painel sobre a realidade de Vista Alegre e definição de prioridades para criação do Plano de Ação.

Quatro grupos de trabalho (GTs) formaram o encontro. Os participantes do seminário focaram nos temas: infraestrutura local, empreendedorismo e associativismo, gestão ambiental, saúde, educação, transportes e moradia. Como resultados, o seminário propiciou a identificação dos principais problemas coletivos, a criação de comitês e a definição das prioridades do projeto.

Entre os principais problemas estão o fato de a localidade ser uma área de risco, não protegendo nem conservando o meio ambiente, a falta de um espaço comunitário para a realização de reuniões, eventos e cursos, e a precariedade do transporte público e da saúde. Também

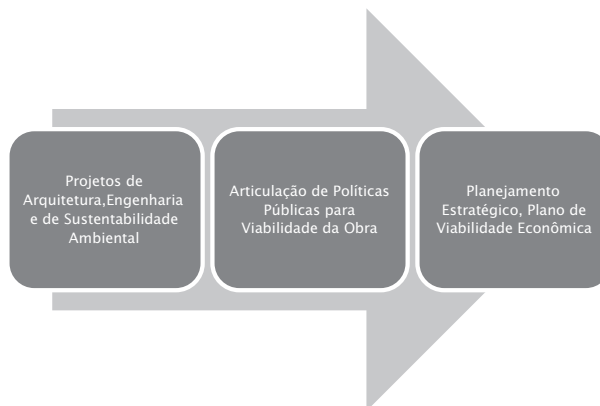
Ações para a melhoria da creche

Participam na execução desta prioridade os membros do Comitê de Infraestrutura e do Comitê de Políticas Públicas



Ações para a melhoria do espaço comunitário

Participam na execução desta prioridade os membros do Comitê de Cultura, Esporte e Lazer e do Comitê de Políticas Públicas



foram apontados como dificuldades ao desenvolvimento o difícil acesso a cursos profissionalizantes, a precariedade da creche, falhas na infraestrutura da telefonia e do fornecimento de luz elétrica e a falta de apoio ao microempreendedor. Para cada dificuldade relatada pelos grupos pensamos em caminhos para a concretização de ações efetivas, que de fato tragam melhoria na qualidade de vida das pessoas.

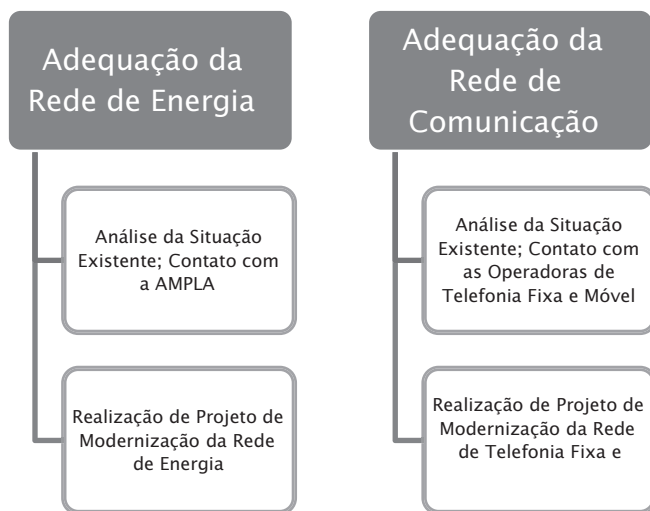
As prioridades do projeto se baseiam exatamente nessas dificuldades relatadas pelos 32 participantes que discutiram sobre a localidade nos gru-

“Não sou engenheira ambiental, mas consigo entender o que é a reciclagem ou reaproveitamento. Um saco plástico vai para o rio ou para a terra, porque aquela pessoa que fez isso imagina que não exista problema. Mas este plástico leva anos para se degradar! Mas o cidadão poderia fazer uso deste saco plástico como já fazemos uso das garrafas plásticas, utilizadas como material de construção. Existe hoje o tijolo de pet, camiseta pet, saco de lixo pet, caixa de leite pet e outras coisas. Vi na TV que fazem até casa com resto de lixo.”

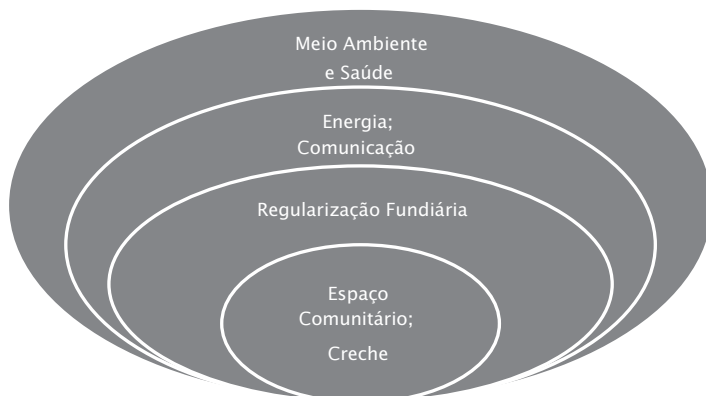
Creusa do Espírito Santo, moradora

Ações para a melhoria do fornecimento de energia elétrica e da rede de comunicação

Participam na execução desta prioridade os membros do Comitê de Infraestrutura e do Comitê de Políticas Públicas



Prioridades indicadas pelos moradores



“Pensamos em fazer um espaço multiuso que sirva para esportes, mas também para cursos profissionalizantes, grupos de leitura, atividades para idosos; nesse espaço poderíamos ter cursos profissionalizantes, para que os alunos que se formassem ingressassem diretamente nesses cursos; devemos aproveitar o espaço para aumentar a creche, assim colaborando com as mães que querem trabalhar.”

Manoel da Costa Cunha, morador

“Falta de transporte, tem ônibus em Vista Alegre até o ponto final, na parte baixa, mas na parte de cima não tem. A comunidade não é só isso, é grande, lá em cima tem muita gente: senhoras, gestantes e deficientes. Todos tem que subir as escadas por não termos transporte que nos levem ao alto, pois o ônibus para no meio do caminho. Muitos me criticam aqui embaixo por carregar bolsas pesadas, mas eu não tenho transporte.”

Tânia Rodrigues, moradora

“Eu tenho uma relação histórica com Araras que vem da minha infância. Meu tio, Silvino de Souza Martins, tinha um sítio aqui e por isso eu vinha muito pra cá quando era criança. Antigamente, aqui era uma zona rural, as pessoas eram sitiantes. As comunidades começaram a surgir a partir dos anos 80 e foram se consolidando nos anos 90. Acredito que daqui para frente a gente precise, cada vez mais, construir pontes entre essas duas Araras, a rural e a real, a que está presente na vida das pessoas que moram aqui de segunda a segunda.

A divisão distrital do município obedece uma lógica muito antiga. Já tentamos transformar Araras em distrito ecológico. Mas aí percebemos que era preciso fazer plebiscito, mudar a lei orgânica, uma grande tarefa burocrática pra ser vencida. Acho que mais do que no papel, a transformação tem que aparecer na prática, fazendo com que o conceito de ecologia esteja presente na vida das pessoas, levando em consideração sobretudo que ecologia não é o homem de um lado e o meio ambiente de outro, e sim a capacidade de integrar os dois de forma sustentável.

Fica claro pra mim que a Cleo Pires tem uma sensibilidade muito grande. Ela se preocupa com seu entorno, principalmente com a população mais vulnerável. Tenho certeza de que ela pode ser uma grande articuladora, unindo cada vez mais a comunidade ao poder público.

O projeto lançado por ela é um trabalho que tem legitimidade, feito a partir de muitas horas de conversa com a população, está respaldado na vivência. Por isso, nos ajudou muito, foi um atalho para o poder público.

Tenho certeza que este é um projeto que pode ser ampliado. O ideal é aplicar projetos que acolham toda Araras. Nosso próximo desafio é construir esse caminho, que é transformar Araras num lugar que tenha muita consciência ecológica.”

Rubens Bomtempo,
prefeito de Petrópolis (2013/2016)

pos de estudo. O mais importante é que o desenvolvimento do ser humano, que está no centro do projeto, também esteve no centro dessas discussões.

A comunidade, não só a de Vista Alegre mas de toda a localidade de Araras, devia trabalhar sempre assim, unida. Dessa forma, seria possível conquistar um pleno saneamento do esgoto da comunidade, melhorar a infraestrutura urbana e o manejo das águas dos rios com qualidade. Essa atividade, que apoio com entusiasmo, é necessária para tentar uma evolução, para provocar mudanças. Aliás, como escreveu o economista Celso Furtado, “só há desenvolvimento quando o homem se desenvolve”.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

MARTIM, Enéas. Os três caminhos para as Minas Gerais. In: IHGB. *Anais do Congresso dos 200 anos da Transferência do Governo de Salvador para o Rio*. vol. 1. 1963.

RABAÇO, Henrique José. *História de Petrópolis*. Petrópolis: Universidade Católica de Petrópolis, 1985.

NOTAS

1 Para o IBGE a aglomeração popular tem nomenclatura de “subnormal”.

2 As informações dos Indicadores Municipais do IBGE apresentam elementos que permitem conhecer importantes aspectos socioeconômicos das condições de vida da população brasileira, do ponto de vista da priorização dada pela gestão e pelas políticas públicas. É uma das melhores bases sistematizadas de estatísticas sociais que contribuem para a disseminação de informações sobre os 5.561 municípios brasileiros.

Cleo Pires

Atriz e colaboradora de projetos voltados para o uso racional e de valorização da água junto à Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), em Cabo Verde e Minas Gerais; madrinha do projeto social, cultural e educacional “Escola de Carnaval”, desenvolvido pela Escola de Samba Pimpolhos da Grande Rio, em parceria com a Organização dos Estados Iberoamericanos (OEI).

Diretrizes para a casa sede da Associação de Moradores de Vista Alegre, Araras (AMCVA)

A construção sustentável está fundamentada nos princípios básicos da boa arquitetura.

Ao se pensar um projeto arquitetônico, deve-se observar o entorno no qual o terreno está inserido e os fatores geográficos possíveis de determinar algumas definições de partido capazes de proporcionar maior conforto à edificação proposta.

O clima do local, a orientação solar e os ventos dominantes são, entre outros, fatores extremamente importantes a serem considerados ao se pensar um projeto para determinado local.

Projetar fachadas e aberturas de acordo com a melhor orientação solar trará maior luminosidade e conforto térmico. No caso de Araras, o inverno é mais longo que o verão, e durante a maior parte do ano as temperaturas são amenas durante o dia e mais frias à noite, por isso devemos privilegiar a entrada do sol na edificação. Sem esquecer que o verão é bastante quente (apesar de curto) e, por isso, é importante pensar em soluções que bloqueiem a entrada do sol durante esse período. Existem muitas formas para isso, desde árvores que produzam sombra apenas no verão (e percam suas folhagens no inverno) até mecanismos artificiais, como brises ou cortinas.

Ventilação cruzada entre os ambientes permite que o ar circule melhor na

edificação e, com isso, mantenha a temperatura mais amena e os locais mais saudáveis, com a constante renovação do ar, bem como janelas altas permitem que o ar quente saia com maior facilidade.

Durante o inverno, basta manter as janelas fechadas (desde que tenham boa vedação) para que o ambiente se mantenha aquecido (pelo sol que entra pelas janelas).

Considerando a sede existente da Associação de Moradores de Vista Alegre, podemos pensar em aumentar as aberturas voltadas para as fachadas norte e oeste com a finalidade de aumentar a entrada de calor e, nas outras fachadas, aberturas menores para ventilação cruzada e entrada de luz natural. Na fachada sul, que recebe menos sol durante o ano todo, devemos concentrar ambientes com menos tempo de uso, como banheiros.

Como o solo de Araras é muito ácido e pouco fértil, são poucas as espécies frutíferas que podem ser plantadas, mas limão, laranja e figo são espécies que se adaptam bem ao clima e ao solo de lá. Quaresma, manacá e cerejeira são também boas alternativas que produzirão sombra no verão e perderão folhas no inverno, produzindo lindas flores.

Os materiais construtivos devem ser os existentes no local. Além de menor custo, contribuímos para diminuir a

circulação de caminhões nas estradas e, conseqüentemente, as emissões de gás carbônico na atmosfera.

Sobras de materiais de grandes obras, de materiais de pedreiras, marmorarias e serrarias, geralmente descartados, podem servir para criar ambientes esteticamente criativos e belos com menor custo, por serem sobras de peças. Os mosaicos de Burle Marx são uma ótima inspiração, assim como o trabalho do arquiteto Helio Pellegrino, reconhecido pelo uso dessa técnica e desses materiais.

Pode ainda ser pensada uma parceria com empresas para capacitar trabalhadores para transformar esses materiais em fonte de renda para uma parte da população.

Dessa forma, podemos pensar em revestir as fachadas da sede com esses materiais. Além dos benefícios citados acima, ainda teremos menor custo com manutenção, como pintura, e melhor isolamento térmico da edificação.

Essas são medidas extremamente simples, eficientes e com baixo custo, indispensáveis para quem deseja um projeto sustentável. Captação de água de chuva e reúso de águas cinzas são também soluções que devemos buscar implantar.

Através da combinação de uma pequena estação de tratamento de esgoto (ETE) e da captação de água de chuva, podemos melhorar bastante a questão da falta d'água que atinge a comunidade de Vista Alegre, bem como todo o país. E estaremos evitando contaminar o solo e os rios da região, já bastante comprometidos.

Outra solução bastante eficiente é o biodigestor, no qual os resíduos orgânicos sólidos se transformam em fertilizante para adubação das hortas.

Nos jardins e sobre a laje do novo projeto pode ser implementada uma horta comunitária. Os alimentos produzidos, além de abastecer a sede da associação,

podem gerar renda para a mesma. Diversas iniciativas assim estão sendo colocadas em prática com sucesso em áreas ociosas de shoppings e edifícios nas grandes cidades.

Dessa forma, criamos um ciclo autosustentável, em que a água da chuva é utilizada para regar a horta, e o fertilizante produzido com o biodigestor serve de adubo para ela. A produção da horta pode abastecer a sede da Associação e a creche, e ainda podem ser pensados cursos de capacitação para os moradores fazerem o mesmo nas suas casas.

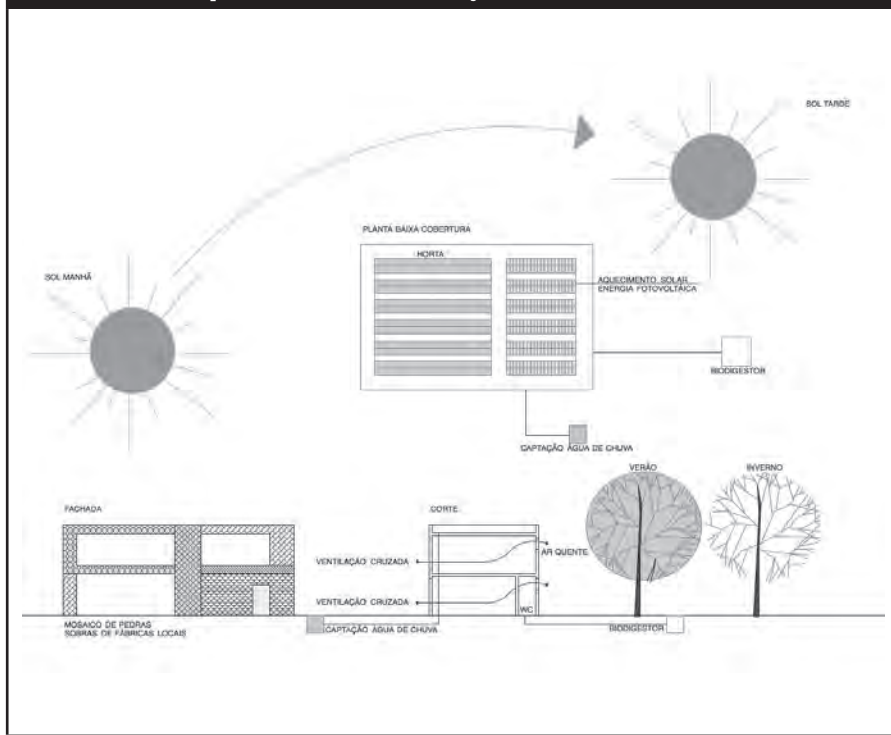
No caso de não ser possível a plantação na laje, podemos ainda pensar em hortas verticais, com implantação nas fachadas e jardins.

Ainda sobre materiais, soluções simples como redutores de vazão e descargas com acionamento duplo contribuem para diminuir o consumo de água.

A regularização da lei de venda de energia solar permite que o investimento em energia fotovoltaica, antes muito caro, se torne acessível, gerando, além de uma redução nas contas, uma nova fonte de renda.

Todas essas soluções, que podem ser adaptadas e utilizadas da melhor forma dependendo das possibilidades de cada projeto, nos mostram que, além de serem um caminho para vivermos em cidades mais limpas e autossuficientes, preservando o meio ambiente, ainda podem gerar novas formas de economia e renda para as pessoas.

Sede da Associação de Moradores de Vista Alegre Desenho esquemático de soluções sustentáveis



Márcia Veiga Lima
Arquiteta

Pesquisa socioeconômica e ambiental com moradores, comerciantes e empreendedores de Araras

Buscando obter algumas informações socioeconômicas e ambientais dos empreendimentos situados em Araras, em especial na comunidade de Vista Alegre, foi treinada uma equipe de pesquisadores que visitaram os estabelecimentos da região em busca destas informações. As entrevistas aconteceram de forma pessoal e individual com os responsáveis pelos empreendimentos que estavam abertos entre os dias 7 e 10 de outubro de 2013. As informações coletadas representam dados preliminares à tomada de ações que buscam tentar reverter o quadro delicado de uma possível degradação extrema do meio ambiente de Araras, antes que seja necessária a utilização de recursos e de custos muito elevados e consequentemente quase proibitivos.

Foram visitados todos os estabelecimentos situados na comunidade de Vista Alegre e na via principal (Estrada

Bernardo Coutinho) que liga a comunidade ao centro comercial de Araras, ao todo 79 empreendedores concordaram em receber os entrevistadores e forneceram as informações solicitadas, sendo 31 na localidade de Vista Alegre. Os 48 estabelecidos em outras localidades de Araras foram designadas como sendo de Araras para melhor identificar a diferença entre as localizações dos empreendimentos e seus referidos grupos de análise e isolamento de informações.

Os 79 empreendimentos empregavam um total de 230 trabalhadores.

FORNECIMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS BÁSICOS

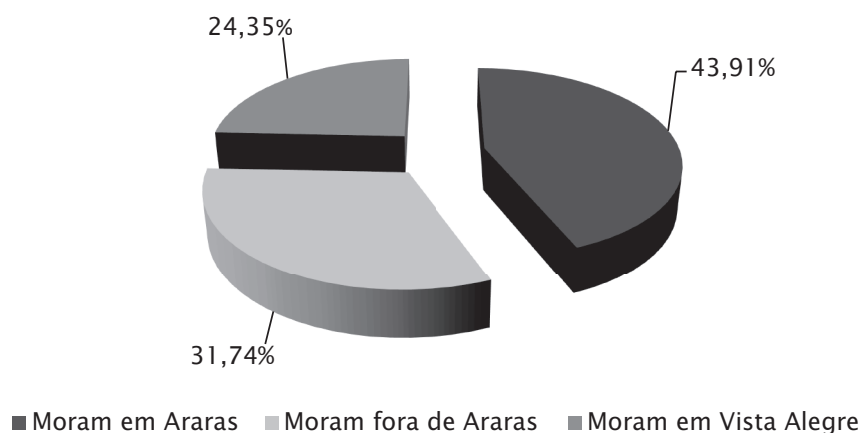
A presença dos quatro serviços públicos mais importantes e básicos para o estabelecimento de qualquer comunidade – luz, água, esgoto e coleta de lixo – não são distribuídos uniformemente. Em alguns

casos, o serviço é oferecido de forma muito precária.

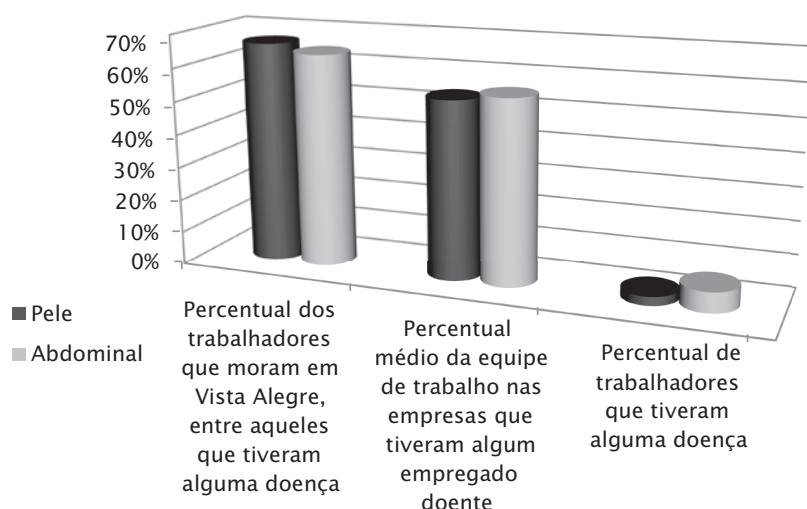
Enquanto o fornecimento de energia elétrica regular atinge 100% dos empreendimentos entrevistados, independentemente de sua localidade (tanto em Vista Alegre, quanto em Araras), a coleta de lixo é feita em 100% dos estabelecimentos de Araras, mas só em 87,1% dos de Vista Alegre. A maioria dos entrevistados (75%) que não tem este tipo de serviço público descarta seus resíduos em lugares desapropriados, como as encostas.

Os dados mais contraditórios aparecem nas informações sobre os serviços de fornecimento de água e de esgoto. A maioria, quase a totalidade, dos empreendimentos utiliza água de poço ou de mina, sendo que em Vista Alegre o percentual de estabelecimentos que recebem água de forma regular (6,5%), mesmo sendo em uma elevação, é maior que o percentual dos que recebem em Araras

Local de moradia dos trabalhadores das empresas entrevistadas



A saúde dos trabalhadores



O consumo de água não tratada ou armazenada indevidamente (ou não tão potável quanto deveria ser) pode causar algumas doenças comuns, como micoses e diarreias. Em 7,6% dos empreendimentos, foram identificados trabalhadores que tiveram alguma doença de pele naquele ano. Já as doenças abdominais foram detectadas em trabalhadores de 13,9% empreendimentos.

Embora a participação percentual dos trabalhadores que morem em Vista Alegre seja baixa nos empreendimentos de Araras, este grupo de trabalhadores foi responsável por 50% dos casos de doença de pele (micoses) e de 40% dos casos de doenças abdominais (diarreia, vermes etc.) que acometeram os trabalhadores dos empreendimentos de Araras.

(4,2%), sendo em uma região mais baixa. Já as informações sobre o esgotamento sanitário de seus estabelecimentos trazem mais perplexidade. Esta grande utilização de águas de poços ou minas (algo próximo dos 95%, independentemente da localização dos empreendimentos) pode ser um dos motivos dos acometimentos das doenças ligadas à utilização de águas insalubres para consumo e que certamente também aparecerá na pesquisa com os moradores.

Em Vista Alegre apenas 3,2% dos estabelecimentos têm seus esgotos canalizados (a pesquisa não diz se são tratados ou não), os outros 96,8% possuem fossa séptica para seus detritos. Já os estabelecimentos de Araras estão em uma situação mais grave. Mesmo apresentando um percentual maior de estabelecimentos com seus esgotamentos encanados (8,3%), apresentam, também, um percentual de 12,5% que direcionam seus detritos diretamente em lugares indevidos, como nas matas e rios próximos aos estabelecimentos.

A falta de preocupação dos empreendedores quanto à destinação de seus detritos pode ser reflexo da falta de percepção que têm sobre estarem em uma área de risco ambiental. Para 94,9% dos entrevistados em geral, os seus estabelecimentos não se encontram em uma área de risco ambiental (97,9% dos de Araras e 90,3% dos de Vista Alegre), sejam elas encostas ou margens de rios. Consequentemente, a não preocupação com esses riscos afetam a destinação que fazem de seus resíduos.

Para enfatizar a afirmação anterior, apenas 15,2% dos empreendedores adotam alguma medida quanto ao consumo consciente de água ou de energia elétrica em seus estabelecimentos (sendo 18,8% os de Araras e 9,7% os de Vista Alegre). Outro ponto que mostra a fragilidade

da preocupação dos empreendedores quanto aos assuntos ligados ao meio ambiente pode ser visto nas práticas de coleta seletiva de lixo. Em média, 30,4% dos estabelecimentos disseram realizar seletividade (33,3% em Araras e 25,8% em Vista Alegre), mas em apenas 5,1% dos empreendimentos havia pessoas que tivessem participado de algum programa sobre o tema (8,3% em Araras e nenhum em Vista Alegre).

Mas nem tudo é tão ruim quanto parece. Entre os empreendedores entrevistados na área de Araras, encontramos preocupações com o tratamento do esgoto próprio (dois entrevistados) e a utilização de painéis de energia solar (um entrevistado).

PATROCÍNIOS E APOIOS

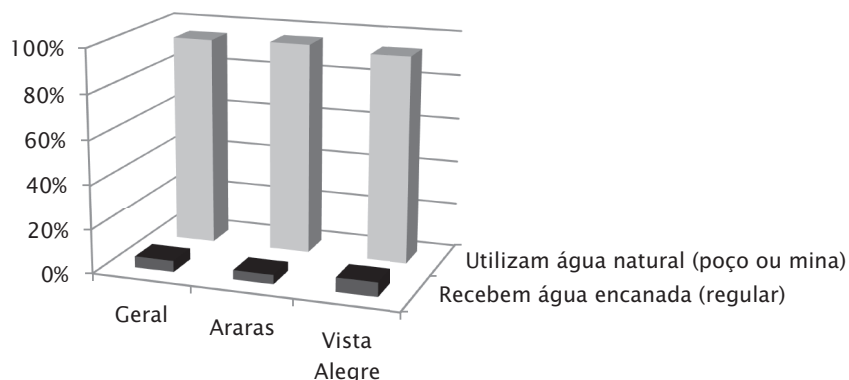
É notória a falta de costume dos empreendedores em apoiar ou patrocinar as atividades para além da empresa na região. Os percentuais, até o momento, são praticamente desanimadores quanto à participação destes empreendimentos em ações locais que estivessem relacionados ao meio ambiente, ao esporte ou à cultura. Apenas 2,5% empreendimentos apoiaram ou patrocinaram alguma ação na área cultural em Araras; 7,6% ajudaram a desenvolver alguma atividade esportiva na região; e, 11,4% ligaram suas marcas à preservação do meio ambiente local.

Por outro lado, esses baixos percentuais podem ser vistos como um largo horizonte de potenciais parceiros e apoiadores, caso sejam organizadas, desenvolvidas e divulgadas ações bem articuladas e responsáveis nestas três áreas.

PESQUISA SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL COM MORADORES

Com o mesmo intuito de obter algumas informações socioeconômicas e ambien-

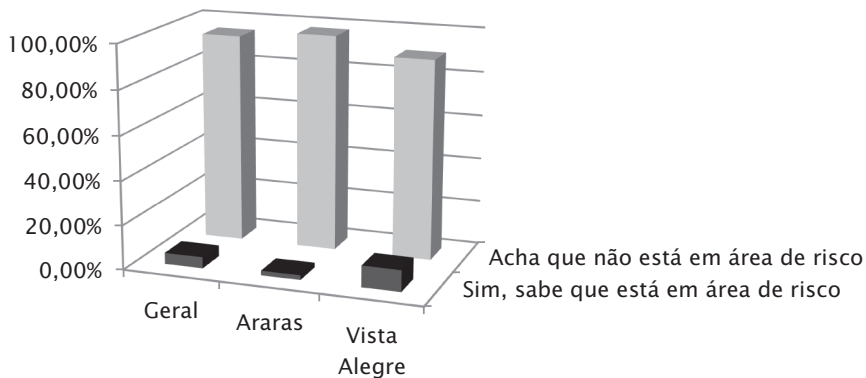
Fornecimento de Água



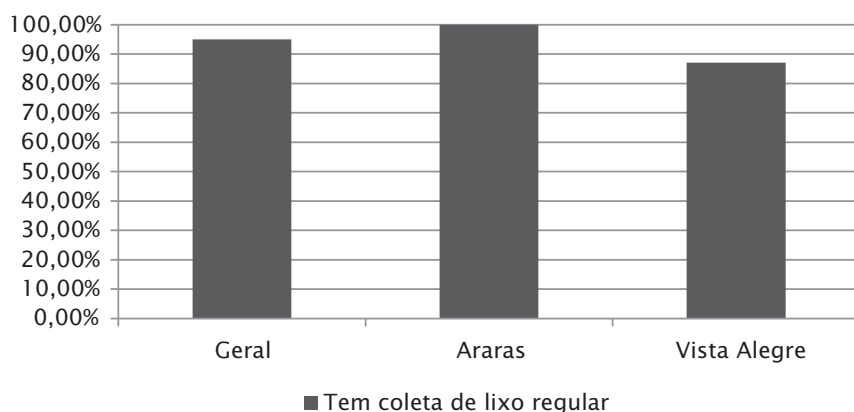
Esgotamento Sanitário



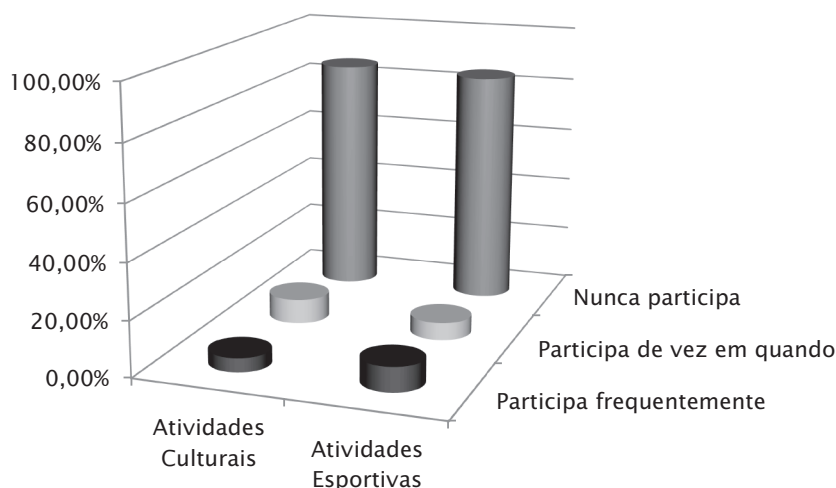
Áreas de Risco



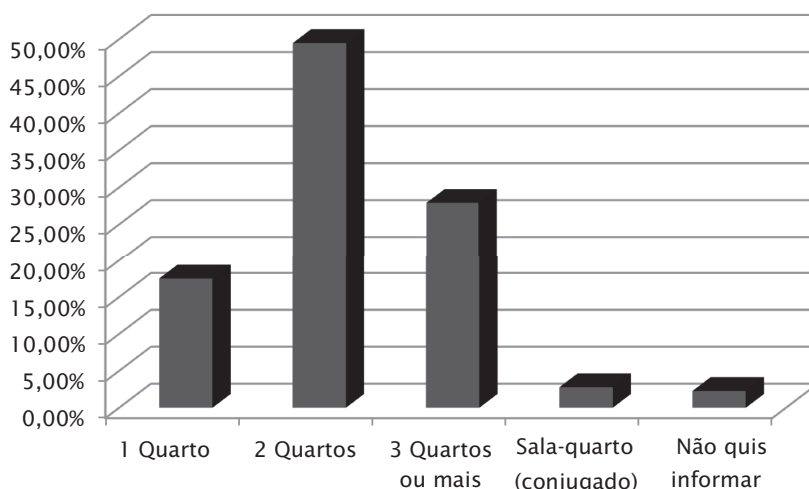
Coleta de Lixo



Participação dos empreendedores nas atividades de Araras



Dimensão de residências



tais, foi desenvolvida uma pesquisa com moradores de Araras, em especial da localidade de Vista Alegre. Para subsidiar de forma mais profunda as ações que busquem reverter o quadro de degradação do meio ambiente de Araras, a mesma equipe de pesquisadores visitou de porta em porta as residências da comunidade de Vista Alegre e realizou algumas entrevistas no ponto de ônibus na Estrada Bernardo Coutinho, próximo a uma das entradas da comunidade. As entrevistas aconteceram de forma pessoal e individual com os responsáveis de cada residência (ou quem na ocasião estivesse no local), que aceitaram responder o questionário, entre os mesmos dias 7 e 10 de outubro de 2013.

Ao todo, 394 moradores concordaram em conversar ou receber os entrevistadores e responderam aos questionamentos, sendo 344 residentes de Vista Alegre e 50 de fora da localidade, designados, como na pesquisa anterior, como sendo de Araras.

Foram extraídas informações que representam as opiniões, situações e dados de aproximadamente 1.309 moradores de Araras. Estima-se que as informações sejam a representação de quase 8% de toda a população de Araras, com 95% de confiança de que os entrevistados em nossa amostra tenham as mesmas opiniões ou representem a realidade de toda a população de Araras, com uma margem de erro de 4,3%, para cima ou para baixo.

Quase metade de todas as moradias possui dois quartos (49,5%), demonstrando que a ocupação de Araras está sendo feita por residências com relativa estrutura para receber as famílias que nelas habitam. Diferente de outras regiões, com grande adensamento de moradias e vias estreitas de circulação (e que em muitos

casos são consideradas de aglomerações subnormais), as pequenas moradias não chegam a representar 21% das residências (17,5% com 1 quarto e 2,8% de conjugados) e as grandes representam 27,9% (com 3 quartos ou mais).

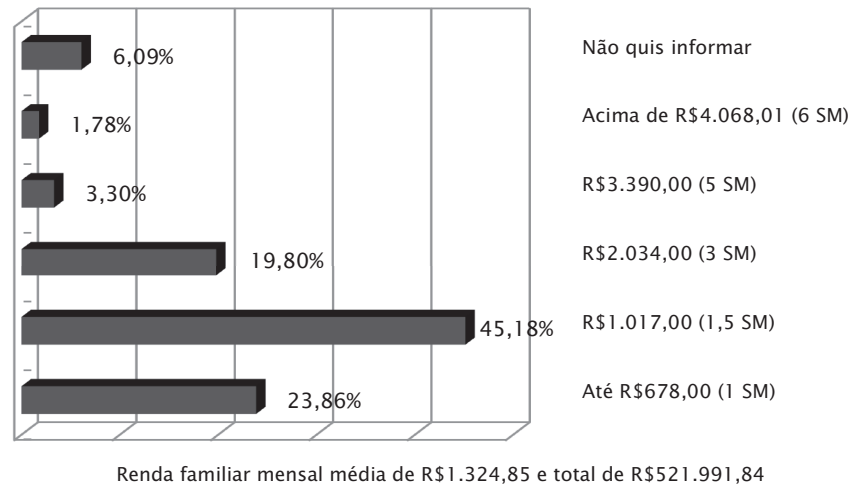
Essas residências parecem ser adequadas para o tamanho médio das famílias, que estimamos que sejam formadas por grupos de aproximadamente três pessoas, em média (3,3 pessoas). Essas famílias vivem com R\$1.324,85, em média, por mês (45,2% têm renda familiar entre um e dois salários-mínimos), e são responsáveis por aproximadamente R\$0,5 milhão do faturamento mensal dos estabelecimentos comerciais de Araras.

Diferente das entrevistas feitas aos empreendedores com relação aos serviços públicos, os entrevistados foram confrontados com mais um serviço, que tem maior importância para os moradores do que para os comerciantes: transporte público. Os serviços também se apresentam de forma não universal, e ainda, em alguns casos, da mesma forma precária que são fornecidos aos empreendedores.

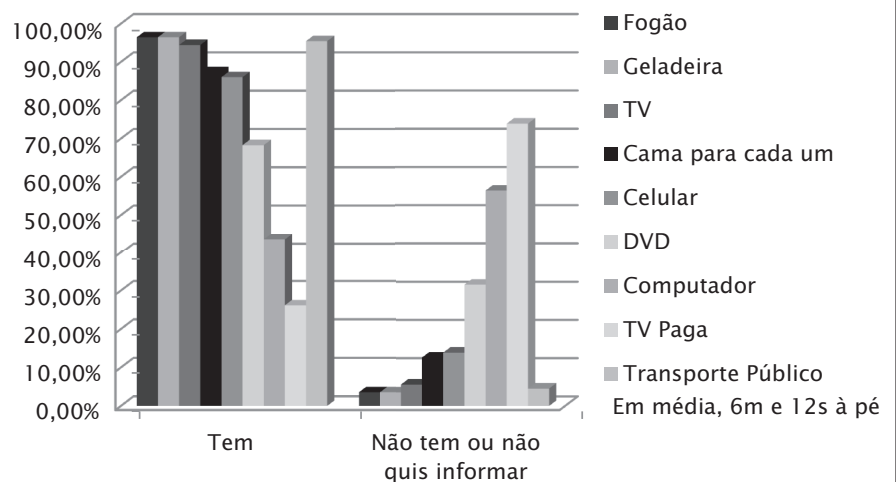
Mesmo o fornecimento de energia elétrica regular não atinge a universalidade que se esperava. Como 2% dos entrevistados não quiseram responder, alegando que não sabiam dar este tipo de informação, se recebiam a energia elétrica em suas residências de forma regular, podemos considerar que este fornecimento não o é, ou seja, pode ou deve ser “gato”.

O serviço de coleta de lixo, segundo os moradores, não chega a 8,4% dos lares. E a maioria destes moradores descartam seus lixos de forma não apropriada, pois somente 24,2% destes moradores andam

Renda Familiar

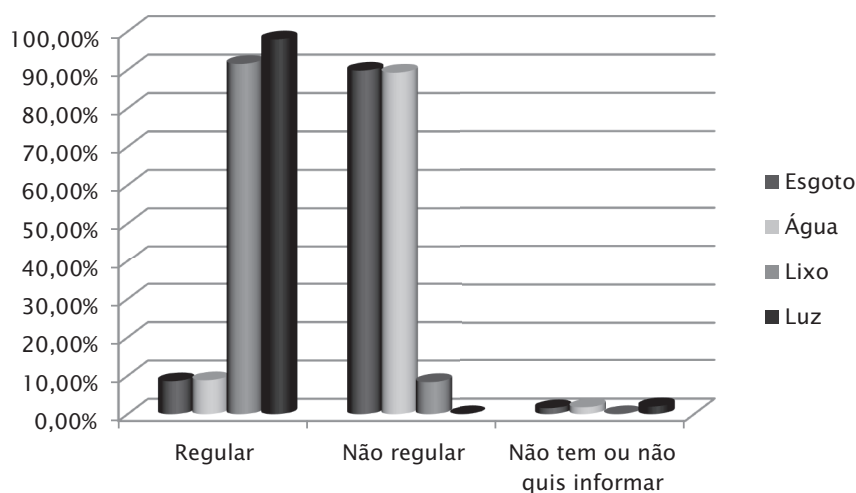


Condições de Habitabilidade

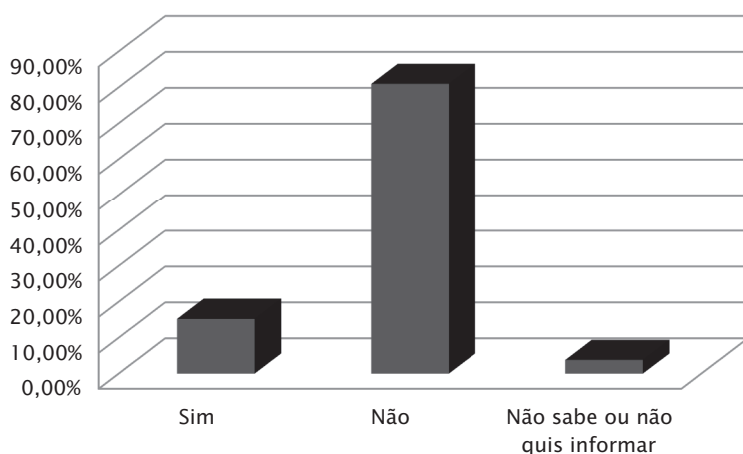


A partir da renda média, chegamos ao seguinte padrão de consumo de alguns bens e serviços dessas famílias: 26,1% têm TV por assinatura; 43,7% têm computador; 68,3% têm aparelho de DVD; 86% têm aparelho de telefone celular; 87,3% têm uma cama para cada morador; 94,4% têm televisão e 96,5% tem geladeira e fogão. Esses dados demonstram que uma parte dessas famílias ainda tem necessidades de consumir alguns bens básicos (principalmente cama para alguns integrantes da família) para melhorar o bem-estar de seus familiares.

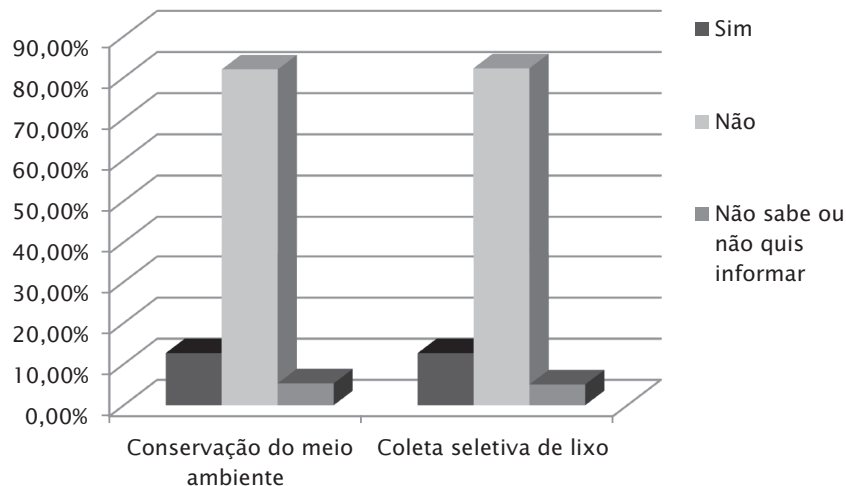
Serviços Básicos



Você considera estar em uma área de risco ambiental?



Participação em programas ambientais



até as lixeiras localizadas “próximas” às suas residências.

O transporte público não está próximo de 4,6% das residências. Para os que disseram ter um ponto de ônibus próximo à sua residência, este ponto está a 6 minutos e 12 segundos, em média, e a pé (se considerarmos a velocidade média de um adulto andando em local plano, o ponto de ônibus estaria a uns 500 metros de distância das moradias, em média).

Os dados mais preocupantes, novamente, aparecem nas informações sobre os serviços de fornecimento de água e de esgoto. A maioria das residências utiliza água de poço ou de mina (89,9%), mesmo assim é um percentual mais baixo que o encontrado nos estabelecimentos comerciais (94,9% dos entrevistados em geral), o que demonstra um fornecimento maior de água canalizada. Já as informações sobre o esgotamento sanitário, não apresentam a mesma tendência, onde 89,3% das residências utilizam as fossas sépticas como destino de seus detritos, percentual maior que os 86,1% dos estabelecimentos comerciais (dos entrevistados em geral).

No entanto, um percentual menor de residências (1,8%), do que os comerciais (7,6% em geral), direcionam seus detritos diretamente em lugares indevidos, como nos rios ou nas matas próximas, por não terem nem esgotamento canalizado, nem fossa séptica.

PROGRAMAS AMBIENTAIS E ÁREA DE RISCO

Percentuais muito próximos aos da pesquisa com os empreendedores demonstram a pouca capilaridade e efetividade dos programas sobre preservação do meio ambiente já adotados na região. Apenas 15,2% dos entrevistados consideraram que suas residências estariam

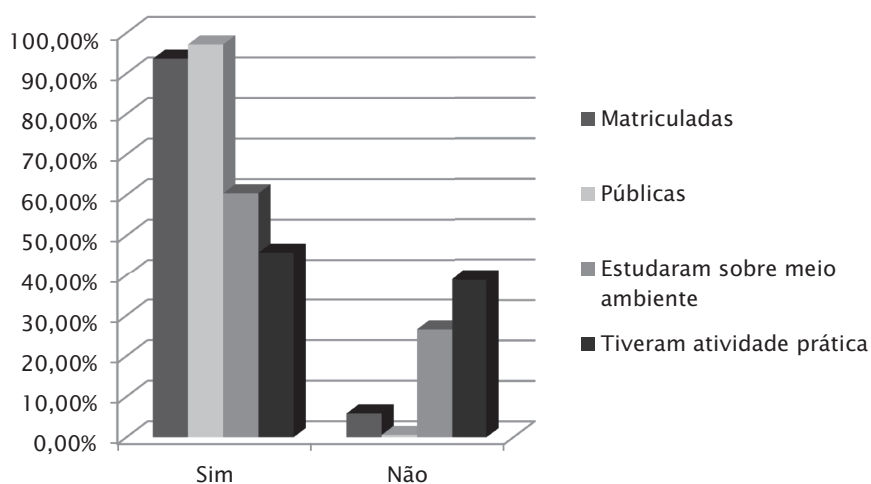
localizadas em áreas de risco ambiental, e 12,7% responderam que pelo menos um integrante de sua residência tenha participado de algum programa ligado à conservação do meio ambiente.

Os mesmos entrevistados informaram que 23,5% da população estariam em idade escolar (entre 5 e 18 anos), e que 93,6% estariam matriculados no Ensino Fundamental ou Médio, da rede pública de ensino (em 97,2% dos casos). O fato curioso é que a maioria desses estudantes já viu alguma matéria sobre meio ambiente (60,5%) e que a maior parte (45,8%) já participou de atividades práticas sobre o tema. Estes percentuais indicam que, aproximadamente, em 27,2% dos lares as crianças (entre 5 e 18 anos) já teriam estudado sobre os efeitos danosos ao meio ambiente que pode ser causado pelo ser humano; e 20,6% já tenham participado de ações práticas para minimizar os efeitos ou o descaso com o meio ambiente.

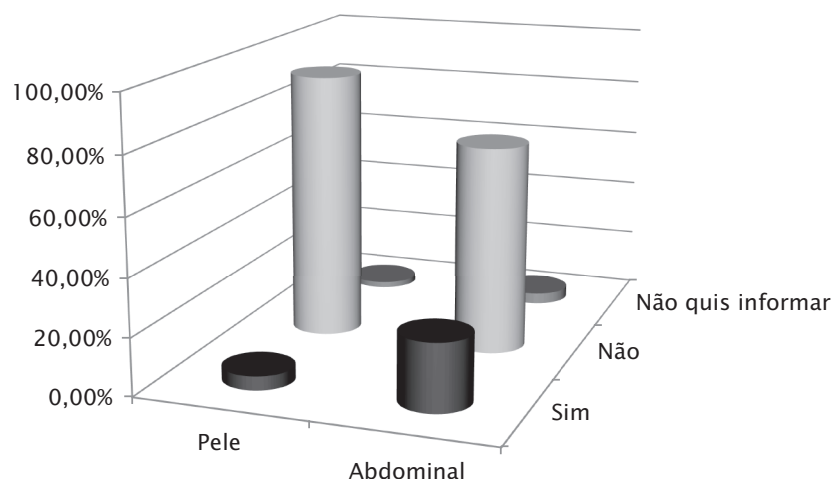
Estes dados põem em “xeque” a premissa de que se deve utilizar as crianças como multiplicadores das informações e das preocupações quanto ao meio ambiente. Outro ponto que também deve ser levado em consideração na montagem de um modelo no longo prazo sobre o efeito multiplicador das crianças é o fato de que a pirâmide etária das famílias entrevistadas mostra que o percentual de crianças com menos de 5 anos é menor que o percentual de crianças entre 5 e 10 anos de idade. Ou seja, nos próximos anos, menos crianças oriundas da região serão matriculadas nas escolas.

Quanto à incidência de doenças comuns, como as micoses e diarreias, extremamente ligadas ao consumo de água não tratada ou armazenada indevidamente (ou não tão potável quanto deveria ser) foi apurado que em 4,8%

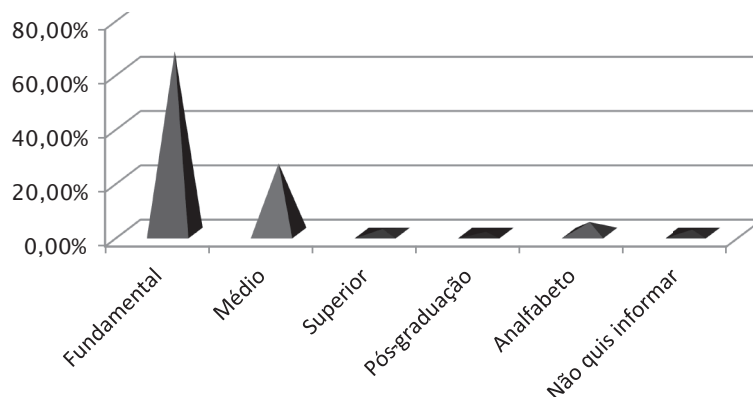
As crianças, a escola e o meio ambiente



Saúde dos moradores



Escolaridade



das residências houve a ocorrência de alguma doença de pele (micoses) em 2013 (percentual abaixo do registrado nos estabelecimentos comerciais, nos quais 7,6% dos empreendimentos seus trabalhadores tiveram tais doenças). Em 23,6% apresentaram a ocorrência de doenças abdominais (diarreias e vermes, por exemplo), um percentual bem maior que os 13,9% dos estabelecimentos comerciais.

Estes números apontam para um dado que merece a preocupação da área de saúde da prefeitura de Petrópolis e do estado. Quase 1/4 das residências apresentaram casos de doenças em 2013, que podem ser transmitidas pelo sistema de esgoto. Caso ele não seja coletado devidamente e tratado pode propagar doenças de forma avassaladora dentro da região de Araras e nas localidades vizinhas “banhadas” pelos mesmos rios, mananciais e bacias da região de Araras.

Dois outros motivos causam preocupações devido ao precário estado de conservação das vias da localidade (atestado pela equipe da LRAC) e o alto percentual de entrevistados ter sido em Vista Alegre. O primeiro é o percentual de 5,3% de residências em que pelo menos um morador porte algum tipo de deficiência, principalmente, a física (propriamente dita 28,6%; amputado 9,5%; e cadeirante 4,8% dos casos). O segundo é a tendência da pirâmide etária que já apresenta um percentual de 9,5% de moradores com mais de 60 anos de idade (percentual próximo ao de crianças com até 7 anos, 9,8%).

Um ponto muito importante na montagem da linguagem que será adotada em um programa que vise alcançar a população local é o nível de escolaridade dos interlocutores. A maioria dos entrevistados (67%) só

teria o Ensino Fundamental (completo ou incompleto) e os que chegaram ao nível médio foram só 25,6%. Se considerarmos que 4% se disseram analfabetos (bem próximo aos 4,1% de média no estado do Rio de Janeiro, em 2009, segundo o IBGE), e que apenas 2% dos entrevistados faziam ou fizeram alguma graduação, a linguagem terá que ser simples e popular.

Apenas 10,4% estavam estudando ou fazendo algum curso e 1% pretendia estudar ou fazer um curso em breve, o que no curto e no médio prazo não modificará o quadro apresentado no parágrafo anterior. Isso demonstra uma baixa procura por conhecimento por parte dos entrevistados, e por extrapolação, da população da região, o que cria mais um sinal de alerta sobre a implantação de qualquer programa que instrua a população sobre qualquer tema.

Assim como na análise dos empreendedores, as perguntas sobre as participações dos entrevistados nas atividades culturais (87,1% nunca participam) ou esportivas (86,6% nunca participam) de Araras nos permite imaginar, mais uma vez, um baixo percentual de participação, ou engajamento, dos moradores de Araras, especialmente dos de Vista Alegre, às atividades ligadas ao meio ambiente, ou à implantação de novidades nas atividades turísticas, comerciais, educacionais, culturais e desportivas na região.

Coordenação Científica

Paulo Brück (LRAC)

Tatsuo Shubo

Olavo Alves Diogo (FACIG)

June Rothstein (FACIG)

Sergio Luís Corrêa (FACIG)

Nilton Rodrigues Junior (FACIG)

Apoio

Núcleo de Estudos de Economia da Cultura (NEEC)

LRAC Pesquisa e Consultoria Econômica

Associação de Moradores de Vista Alegre

Teresinha Cardoso Pereira (Presidente)

Gilberto dos Santos

Juliana Augusta Valeriano

Samara Machado Rodrigues

Welida Santos da Paixão

Execução

Terezinha Cardoso Pereira, Irani Babo,

Luciana Santo Barbosa, Creusa Espírito

Santo, Rosângela Rocha, Lourdes Xavier,

Nelcina Nunes Cardoso, Livia dos

Santos Martins, Ester Nunes Cardoso,

Thais Cardoso Machado, Francisco

Felipe Aquino (Chicão), Jucinete

Cardoso Rodrigues e Geraldo Cardoso.

Redação

Aline Peixoto

Produção

Milena Benício

Coordenação Geral

Cleo Pires

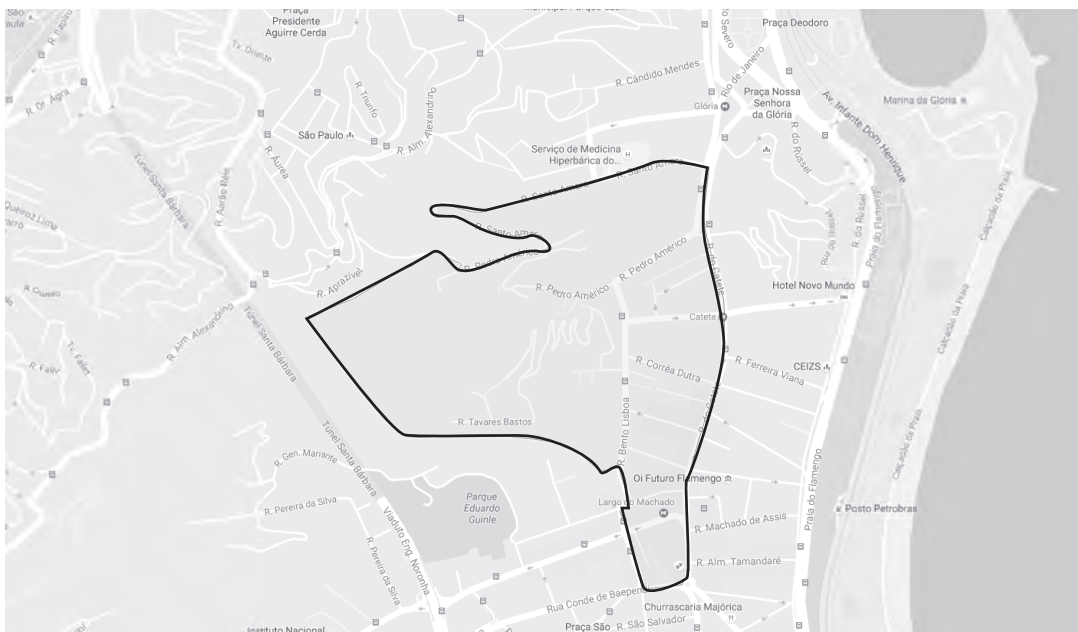
Luiz Carlos Prestes Filho

O futuro promissor do Largo da Petúnia

Carlos Lessa

Localizado na Zona Sul do Rio de Janeiro, o Catete é o 12º bairro mais valorizado da cidade, de acordo com o índice do mercado imobiliário. Com uma população de 24.057 moradores, conta com 9.526 imóveis. Desse total, segundo o censo mais recente, 8.600 são domicílios. A bibliografia sobre sua história começa antes mesmo da fundação da cidade. Sua principal rua, por exemplo, a rua do Catete, foi construída sobre um caminho já utilizado pelos nativos.

No início da República, o bairro do Catete abrigou a sede da residência dos presidentes, o Palácio do Catete, hoje Museu da República. Depois da transferência da capital federal para Brasília, a localidade teve diminuído seu status social. Apesar de oferecer farto comércio e fácil acesso por transporte público, o bairro tem espaços aparentemente esquecidos pelo carioca e pelo poder público, como o Largo da Petúnia.



Com um passado de alta densidade histórica, o bairro do Catete, na Zona Sul do Rio de Janeiro, já foi berço da aristocracia. Sua história, assim como a do entorno, representa uma afirmação do Brasil republicano. Dezesesseis presidentes da República moraram no Catete e isto torna o bairro o mais importante da história da Primeira República. Isso porque a residência oficial dos presidentes era o Palácio das Águias – onde hoje funciona o Museu da República –, de 1897 até a transferência da capital para Brasília em 1960.

Afirmo isto com muita segurança porque o tratamento dado à região durante o Brasil colonial era muito diferente. Basta olhar a igreja do Outeiro da Glória. Trata-se de uma linda igreja isolada, sendo a vista de quem entrava na Baía de Guanabara, como uma espécie de Cristo Redentor do Brasil colonial. Na parte baixa, nada havia, já que aquele ponto da costa era destinado ao embarque de toda a coleta de lixo sanitário da cidade. Este mesmo lixo era despejado na ponta da baía. Por isso mesmo, ainda em meados do século XIX, o prédio que viria a ser o Palácio do Catete, erguido sob as ordens do homem mais rico do Império, o Barão de Nova Friburgo – Antonio Clemente Pinto, foi construído de costas para a praia. Para os moradores da cidade, naquela época, o mar não tinha valor algum. Com a Avenida Beira Mar, houve uma ligação entre o Centro e a Praia do Flamengo, induzindo um movimento populacional curioso: o deslocamento de pessoas ricas que moravam em lugares altos – para fugir dos mosquitos – para a linha da praia.

No entanto, antes mesmo da Colônia, o percurso da rua do Catete era o

Caminho do Catete, uma via utilizada pelos tamoios que seguia a margem de um afluente do Carioca, o rio Catete, que desembocava na Praia do Russel, na Glória. O rio ficava do lado esquerdo do então Caminho do Catete de quem ia do Centro para a Zona Sul e, assim como a Praia do Russel, foi totalmente aterrado pelas obras de abertura da Avenida Beira Mar e, depois, para a construção do Parque Brigadeiro Eduardo Gomes, o Aterro do Flamengo. Hoje, de certo modo, o Caminho do Catete continua a existir, mas em forma de rua. Foi nesta rua, aliás, que Machado de Assis morou de 1876 a 1882. A poucos metros dali está um lugar pouco conhecido pelos próprios cariocas, o Largo da Petúnia. Esse espaço me chama atenção por ser triangular e tipicamente um lugar de passagem dos que moram e transitam entre o Catete e a comunidade do morro Santo Amaro. A especificidade do local somada a todos os seus contextos históricos motivaram a realização de uma pesquisa sobre as potencialidades do Largo da Petúnia.

O estudo foi fruto de uma parceria entre a LRAC Pesquisas e Consultoria Econômica, o Núcleo de Estudos de Economia da Cultura (NEEC) e a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC). Fizemos um levantamento para conhecer melhor a região e o que os moradores pensavam a respeito. Os dados coletados possibilitaram a realização do seminário “Um belo largo do Catete”, focado na análise socioeconômica da região, em abril de 2015. Participaram deste encontro moradores, comerciantes e empreendedores do largo, com o objetivo de construir, de maneira conjunta e compartilhada, um documento que apontasse atividades que pudessem contribuir para a valorização social e econômica da localidade. Dessa forma,

acredita-se que será possível implementar políticas públicas e privadas visando o desenvolvimento local sustentável.

A VOZ DOS MORADORES

A pesquisa abordou vários aspectos, desde infraestrutura até a simpatia por festas. Foram entrevistados 397 moradores, de 28 de novembro a 06 de dezembro de 2013, da região. Constatou-se que o Largo da Petúnia é uma localidade que tem muitos moradores antigos. Mais de 30% de seus habitantes moram por mais de 20 anos no Largo. A faixa etária também ganhou destaque. Mais de 20% têm mais de 60 anos, enquanto que na região este percentual fica em torno de 10%.

Dois resultados desse estudo me chamaram muita atenção. Um deles é o fato de, ao mesmo tempo em que os moradores reclamam de lixo em locais inadequados, eles mesmos assumem a culpa pela sujeira, já que a Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb) faz coleta regular do lixo e, sempre que é acionada, faz coleta extraordinária. Neste ponto, o problema está nos hábitos das pessoas, que se acostumaram a jogar sacos de lixo em terrenos abandonados e vias públicas, atrapalhando, inclusive, o deslocamento de pessoas e veículos e acumulando insetos e animais nocivos à saúde. No seminário, foi sugerida uma campanha de educação ambiental para que todos se conscientizassem da importância do descarte responsável do lixo.

Este cuidado ambiental ganha mais importância pelo fato de que, assim como os vizinhos Glória, Laranjeiras, Cosme Velho e Flamengo, o Catete faz parte da bacia hidrográfica do rio Carioca, que de tão importante tornou-se gentilício dos que nascem na cidade. Hoje, praticamente invisível a seus moradores, abaixo do

asfalto, guarda ainda a história de um tempo em que as pessoas procuravam seu leito em busca de ar puro.

O outro resultado da pesquisa que me chamou a atenção foi a exaltação da ideia de se destinar o lugar para as crianças. Com base nesse dado, imaginei uma coisa maravilhosa, que acho exequível: crianças da comunidade e do Catete brincando na mesma praça. Acho que isso promoveria uma interação social espetacular porque, pelas crianças, é possível construir relações sociais muito sólidas na cidade. O Largo da Petúnia tem, portanto, uma potencialidade para a convivência harmônica de crianças de todos os extratos sociais.

Quanto à sociabilidade, pode-se dizer que os moradores do Largo da Petúnia são simpáticos a festas. O espaço abrigou durante anos uma Festa de São João, que até hoje é lembrada pelos residentes, que torcem pela volta da celebração. Já a comunidade de Santo Amaro, que fica próximo ao Largo, recorda-se da Festa do Dia das Crianças que havia na região. Gostaria que houvesse uma festa dessa por mês, e não apenas uma por ano, com brinquedos infantis, sessões de ginástica para as crianças, apresentações de filmes de curta-metragem e exposições, por exemplo. As possibilidades de eventos para esse público é enorme. Já existe, inclusive, um caso de iniciativa neste público infanto-juvenil na região: o campo de *paintball* – esporte de aventura que lança bolas de tinta colorida – no alto da rua Tavares Bastos.

Para que essas ações aconteçam é preciso interação com a municipalidade. A mesma rua que abriga o campo de *paintball* tem uma pousada instaurada em edifício totalmente reformado. O entorno estava completamente deteriorado, mas o poder público chegou a decidir fechar o estabelecimento porque estaria

fora do padrão da localidade. Parece que, ironicamente, o abandono se tornou um padrão.

Não vejo uma revitalização do Largo da Petúnia preconizada por demolições e mutações radicais em seus prédios. Mas vejo, por exemplo, o remanejamento de automóveis, que dificultam o uso do espaço. Vejo que o Largo é um ponto de convergência da comunidade de Santo Amaro e dos que moram mais próximo da praia.

Hoje em dia, mesmo sendo um bairro de classe média e média alta, possui mais

*Acredito na capacidade
do Catete ter melhorada
ainda mais a qualidade
de vida de seus moradores,
articulando-a com um
desenvolvimento responsável*

características de um típico bairro central, do que da Zona Sul, diferentemente de seus vizinhos Flamengo e Laranjeiras, devido ao forte comércio e pela predominância de sobrados construídos entre 1880 e 1910.

Essas construções e suas ruas estiveram muito presentes nas crônicas de João do Rio (1880-1921). Em uma delas, o escritor chegou a ressaltar as diferenças entre os que frequentavam a rua Pedro

Américo e o Largo do Machado: “As ruas são tão humanas, vivem tanto e formam de tal maneira os seus habitantes que há até ruas em conflito com outras. (...) No tempo das eleições mais à navalha que à pena, o Largo do Machadinho e a rua Pedro Américo eram inimigos irreconciliáveis”.

O bairro não conseguiu se renovar ao passar das décadas, e desde os anos 1980 é apelidado como “periferia da Zona Sul”; porém seu índice de qualidade de vida, em 2000, era de 0,898, o 26º melhor da cidade. Enquanto no ano de 2010, subiu para 0,927 colocando o bairro na 17ª posição. É também o 12º bairro mais caro no índice de valorização imobiliária da cidade.

É um dos poucos bairros que sofreram um processo de revitalização bem-sucedido, mas ainda está longe do *glamour* que já possuiu nas primeiras décadas do século XX. O motivo está na desordem pública: assaltos, drogados e mendigos. Mas, desde o final dos anos 1990, o bairro vem apresentando um enorme crescimento econômico e valorização imobiliária com novos lançamentos de edifícios residenciais e inúmeras renovações no setor hoteleiro. O Hotel Windsor Florida, por exemplo, localizado na rua Ferreira Viana, chegou a ser certificado e classificado pela Federação Internacional de Futebol (Fifa) para a Copa do Mundo de 2014.

Devido a todo seu potencial para o crescimento, acredito na capacidade do Catete ter melhorada ainda mais a qualidade de vida de seus moradores, articulando-a com um desenvolvimento responsável. Foi exatamente por ser uma localidade rica em histórias e esquecida das políticas públicas voltadas para a região que decidi apoiar um estudo que identifique os principais desafios e o potencial da localidade, assim como as expectativas dos moradores.

O caminho das pedras

O Catete era habitado pelos índios tamoios da aldeia Uruçumirim (uruçu = abelha; mirim = pequeno), chefiada por Biraçu Merin. O termo *catete* tem, pelo menos, duas versões: a primeira seria a designação de uma espécie de milho miúdo também conhecido como *batité*¹; a segunda diz que, significaria “água de mata verdadeira”².

No início do século XVIII, o Morro da Nova Cintra, na altura do final da atual Rua Pedro Américo, passou a ser denominado de Pedreira da Glória, por fornecer as pedras usadas na construção da atual Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro. A atividade na pedreira levou à abertura da chamada “Rua do Quintanilha”, em referência ao proprietário das terras da região. A mesma pedreira também forneceu pedras para a construção da Igreja da Candelária.

PASSO A PASSO DO PLANEJAMENTO DE AÇÕES

O primeiro passo foi criar um planejamento de ações que leva em conta a caracterização da situação atual, por meio de uma pesquisa de dados primários e secundários. O objetivo foi quantificar, observar e medir o maior conjunto de informações possíveis sobre a revitalização e a utilização sustentável do Largo da Petúnia.

A partir destes dados, discutimos o panorama e as possíveis ações corretivas que possam ser tomadas para agir de forma efetiva na localidade. As ações pretendem contemplar as seguintes etapas: reestruturação do espaço público do Largo; recuperação e recomposição de parte da história do local, utilizando-se de alternativas sociais, provenientes de ações inclusivas; criação de um conjunto de solicitações aos responsáveis pelas políticas públicas que tornem práticas as intervenções necessárias para melhoria e preservação do que foi conquistado; identificação de oportunidades empresariais e empreendedoras que permitam o desenvolvimento econômico e social do Largo, tendo como paradigma a exploração sustentável e a preservação da história local; e, enfim, a transformação do Largo da Petúnia em um ponto de

referência turística e social para o bairro e para a cidade.

Para vencer essas etapas, é fundamental que as ações sejam desenvolvidas em conjunto com o maior número possível de integrantes da localidade e de interessados sobre o tema, além, é claro, do poder público. O passo a passo para se atingir a sustentabilidade da iniciativa começa justamente pelo levantamento de informações históricas sobre o bairro do Catete que referencie o Largo da Petúnia. E foi exatamente isto que o projeto fez, o que possibilitou compreender a forma de vida e as relações sociais existentes entre moradores e comerciantes que puderam expor suas opiniões sobre a revitalização do Largo.

Neste levantamento, uma equipe especializada buscou informações sobre hábitos e costumes da população que mora no Largo e nas localidades próximas. A pesquisa também registrou dados sobre as condições das habitações, a contabilidade das atividades econômicas existentes no bairro, a situação econômica dos residentes da área de repercussão e opiniões sobre diversos assuntos ligados a realidade socioeconômica que sirvam de orientador do processo de revitalização.

A etapa seguinte foi o levantamento junto aos agentes públicos ou privados

responsáveis ou que tenham interesse, em diversas áreas e níveis de governo, das opiniões e coleta da pré-existência de qualquer projeto ou ação a ser implementada ou adotada. Essas informações foram obtidas por meio de entrevistas com autoridades públicas dos diversos serviços públicos, nos diversos níveis de governo, para coletar informações sobre experiências, ações e projetos futuros sobre e para o Largo da Petúnia. Nesta etapa foram entrevistados as concessionárias de energia elétrica (Light), água e esgoto (Cedae) e gás (CEG), empresa de limpeza urbana (Comlurb), Região Administrativa, Associação de Moradores e Câmara dos Vereadores até o Batalhão da Polícia Militar e a Guarda Municipal, todos responsáveis ou que de alguma maneira tenha algum interesse pela localidade e pela região ao seu redor.

Em abril de 2015, munidos de informações dos moradores, das autoridades e de empresas que atendem a região, pudemos realizar um seminário sobre os resultados das pesquisas e entrevistas.

O encontro consistiu na realização de reuniões técnicas com os participantes, apresentação do projeto para seleção das ações com representantes de instituições e empresas que ligadas às ações selecionadas para serem implementadas no decorrer do projeto de revitalização.

O Catete tem características importantes de convivência. Gostaria de ver a interação, a dinâmica, ver o que podemos cooperar e fazer com que as aspirações e desejos dos moradores sejam realizados, primeiro no Largo da Petúnia e depois no Catete, fazendo com que esse lugar se incorpore nas referências da cidade.

O projeto está em fase de organização e implementação das ações selecionadas. A expectativa é de que o colorido das petúnias não fique apenas no nome do Largo, e sim no dia a dia dos moradores

e dos que trabalham pela sobrevivência do local, na emanção de simpatia. Afinal, como já disse Winston Churchill, “O pessimista vê dificuldade em cada oportunidade; o otimista vê oportunidade em cada dificuldade”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAVALCANTI, Nireu. *Crônicas históricas do Rio colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/FAPERJ, 2004.

EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, 2003.

JOÃO DO RIO. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Cidade Viva, 2010.

Análise da Pesquisa de Opinião com Moradores e Usuários do Largo da Petúnia

Na busca por obter informações a cerca dos hábitos, costumes e opiniões da população que mora no trecho final da rua Pedro Américo, antes da entrada da comunidade do morro Santo Amaro, e nas localidades próximas, foi enviado a campo, entre os dias 28 de novembro e 6 de dezembro de 2013, um grupo de pesquisadores que, de posse de um questionário preconcebido, entrevistou 397 pessoas que moram, trabalham, utilizam ou apenas passam pelo trecho final da rua Pedro Américo. Denominaremos esta região daqui por diante de Largo da Petúnia.

A distribuição das entrevistas seguiu dois padrões distintos. Como a quantidade de moradias no Largo da Petúnia nos pareceu reduzido, foi decidido que as entrevistas com o moradores deveriam ser realizadas em seus domicílios, batendo de porta em porta, para que tivéssemos o maior número possível de residentes participando da pesquisa. Já os demais grupos de entrevistados foram ouvidos através de abordagens individuais às pessoas que transitavam a pé no trecho de rua logo após o Casarão Ameno Resedá e no ponto de mototáxi.

Os resultados são expressos nos gráficos a seguir.

Os frequentadores do Largo da Petúnia, independente do motivo pelo qual frequentam, são em sua maioria da comunidade Santo Amaro (64,5%), seguido por aqueles que moram no próprio Largo da Petúnia (22,17%) e, menos frequentado, pelos que moram no restante do bairro do Catete (13,35%).

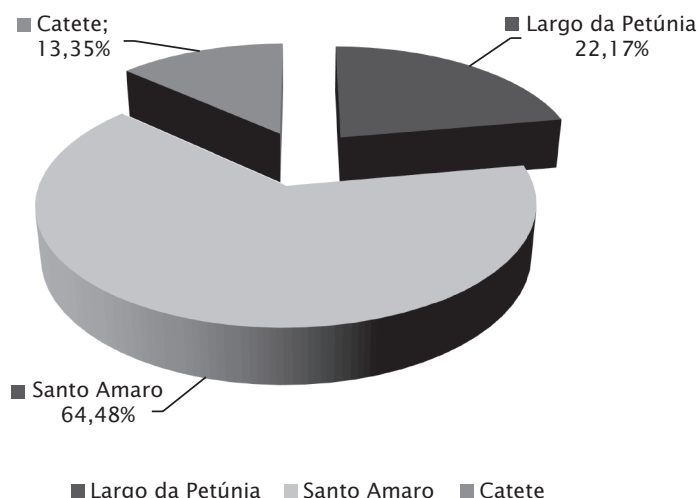
O tempo médio de moradia dos residentes no Largo da Petúnia é de 18 anos e oito meses. Para efeito de comparação, a média de tempo em que os moradores do Catete vivem no bairro é de 14 anos e dois meses, e a dos que moram no Santo Amaro moram há 12 anos e dois meses. Este longo período de moradia, no mesmo lugar, especialmente no Largo da Petúnia, permite avaliar as respostas de forma consolidada e mais segura, pois os entrevistados já testemunharam várias administrações municipais, situações e são detentores da história contemporânea do local.

Trata-se de um local predominantemente familiar (considerando somente as entrevistas com os moradores do Largo), pois podemos estimar que 86,36% de

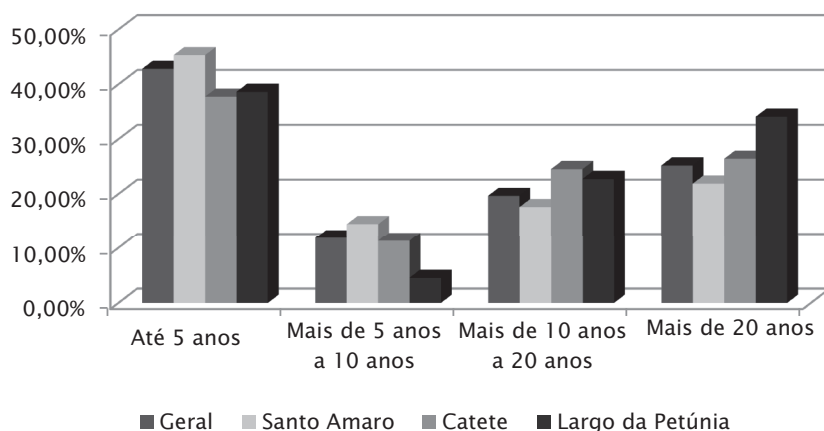
Carlos Lessa

Proprietário do Casarão Ameno Resedá, no Catete. Professor emérito de economia brasileira e ex-reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). É autor dos livros *Quinze anos de política econômica* e *O Rio de todos os Brasis*, entre outros.

Local de moradia dos entrevistados



Distribuição de tempo de moradia dos entrevistados



todas as residências são ocupadas por famílias com pelo menos dois integrantes, com idade média aproximada de 44 anos e com 12 anos de estudo, em média.

AVALIAÇÃO FEITA PELOS MORADORES

Para fundamentar melhor as opiniões captadas pela pesquisa, buscamos saber o grau de satisfação de seus moradores quanto à atual situação do Largo da Petú-

nia. Para tal, fizemos algumas perguntas sobre o orgulho que os moradores teriam de morarem na localidade.

Os entrevistados do Largo da Petúnia consideram de bom (45,45%) para regular (26,14%) o local de suas moradias, mas 65,91% sentem orgulho da rua onde moram e 90,91% têm orgulho do bairro onde moram. Estes percentuais demonstram que estão satisfeitos com o local onde estabeleceram suas famílias.

Para melhorar o orgulho e a avaliação positiva dos moradores do Largo da Petúnia, poucas ações de cunho organizacional surtiriam grandes impactos positivos, para 34,55% dos entrevistados que moram no Largo da Petúnia a sujeira ou o lixo nas ruas seria o que menos gostam, ou mais detestam, no lugar onde moram, e 10% citaram o barulho ou a forma como as motos sobem e descem a rua. A pesquisa ainda identificou que 47,73% dos entrevistados que moram no Largo da Petúnia consideram a região boa para realizar a compra de suas necessidades, e outros 15,91% acham a região de muito boa a excelente. Essa estatística demonstra que o bairro do Catete é bem servido de diversos tipos de estabelecimentos comerciais e de serviços.

OPINIÃO DOS MORADORES SOBRE FESTIVIDADES

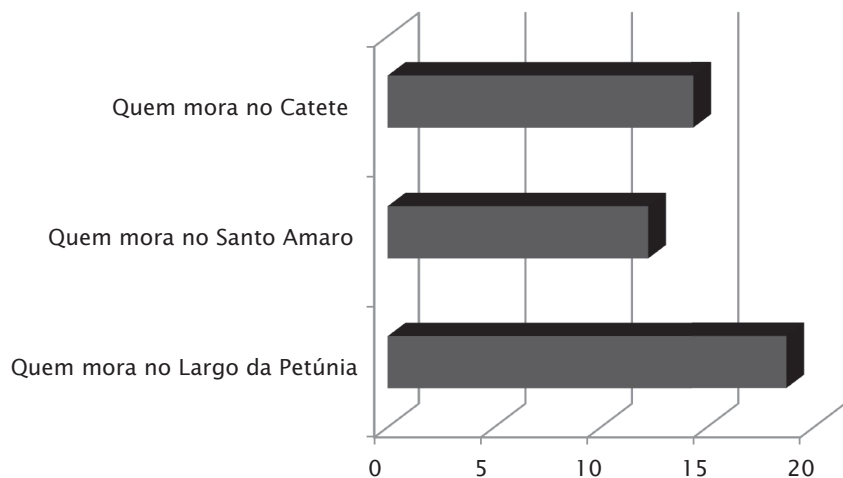
O Largo da Petúnia, há anos, não apresenta qualquer tipo de atividade que ocupe o bom espaço ali existente. No passado, muitos eventos eram realizados naquele espaço, como festas juninas e gritos de Carnaval. Por sua localização privilegiada, a localidade não causava transtornos no trânsito de veículos e de pessoas pelo bairro do Catete. A pesquisa contou com perguntas relativas à reativação de algumas atividades que já fizeram parte da história da localidade (Festa Junina e Bloco Carnavalesco) e propôs outras atividades (Dia das Crianças e consulta livre), que seriam novidades como utilização do Largo, com o objetivo de tentar se criar uma agenda positiva e um calendário de eventos que venha a fazer parte de um conjunto de medidas que possam ser apoiadas pelo poder público e geridas por entidades não governamentais.

Sem saber da opinião dos moradores sobre estes tipos de eventos não poderíamos conhecer o que eles pensavam sobre os impactos em seu cotidiano com a utilização da área para eventos de grande porte. A pesquisa constatou que a maioria dos moradores aprovaria qualquer uma das propostas apresentadas, demonstrando que a alteração em suas rotinas nesses eventos seria aceitável e tolerada em prol de uma melhor utilização do logradouro.

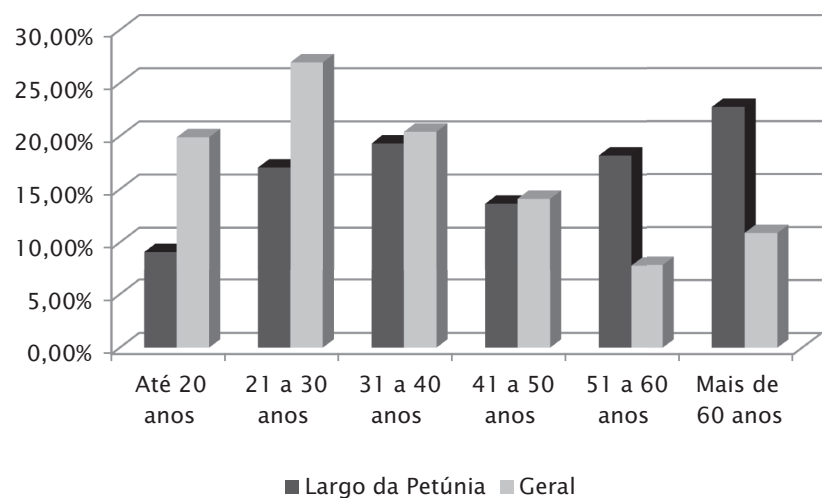
A grande maioria do público entrevistado lembrou do tempo em que existia a Festa Junina festividade, 80,60%. Já os moradores do Largo da Petúnia, 85,23% lembraram. Para comprovar que essas memórias existem pelos aspectos positivos, e não por algum evento negativo que tenha acontecido, a maioria, tanto dos próprios moradores que lembraram (57,33%), quanto dos entrevistados que moram nas demais localidades que também lembravam (64,5%), gostavam da Festa Junina que era realizada no Largo da Petúnia. Entre os fatores que resultaram na interrupção da realização da Festa Junina, está a falta de quem a organizava e o aumento da violência na região, segundo um entrevistado. O que podemos presumir com esta informação é que se alguém pretender reeditar tal festividade precisará de muito apoio do poder público e de garantias cíveis para mitigar os riscos dessa reativação.

O segundo evento posto para avaliação foi uma festividade que acontece há anos, no Dia das Crianças, na comunidade do Santo Amaro. A maioria dos entrevistados (60,2%) disse que já ouvira falar de tal festividade. Situação diferente entre os moradores do Largo da Petúnia, onde a minoria (45,55%) sabia. Mas, tanto entre os moradores do Largo (77,5%), quanto entre os que moram

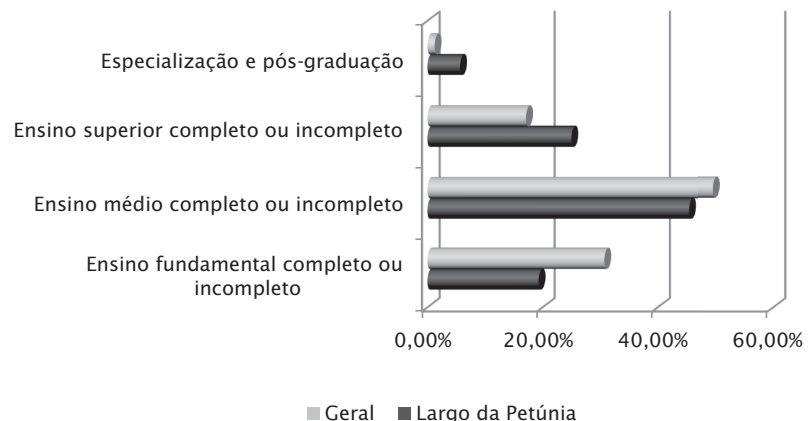
Tempo médio de moradia dos entrevistados em anos



Distribuição da idade dos entrevistados



Escolaridade dos entrevistados



fora (80,75%), a maioria gostaria que a festividade para comemoração do Dia das Crianças fosse realizada no Largo da Petúnia, e não mais no Santo Amaro.

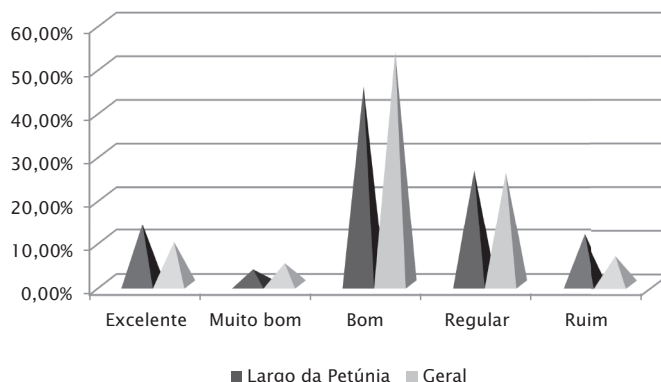
Acreditamos que esta opinião dos entrevistados deva estar ligada a dois motivos: a segurança e o tamanho do evento. No largo, a festividade poderia tomar proporções maiores, inclusive com cobertura por diversas mídias, além de poder receber um número maior de crianças.

O bloco carnavalesco poderia ser considerado como um conjunto de eventos. A proposta que fizemos seria a existência de uma festividade que não ficasse restrita a um dia ou período (não só durante o Carnaval). A maioria respondeu positivamente em ambos os grupos avaliados, sendo 65,91% dos que moram no Largo e 78,09% dos que moram fora, apoiando quanto a sua implantação ou realização no Largo da Petúnia.

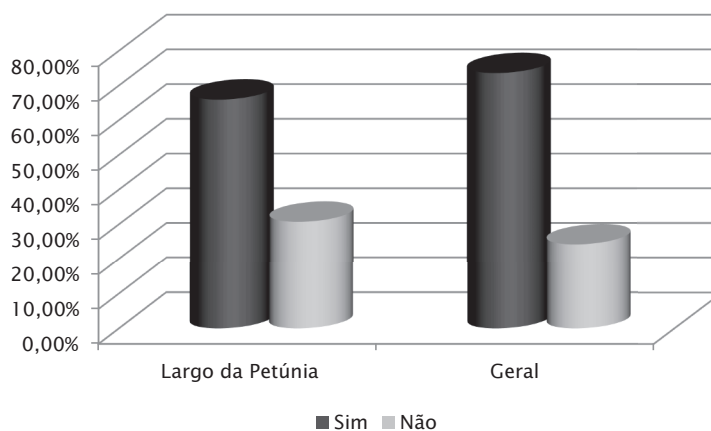
De forma livre, foi solicitado aos entrevistados que sugerissem atividades ou intervenções que pudessem ser feitas para melhorar não só o aspecto do lugar, mas resolvesse a subutilização do Largo. De um modo geral, as três sugestões com maiores percentuais foram: a revitalização do local com a implantação de forma definitiva de uma praça (25,60%); a instalação de equipamentos que comporiam uma Academia da Terceira Idade (10,49%); e a construção ou transformação do espaço existente em uma praça ou quadra poliesportiva (4,13%).

Já entre os moradores do Largo, as sugestões ou opiniões ficaram mais concentradas e apresentaram percentuais mais altos, sendo as três que merecem ser evidenciadas e estudadas, inclusive por convergirem com a opinião geral foram: a revitalização do local com a implantação de forma definitiva de uma praça, só que complementada com brinquedos

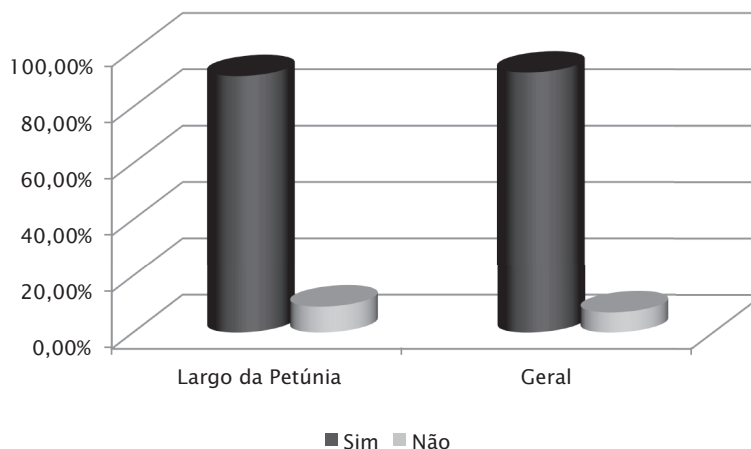
Como você considera o local onde mora?



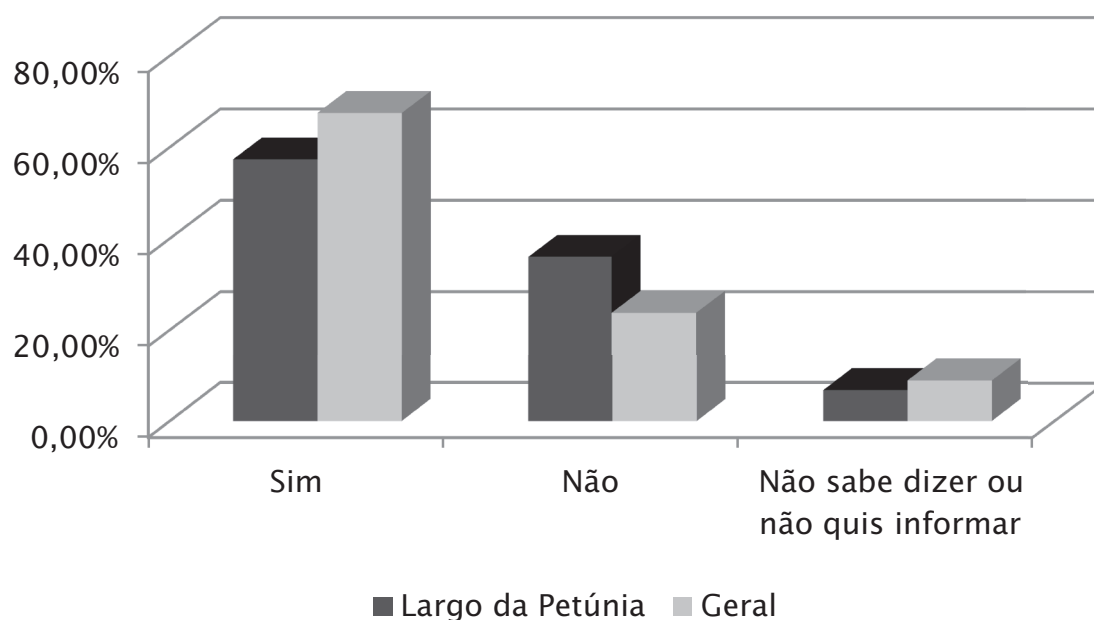
Você tem orgulho de morar na rua em que mora?



Você tem orgulho de morar no bairro em que mora?

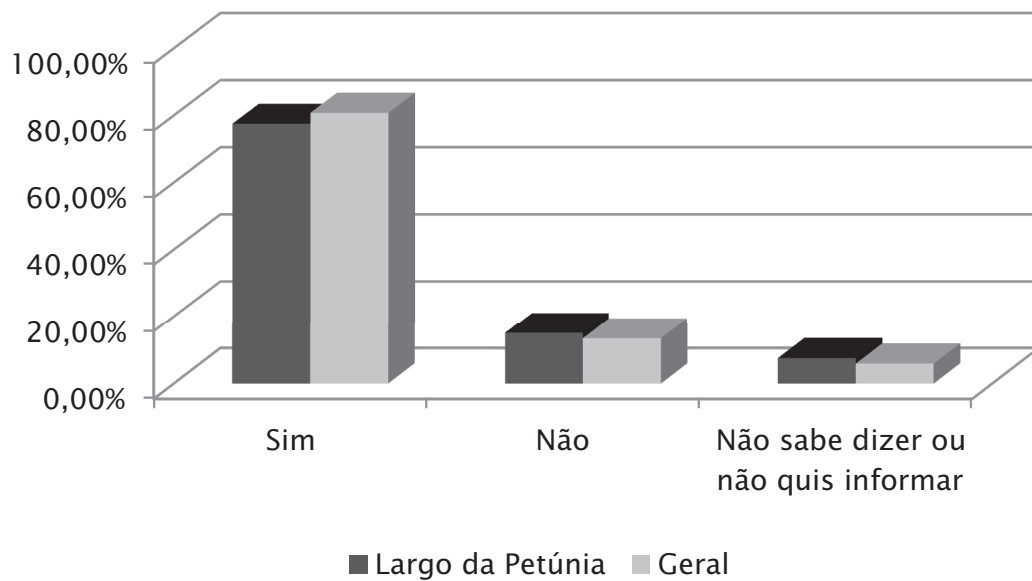
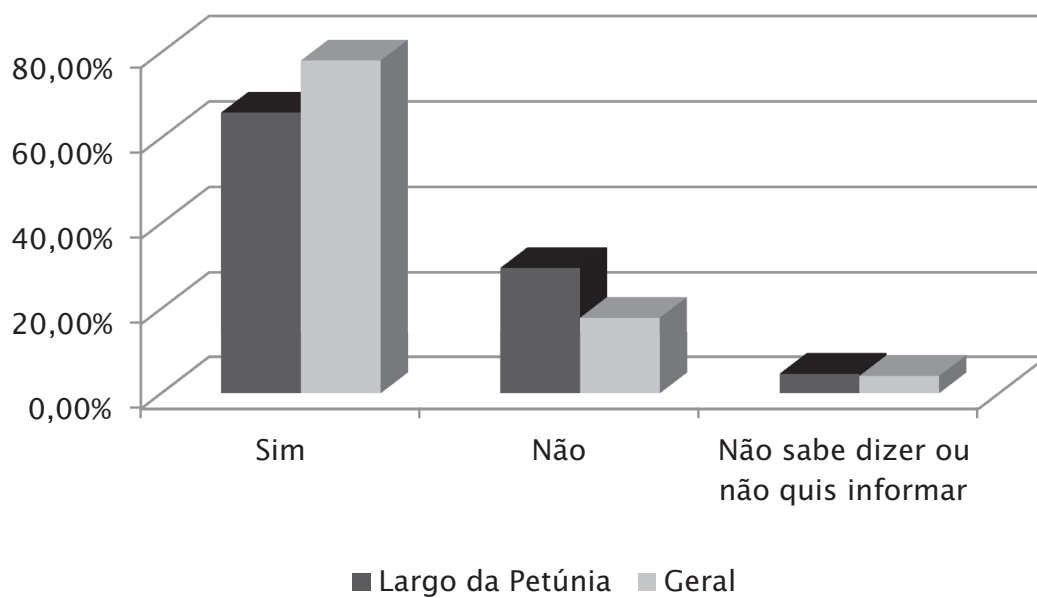


Você gostava da Festa de São João que tinha no Largo d Petúnia?

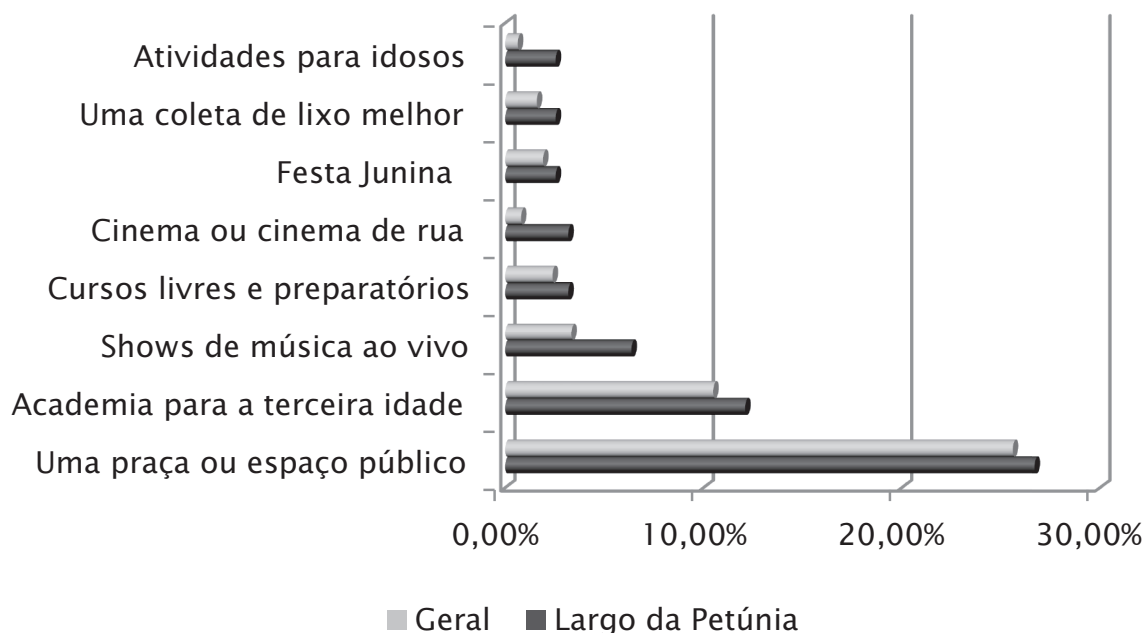


Atividades encontradas no Bairro do Catete

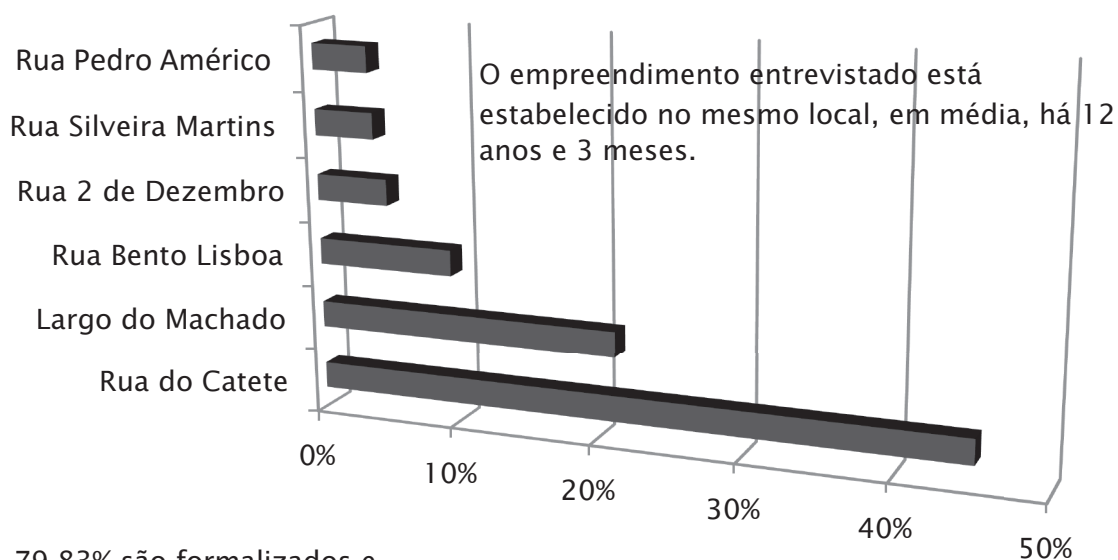
Moradia / Residência	80,06%
Clínicas e Consultórios de Especialidades Médicas e Odontológicas	4,05%
Vestuário e Moda	1,97%
Entretenimento, Lazer e Alimentação	1,49%
Mobiliário, Decoração e Reformas	1,24%
Beleza e Estética	0,81%
Educação	0,50%
Serviços Públicos ou não Comerciais	0,41%
Alimentos	0,32%
Assistência Técnica e Concertos	0,20%
Produtos e Serviços de Veículos e Transportes	0,20%
Todas as demais atividades	2,36%
Residência, Loja, Sala ou Estabelecimento Fechado ou Sem Identificação	6,26%
Loja em obras / reforma	0,12%
Terreno Baldio / Terreno Vazio	0,01%

Você gostaria que a Festa do Dia das Crianças fosse feita no Largo da Petúnia?**Você gostaria que existisse um Bloco Carnavalesco no Largo da Petúnia?**

Cite algumas atividades que você gostaria que fossem desenvolvidas no Largo da Petúnia

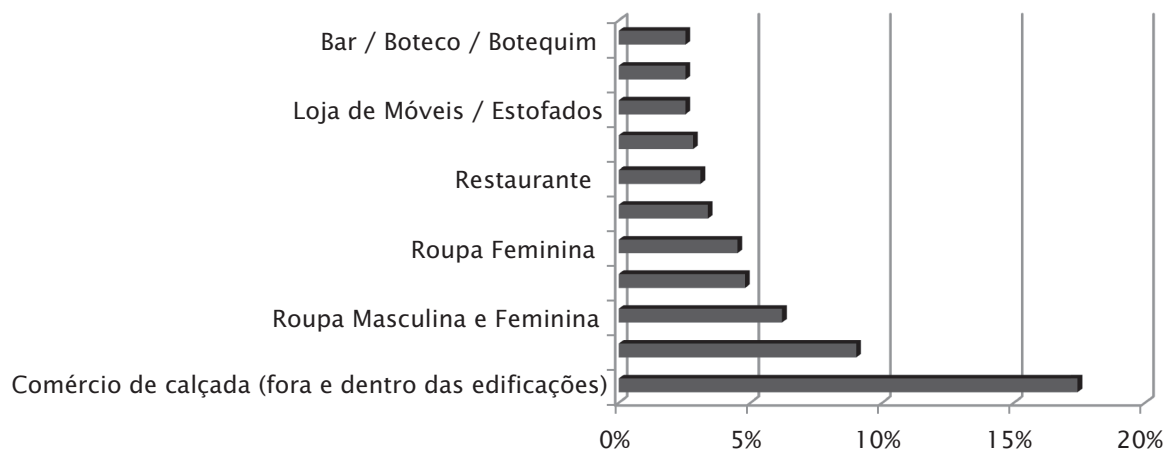
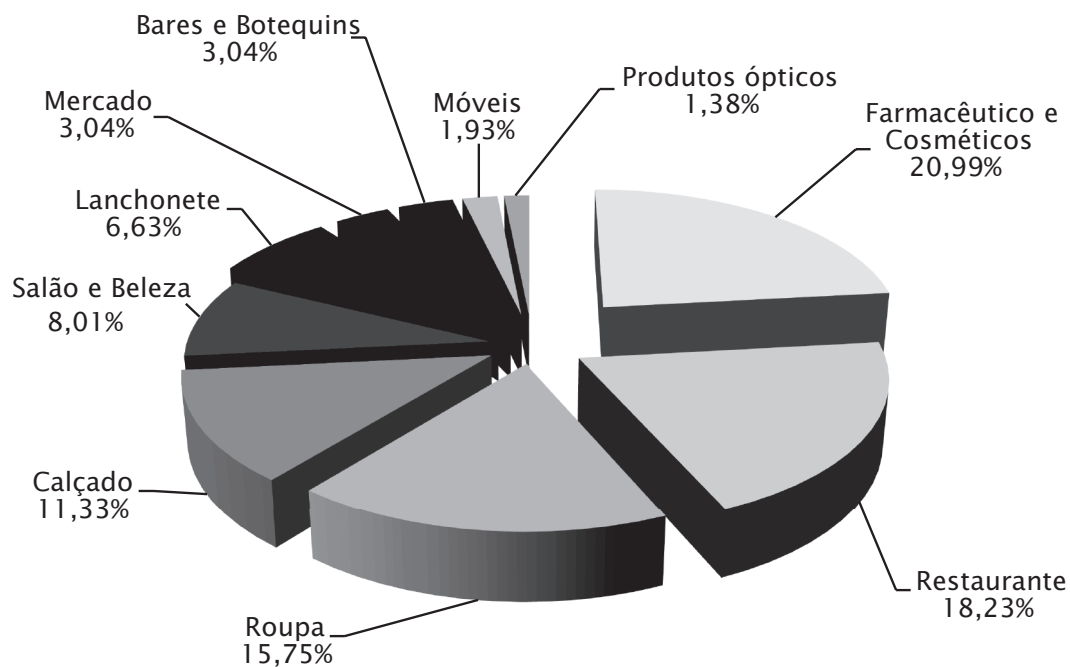


Endereço dos empreendimentos pesquisados

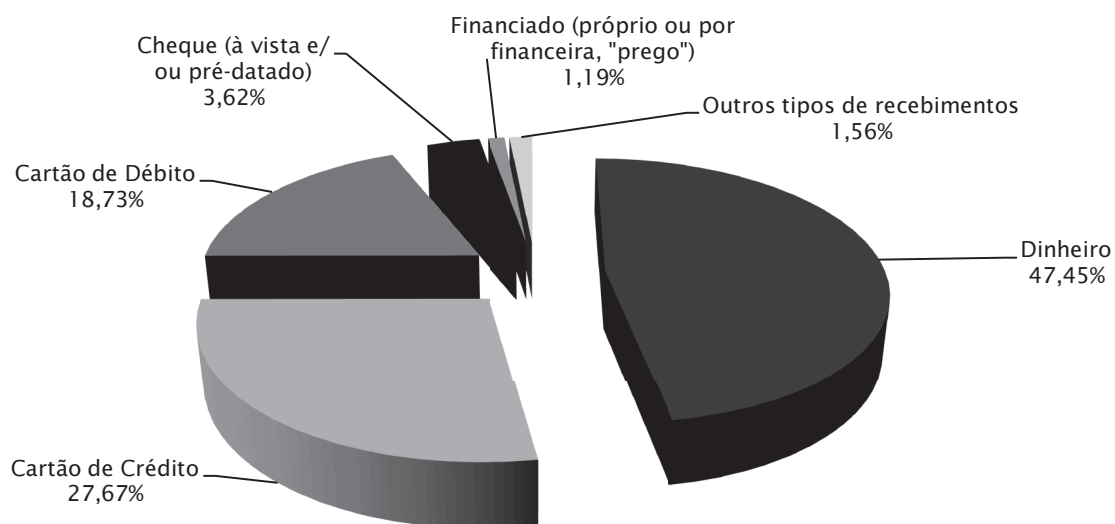


O empreendimento entrevistado está estabelecido no mesmo local, em média, há 12 anos e 3 meses.

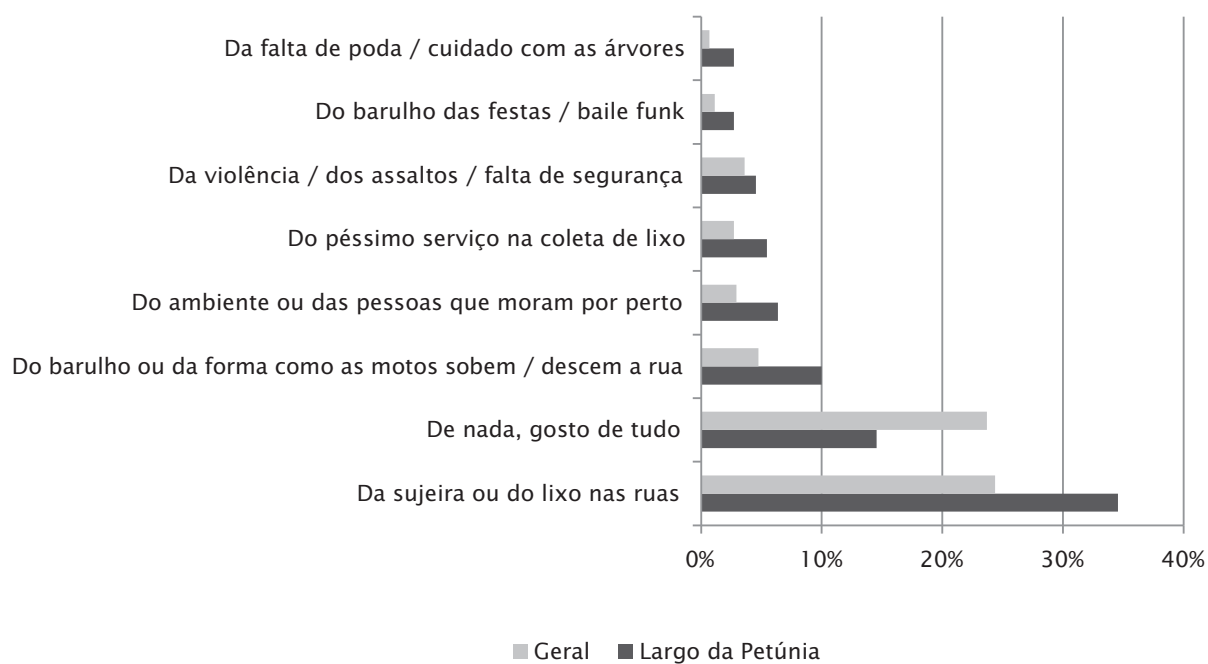
79,83% são formalizados e 20,17% são informais.

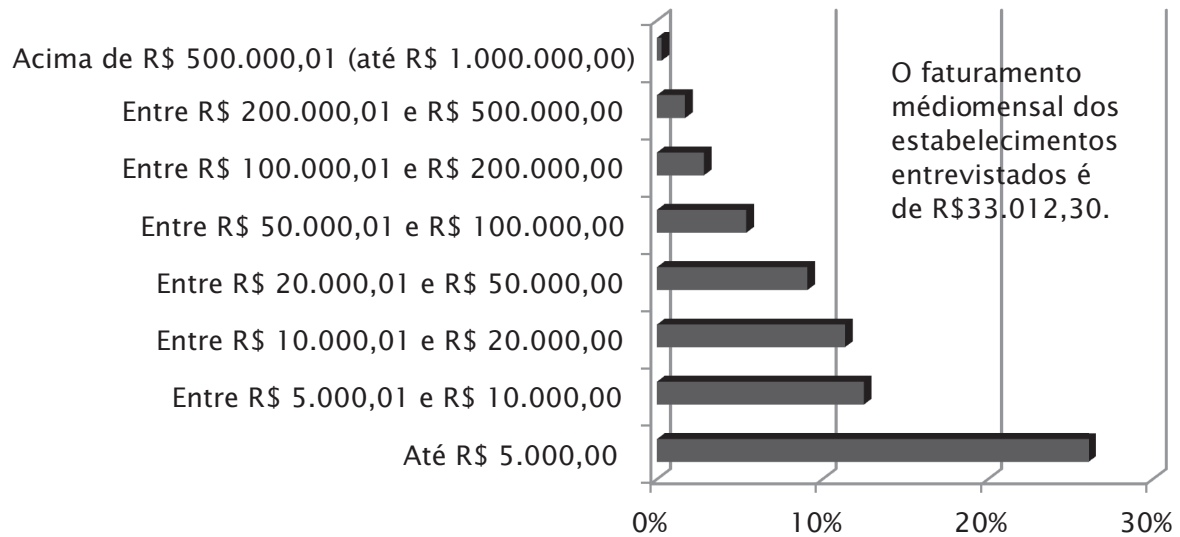
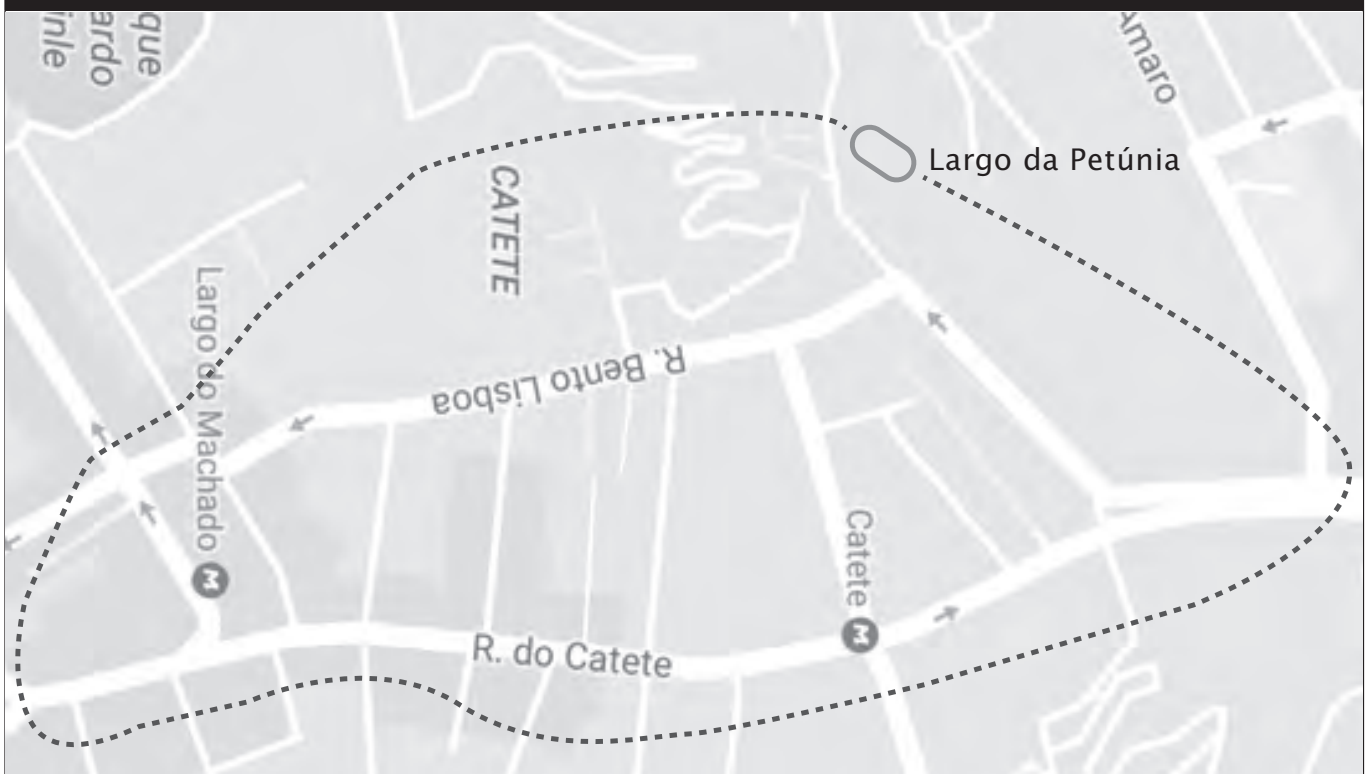
Atividade dos empreendimentos pesquisados**Para você qual é a vocação comercial do bairro do catete?**

Composição percentual do faturamento dos empreendimentos entrevistados



O que você não gosta no lugar em que mora?



Distribuição do faturamento dos empreendimentos entrevistados.**Região de abrangência cultural do Largo da Petúnia**

para crianças (26,75%); a instalação de equipamentos que comporiam uma Academia da Terceira Idade (12,1%); e a realização de shows de música ao vivo (6,37%).

OPINIÃO DOS COMERCIANTES E EMPREENDEDORES DO CATETE

Com o mesmo intuito da pesquisa com os moradores e transeuntes, foi enviado a campo, entre os dias 29 de novembro e 13 de dezembro de 2013, o mesmo grupo de pesquisadores que, de posse de um questionário preconcebido, entrevistaram 352 pessoas que gerenciavam ou eram empreendedores de estabelecimentos comerciais estabelecidos ou estão em pontos comerciais nas calçadas ou em áreas delimitadas (formalmente ou informalmente constituídas).

A área trabalhada pelos pesquisadores, que visitaram comerciantes e empreendedores foi definida de acordo com a delimitação oficial divulgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (representada na imagem acima), com uma única exceção, a rua Cruzeiro do Sul, por conta de sua localização e baixa representatividade.

Os empreendimentos, formais ou informais, já estavam estabelecidos no mesmo local há 12 anos e três meses, em média, e empregavam o trabalho de seis pessoas, em média. Entretanto, a maioria dos empreendimentos entrevistados contava com até três trabalhadores (52,28%), somente.

Mesmo a pesquisa tendo sido realizada um pouco antes do Natal, os entrevistados não estavam muito contentes com a situação de seus negócios, pois 54,83% dos comerciantes consideravam como regular ou ruim as vendas. Apesar disso, a maioria dos entrevistados tem muito

orgulho de seu estabelecimento estar situado na rua na qual está (84,94%, mais que os moradores) ou no bairro no qual está estabelecido (89,49%, menos que os moradores). O otimismo foi detectado em 69,32% dos entrevistados que acreditavam que a situação da região fosse melhorar nos próximos anos.

INVENTÁRIO DAS ATIVIDADES EXISTENTES NO CATETE

Para contabilizar e identificar as atividades comerciais e não comerciais, formais e informais, legais ou ilegalmente constituídas, existentes no bairro do Catete, além de poder servir de base e fonte de informação para estimações, investimentos ou puro conhecimento da estrutura comercial e empreendedora do bairro, foi enviado a campo, entre os dias 28 de novembro e 16 de dezembro de 2013, o mesmo grupo de pesquisadores para percorrerem todo o bairro³, anotando todas as atividades desenvolvidas tanto dentro dos imóveis, quanto em suas calçadas e áreas livres e de uso de toda a população, como praças e logradouros públicos, na mesma área definida para as entrevistas dos comerciantes e empreendedores, inclusive a única exceção.

Foram encontradas 11.398 atividades comerciais e não comerciais, estabelecidas em imóveis ou nas áreas públicas.

Entre as atividades comerciais ou econômicas encontradas, a surpresa ficou por conta da participação do grupo que denominamos de Clínicas e Consultórios de Especialidades Médicas e Odontológicas que representaram 4,05% de todas as atividades, ou de 30,86% entre as atividades comerciais, ou seja, 462 unidades ligadas à saúde. Isto indica que o bairro tem sua vocação em uma área pouco esperada.

NOTAS

¹Termo tupi que se origina da junção de aba'ti (milho) e e'tê (verdadeiro).

²Derivaria da junção dos termos tupis ka'a (mato), ty (água) e, e'tê (verdadeiro).

³Exceto a Rua Cruzeiro do Sul, devido a sua localização e baixa representatividade.

Coordenação Geral

Carlos Lessa
Luiz Carlos Prestes Filho

Coordenação Científica

Paulo Brück (LRAC)
Olavo Alves Diogo
Sergio Luís Corrêa
Nilton Rodrigues Junior

Apoio

LRAC Pesquisa e Consultoria Econômica
Núcleo de Estudos de Economia
da Cultura (NEEC)

Redação

Aline Peixoto

Por uma folia sustentável e economicamente reconhecida: políticas para o sistema de produção e inovação do Carnaval

*Camila Soares
Marcelo Matos*

Complexo e produtivo, o carnaval das escolas de samba desempenha um papel de construção de identidade, de interação e até de solidariedade. Por meio de uma densa pesquisa, foi possível confirmar também o quanto a indústria carnavalesca é dinâmica e geradora de desdobramentos socioeconômicos.

Em 2013, o Rio de Janeiro atraiu 1,2 milhão de turistas e o carnaval gerou receitas de aproximadamente R\$ 1,1 bilhão. São Paulo – cujo Carnaval vem crescendo ano a ano – não ficou muito atrás, atraindo 900 mil turistas e gerando uma movimentação financeira de mais de R\$ 828 milhões, como levantado pelo Ministério do Turismo. Este número aumentou nos anos seguintes, movimentando ainda mais a economia dessas cidades.

As cifras vinculadas à folia impactam diretamente a geração de empregos. De acordo com levantamento feito pela Assertem/Sindeprestem¹, ao longo de

um ano, há a geração de cerca de 250 mil empregos temporários em todo país em 2013² gerados pelo Carnaval. São vagas para os mais diversos tipos de atividades, como vendedores, garçons, costureiras, aderecistas, marceneiros, motoristas, auxiliares de serviços gerais. Estima-se que nesse período o impacto sobre o emprego também seja significativo. No período do Carnaval de 2014, foram gerados 10,1 mil empregos temporários, segundo estudo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo³ (CNC).

O carnaval das escolas de samba constitui um importante sistema produtivo, complexo e extremamente inovativo, que necessita ser reconhecido e apoiado como tal. Ao mesmo tempo, as escolas de samba são partes orgânicas de muitas comunidades com maior ou menor nível de renda, desempenhando um importante papel aglutinador e de espaço de interação, construção de identidade e solidariedade.

Com intuito de aprofundar melhor o tema, foi realizada a pesquisa “Política de inovação para o carnaval das escolas de samba”, com o objetivo de propor políticas para o sistema de produção e inovação do Carnaval. A iniciativa foi possibilitada pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) em conjunto com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). O projeto foi executado pela Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos (RedeSist-IE/UFRJ), contando com pesquisadores integrantes desta rede em quatro universidades do país, UFRJ, Unicamp, Ufes e UFRGS, além de especialistas vinculados a organizações do mundo do samba, como o Acadêmicos do Grande Rio, a Escola de Samba Mirim Pimpolhos da Grande Rio e a Associação de Mulheres Empreendedoras do Brasil (Amebras). O estudo contou também com o apoio de associações representativas e ligas de escolas de samba, com destaque

para a Liga Independente das Escolas de Samba do Rio (Liesa).

O foco central da pesquisa é reconhecer este duplo papel das escolas de samba e construir uma política de inovação que contemple a dinamização de uma complexa indústria, mas também seus desdobramentos socioeconômicos.

O estudo realizado é resultado de um processo sistemático de coleta de dados primários e de entrevistas realizadas ao longo dos meses de janeiro e fevereiro e de agosto e setembro de 2014 com diversos atores-chave na produção e gestão do carnaval, como carnavalescos, diretores, chefes de equipes em diferentes etapas de produção, como a de fantasias e de alegorias. O foco central está no carnaval das escolas de samba do Rio de Janeiro e contempla também os casos das capitais São Paulo, Porto Alegre, Vitória, Florianópolis e Macapá.

Por um lado, cada praça apresenta um conjunto de questões específicas. Por outro lado, grande parte dos desafios perpassa todas as praças pesquisadas, podendo variar em termos de sua intensidade ou importância relativa. Mas, a partir da consideração dos aspectos comuns, é possível elencar um conjunto de propostas de política.

Em todas as cidades ou regiões metropolitanas (RMs) contempladas na pesquisa, as escolas de samba são organizadas em diferentes grupos e a competição entre as agremiações define a ascensão ou descenso de escolas entre os grupos. Um corpo de jurados avalia a performance das escolas de samba e atribui notas aos diversos quesitos avaliados. A soma destas notas indica, então, a escola de samba campeã do desfile em cada grupo. A cada ano as escolas de melhor colocação nos seus grupos ascendem para o grupo superior e as escolas de samba de pior colocação descem para o grupo inferior.

Quanto ao perfil das instâncias de representação em cada região metropolitana, vale ressaltar que as escolas de samba são entidades culturais sem fins lucrativos cujo objetivo é a realização do desfile durante o Carnaval. Ao longo do processo histórico de desenvolvimento da festa e sua transformação em espetáculo, a interação de diferentes grupos de interesse e pontos de vista contribuíram para uma segmentação das instâncias de representação por grupos. Isto é bem exemplificado no caso do Rio de Janeiro.

*Essas agremiações são
partes orgânicas de
muitas comunidades com
maior ou menor nível de
renda, desempenhando
um importante papel
aglutinador e de espaço de
interação, construção de
identidade e solidariedade*

Conforme detalhado por diversos estudiosos do Carnaval (Cavalcanti, 1995; Ferreira, 2004; Matos, 2007; Prestes Filho, 2009), a busca por maior independência das escolas de samba do grupo especial do Rio de Janeiro para a organização do espetáculo e a gestão das receitas geradas por sua comercialização culminaram com a criação da Liga Independente das Escolas de Samba do Grupo Especial do Rio de Janeiro (LIESA) em 1984, formada por dez escolas dissidentes da Associação

das Escolas de Samba da Cidade do Rio de Janeiro (AESCRJ). Uma série de embates e disputas recentes tem alterado o quadro de representação dos demais grupos, gerando inclusive propostas de alteração da denominação destes grupos e sua reformulação.

O embate de grupos de interesse na esfera de representação e organização dos desfiles tem implicações concretas nas políticas de apoio que tenham real capacidade de mobilizar e beneficiar o conjunto das escolas de samba.

MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

Embora seja difícil obter boas aproximações para o volume de recursos movimentados em função da economia do Carnaval, as estimativas existentes sublinham as grandes dimensões desta indústria.

Grande parte da movimentação de recursos durante o Carnaval se deve à despesas realizadas por turistas. O perfil dos gastos turísticos foi estudado por Prestes Filho⁴. O gasto majoritário foi com transporte (36%), alimentação e bebidas (33%), compra de fantasias (20%) e hotelaria (11%), tendo a rede hoteleira uma taxa de ocupação perto da capacidade máxima, com os turistas tendo preferência por bairros da Zona Sul e Centro da cidade, tais como Copacabana, Ipanema, Leblon, Flamengo e Glória, como aponta levantamento da ABIH-RJ (Associação Brasileira de Indústria Hoteleira)⁵.

PROPOSTAS POLÍTICAS

A partir desses aspectos comuns a cada cidade, é possível elencar um conjunto de propostas, que podem ser classificadas nos seguintes eixos: políticas de capacitação, pesquisa e inovação; e políticas complementares à de inovação. As propostas para a área de capacitação podem ser organizadas basicamente em duas

Movimentação financeira do Carnaval 2013, principais cidades

Estado	Pessoas	Movimentação Financeira
Rio de Janeiro	1,2 milhão	R\$ 1,1 bilhão
São Paulo	900 mil	R\$ 828,7 milhões
Pernambuco	800 mil	R\$ 736,6 milhões
Bahia	650 mil	R\$ 598,5 milhões
Minas Gerais	180 mil	R\$ 165,7 milhões
Santa Catarina	170 mil	R\$ 156,5 milhões
Ceará	130 mil	R\$ 119,7 milhões

Fonte: Ministério do Turismo (http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/Artigos/20140724_3.html)

Gastos dos turistas no Carnaval do Rio de Janeiro de 2013

Itens de gasto	%
Transporte	36%
Alimentação e Bebidas	33%
Fantasia	20%
Hotelaria	11%

Fonte: Governo do Estado do Rio de Janeiro (<http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=1444517>)

linhas: escolas como centro de pesquisa, desenvolvimento e inovação; e núcleos coletivos, pelos quais sejam articuladas atividades de ensino, de pesquisa e inovação e produção continuada, com acesso e participação de todas as agremiações.

A justificativa para essas propostas partiu da constatação de que o Carnaval tem uma base de conhecimento empírica, na qual as práticas são passadas de uma geração para outra e desenvolvidas sem um método específico ao qual pode ser ensinado. Além disso, uma grande parcela de escolas de samba, blocos e ligas carnavalescas sofrem problemas sérios de gestão. Desse modo, os programas de educação para área do Carnaval precisam abranger essas duas necessidades: sistematização dos conhecimentos gerados pelo evento e capacitação nas áreas de gestão financeira, de produção, logística, planejamento estratégico e *marketing*.

A primeira linha de ação é voltar para a criação de uma Escola de

Carnaval, que poderia atuar como um observatório do carnaval, promovendo pesquisas e a implantação de melhorias na diferentes escolas de samba e grupos carnavalescos, orientando os mesmos a pensar em como desenvolver modelos de negócios sociais e se posicionar dentro do mercado do entretenimento. O foco inicial do trabalho desenvolvido seria a atenção às especificidades de cada agremiação. Estas especificidades podem se manifestar na forma de organização dos processos de criação, produção e gestão. Como cada agremiação é constituída por rotinas e idiosincrasias próprias, essa alternativa identifica em cada organização um núcleo específico de construção de capacitações e de inovação.

A proposta sugere que cada entidade carnavalesca se torne um Centro de PDI (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação), onde as especificidades de cada segmento poderiam ser estudadas e sistematizadas em uma parceria entre especialistas das mais diversas áreas e os especialistas de Carnaval de cada agremiação.

Essa iniciativa poderia ser uma política pública promovida pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, através do desenvolvimento de programas específicos que incentivem as escolas a se tornarem um PDI. As demandas de cada centro de PDI serão geradas pelas próprias entidades carnavalescas que por meio de uma consultoria realizada

pelo Ministério junto com instituições parceiras, como Sebrae e universidades, elaborariam um projeto de implantação do PDI na agremiação. O mais importante é que cada unidade atenda às especificidades de cada grupo carnavalesco, identificando quais são as bases de conhecimentos gerados e atuando na melhoria de práticas de gestão. Só se torna um centro de pesquisa a instituição carnavalesca que desejar.

Os centros de PDI seriam monitorados por um observatório da Escola de Carnaval criado especificamente para essa demanda, onde seriam feitos esforços de observar quais práticas poderão ser sistematizadas e unificadas e quais são exclusivas de cada agremiação. As práticas que forem comuns a cada grupo carnavalesco podem ser padronizadas para que se torne mais fácil a criação de programas que beneficiem o amadurecimento intelectual do Carnaval e a geração de conhecimento científico. Um bom exemplo para isso seria a implantação de *softwares* de controle de estoque, PCP, financeiro e nas áreas de *design*. Todas as escolas poderiam usar um mesmo *software* que seriam desenvolvidos ou adaptados para as necessidades da produção do Carnaval. Outro exemplo seria a redefinição do *layout* de fábrica para produzir o Carnaval de forma mais eficiente e responsiva, sem desperdício de tempo e recursos.

Em 10 anos, a Escola de Carnaval teria codificado o conhecimento gerado pelo Carnaval, estimulando a realização de teses acadêmicas em universidades brasileiras e estrangeiras de graduação, mestrado e doutorado, sobre a Economia e Gestão do Carnaval Brasileiro. Essas práticas mudarão o padrão profissional de cada grupo carnavalesco que se transforme em um PDI, que através da

Representações das escolas de samba

Para o Carnaval de 2014, a Liga das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (LIERJ), criada em 2012, foi responsável pela representação e organização do desfile do grupo de acesso A, enquanto que a Associação das Escolas de Samba da Cidade do Rio de Janeiro (AESCRJ) foi responsável pela representação e organização dos demais grupos. Nas demais regiões metropolitanas enfocadas neste estudo, há maior ou menor ingerência do poder público na organização dos desfiles e a existência de maiores ou menores divergências de interesses, levando a segmentações das estruturas de representação.

No caso de São Paulo, a Liga Independente das Escolas de Samba de São Paulo (LigaSP) é representante das escolas do grupo especial e responsável pela organização de seu desfile. Já a União das Escolas de Samba Paulistas (UESP) é a entidade representativa dos grupos I, II, III e IV.

Em Porto Alegre, os desfiles do grupo especial ficam a cargo da LIESPA (Liga Independente das Escolas de Samba de Porto Alegre), enquanto a AECPARS (Associação das Entidades Carnavalescas de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul) é a associação representativa do grupo A, do grupo de Acesso e também das tribos carnavalescas.

Em Vitória, a associação representativa de todos os grupos – especial A, especial B e acesso – é a LIESES (Liga Independente das Escolas de Samba do Espírito Santo). Em Manaus, os desfiles do grupo especial são organizados pela AGEESMA (Associação do Grupo Especial das Escolas de Samba de Manaus), enquanto a LIESGA (Liga das Escolas de Samba do Grupo de Acesso de Manaus) é responsável pelo grupo de acesso da região.

Em Florianópolis, no ano de 2013 foi criada a Super Liga das Escolas de Samba de Florianópolis, resultado da fusão da LIESF (Liga das Escolas de Samba de Florianópolis) com a Liga dos Blocos Carnavalescos de Florianópolis (LBCAF) e a Liga das Escolas de Samba da Grande Florianópolis (Legrantf). Em Macapá, o desfile é atualmente organizado pela Liga Independente das Escolas de Samba do Amapá (LIESAP), criada após problemas políticos na Liga das Escolas de Samba do Amapá (LIESA), que até 2013 era a principal organização.

vista sugere que o foco da distinção das agremiações está nos aspectos lúdicos, estéticos e criativos, e não nos aspectos técnicos de base. Da mesma forma, seria possível argumentar que não haveria a necessidade de cada agremiação promover seu próprio curso, por exemplo, de escultura.

NÚCLEOS COLETIVOS

A proposta de Núcleos de Capacitação, Pesquisa e Inovação vai de encontro a diversos desafios identificados ao longo da pesquisa: escassez de profissionais qualificados e dificuldade de integrar pessoas qualificadas fora do contexto do Carnaval; dificuldade de mobilizar profissionais a se especializarem na área; impossibilidade de agremiações individuais adquirirem máquinas de alto custo; relutância em arcar com os riscos de utilização de novos materiais e equipamentos e indisponibilidade de tempo para testá-los adequadamente; indisponibilidade de recursos e capacidades no campo da gestão das agremiações para a mobilização de parcerias de pesquisa.

Diante desses argumentos, considera-se que os núcleos coletivos poderiam contribuir para avanços em muitas das dimensões e desafios que permeiam todas as agremiações. Esta proposta se inspira em três iniciativas e programas e propõe uma articulação de suas características: o “Barracão Escola”, os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), política a cargo da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e os “Pontos de Cultura”, experiência exitosa de política do Ministério da Cultura.

A primeira experiência teve como foco a capacitação. No Rio de Janeiro, na Cidade do Samba, encontrava-se insta-

produção de conhecimento especializado poderá garantir a sustentabilidade socioeconômica e social para a instituição. A Escola de Carnaval seria uma espécie de aceleradora das agremiações, ajudando as mesmas a potencializar suas capacidades produtivas e a ganharem mercado, sendo possível então, cada uma delas, traçarem um plano de sustentabilidade econômica que a médio e longo prazo insira as escolas de samba e grupos carnavalescos em diferentes mercados do entretenimento no Brasil e no exterior.

A Escola de Carnaval seria construída por um grupo de especialistas de diferentes áreas: artistas, engenheiros, urbanistas, sociólogos e membro de diferentes

setores do carnaval. Sua personalidade jurídica seria uma instituição privada com interesse público, uma Oscip, que ao longo de 15 anos pudesse adquirir musculatura e sustentabilidade econômica e, ao mesmo tempo, contribuir para a mudança de padrão organizacional das agremiações carnavalescas.

O aspecto prático que pode tornar tal proposta menos interessante é justamente a pulverização de esforços e recursos e a eventual sobreposição desnecessária de esforços. Pesquisas e soluções relacionadas à estrutura metálica de alegorias, por exemplo, não precisam necessariamente ser desenvolvidas de forma concorrente por diversas agremiações. Este ponto de

lado um “barracão escola” no qual eram realizadas atividades de capacitação. Infelizmente, este barracão foi um dos vitimados pelo grande incêndio de 2011. Até o momento, a infraestrutura que se havia constituído não pode ser recuperada, devido à indisponibilidade de recursos e à negativa de empresas seguradoras de assumirem estes custos.

No entanto, os esforços de capacitação e profissionalização continuam a ser desenvolvidos por profissionais que estavam à frente do “barracão escola” no escopo da Associação de Mulheres Empreendedoras do Brasil (Amebras), em parceria com diversas agremiações. Dentre outras, estes profissionais contam com a experiência de elaboração e implementação de um Plano Setorial de Qualificação (Planseq), atendendo a mais de cinco mil pessoas em diferentes estados do país.

A proposta fundamental é de que se constitua, a exemplo do “barracão escola”, uma estrutura coletiva caracterizada como um Núcleo de Capacitação, Pesquisa e Inovação (NCPI). Ou seja, propõe-se a articulação de atividades de ensino, com atividades de pesquisa e inovação e produção continuada em uma estrutura coletiva, com acesso e participação de todas as agremiações.

A segunda experiência na qual se inspira esta proposta é da política de Centros Vocacionais Tecnológicos, espaços destinados à promoção e oferta de serviços e produtos voltados ao fortalecimento dos sistemas produtivos locais por meio da extensão tecnológica, da pesquisa aplicada, da formação profissional de base tecnológica e do empreendedorismo e a inovação. A articulação de atividades de capacitação, extensão e pesquisa são elementos constituintes centrais da proposta de Núcleos de Capacitação, Pesquisa e Inovação.

Esta proposta difere da que se baseia os CVTs com relação a alguns aspectos conceituais e práticos. Esse núcleo não possuiria um recorte setorial tradicional, ao qual é, usualmente, associado um pacote tecnológico e de capacitações específico, como o setor de confecções e as tecnologias e capacitações em corte, molde, costura. A multiplicidade e necessidade de articulação de diferentes tecnologias e capacitações para a construção do Carnaval requerem uma lógica distinta

*Pesquisas e soluções
relacionadas à estrutura
metálica de alegorias, por
exemplo, não precisam
necessariamente ser
desenvolvidas de forma
concorrente por diversas
agremiações.*

de organização deste núcleo. Além disso, aos aspectos técnicos precisam ser conjugadas as questões de caráter artístico. No que se refere à extensão e à pesquisa, o papel fundamental do Núcleo não seria limitado a tecnologias com amplo impacto social. Essas tecnologias são de fundamental importância no contexto do samba e das comunidades relacionadas às agremiações, mas a pesquisa deve contemplar também esforços de maior enver-

gadura, explorando soluções inovadoras de relevante impacto para a produção dos desfiles. Seria também contemplado um papel de núcleo coletivo de produção, que não está necessariamente presente, nestes moldes, nos projetos de CVTs.

A política desses Centros constitui uma experiência amplamente exitosa em diferentes territórios e associada a diferentes setores, com importante impacto nas áreas de capacitação e difusão tecnológica. Esta massa crítica deve constituir a base para a criação de NCPIs, mas incorporando outros elementos.

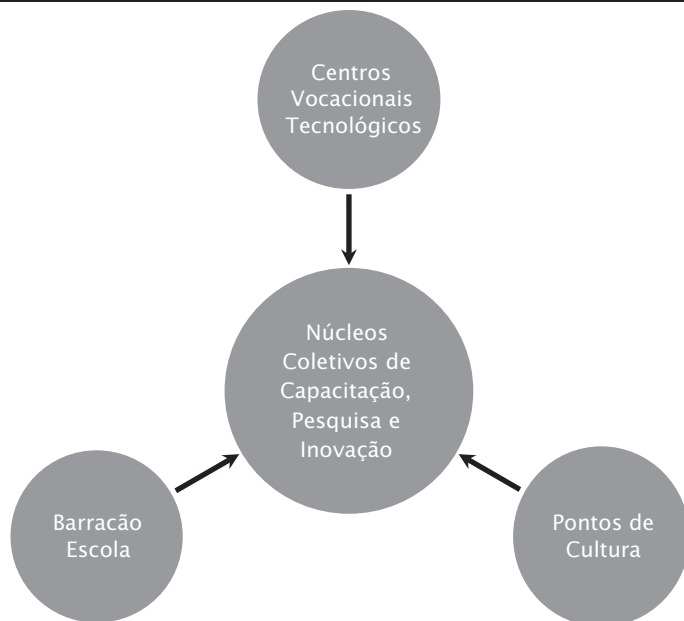
Quanto à referência aos Pontos de Cultura, a proposta Núcleo de Capacitação, Pesquisa e Inovação se inspira nesta política sob o ponto de vista da constituição de um centro dinâmico de produção e reprodução de elementos relacionados ao Carnaval, constituindo um ponto de referência da difusão desta manifestação cultural, sobretudo no que se refere aos produtos que possuem uma identidade visual relacionada com esta manifestação.

Além de projetos de capacitação e núcleos coletivos, outras demandas identificadas na pesquisa foram a criação de programas de bolsas e intercâmbio, assistência técnica e gerencial e parcerias com agências financiadoras voltadas para a inovação, como Finep.

TROCA DE EXPERIÊNCIAS

Quanto à oferta de bolsas e intercâmbios, a iniciativa teria como objetivo permitir que escolas de samba troquem conhecimentos entre si e com outros grupos culturais, como o Boi de Parintins, que desenvolveu um método próprio de movimentar esculturas gigantes que são muito usados pelas agremiações carnavalescas do Brasil inteiro. Seria uma forma de promover cursos e oficinas entre as escolas de samba e grupos culturais,

Convergências de experiências de política e de projetos para a proposta de Núcleos Coletivos de Capacitação, Pesquisa e Inovação



Fonte: Elaboração própria

além de realizar projetos acadêmicos com países latino-americanos que tem no Carnaval forte atividade econômica como: Colômbia, Uruguai, Peru, Argentina, Equador, Panamá, Cuba e outros.

Para tal, seria interessante promover um diálogo entre as instituições públicas das pastas de C,T&I e de cultura, que possa resultar em uma colaboração perene, com a oferta de bolsas de curta duração (1 a 3 meses), que viabilizem os deslocamentos e a permanência de profissionais gabaritados em outros núcleos culturais no país e no exterior.

A assistência técnica e gerencial contaria com organizações dedicadas a este fim, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Por meio de seu programa Sebraetec, um conjunto de apoios e serviços é oferecido a micro e pequenas empresas de diversos setores. A partir de iniciativas-piloto junto a uma ou poucas escolas de samba e com intermédio dos profissionais à frente da Escola de Carnaval, um conjunto de

profissionais desta organização pode facilmente identificar as oportunidades de adequar os pacotes de serviços às características e necessidades das escolas de samba. Assim, este serviço poderia ser estruturado e oferecido, de forma ampliada, ao conjunto das escolas de samba em um segundo momento.

Dentre as atividades previstas no programa Sebraetec, das quais as escolas de samba podem se beneficiar, destacam-se a orientação para melhoria do planejamento e controle de produção, adequação de estoque, aplicação de técnicas de logística e distribuição; avaliação das condições para exportação e importação de produto, adequação das normas técnicas de qualidade, garantia de sustentabilidade (visando o tratamento, reaproveitamento e destinação de resíduos e adequação das exigências de saúde e segurança do trabalho), desenvolvimento de tecnologia da informação e comunicação, além de obtenção, proteção e valorização de propriedade intelectual.

As ações ainda poderiam ser impulsionadas por meio da mobilização de recursos por meio de agências financiadoras e fundações de amparo à pesquisa nos estados e programas de crédito.

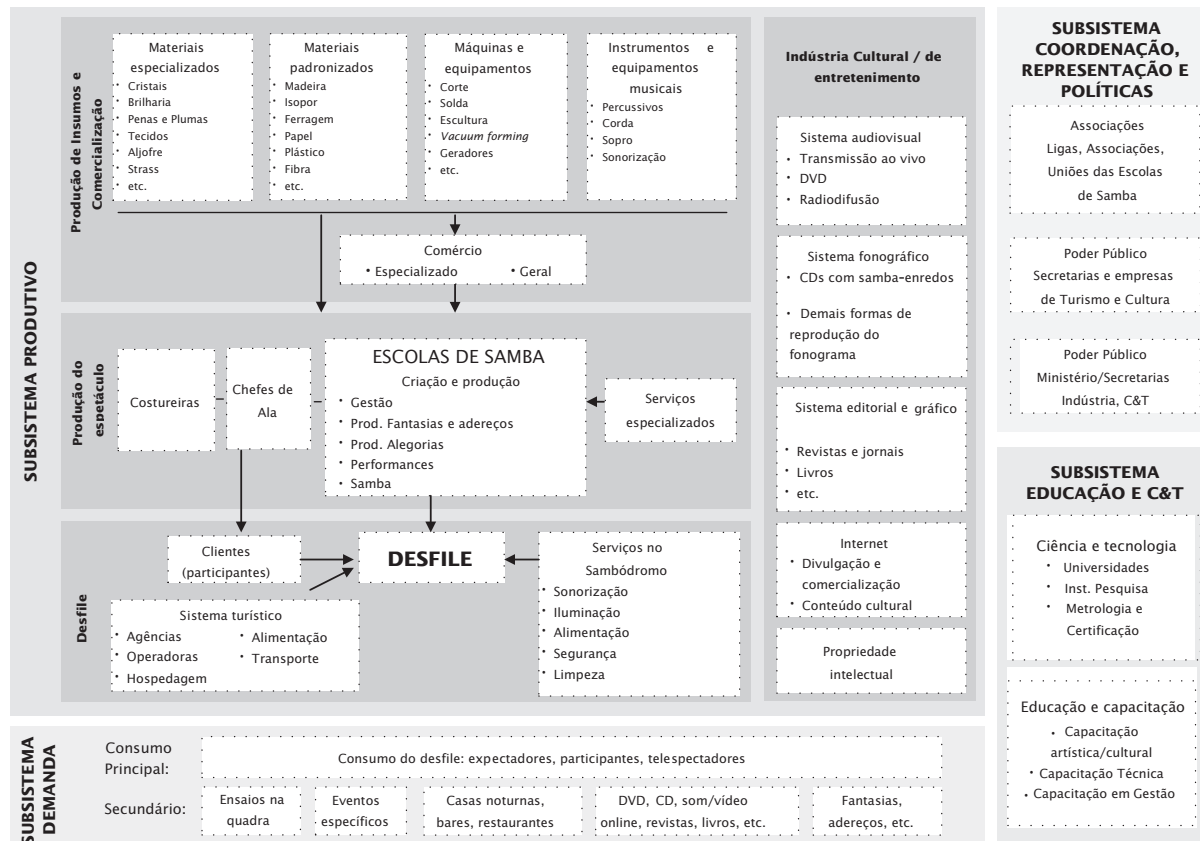
AÇÕES COMPLEMENTARES

A pesquisa ainda identificou ações complementares à política de inovação, como direitos trabalhistas diferenciados, atualização da infraestrutura para escolas de samba e blocos, sustentabilidade econômica, selos de qualidade, exportação de produtos e serviços da economia do carnaval (em conjunto com a Agência Brasileira de Promoções de Exportação – Apex).

Com relação à sustentabilidade, a primeira medida a ser discutida deve ser a independência financeira das escolas de samba e blocos através da criação de um imposto ou contribuição que fosse calculado a partir de uma porcentagem estabelecida em cima das vendas de cada segmento da cadeia produtiva que lucra com o Carnaval, a ser cobrado durante o período da festividade. Essa arrecadação seria dividida por escolas de samba e blocos de acordo com a necessidade e tamanho de cada grupo carnavalesco. Juntamente com a criação desse tributo, seriam estabelecidos regulamentos e critérios pelos quais as agremiações teriam que se adequar para receber o benefício e o não cumprimento das regras estabelecidas, implicaria em uma penalidade para as escolas de samba e blocos. Um dos critérios, por exemplo, poderia ser o uso de *softwares* de gestão financeira e um Portal da Transparência onde as agremiações deverão divulgar todo o gasto feito com o dinheiro público.

Com esse cuidado, medindo cada passo dado na direção da inovação e da sustentabilidade, ganham as agremiações, a população e a folia.

O Sistema Produtivo e Inovativo do Carnaval das Escolas de Samba



No Rio de Janeiro, em 2014, existem 94 escolas de samba, distribuídas por grupo, de acordo com o quadro 1. Em São Paulo são 69 escolas e 13 blocos, em Porto Alegre, 24 escolas e 2 tribos carnavalescas, enquanto em Vitória são 14 escolas de samba.

A infraestrutura disponível para a realização dos desfiles também varia de um RM para outra. No Rio de Janeiro, desfilam no sambódromo as 12 escolas de samba do grupo especial (domingo e segunda-feira) e as 17 do grupo de acesso (sexta e sábado), além das 16 escolas de samba mirins (terça-feira). As demais escolas de samba realizam seus desfiles atualmente na Avenida Intendente Magalhães, na Zona Norte da Cidade. Foram decididas mudanças no cronograma de desfiles para 2015, com o desfile do Grupo

B acontecendo em dois dias (o domingo e segunda de Carnaval), coincidindo com o grupo especial; além da mudança do Grupo C para a terça-feira, do Grupo D para a sexta-feira anterior ao Carnaval, e ainda a volta do grupo E, como um grupo de avaliação.

Em São Paulo, desfilam no sambódromo as 14 escolas de samba do grupo especial (sexta e sábado), as 8 do grupo de acesso (domingo) e 12 escolas do grupo I (segunda). As demais escolas tem seu local de desfile definido pela UESP.

Em Porto Alegre, todos os três grupos (especial, A e acesso) e as duas tribos carnavalescas desfilam no Complexo do Porto Seco. As escolas do grupo especial desfilam sexta e sábado.

Em Vitória, as escolas do grupo especial B desfilam sexta-feira, enquanto as do

grupo especial A se apresentam no sábado. O Carnaval de Vitória ocorre, em geral, uma semana antes do Carnaval oficial e os desfiles acontecem em um complexo conhecido como Sambão do Povo.

Em Florianópolis, cinco escolas de samba compõem o grupo especial e seis o de acesso, além dos blocos de enredo. Os três grupos desfilam na passarela conhecida como Nego Quirido. Os desfiles acontecem sexta-feira (acesso), sábado (grupo especial) e domingo (blocos de enredo). Em Manaus, nove escolas de samba compõem o grupo especial, seis o de acesso A, cinco o de acesso B e cinco o de acesso C. Os grupos desfilam no Centro de Convenções de Manaus (Sambódromo). Em Macapá, seis escolas compõem o grupo especial e quatro

escolas o grupo de acesso, desfilando no sambódromo local.

As dimensões dos desfiles variam de uma Região Metropolitana para outra e entre os grupos em uma mesma RM.

No Rio de Janeiro, as escolas de samba do grupo especial desfilam com um número de componentes que varia entre 2500 e 4000 (de acordo com regulamento da LIESA)⁶. Da mesma forma, o número

de alegorias varia entre cinco e sete⁷. É cada vez mais frequente a utilização de pequenas estruturas, denominadas genericamente de tripés, em detrimento de alegorias, fazendo com que a média

O Carnaval das escolas de samba em diferentes regiões metropolitanas

Cidade ou Região Metropolitana	Grupos	Número de Escolas ²	Local de desfile	Média de Componentes por escola	Média de Alegorias por escola	Associação de representação
Rio de Janeiro ¹	Grupo Especial	12	Sambódromo	3680	7	LIESA
	Grupo de Acesso A	17	Sambódromo	2400	4	LIERJ
	Grupo B	21	Est. Intendente Magalhães	1500	4	AESCRJ
	Grupo C	12	Est. Intendente Magalhães	1000	3	AESCRJ
	Grupo D	12	Est. Intendente Magalhães	1000	3	AESCRJ
	Grupo E	4	Est. Intendente Magalhães	1000	3	AESCRJ
	Escolas Mirins	16	Sambódromo	n.d.	n.d.	AESM-Rio /LIESM
São Paulo	Grupo Especial	14	Anhembi	Mínimo de 2500	5	LigaSP
	Grupo de Acesso	8	Anhembi	Mínimo de 2500	5	LigaSP
	Grupo I	12	Anhembi	n.d.	n.d.	UESP
	Grupo II	13	Diversos	n.d.	n.d.	UESP
	Grupo III	14	Diversos	n.d.	n.d.	UESP
	Grupo IV	8	Diversos	n.d.	n.d.	UESP
	Blocos Especiais	13	Diversos	n.d.	n.d.	UESP
Porto Alegre	Grupo Especial	10	Porto Seco	1600	4	LIESPA
	Grupo A	7	Porto Seco	1000	3	AECPARS
	Grupo de Acesso	7	Porto Seco	750	3	AECPARS
	Tribos Carnavalescas	2	Porto Seco	n.d.	3	AECPARS
Vitória-ES	Grupo Especial A	5	Sambão do Povo	1650	4	LIESES
	Grupo Especial B	5	Sambão do Povo	1650	4	LIESES
	Grupo de Acesso	4	Sambão do Povo	725	3	LIESES
Florianópolis	Grupo Especial	5	Passarela Nego Quirido	n.d.	n.d.	LIESF
	Grupo de acesso	6	Passarela Nego Quirido	n.d.	n.d.	LIESF
	Blocos de Enredo		Passarela Nego Quirido	n.d.	n.d.	LIESF
Manaus	Grupo Especial	9	Centro de Convenções de Manaus (Sambódromo)	n.d.	n.d.	AGEESMA
	Grupo de acesso A	6	Centro de Convenções de Manaus (Sambódromo)	n.d.	n.d.	LIESGA
	Grupo de acesso B	5	Centro de Convenções de Manaus (Sambódromo)	n.d.	n.d.	LIESGA
	Grupo de acesso C	5	Centro de Convenções de Manaus (Sambódromo)	n.d.	n.d.	LIESGA
Macapá	Grupo Especial	6	Sambódromo	3000	4	LIESAP
	Grupo de Acesso	4	Sambódromo	1600	4	LIESAP

Fonte: Elaboração Própria 1. Fonte: <http://www.apoteose.com> 2. De acordo com o desfile no Carnaval de 2014

de alegorias por escola do grupo especial no Carnaval de 2014 tenha sido de sete. As escolas do grupo de acesso A do Rio de Janeiro desfilam com uma média de 2400 integrantes e entre duas e quatro alegorias, podendo uma delas ser acoplada⁸.

Uma observação a ser feita é de que no ano de 2014 foi vetado o uso de tripés pelas escolas do grupo de acesso A. As escolas do grupo B se apresentam, em média, com 1500 integrantes e quatro alegorias. Os dados para os demais grupos são apresentados no quadro 1 a seguir. Cabe ressaltar que alegorias não constituem uma unidade homogênea, uma vez que alegorias dos grupos que dispõem de maior orçamento podem possuir dimensões superiores (tendo as suas dimensões limítrofes especificadas nos respectivos regulamentos) e um custo que é um múltiplo daquele incidente em outros grupos. Esta questão será aprofundada abaixo, quando da discussão dos custos de produção do Carnaval.

No caso do Carnaval de São Paulo, as escolas de samba do grupo especial desfilam com um número mínimo de componentes determinado pelo regulamento da LigaSP, sendo este de 2500 componentes e não existindo um limite máximo. O número de alegorias também é determinado em cinco unidades⁹.

Em Porto Alegre, as escolas de samba do grupo especial desfilam com um número de componentes médio de 1600 e apresentam de quatro a cinco alegorias. As agremiações dos grupos especiais A e B de Vitória desfilam em média com 1650 integrantes e quatro conjuntos alegóricos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARAÚJO, P. Q. Escolas de samba e relações de trabalho: entre a passarela e o barracão. IN: EARP, F. S. (Orgs.) *Pão e circo: fronteiras e perspectivas*

da economia do entretenimento. Rio de Janeiro: Palavra e Imagem, 2002. p. 165-207.

BARROS, P. *Sem segredo: estratégias, inovação e criatividade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Sistema de informações e indicadores culturais 2003. *Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica*, Rio de Janeiro, n. 18, 2006.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Pesquisa de informações básicas municipais: perfil dos municípios brasileiros*. Cultura. Rio de Janeiro, 2007a.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Sistema de informações e indicadores culturais 2003-2005. *Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica*, Rio de Janeiro, n. 22, 2007b.

CAVALCANTI, M. L. V. *Carnaval carioca: dos bastidores ao desfile*. Rio de Janeiro: Funarte; UFRJ, 1995. 240p.

COMISSÃO EUROPEIA. *Unlocking the potential of cultural and creative industries*. Green Paper. Bruxelas, 2010.

FAPERJ; COPPE/UFRJ. *Economia da cultura: a força da indústria cultural no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: E-papers, 2002. 176 p

FERREIRA, F. O *livro de ouro do carnaval brasileiro*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

FIRJAN. Estudos para o Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. *A Cadeia da Indústria Criativa no Brasil*, n. 2, 2008. Disponível em: <http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CE9215B0DC40121685C72026F2E.htm>.

FURTADO, C. *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998. 83 p.

GIL, G. *Conferência do ministro da Cultura na Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)*, Rio de Janeiro, 29 set. 2004. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/corpo.php>. Acesso em: 15 out. 2004.

LESSA, C.; AGUINAGA, R. O carnaval carioca: uma reestimativa do emprego e renda relacionados ao espetáculo. In: EARP, F. S. (Orgs.) *Pão e circo: fronteiras e perspectivas da economia do entretenimento*. Rio de Janeiro: Palavra e Imagem, 2002.

LIGA INDEPENDENTE DAS ESCOLAS DE SAMBA DO RIO – LIESA. *Cidade do Samba*. Disponível em: http://liesa.globo.com/2007/por/20-cidadedosamba/ocupacao/ocupacao_principal.htm. Acesso em: 2 out. 2007.

LINS, C. P. C. *Indicadores culturais, possibilidades e limites: as bases de dados do IBGE*. Ministério da Cultura, 2006. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/10/edc_cristinapereira_1148588640.pdf. Acesso em: 21 jan. 2011.

MATOS, M. P. *O sistema produtivo e inovativo local do carnaval carioca*. Dissertação (mestrado em Economia). Niterói: Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Economia, 2007.

MATOS, M. P.; BRITTO, J. N. P. Construção de competências, sustentabilidade e competitividade no Sistema Produtivo do Carnaval Carioca. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 4, maio 2014.

MEDINA, R. A indústria de espetáculos. In: FAPERJ; COPPE/UFRJ. *Economia da cultura: a força da indústria cultural no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: E-papers, 2002. 176p.

MESQUITA, N. S. C. *Inserção das micro e pequenas empresas na cadeia produtiva da economia do carnaval*. Projeto final para obtenção do grau de especialista em gestão do conhecimento e inteligência. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2006.

NATALE, E.; OLIVIERI, C. *Guia de Produção Cultural Brasileiro 2004*. São Paulo: Zê do Livro, 2004.

PEGADO, I. A. S. *A evolução do carnaval carioca: a festa popular que virou produto*. UFPA, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE VITÓRIA. *Plano de apoio ao desfile das escolas de samba do carnaval capixaba*. Vitória-ES: PMV, 2009.

PRESTES FILHO, L. C. (Coord.) *Cadeia produtiva da economia do carnaval*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

QUARTESAN et al. *Cultural Industries in LAC: Challenges and Opportunities*. IADB, 2007.

SOARES, C. *Relatório de Gestão de Fantasia Carnaval 2013*. GRES Acadêmicos do Grande Rio. Rio de Janeiro, 2014.

SOARES, C.; PRESTES FILHO, L. C. *Plano Estratégico da Escola de Carnaval*. Rio de Janeiro, 2013.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT – UNCTAD. *Creative economy: repost 2010*. 2010. Disponível em: http://www.unctad.org/en/docs/ditctab20103_en.pdf. Acesso em: 13 mar. 2011.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION – UNESCO. *Study on international flows of cultural goods, 1980-98*. Paris: UNESCO, 2000.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION – UNESCO. *The 2009 UNESCO framework for cultural statistics (FCS)*. Information document. 2009. Disponível em: http://www.culturalpolicies.net/web/files/134/en/FCS_2009.doc. Acesso em: 16 dez. 2010.

NOTAS

1. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/02/economia-do-carnaval>
2. Por emprego temporário, entende-se aquele que deve ter duração máxima de três meses, com direito a prorrogação de igual período com contrato firmado entre o trabalhador e uma empresa do setor devidamente autorizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.
3. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/emprego/carnaval-tera-menos-trabalhadores-temporarios-mas-salarios-serao-maiores-aponta-estudo-da-cnc-11626975>
4. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/im-prensa/exibeconteudo?article-id=1444517>
5. Disponível em <http://www.abeoc.org.br/2013/01/abih-rj-divulga-primeira-previa-sobre-ocupacao-do-carnaval-2013/>
6. Disponível em: <http://liesa.globo.com/2015/material/carnaval14/regulamento/Regulamento%20Carnaval%202014%20-%20LIVRO%20-%20miolo.pdf>
7. Até o Carnaval de 2014 o número de alegorias permitido era de oito. Em revisão do regulamento válido para o Carnaval de 2015, a LIESA reduziu o número máximo de alegorias para sete, podendo apenas o abre-alas ser acoplado. A quantidade de tripés também foi reduzida de seis para três.
8. Disponível em: <http://marquesdafolia.com/2013/10/11/lierj-apresenta-novidades-no-regulamento-do-carnaval-2014/>
- 9 Disponível em: <http://www.ligasp.com.br/wp-content/uploads/2013/10/REGULAMENTO+2014+ESPECIAL+E+ACESSO-3.pdf>

Camila Soares

Pesquisadora e presidente do
Grêmio Recreativo Cultural Escola
de Samba Mirim Pimpolhos da Grande Rio.

Marcelo Matos

Professor do Instituto de Economia da UFRJ
e pesquisador da Rede de Pesquisa
em Sistemas e Arranjos Produtivos
e Inovativos Locais (RedeSist - IE/UFRJ)

Equipe

Marcelo G. P. Matos (UFRJ e RedeSist)
Camila Soares (G.R.E.S. Acadêmicos do
Grande Rio e a Escola de Samba Mirim
Pimpolhos da Grande Rio)
Célia Domingues (Associação de Mulheres
Empreendedoras do Brasil – AMEBRAS)
José Eduardo Cassiolato (UFRJ e RedeSist)



O Nosso Armazém funciona no coração do Catete, especializado em produtos naturais com agradável aroma de especiarias e ervas.

Oferece também produtos orgânicos, veganos, diet, light, vinhos e um aconchegante espaço para degustação de café, chocolate com bolos caseiros, tapiocas e salgados, vinhos e cervejas artesanais.

Espaço agradável e acolhedor, para bons papos e encontros.

É um lugar que merece ser descoberto e redescoberto várias vezes.

Nosso Armazém

Rua: Artur Bernardes 14 Loja C

Catete - Rio de Janeiro

Tel.:(21) 2225.1927

O complexo ofício de um diretor de barracão

Fabio França

Imagine a rotina de quem lidera, diariamente, uma equipe com quase 200 pessoas dos mais diversos hábitos culturais. O lugar é feito uma panela de pressão na qual o cozinheiro precisa colocar os ingredientes na medida certa e, muitas vezes, com pouca estrutura e recursos. A cada dia, fica sob sua responsabilidade a solução dos mais variados problemas. Assim trabalha o diretor de barracão, que tem uma das funções mais importantes na realização do Carnaval, transitando da pré-produção até a pós-produção.

Alguns leitores podem estranhar este termo, “produção”. Mas, sim, o diretor de barracão deve ser tratado como um produtor, pois suas atribuições equivalem ou superam, pela complexidade da função, a de um profissional do *show business* da Broadway ou dos famosos eventos dos Cassinos de Las Vegas. Esse produtor consegue pôr em cena o maior espetáculo da Terra, o Carnaval carioca.

Para que toda essa magia aconteça, é necessário ter nas mãos as ferramentas que fazem as engrenagens funcionarem direito. O diretor de barracão tem que ter uma equipe alinhada em todos os processos, e a liderança precisa pulsar

em suas veias. Ele é a referência de tudo e todos. Mas, afinal, o diretor de barracão é um profissional generalista ou especialista? A resposta foi gerada com base em entrevistas a alguns diretores de barracão do grupo especial e do de acesso do Carnaval carioca. Esses profissionais começam a carreira como especialistas – são projetistas, arquitetos, aderecistas, administradores, ferreiros, entre outros. Porém, o mercado exige maior flexibilidade e capacidade em lidar com diferentes tipos de função e de ambiente, exigindo um conhecimento mais profundo. É um misto de várias ocupações, na qual o profissional precisa ter conhecimentos de gestão financeira, de pessoas, operacional e, principalmente, gestão de conflitos.

PLANEJAR PARA DESENVOLVER

É necessário que o acompanhamento das tarefas seja diário e efetivo. Claro que é impossível estar em todos os lugares ao mesmo tempo. O planejamento se faz imprescindível para colocar as peças nos devidos lugares. Esse produtor precisa trabalhar em consonância com a agremiação, junto ao presidente para encontrar a melhor maneira de desenvol-

ver um projeto administrativo. Quando, quanto e de que forma será o processo de produção do Carnaval? Essas perguntas provocativas pedem uma resposta sincera da Diretoria Executiva da agremiação, zelando muitas vezes pela austeridade na gestão financeira da escola.

O diretor de barracão não interfere artisticamente, pois sua função é técnica, mesmo assim, sem a precisão das suas informações é impossível o carnavalesco e sua equipe de criação começarem qualquer esboço artístico do projeto. Sua visão deve ser ampla e abrangente sob todas as etapas do processo da produção, para que o resultado seja satisfatório. Pensar, por exemplo, que o tamanho da alegoria pode lhe trazer problemas na saída do galpão, no trajeto para a avenida e no desfile da escola. Ter esta preocupação com o final do projeto antes que ele inicie é primordial.

Normalmente, ele é o primeiro a chegar e o último a sair. Faltando três meses para o Carnaval, deixa sua família e vai se dedicar exclusivamente ao ofício. Nas poucas horas de descanso, o sofá do escritório passa a ser sua cama, sua vida se mistura com o trabalho a toda hora.

Há relatos, inclusive, de casamentos desfeitos pelas ausências.

RENASCER DAS CINZAS

O trabalho desse produtor não acaba no final do desfile. Sua equipe tem um papel fundamental na pós-produção, na qual o diretor de barracão desmancha todas as alegorias do último Carnaval, retirando todos os adereços e esculturas, liberando-os para doações, reaproveitamento ou venda para agremiações de outros grupos ou estados. Enquanto acontece esse desmanche, a mesma equipe já está pensando no próximo Carnaval, seja no aproveitamento estrutural das alegorias, no descarte de algumas peças e na organização estrutural do prédio.

Esta etapa é extremamente importante para a agremiação, por isso não se pode contratar qualquer profissional para fazê-lo e, consequentemente, diminuir os custos. Os profissionais tem que ser de preferência os mesmos que trabalham na escola e estarão produzindo o próximo Carnaval. Eles conhecem o material, a estrutura do carro e sabem como aproveitar certos materiais e economizando para a administração. O aderecista irá retirar o adereço, o carpinteiro recortará as peças em madeira e, por fim, o ferreiro estará cortando as estruturas metálicas desnecessárias para o próximo projeto.

Aliás, tudo começa com o ferreiro e termina com ele. Para uma alegoria ser projetada, esse profissional, com o diretor de barracão, assume a responsabilidade dos cálculos e medidas e entrega ao carnavalesco e ao projetista. Costuma-se falar que a ferragem é o braço direito da direção de barracão. É a ferragem que dará suporte na montagem, no deslocamento para o desfile, na concentração das alegorias e o mais complexo, a dispersão, onde todos os carros alegóricos devem ser desmontados, peças desencaixadas, esculturas retiradas

após a linha final de desfile. Um erro pode levar a agremiação a ser penalizada, pois tudo é cronometrado. Além disso, uma irregularidade pode atrapalhar uma coirmã que desfilará depois.

Se o ferreiro é o braço direito do diretor de barracão a equipe de serviços gerais são os olhos, já que são primordiais para o bom andamento do trabalho. Esses profissionais são responsáveis pela organização de todas as dependências do barracão. Mais: estão em todas as etapas do processo. A seleção dessa equipe deve ser feita com muita atenção, pois cada membro deve ser de confiança e estar

Sem a precisão das informações do diretor de barracão é impossível o carnavalesco e sua equipe de criação começarem qualquer esboço artístico do projeto.

aberto ao aprendizado. São eles que ajudarão a montar a escola na Avenida e, por isso mesmo, uma parcela do resultado estará em suas mãos.

EQUIPE ESCOLHIDA A DEDO

O diretor de barracão tem aproximadamente nove meses para qualificar essa equipe. Depois de terminado o desmanche, de os carpinteiros retirarem as madeiras que não serão reaproveitadas e os ferreiros cortarem algumas estruturas metálicas, é hora da organização geral do barracão. Nosso diretor incorpora o sín-

dico para toda organização do ambiente. É necessário um ambiente limpo para trazer um impacto positivo e eficaz para a saúde dos colaboradores, melhorando os índices de produtividade. É feita uma completa faxina, retirando todo o lixo e organizando a sobra dos materiais do último Carnaval nos seus devidos almoxarifados. Assim, deixa-se a casa pronta para o início da produção, o ambiente digno para receber os profissionais.

Conforme o carnavalesco desenvolve o projeto de Carnaval, os profissionais são chamados para conhecerem as especificidades de sua participação nesse contexto. O diretor de barracão precisa estar presente neste encontro por ser um momento de esclarecimento e troca de informações e saberes para soluções de inúmeros problemas. Poucos carnavalescos reúnem sua equipe técnica de trabalho para uma reunião de apresentação e desenvolvimento do projeto. A discussão pode ser proveitosa em relação à troca de experiências, boas alternativas podem vir de uma simples conjectura. Neste espaço, todos são criadores e criaturas, e a participação efetiva da equipe, seu entrosamento e as respostas rápidas nas tomadas de decisão são de grande valia, sob a mediação do diretor de barracão.

Existe uma divergência no pensamento e nas atitudes de alguns dirigentes com os seus diretores de barracão correspondentes. Nem todos estão preocupados com o processo, miram logo o resultado final, como se tudo acontecesse num toque de magia. Um processo mal organizado e a falta de um planejamento e de avaliações periódicas podem ser frustrantes. Não se pode agarrar apenas na forma e na estética. Como, onde e quem devem ser indagações permanentes, ou seja, é extremamente necessário o retorno da Diretoria Executiva para as questões do gerente operacional, o diretor

de barracão. Ele é quem está na linha de frente. Para ele não existe zona de conforto. Desenvolver um trabalho de forma apropriada amplia significativamente a probabilidade de se obter um resultado satisfatório, fazendo com que a busca pela qualidade tanto na execução como no resultado deva ser permanente.

Num ambiente tão complexo como um barracão de escola de samba, estar junto, fazer junto e fazer o acompanhamento direto traz resultados positivos. O produtor passa a ter a equipe nas mãos, fazendo com que seu liderado perceba que não está lidando apenas com um chefe, e sim com um líder que faz com que sua equipe contribua para o sucesso de cada tarefa designada. Um estereótipo que normalmente atrapalha o fluxo do trabalho no barracão é o de que a escola de samba é “a fábrica da ilusão” ou “a fábrica dos sonhos”. Essa ideia é introduzida por alguns profissionais e acaba dificultando o modo como os trabalhadores se relacionam com o espaço. Claro que não queremos que todos realizem o seu ofício de maneira sisuda, mas o colaborador precisa perceber seu ambiente de trabalho como uma empresa. Ter orgulho dos seus resultados, de suas obras, de seu ofício, mas não esquecer que o Carnaval é um megaevento e deve ser encarado com esta mesma grandeza. Assim, se a agremiação também valoriza sua mão de obra, o resultado vem a reboque.

Nesse contexto, os artesãos são seu maior patrimônio. Uma relação sincera e honesta é a chave para que o artesão compreenda todos os percalços da escola de samba. Afinal, ele quer ver sua obra na Avenida. Se desde o início do processo a relação for transparente, as duas partes não sofrerão. Quanto ao dinheiro envolvido, existe a diferença do pagar mal e do pagar pouco. Não se pode querer pagar além do que foi programado,

existe uma responsabilidade. Também não adianta agendar numa data que a escola não fará o desembolso financeiro. Fazer com que o profissional gere uma expectativa falsa de pagamento é cruel e esta relação poderá se tornar amarga demais e desgastante. A má fé nunca será o melhor caminho e poderá se tornar um conflito para o diretor de barracão.

BOA VIZINHANÇA

O produtor precisa conhecer seus pares, compartilhar informações com os outros diretores de barracão das coirmãs. É pre-

*Um processo mal
organizado e a falta de um
planejamento e de avaliações
periódicas podem ser
frustrantes.*

ciso ter um bom relacionamento com os seus colegas, pois como diz um provérbio antigo, “os vizinhos são os parentes mais próximos”. Um dá suporte ao outro, a falta de um determinado material é emprestado imediatamente, como se fosse um vizinho emprestando o açúcar. Esta colaboração não cessa nos barracões de alegorias, um esforço de todos para a manutenção do espetáculo, um ajuda o outro também na concentração para o desfile. A disputa só se faz presente quando a sirene toca e a escola entra na Avenida.

A sensação do dever cumprido é quando, sob sua responsabilidade, a equipe de motoristas e guias começa a retirar as alegorias do barracão para seguirem em comboio. Um descuido qualquer pode colocar meses de trabalho por água abaixo. Como um maestro, o diretor de barracão organizadamente coloca cada um de sua equipe nos seus devidos lugares, o comboio dependendo da complexidade da operação pode levar a madrugada toda para fazer o traslado. O cuidado é eminente, nada pode quebrar durante o percurso, as medidas são testadas quando as alegorias fazem curva e passam por obstáculos urbanos como árvores, postes e semáforos. Chegando à concentração, é o momento de montar as alegorias, colocar as esculturas nos lugares certos, encaixar as peças com destreza. Depois de todas as alegorias montadas, são entregues sob a responsabilidade da Direção de Carnaval. E o trabalho do diretor de barracão não para por aí: é preciso ficar em alerta para qualquer contratempo. Toda sua equipe é direcionada para a dispersão, onde as alegorias fazem o retorno para o barracão.

Desfile feito, mais um sonho atravessou a Avenida: meses de trabalho para serem apreciados em 82 minutos. Quando a última alegoria entra no Barracão, todo o processo de produção passa pela cabeça como um filme, que desencadeia sorrisos, lágrimas, momentos de catarse, um misto de sentimentos. Independente do resultado na Quarta-feira de Cinzas, a equipe sente que cumpriu o dever. Se o resultado for satisfatório e a agremiação estiver entre as seis melhores colocadas para retornar no sábado das campeãs, sua equipe tem menos de dois dias para preparar a agremiação dignamente para o novo desfile. É sinal de que todo o esforço valeu a pena.

Resenha do livro

“Intraempreendedorismo e Inovação”

Carlos Di Giorgio
Antônio Pinot

O livro *Intraempreendedorismo e Inovação*, organizado pelos autores Renato Regazzi, Marcia Bontorim e Cezar Kirzenblatt em parceria com outros 13 coautores e editado pelo Sebrae/RJ, é um exemplo do que pode ser feito pelos colaboradores de um projeto ou empresa em benefício de uma organização e sua missão. Esta publicação preenche uma lacuna de conhecimentos necessários e há muito sentida para o sucesso das organizações.

Sabe-se que o desafio do empreendedor exige pessoas qualificadas o suficiente para fazer frente à revolução que vem ocorrendo no mundo dos negócios. Profissionais capacitados podem contribuir para reduzir os riscos de se empreender no Brasil, devido às enormes barreiras no ambiente de negócio. Os conhecimentos proporcionados pelos autores deste livro poderão ajudar as organizações brasileiras, sejam de grande, médio ou pequeno porte, a trilhar o caminho do intraempreendedorismo junto a seus colaboradores de forma criativa e exitosa.

Relevante observar que a importância dos fatores que fazem parte do universo do empreendedor, também pode ser aplicado aos colaboradores de uma organização ou gestores de projetos. Neste sentido, o indivíduo que empreende em um negócio de terceiros pratica o intraempreendedorismo. Ou seja, apre-

senta as características necessárias para o sucesso de um negócio, organização ou projeto, trabalhando como um colaborador que agrega valor ao sistema econômico e social.

Um dos grandes desafios para uma organização ou para um empreendimento obter sucesso, de forma sustentável, é o desenvolvimento do perfil empreendedor



Intraempreendedorismo e inovação: uma abordagem especial

Renato Regazzi, Marcia Bontorim e
Cezar Kirzenblatt (organizadores)
Rio de Janeiro: Sebrae/RJ, 2015.

de seus colaboradores. Para que isso aconteça, mudanças devem ser realizadas para construir um ambiente favorável e uma cultura organizacional que estimule a prática do intraempreendedorismo. Isso pode ser possível através da redução da burocracia organizacional, da mudança na política salarial, incentivos, reconhecimento e recompensas aos colaboradores. Significa criar um ambiente

de “empoderamento”, de sentimento de pertencimento, no qual os funcionários se sintam “donos” da empresa e desejem o crescimento da organização.

Para se empreender eficientemente, necessário um bom ambiente de negócios ou, no caso do intraempreendedor, um bom ambiente organizacional que seja saudável e estimulante, irrigando o território da emoção de seus colaboradores, consolidando sua autoestima e autoimagem, possibilitando, desta forma, que sejam inovadores, criativos, apaixonados pelo que fazem, capazes de transformar ideias em inovação e implementá-las eficientemente, em prol da organização.

Parabéns, aos organizadores e aos demais coautores pelo sucesso desta importante publicação que tem o potencial de ajudar muitas empresas e pessoas que desejam navegar no universo sinuoso do empreendedorismo no Brasil.

Carlos Di Giorgio

Presidente do Sindicato da Indústria Gráfica do Estado do Rio de Janeiro (Sigraf-RJ), vice-presidente da Associação Brasileira das Indústrias Gráficas (Abigraf) e vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan)

Antônio Pinot

Secretário de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social de Alagoas (SEADS-AL)

Abstracts

Informações e indicadores a serviço da gestão ***Information and indicators at the service of management***

The article presents considerations on the use of information and indicators as a tool for management, based on the experience of proposition and application of statistical methods. The text points out positive aspects and features reflections on the use of quantitative information, the application of statistical methods and weights on reading the results. Por uma folia sustentável e economicamente reconhecida: políticas para o sistema de produção e inovação do Carnaval

A partir da análise da pesquisa Política de Inovação para o Carnaval das Escolas de Samba, realizada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, foram pensadas proposições de políticas voltadas para as agremiações carnavalescas. O objetivo é a sustentabilidade dessas organizações assim como o reconhecimento do Carnaval como um importante propulsor de um sistema produtivo, complexo e extremamente inovador.

Futuro Araras: soluções coletivas para problemas coletivos ***Future Araras: collective solutions to collective problems***

From the identification of an environmental degradation framework in the town of Vista Alegre – in Araras, Petropolis district of the mountainous region of Rio de Janeiro – was developed, together with the community, the project Future Araras. The goal is to contribute to the solution of the most critical problems of the locality, that is, for a course correction that allows the dismantling of future disasters and tragedies – social, economic, cultural and environmental.

O futuro promissor do Largo da Petúnia ***The promising future of Largo da Petunia***

The Catete neighborhood, in the South Zone of Rio de Janeiro, holds a dense story that tells us a lot about even before the city's founding. Member of the river basin Carioca, it has hosted for decades the seat of the federal government, the Catete Palace. However, it failed to renew itself, being dubbed “the outskirts of the South Zone” even with a population that is mostly middle class and upper middle class. In order to identify the potential of the district, a survey was carried out with residents and merchants of the region, having Largo da Petunia as the investigative cutout, location that has been out of focus of public and private policies. The initiative, deployed in a seminar and a discussion forum, intends to add new actions together with residents and local business owners

Por uma folia sustentável e economicamente reconhecida: políticas para o sistema de produção e inovação do Carnaval ***For a sustainable and economically recognized revelry: policies for the Carnival production and innovation system***

From the analysis of research project “Política de Inovação para o Carnaval das Escolas de Samba” (Innovation Policy for the Samba Schools Carnival), held by the Ministry of Science, Technology and Innovation, policy proposals were designed for the Carnival groups. The goal is the sustainability of these organizations as well as the recognition of Carnaval as an important driver of a complex and extremely innovative production system.

INTELIGÊNCIA EMPRESARIAL

NÚMERO 38 2016 ISSN 1517-3860

Publicação do CRIE – Centro de Referência em Inteligência Empresarial da Coppe/UFRJ

Editor

Marcos do Couto Bezerra Cavalcanti
Crie/Coppe/UFRJ

Conselho Editorial

André de Faria Pereira Neto – Fiocruz
Anne-Marie Maculan – PEP/Coppe/UFRJ
Claudio D'Ipolitto – Neict/UFF
Eduardo Costa – DCC/UFGM
Gilson Schwartz – ECA/USP
Guilherme Ari Plonski – FEA/USP
Helena Lastres – RedeSist/IE/UFRJ
Ivan da Costa Marques – NCE/UFRJ
Lia Hasenclever – IE/UFRJ
Raquel Borba Balceiro – Gestão do Conhecimento/Petrobras
Renata Lebre La Rovere – IE/UFRJ
Rogério Valle – Sage/Coppe/UFRJ
Sarita Albagli – Ibict
Silvio Meira – CIn/UFPE e C.E.S.A.R

Coordenação editorial

Luiz Carlos Prestes Filho

Edição de textos

Vivi Fernandes de Lima

Revisão de textos

Helô Castro

Diagramação e figuras

Michelly Batista

Foto de capa

Avelino de Paula

Impressão

Gráfica J. DiGiorgio

Tiragem

1.500 exemplares

© CRIE/E-papers, 2016. É proibida a reprodução ou transmissão desta obra, ou parte dela, por qualquer meio, sem a prévia autorização dos editores. Impresso no Brasil.

Editoração

E-papers Serviços Editoriais
<http://www.e-papers.com.br>
tel (21) 2273-0138



Intraempreendedores em ação!

Renato Dias Regazzi

“Para ações de fomento ao desenvolvimento regional é necessário enfatizar a importância do progresso técnico e as dificuldades para a sua geração e assimilação nas regiões subdesenvolvidas. Por essa razão, no diagnóstico e nas ações de fomento, está explícita a ideia de criação de centros endógenos de decisão e de desenvolvimento econômico e social”.

Celso Furtado apud Clélio Campolina Diniz, 2009¹

N o cenário de grandes mudanças que a sociedade vem passando nas últimas décadas, as novas tecnologias de comunicação e processamento de dados vêm promovendo a conscientização cada vez maior da população, sobretudo pelo maior acesso à informação por meio da internet e de redes de relacionamento. Pelas fortes mudanças climáticas advindas do aquecimento global, que acabam impactando as economias locais e criando catástrofes ambientais e sociais de efeitos significativos. Pela crescente redução de postos de trabalho advindo das mudanças radicais de modelos de negócios, que se apropriam das novas tecnologias e exigem cada vez mais produtividade. Pela falta de infraestruturas básicas para melhorar a qualidade de vida e pela falta de incentivos à Educação e ao Empreendedorismo, de forma universalizada. Pelo impacto do processo de urbanização com a migração de milhares de pessoas do campo e de outras localidades para as cidades com melhores infraestruturas². Para fazer frente a todos esses desafios, faz-se necessário cada vez mais a participação dos agentes locais no processo de construção de soluções que resolvam os problemas latentes e projetem o futuro, contribuindo para a formulação de políticas locais que podem influenciar políticas nacionais para o desenvolvimento econômico e social de determinados territórios, com baixos indicadores socioeconômicos e ambientais.

Desenvolvimento local pode ser definido aqui como a assistência e o apoio a determinados territórios menos desenvolvidos econômica e socialmente, com o objetivo de promover resultados positivos, percebidos internamente e externamente à localidade. Neste processo, uma das questões fundamentais para o desen-

volvimento de uma localidade é o engajamento dos atores locais na construção de soluções adequadas a problemas existentes e em questões ligadas ao futuro sustentável da comunidade do território a ser trabalhado. O território pode ser uma região, uma cidade, um bairro ou parte deste. O importante é delimitar o universo a ser analisado e buscar informações quantitativas e qualitativas sobre características culturais e tecnológicas, econômicas, sociais e ambientais, incluindo seus problemas e soluções.

As inter-relações dos espaços ou setores em um determinado local, com o seu entorno e com outros territórios, são importantes para o processo de desenvolvimento local, tendo como lógica a existência de um ecossistema econômico e social. É muito importante evitar, então, a visão fragmentada na formulação de propostas de melhoria sem observar o sistema como um todo.

Na proposição de ações e soluções, devem existir pelo menos dois caminhos de igual importância a serem trilhados: a redução de desigualdades regionais e o fomento às potencialidades de determinados grupos locais, no qual seus membros são identificados, não somente pelo espaço ocupado, mas por traços culturais singulares que proporcionam sentimento de pertencimento e empatia. Essas características podem ser potencializadas por meio do uso de informações quantitativas, estatísticas e qualitativas, organizadas através de metodologias científicas adaptadas para as questões específicas da localidade.

As temáticas pertinentes à inclusão social produtiva e à sustentabilidade são fundamentalmente intrínsecas e interdependentes ao processo de desenvolvimento. Neste sentido, conforme relatório elaborado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), Inclusão Produtiva no Brasil (2015), em

“Objetivos Globais para o Desenvolvimento Sustentável”³ foram descritos 17 objetivos estratégicos que servem de parâmetro no processo de construção de projetos de desenvolvimento socioeconômicos e ambientais, visando a inclusão produtiva. Esses objetivos englobam as seguintes questões: erradicação da pobreza, através do incentivo a agricultura familiar e fome zero; melhoria da saúde e bem-estar da população e visitantes; educação de qualidade; igualdade de gênero; água potável e saneamento; energia limpa e acessível; trabalho decente inclusivo e crescimento econômico; indústria, inovação e infraestrutura; redução da desigualdade social, cidades e comunidades sustentáveis; consumo e produção sustentável, através da economia circular e colaborativa; ações contra mudanças climáticas; vida na água; vida terrestre; e paz, justiça e instituições eficazes, com destaque para a importância das parcerias e dos meios de implementação das estratégias objetivadas.

Os objetivos de um programa ou projeto de desenvolvimento necessitam ser planejados e implementados através de ações efetivas e de metodologias adaptadas às necessidades da localidade. E para isso se faz necessário o engajamento dos atores locais: representantes institucionais, comunitários, governamentais, de entidades de fomento, de ONGs, do setor privado e da área científica. Além desses atores locais, de igual importância são os atores externos ao sistema que podem fornecer assessoria especializada, apoio e recursos. O processo de desenvolvimento deve priorizar os atores endógenos ao sistema, mas sem negligenciar os atores exógenos que desejam dar suas contribuições para a construção de um bom projeto, atuando como catalisadores de boas práticas, além do papel de mediadores de interesses locais.

Políticas de desenvolvimento são necessárias quando as condições sociais e de mercado não interagem para criar condições de melhoria da qualidade de vida, por meio da sustentabilidade econômica, social e ambiental da população, de forma natural e espontânea. Então, é possível definir que políticas públicas devem ser implementadas através de instrumentos que influenciam positivamente, diretamente ou indiretamente, para que a sociedade evolua de forma saudável, inclusiva e dinâmica. Essas soluções visam minimizar possíveis assimetrias, falhas de mercado e interesses meramente individuais e oportunistas. Nessa abordagem, é importante identificar fatores sistêmicos, estruturais e locais que influenciam o ambiente social, econômico e o meio ambiente, impactando na qualidade de vida das comunidades locais, seus trabalhadores e empreendedores.

Com vista em propor soluções de curto e médio prazo, sem negligenciar a visão de longo prazo, é preciso identificar os fatores mais próximos das decisões locais que detêm controle

parcial ou total sobre o estabelecimento de propostas e ações de melhoria. A comunidade também pode influenciar os agentes de formulação de soluções estruturais, responsáveis pelas questões, como regulamentação, saneamento, educação e saúde, além de determinadas questões ligadas ao ambiente de trabalho e de negócio. Em um segundo momento, apesar das questões sistêmicas estarem aparentemente longe do processo de decisão dos atores locais, a comunidade pode ser mais uma voz, juntamente com outras localidades, a influenciar mudanças sistêmicas necessárias a melhoria da qualidade de vida das populações, do meio ambiente e do ambiente de negócios.

Nos exemplos bem-sucedidos de projetos de desenvolvimento local, é fundamental destacar a existência de perfis de lideranças que fazem a diferença. Esses bons líderes, internos ou externos à localidade, apresentam características típicas do perfil de um empreendedor. Neste caso, identifica-se a participação de indivíduos intraempreendedores. Para Perlard (2010),⁴ intraempreendedores são pessoas que possuem uma capacidade diferenciada de análise de cenários, de criar ideias, inovar e buscar novas oportunidades. São pessoas que empreendem negócios de terceiros. Esses indivíduos, visto sua importância para o sucesso de programas e projetos de fomento, são descritos por alguns pesquisadores, como Paolo Gurisatti⁵, como *tigers* (tigres, em inglês) nos modelos dos distritos industriais italianos das regiões norte e noroeste, estendendo este conceito para os modelos dos arranjos produtivos locais brasileiros (APLs). Gurisatti chega a afirmar que a não existência desses indivíduos impacta negativamente nas iniciativas de políticas de fomento a aglomerados produtivos.

Esta edição da revista Inteligência Empresarial, organizada pelo pesquisador Luiz Carlos Prestes Filho, apresenta uma série de artigos que são bons exemplos sobre as formas e métodos que podem ser utilizados como referência para formuladores e gestores de políticas públicas, pesquisadores e pessoas interessadas em desenvolvimento local.

Em um primeiro momento, é possível destacar o trabalho de Daniela Dantas, que ressalta a importância de se medir os resultados dos programas e projetos de fomento, sublinhando o real impacto destes para o público-alvo, foco da política pública a ser implementada. Daniela chama a atenção para a importância do diagnóstico inicial, abordando aspectos quantitativos e qualitativos, considerando informações locais, municipais, colocando como “pano de fundo” a importância dos indicadores culturais. Destaca ainda o método de estabelecimento de indicadores, propondo em seu artigo uma abordagem simples e prática sobre a aplicabilidade dos indicadores como instrumento de gestão de programas e projetos de desenvolvimento.

O mesmo poderia ser aplicado para a organização de dados estaduais e federais de uma localidade específica.

Os artigos tratam a cultura e a sustentabilidade como importantes temas a serem observados e utilizados nos projetos de desenvolvimento local. No caso do artigo de Cleo Pires, atriz e militante da casa ambiental, esses temas ficaram muito evidenciados, principalmente em relação à sustentabilidade socioambiental. Cleo descreve um projeto de desenvolvimento para a localidade de Araras, em Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro. Sua atuação nesta iniciativa se dá como uma intraempreendedora, utilizando-se da sua energia, motivação e capacidade de mobilização para transformar a realidade das comunidades em situação de risco da localidade. Seu foco é a melhoria da qualidade de vida da comunidade de Vista Alegre preservando o meio ambiente. Para isso, fez parcerias com especialistas de renome no assunto.

Em outro artigo, o professor Carlos Lessa descreve a sua proposta de revitalização do Largo da Petúnia, onde também atua como um intraempreendedor, incentivando o diálogo entre moradores, empresários locais e poder público, colaborando para a construção de soluções coletivas propostas pelos atores locais, que também podem ser apoiadas por atores externos. Lessa destaca a importância do resgate da história e da cultura da localidade como importante vetor de desenvolvimento, visando à revitalização deste singular espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro.

O que é possível observar nos artigos da revista é que história e cultura local são uma grande fonte de promoção da inovação que podem transformar positivamente a realidade dos territórios e de suas comunidades. O processo de inovação é uma das garantias de sucesso de qualquer empreendimento e uma das formas de se obter a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Ambos os projetos, de Araras e do Largo da Petúnia, são de cunho territorial, apesar de conceitualmente não serem enquadrados como arranjos produtivos locais⁶ (APLs) –, podem utilizar as ferramentas e instrumentos de dinamização, como estruturação de governança, planejamento e gestão, fomento a capacidade empreendedora, *marketing* e identidade local de produtos e serviços, incentivo às inter-relações empresariais, incentivo à inovação e ao empreendedorismo, economia circular e colaborativa e crédito de proximidade.

A mestrandia em Engenharia de Produção Camila Soares, presidente da Escola de Samba Mirim Pimpolhos da Grande Rio, e o economista Marcelo Matos abordam em seu artigo a relevância da cultura como fonte de inovação, destacando a cadeia produtiva da economia do carnaval como importante ativo econômico e expressão da genialidade e da identidade dos brasileiros. Descrevem a grande participação de brasileiros e

estrangeiros, a geração de postos de trabalho e o faturamento proporcionado pelo carnaval, associando sempre economia com cultura, inovação, gestão e desenvolvimento. Também sobre o carnaval, o administrador Fabio França, participante do processo de operação do carnaval ressalta a necessidade de profissionalização e gestão do trabalho do diretor de barracão, visando melhores resultados para os eventos carnavalescos.

Esta edição da revista *Inteligência Empresarial* poderá fornecer para seus leitores alguns caminhos para a elaboração de projetos e estudos com foco no desenvolvimento local, através da valorização da cultura como importante alicerce para o desenvolvimento e geradora de inovações, contribuindo para a criação de novos postos de trabalho e empreendimentos.

Parabéns a Luiz Carlos Prestes Filho, Carlos Lessa, Cleo Pires, Daniela Dantas, Camila Soares e Fabio França pelas contribuições. O compartilhamento de seus conhecimentos e experiências inspira o desenvolvimento de conteúdo e projetos que podem ser feitos por brasileiros para brasileiros, de forma altruísta e generosa, visando uma sociedade mais justa, dinâmica, inclusiva e sustentável.

NOTAS

1. Celso Furtado e Desenvolvimento Regional: <http://www.scielo.br/pdf/neco/v19n2/a01v19n2.pdf>, *Nova Economia*, Belo Horizonte, maio-agosto de 2009 - Clélio Campolina Diniz, professor do Cedeplar/UFMG.
2. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bid) projeta que em 2036 serão migradas 118 milhões de pessoas para as cidades na América Latina e Caribe: <http://www.iadb.org/pt/banco-interamericano-de-desenvolvimento,2837.html>
3. Inclusão Produtiva no Brasil(2015)- PINUD http://www.pnud.org.br/arquivos/Relatorio%20Mercados%20Inclusivos%20no%20Brasil_PNUD_web.pdf.
4. *Intraempreendedorismo e Inovação: uma Abordagem Especial*. Regazzi, Bon-torim e Kirszenblatt (2015) – www.rioportunidadesnegocios.com.br
5. André Urani, “Empresários e empregos nos novos territórios produtivos”, SEBRAE, 2012.
6. Arranjos Produtivos Locais, Clusters: Porter (1989) define como um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas, vinculadas por elementos comuns e complementares. *Apud* REGAZZI, Renato Dias. *Estudo para o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas de rochas ornamentais de Santo Antônio de Pádua (RJ): diretrizes para a dinamização do arranjo produtivo local*. Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ, 2004.

Renato Dias Regazzi

Especialista em Desenvolvimento Regional e gerente da Área de Grandes Empreendimentos do Sebrae/RJ, além de Conselheiro Administrativo da Agência Desenvolve do Estado de Alagoas.

Mestre em Gestão Tecnológica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ), pós-graduado em Engenharia de Produção, com ênfase em Qualidade/Produtividade, pelo Instituto Nacional de Tecnologia (INT/UFRJ), é graduado em Engenharia Mecânica pela UFRJ.

Informações e indicadores a serviço da gestão

Daniele Cristina Dantas

Construído a partir de técnicas estatísticas, um novo sistema de indicadores contribui para a geração de análises mais específicas na área cultural. Esta metodologia pode ser aplicada em outras áreas, favorecendo diagnósticos em diferentes escalas.

As instituições culturais do Brasil são tão antigas quanto a história do país, mas foi só no final do século XX que se percebeu a necessidade de adoção de práticas de gestão fundamentadas no uso de informações na área da cultura. Assim, no início da primeira década do século XXI, foram efetuadas ações que confirmam esta constatação, como o acordo de cooperação técnica entre o Ministério da Cultura e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) assinado em 2004. No entanto, a institucionalização do uso de informações fundamentando as práticas de gestão cultural é respaldada somente com a sanção da lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Esta lei instituiu o Plano Nacional de Cultura (PNC) e criou o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) como instrumento de apoio aos processos de monitoramento e avaliação periódica das metas do PNC, por meio de indicadores locais, regionais e nacionais.

O processo de inserção e atualização das informações no SNIIC segue os princípios do pacto federativo brasileiro, no qual os entes federativos (municípios e estados) que aderirem ao Plano, assim como a União, comprometem-se a inserir e atualizar, de forma permanente, dados sobre o cotidiano de sua gestão. Sem dúvida, o desenvolvimento da tecnologia de comunicação e informação contribuiu para a eficiência das tomadas de decisão voltadas para as políticas públicas. Isso porque a sistematização de dados e a disseminação de informações foram facilitadas.

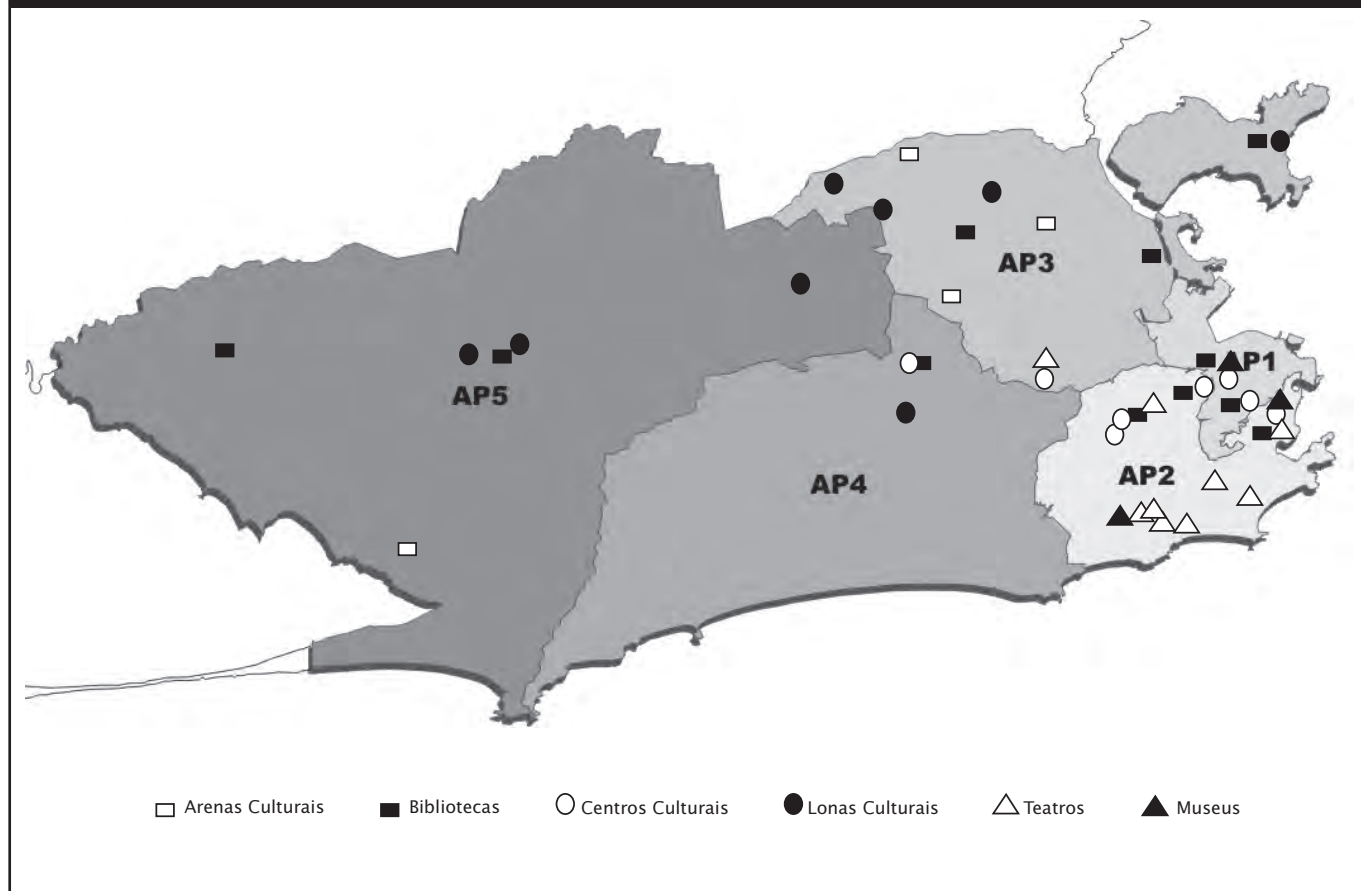
Na gestão cultural, a adesão efetiva ao uso de indicadores e informações quantitativas ficou limitada porque os dados existentes não estão organizados nem são facilmente acessíveis. Esses dados normalmente aparecem multiplicados e, por vezes, desconectados em diferentes conjuntos de informação, sem padrão ou critérios claros de nomenclatura, distri-

buição e referências, e ainda estão armazenados em formatos não apropriados ao processamento quantitativo.

Este cenário deve mobilizar esforços na busca por informações mais estruturadas, considerando que uma gestão pública de cultura tende a ser mais eficiente quando pautada também em indicadores e parâmetros mais objetivos, que ajudem a balizar a tomada de decisão. Reitera-se a demanda por sistematização de dados e informações em diferentes níveis e escalas para a construção de instrumentos de medição relacionados à gestão cultural, como em outras áreas no Brasil.

Considerando essa realidade, propôs-se um método para construção de um indicador sintético para a análise da oferta cultural em equipamentos sob a gestão da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (SMC-RJ). O indicador proposto é composto por informações referentes à capacidade e ao número de atividades realizadas nos diferentes equipamentos

Infraestrutura cultural sob a gestão da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 2013



culturais da cidade, representando o entendimento de oferta da cultura a partir da relação entre a capacidade física de recebimento do público e as atividades realizadas nos espaços culturais em análise.

EM BUSCA DO DETALHAMENTO

De forma complementar, foi proposto um sistema de indicadores com maior detalhamento das informações sobre os aspectos da gestão analisados. Para o processamento, foram utilizados dados de registros administrativos da Secretaria Municipal de Cultura do município do Rio de Janeiro, compreendidos entre os meses de janeiro e dezembro de 2013.

O Indicador de Oferta Cultural (IOC) representa a oferta cultural nas diferen-

tes regiões da cidade. Por meio dele, identifica-se a distribuição dos equipamentos culturais na cidade e a representação do volume da oferta cultural e suas variações em duas escalas geográficas, a saber: Áreas de Planejamento (APs) e Regiões Administrativas (RAs). Esta técnica – um avanço na gestão de informação na área cultural – pode ser aplicada em outras áreas governamentais, como as voltadas para o meio ambiente.

Reconhecendo a importância da ampliação do detalhamento da caracterização dos objetos e das possibilidades de análise deles, propôs-se também um sistema de indicadores gerados a partir do conjunto de dados original. Tem-se, então, uma perspectiva de ano de 2013. Os indicadores foram construídos a partir

da aplicação de técnicas estatísticas, e a análise empregou também técnicas de geoprocessamento, para a melhor compreensão da distribuição dos resultados da aplicação do indicador no território estudado. Utilizou-se, para a organização dos dados, o processamento e a apresentação das informações, o Excel, do pacote Microsoft Office, e o ambiente de geoprocessamento ArcGIS v.10.

DIFERENTES ESCALAS

No contexto incipiente de produção de dados na gestão cultural no país hoje, o uso de dados de registro administrativo apresenta significativas vantagens por, em geral, apresentar baixo custo, cobertura ampla e completa do objeto no período, boas chances de apresentar

dados e metadados mais detalhados. Essas características favorecem análises em diferentes escalas.

A construção de um indicador sintético contribui para a quantificação e qualificação de aspectos sobre a dinâmica cultural e favorece análises sobre a demanda por atendimento de regiões específicas, assim como da ocupação de alguns perfis de equipamentos culturais nos territórios estudados. No entanto, o sistema de indicadores mostra que é importante a existência de referenciais analíticos quantitativos mais amplos para auxiliar em análises mais complexas de aspectos sugeridos, mas não elucidados por indicadores sintéticos. Portanto, utilizar indicadores sintéticos associados a um sistema de indicadores permitirá que alguns aspectos sejam analisados mais detalhadamente. Isto favorece a identificação de variações presentes nos contextos analisados que poderiam

estar implícitas ou não evidenciadas no resultado do indicador sintético.

Assim, a aplicação dos dados auxiliou na compreensão de aspectos da oferta cultural para o recorte específico, como os equipamentos culturais sob a gestão da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (SMC-RJ). A metodologia proposta mostrou-se útil e de fácil aplicação, podendo ser replicada em contextos mais amplos ou em recortes institucionais específicos, além de ser aplicável a outras áreas. A partir de dados sobre atividade, capacidade e público dos equipamentos culturais da SMC-RJ foram construídos indicadores específicos, para os quais foram aplicadas as formulações matemáticas e estatísticas que configuram cada um em função do tipo de informação, fundamentado por um conceito que o delimita.

De acordo com dados do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP-RJ), autarquia pública da cidade, em

2008, registrava-se 661 equipamentos culturais sob a gestão municipal (por fundações públicas e outras secretarias), estadual e federal, além de equipamentos privados, entre museus, bibliotecas, teatros, salas de cinema, galerias, espaços e centros culturais, escolas e sociedades musicais. Os equipamentos sob a gestão municipal estão distribuídos em secretarias municipais ou órgãos da gestão pública na cultura, ciência e tecnologia, educação e turismo, por exemplo. A diferença no tipo de gestão (municipal, federal ou estadual; em nível de secretaria ou fundação; pública, privada ou comunitária) implica no perfil de gerência da cultura para a sociedade; assim como pode auxiliar a compreender a dinâmica de oferta e usos culturais nas diferentes regiões da cidade. Este cenário fundamentou o avanço dos debates sobre o desequilíbrio na distribuição da oferta de infraestrutura de serviços culturais e

Tabela 1: Equipamentos Culturais municipais, estaduais, federais e privados na cidade do Rio de Janeiro segundo Áreas de Planejamento (APs) e Regiões Administrativas (RAs), 2008

Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas	Museus	Bibliotecas Populares e Especializadas	Escolas e Sociedades Musicais	Galerias de Arte	Teatros e Salas de Espetáculo	Espaços e Centros Culturais	Cinemas	Totais por AP e RA
Área de Planejamento 1								
I Portuária	1	1	0	1	0	1	0	4
II Centro	37	25	12	13	32	25	7	151
III Rio Comprido	2	2	1	1	2	2	0	10
VII São Cristóvão	6	2	0	0	0	4	0	12
XXI Paqueta	0	1	0	0	0	0	0	1
XXIII Santa Teresa	4	1	0	5	2	3	0	15
Subtotal AP1	50	32	13	20	36	35	7	193
Área de Planejamento 2								
IV Botafogo	4	15	6	13	22	13	22	95
V Copacabana	1	2	4	23	14	3	4	51
VI Lagoa	8	4	7	32	20	12	14	97
VIII Tijuca	5	2	1	2	10	2	3	25
IX Vila Isabel	2	3	0	0	3	0	7	15
XXVII Rocinha	0	1	1	0	0	0	0	2
Subtotal AP2	20	27	19	70	69	30	50	285
Área de Planejamento 3								
X Ramos	2	3	0	0	0	1	0	6
XI Penha	0	1	0	0	0	0	5	6
XII Inhaúma	0	0	0	0	1	0	9	10

Tabela 2: Equipamentos Culturais sob a gestão da Secretaria Municipal de Cultura, por Áreas de Planejamento (APs) e Regiões Administrativas (RAs), Rio de Janeiro, 2013

Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas	Arena Cultural	Biblioteca	Centro Cultural	Lona Cultural	Museu	Teatro	Total por AP e RA
Área de Planejamento 1							
I Portuária	0	1	1	0	0	0	2
II Centro	0	0	1	0	1	2	4
III Rio Comprido	0	1	1	0	1	0	3
VII São Cristóvão	0	0	0	0	0	0	0
XXI Paqueta	0	0	0	0	0	0	0
XXIII Santa Teresa	0	1	2	0	0	0	3
Subtotais AP1	0	3	5	0	2	2	12
Área de Planejamento 2							
IV Botafogo	0	1	1	0	1	2	5
V Copacabana	0	0	0	0	0	1	1
VI Lagoa	0	0	0	0	1	4	5
VIII Tijuca	0	1	2	0	0	2	5
IX Vila Isabel	0	0	0	0	0	0	0
XXVII Rocinha	0	0	0	0	0	0	0
Subtotais AP2	0	2	3	0	2	9	16
Área de Planejamento 3							
X Ramos	0	0	0	0	0	0	0
XI Penha	1	0	0	0	0	0	1
XII Inhaúma	0	0	0	0	0	0	0
XIII Méier	0	0	1	0	0	1	2
XIV Irajá	0	2	0	1	0	0	3
XV Madureira	1	0	0	0	0	0	1
XX Ilha do Governador	0	1	0	1	0	0	2

demandas por ações em busca do equilíbrio entre bairros e regiões da cidade, a partir dos anos 1990.

Verificou-se também que ter dados de períodos anteriores favoreceria a análise do cenário, por oferecer condições de análise em perspectiva temporal na observação dos objetos e do espaço geográfico analisados, permitindo análises de cenários anteriores ou projeções de cenários futuros.

Neste processo, o gestor precisa conhecer bem o potencial dos indicadores utilizados para que compreenda que os resultados respondem a algumas questões, mas podem suscitar outras que poderão ser respondidas com a análise de aspectos do cotidiano da gestão sobre seus processos e rotinas. O acompanha-

mento dos registros tende a aproximar o gestor de respostas mais acuradas sobre seus processos, além de ter melhores resultados para as tomadas de decisão, como a identificação de mudanças de tendências. Os indicadores se apresentam como provocadores, já que podem suscitar reflexões que não estavam evidentes no cotidiano do gestor ou não figuravam como um aspecto a analisar inicialmente. Surgem questões a serem observadas para as quais se devem buscar respostas com chances de melhorar a gestão.

Constatou-se que não é viável adotar um resultado isoladamente qualificando-o como ruim ou bom, uma vez que diferentes aspectos das realizações da gestão precisam ser considerados nas análises em conjunto com outras informações,

como o perfil do Equipamento Cultural e sua linha de ação, orçamento, número de profissionais envolvidos, entre tantos outros que compõem a realidade da gestão cultural de qualquer lugar.

A representação de um aspecto traduzida através de indicadores sintéticos indica que aquele aspecto da realidade estudada apresenta aquele resultado, mas não oferece elementos suficientes para uma conclusão sem que outros resultados, referentes a aspectos específicos possam representar um contexto local ou mais amplo.

Isto confirma a importância de se reconhecer que o resultado de um indicador sinaliza possibilidades de leitura sobre uma situação para a qual ele foi construído. Contudo, as respostas necessitarão de

aprofundamento e esclarecimentos, que serão alcançados com a análise qualitativa da gestão em seus diversos aspectos. Em algumas circunstâncias, resultados de indicadores utilizados isoladamente suscitam questões não evidenciadas no cotidiano sem oferecer respostas diretas. Porém, quando as análises se fundamentam em um sistema de informações sobre o cotidiano da gestão, o processo para a identificação de respostas passa a ter parâmetros mais objetivos.

Neste contexto, a consolidação de conjuntos de dados do cotidiano da gestão por períodos mais longos, construindo séries de dados longitudinais, oferecerá recursos ao gestor para o monitoramento dos resultados e ajuste de suas ações em perspectiva temporal mais ampla, para a verificação dos resultados alcançados, assim como base para o planejamento em novos períodos. Para isso, o uso de dados do registro administrativo oferece insumos que favorecem as avaliações do gestor, em função de seu grau de detalhamento.

PADRÕES E PROTOCOLOS

É importante reconhecer que a descon-tinuidade, ausência de padronização e conceituação para a coleta e estruturação dos dados, assim como de sistemas organizados dificulta o fortalecimento de práticas exitosas. Isto reitera a necessidade de construção de bases de dados padronizadas, disponíveis e acessíveis. Ter ações bem estruturadas com a adesão a processos e protocolos simples de organização de dados, critérios de classificação e conceituação claros é fundamental para que se consiga avançar com aplicações tecnológicas para captura, organização e processamento destes dados. Isso porque a organização de um conjunto de dados consolidado e organizado sob uma mesma lógica,

respeitando o mesmo padrão é essencial para sua adoção como instrumento de apoio à gestão.

No uso da informação como recurso estratégico nos processos de gestão, trabalhar com dados de registro administrativo é uma questão central a avaliar, uma vez que esses registros oferecem um conjunto de dados e metadados sobre a gestão que ajudam na análise mais próxima e detalhada do cotidiano. Trata-se de um tipo de informação com custo de produção mais baixo em relação à realização de pesquisas, com

*Se não se tem a
disponibilidade das
informações estruturadas
em uma base de dados ou
de forma que possam ser
captadas por softwares de
processamento, o recurso
existente é desperdiçado*

cobertura mais completa do objeto no período em análise, chances de dados e metadados que permitam análises em diferentes escalas, além de sua coleta e organização poderem integrar as rotinas da instituição.

A otimização do custo de coleta e organização de qualquer tipo de informação precisa ser relativizada em função de seu uso. Isso porque organizar informações e mantê-las arquivadas ou processá-las e extrair resultados analíticos apenas para a apresentação

em relatórios sem utilizá-las em prol da gestão contradiz os princípios de produção de dados com baixo custo. A relação melhora com a disponibilidade da informação para acesso de todos, mas, especialmente, com seu uso no dia a dia da gestão convertendo-a em recurso para a busca de melhoria de resultados. Se não se tem a disponibilidade das informações estruturadas em uma base de dados ou de forma que possam ser captadas por softwares de processamento, o recurso existente é desperdiçado.

Cuidados iniciais ajudam a evitar ações equivocadas no processamento dos dados e na leitura de resultados extraídos a partir deles, que podem levar a conclusões indevidas ou distorcidas, a partir de informações que não estejam em conformidade com os padrões devidos. Com isso, evita-se fazer inferências a partir de conjuntos de informação ainda não consolidados, mas que se apresentam como de uso possível, uma vez que não se tenha outros conjuntos para que se constituam parâmetros para validação.

Neste sentido, a construção dos indicadores e do sistema de indicadores contribuiu para que se confirmasse a possibilidade de aplicação para diferentes unidades espaciais com o enriquecimento das análises quando os dados foram aplicados em unidades espaciais mais desagregadas. Quanto mais desagregada a unidade de análise, maior foi o grau de detalhamento que o indicador apresentou nos resultados.

Observando os resultados em função dos níveis de agregação que ele representa, foi possível verificar que alguns resultados favoreciam análises em perspectiva com outros e ponderações acerca dos resultados isolados, ampliando as possibilidades de análises e conclusões sobre o objeto de estudo, dadas as análises

cruzadas entre os indicadores do sistema. Isso alerta para o cuidado que se deve ter na análise de informações quando são observadas múltiplas escalas geográficas e quando analisadas em um sistema que permite a observação mais complexa dos resultados e entendimento dos resultados isolados e em perspectiva.

O método proposto apresenta-se como um instrumento aplicável em diferentes contextos de gestão – municipal, estadual ou federal – com baixo custo e possibilidades de ampliação de suas análises, ao considerar o uso conjugado de uma gama ampla e diversa de informações. Tem como vantagem, auxiliar o gestor cultural a compreender que é possível extrair informações dos dados que se tenha organizados e estruturados de acordo com um mesmo padrão e com metodologias claras. Vale destacar que é importante considerar a leitura do indicador como subsídio à compreensão de um objeto ou realidade, para apoio a processos de gestão, não como resposta definitiva sobre algum aspecto da gestão. A experiência ajudou a compreender que o indicador traduz uma resposta para uma questão em um recorte no tempo, pois com informações e seu processamento em momentos diferentes, será possível verificar se os resultados apresentarão variações, confirmando ou refutando hipóteses e buscando ter as melhores análises dos resultados para a otimização dos recursos e o amadurecimento da gestão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAVALCANTI, M. Conhecimento e Desigualdade. *Rio de Janeiro: Trabalho e Sociedade*, ano 2, número especial, dez. 2002. 7 p. Disponível em: www.iets.inf.br/biblioteca/Conhecimento_e_desigualdade.pdf. Acesso em: 18 jun. 2014.
- CAVALCANTI, M.; GOMES, E. A nova riqueza das organizações: os capitais do conhecimento. *Revista TN Petróleo*, v. 3, n. 16, p. 1-10, 2000. Disponível em: <http://portal.crie.coppe.ufrj.br/portal/data/documents/storedDocuments/{93787CAE-E94C-45C7-992B-9403F6F40836}/{4348A601-CD08-4972-B822-D00D470C0D4C}/A Nova Riqueza das Organizações.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2014.
- CAVALCANTI, M.; GOMES, E. Inteligência Empresarial: um novo modelo de gestão para a nova economia. *Produção*, v. 10, n. 2, p. 53-64, maio 2001. Disponível em: www.prod.org.br/files/v10n2/v10n2a05.pdf. Acesso em: 18 jun. 2014.
- FACCIOLLI, A. A nova geração de usuários. *Information Management*. Gestão de informações, documentos e colaboração corporativa, ano 8, n. 41, p. 28, abr. 2014.
- GATTONI, R. L. C. A atuação do gerente de projetos na era do conhecimento. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GESTÃO DO CONHECIMENTO/GESTÃO DE DOCUMENTOS, 4, 2001. Paraná: Pontifícia Universidade Católica, 2001. Disponível em: <http://portal.crie.coppe.ufrj.br/portal/data/documents/storedDocuments/{B93787CAE-E94C-45C7-992B-9403F6F40836}/{BD54B32A7-BE2C-472A-84F3-E8E5B6AEF693}/atuação do gerente de projetos.doc>. Acesso em: 18 jun. 2014.
- JANNUZZI, P. M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 51-72, jan.-fev. 2002. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/download/6427/5011>. Acesso em: 29 abr. 2014.
- JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 58, n. 2, p. 137-160, abr.-jun. 2005.
- JANNUZZI, P. M. *Indicadores Sociais na avaliação e formulação de políticas*. Rio de Janeiro, 2004a. 9 p. (mimeo).
- JANNUZZI, P. M. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. 3. ed. Campinas: Alínea, 2004b.
- SARAVIA, E. J. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, E. J.; FERRAREZI, E. *Políticas públicas: coletânea*. Brasília: ENAP, 2006. p. 21-42.
- SCHWARTZMAN, S. Legitimidade, controvérsias e traduções em Estatísticas Públicas. *Teoria & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 2, p. 9-38, dez. 1997. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/estpub.htm>. Acesso em: 26 jun. 2013.
- TAMANE, W. A evolução dos sistemas. *Information Management*. Gestão de informações, documentos e colaboração corporativa, ano 8, n. 41, p. 34, abr. 2014.
- WALLGREN, A.; WALLGREN, B. *Estadísticas basadas en registros: aprovechamiento estadístico de datos administrativos*. México: INEGI, 2012.

Daniele Cristina Dantas

Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE).

Futuro Araras: soluções coletivas para problemas coletivos

Cleo Pires

Araras é um vale encravado na Serra dos Órgãos, no estado do Rio de Janeiro. Trata-se da localidade de Araras distrito de Cascatinha, em Petrópolis. Cercada pela Mata Atlântica, sua paisagem ainda conta com um rio que corta toda a região, o Mata Cavalo. No entanto, desde pequena vejo a poluição nos seus rios e ruas. Infelizmente, não temos o costume de proteger nossos recursos naturais, mas tenho certeza de que é possível cuidar deste recanto da Mata Atlântica para o bem das gerações futuras, para que este patrimônio não acabe.

A ocupação desordenada e a circulação excessiva de pessoas na região geraram forte pressão sobre a infraestrutura local e sobre o ambiente natural. Seria difícil levantar informações absolutas sobre as quatro¹ aglomerações populares da região – Vista Alegre, Cruzeiro, Poço dos Peixes e Santa Luzia – que provocam o risco de deslizamentos nas áreas de encosta. Essas áreas sofrem com grande volume de descarte de resíduos de forma imprópria e sem a devida infraestrutura de coleta deste descarte. Há também a degradação dos cursos de água, por conta da presença de esgoto sem tratamento e construções irregulares sobre nascentes, afluentes e do leito do rio Mata Cavalo.

Araras é uma localidade do distrito de Cascatinha, de Petrópolis, a Cidade Imperial da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro. Destino de muitos veranistas, que possuem casas na região, é também o lugar de cerca de 8 mil moradores. Encravada na Mata Atlântica, a região vem sofrendo as consequências de um desenvolvimento humano descolado do meio ambiente. Para começar a jogar uma luz na melhoria da qualidade de vida na região, foi pensado o projeto Futuro Araras. O ponto de partida está na comunidade de Vista Alegre.

Essa exploração irresponsável prejudica, principalmente, a água da região e é visível para moradores e veranistas. Afinal, é possível transformar nossas casas numa prisão de luxo, mas quando vamos à rua, notamos o quanto estamos isolados da realidade. O problema está no que é coletivo e, por isso mesmo, acredito que a solução deva ser coletiva. Esse quadro de fatores negativos me motivou a desenvolver, com a comunidade, o projeto Futuro Araras, a fim de contribuir para a solução dos problemas mais críticos da localidade, ou seja, para uma correção de rumo que permita o desmonte de futuros desastres e tragédias – sociais, econômicas, culturais e ambientais.

DIAGNÓSTICO REAL

Com o objetivo de obter indicadores e identificar as principais necessidades

do bairro, apoiei a realização da “Pesquisa Socioeconômica e Ambiental com Comerciantes, Empreendedores e Moradores de Araras”. Este trabalho reuniu informações que possibilitaram a elaboração de um diagnóstico real sobre os impactos sofridos. Isso só foi possível a partir do treinamento de uma equipe de pesquisadores que visitaram estabelecimentos e moradias da região. As entrevistas aconteceram de forma pessoal e individual em outubro de 2013. Os 79 empreendimentos visitados (31 em Vista Alegre) empregam um total de 230 trabalhadores e estimamos que 11% da mão de obra utilizada nos estabelecimentos de Araras morem na localidade de Vista Alegre. Já os moradores, 394 concordaram em conversar ou receber entrevistadores e responderam aos questionamentos (344 de Vista Alegre).

As entrevistas se detiveram em obter dados sobre o fornecimento de serviços básicos, a saúde de trabalhadores e moradores, apoios e patrocínios (no caso dos estabelecimentos comerciais), áreas de risco, condições das residências, programas sociais e de trabalho, escolaridade e expectativas com relação a novos programas. As informações levantadas permitem aos gestores públicos e empresariais desenvolver uma análise apurada da situação.

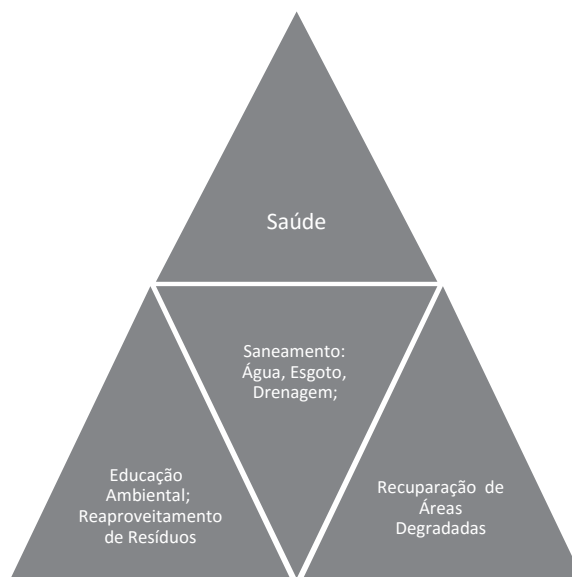
As quatro aglomerações populares de Araras tiveram seus principais problemas identificados pelo estudo, mas foi feito um recorte especial de Vista Alegre. Nesta localidade, o modelo social e econômico em expansão está destruindo e degradando o meio ambiente local e gerando um alto custo social que será cobrado da coletividade em um futuro próximo. Alguns dados levantados chamam a atenção pela precariedade em pleno século XXI: os quatro serviços públicos mais básicos para o estabelecimento de qualquer comunidade – luz, água, esgoto e coleta de lixo – não são feitos de forma homogênea e, em alguns casos, de forma muito precária. Como implantar uma ação de educação ambiental se não há uma coleta de lixo eficiente?

Ao confrontar o estudo com os Indicadores Municipais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)² de 2011, chegou-se à conclusão de que o trabalho a ser realizado para modificar a realidade da localidade deverá ser feito a longo prazo. Será preciso implementar um programa de gerenciamento integrado dos resíduos e sistemas condominiais e residenciais de esgotos sanitários com tecnologia adequada. Também é necessário recuperar a mata ciliar do rio Mata Cavalo e de seus afluentes, e as áreas degradadas, em especial as encostas

Mapa da localidade de Araras



Ações para o alcance de resultados em saúde



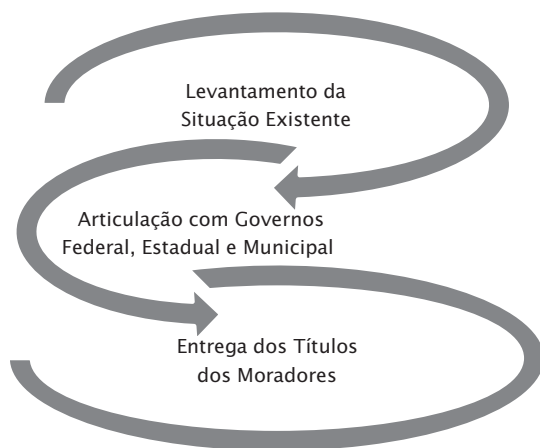
mais íngremes, assim como realizar a regularização fundiária.

Como o foco das ações está na exploração sustentável e na preservação do meio ambiente, é imprescindível identificar oportunidades empresariais e empreendedoras que permitam o desenvolvimento econômico, cultural e social de Araras. Dessa forma, o projeto

pode estancar o comportamento predatório ao meio ambiente, apresentar alternativas para soluções sociais até então não vislumbradas e, consequentemente, melhorar a qualidade de vida tanto da comunidade em questão, excluída dos centros de decisão, como de Araras como um todo.

Ações para a regularização fundiária

Participam na execução desta prioridade os membros do Comitê de Políticas Públicas



Prioridade saúde



Vista Alegre é a primeira aglomeração popular à margem do rio Mata Cavallo. O diálogo com seus moradores e, especialmente, com as lideranças da comunidade, traz informações estratégicas para o desenvolvimento de projetos no campo da infraestrutura, da educação, da saúde, do transporte e da cultura. Trata-se de um grande incentivo à criação de um Plano de Ações que permita implantar o esgotamento sanitário e o manejo da água – um patrimônio da região serrana fluminense.

PASSO A PASSO DO DESENVOLVIMENTO

O sucesso das ações básicas do projeto depende de uma série de fatores: sensibilização de lideranças locais, como líderes religiosos, presidentes de associações de moradores e proeminências locais; alinhamento das propostas com o Plano Diretor da cidade de Petrópolis e demais planos e legislações municipais complementares; alinhamento das propostas com políticas nacional e estadual de resíduos sólidos e com a Política Nacional de Saneamento Básico; busca

“Queremos agradecer a nossa grande parceria, à atriz Cléo Pires, pelo grande apoio que tem nos dado. Sabemos o quanto é importante para nós, já conseguimos a reforma e a ampliação da creche, reforma do centro comunitário e estamos com obras da “Águas do Imperador” para abastecimento de água. Muito obrigado, fique sempre conosco. Você foi a nossa porta de entrada.”

Beijos no coração,

Terezinha Cardoso Pereira, Jusinete Rodrigues, Lourival dos Santos, Vera Lucia Pereira Cardoso, Thais Cardoso Machado, Isadora Cardoso Rodrigues, Rosangela Rocha, Marilda A. dos Santos, Roberto Carlos G. de Souza, Paola Cardoso de Carvalho, Eliane Aparecida de Cardoso, Osvaldo Cardoso dos Santos, Flávia Cardoso, Manoel (da padaria), Irani Babo Silva

de ideias sustentáveis que solucionem conflitos previsíveis; articulação com as três esferas de poder; controle da qualidade da água; e geração de indicadores que possibilitem o monitoramento e a avaliação das ações.

Da minha parte, gostaria que o ser humano fosse atendido em suas necessidades básicas. Tem que ter trabalho, educação, transporte, casa, água e energia de qualidade, entretanto, isso não pode vir da destruição e sim da criação, do uso de meios de coexistência que a inteligência humana pode desenvolver.

DIÁLOGOS, PROBLEMAS E PRIORIDADES

Uma vez realizado o estudo, o projeto partiu para mais uma etapa que reforça o caráter coletivo da iniciativa. A equipe realizou o seminário “Vista Alegre pensando o futuro de Araras” com a comu-

nidade, para dar voz aos que nasceram e cresceram na localidade de Vista Alegre. Afinal, sem a experiência, o olhar e o tato de quem vive hoje neste chão, como construir algo transformador? No seminário, a comunidade pôde indicar pontos positivos e negativos e relatar como se vê na natureza. Dessa forma, o projeto pode seguir focado nas prioridades locais e, de fato, agir de acordo com a realidade.

O seminário criou um ambiente para que os moradores de Vista Alegre pudessem atuar em equipe. A proposta prática consistiu em analisar a pesquisa apresentada a partir das vivências e das experiências individuais e coletivas. Essa metodologia permitiu que os participantes alinhassem suas opiniões, definissem quais necessidades locais são urgentes e quais não são urgentes, inclusive, estruturassem a base do conteúdo do futuro Plano de Ação. O consenso foi buscado por meio de reflexão individual, reflexão coletiva, mapeamento dos gargalos e das oportunidades locais, troca de informações e seleção de propostas, montagem de painel sobre a realidade de Vista Alegre e definição de prioridades para criação do Plano de Ação.

Quatro grupos de trabalho (GTs) formaram o encontro. Os participantes do seminário focaram nos temas: infraestrutura local, empreendedorismo e associativismo, gestão ambiental, saúde, educação, transportes e moradia. Como resultados, o seminário propiciou a identificação dos principais problemas coletivos, a criação de comitês e a definição das prioridades do projeto.

Entre os principais problemas estão o fato de a localidade ser uma área de risco, não protegendo nem conservando o meio ambiente, a falta de um espaço comunitário para a realização de reuniões, eventos e cursos, e a precariedade do transporte público e da saúde. Também

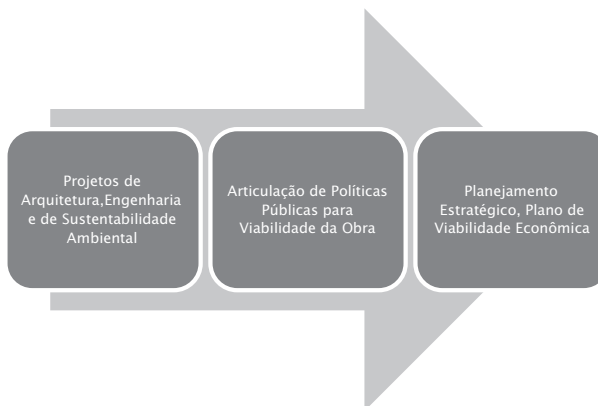
Ações para a melhoria da creche

Participam na execução desta prioridade os membros do Comitê de Infraestrutura e do Comitê de Políticas Públicas



Ações para a melhoria do espaço comunitário

Participam na execução desta prioridade os membros do Comitê de Cultura, Esporte e Lazer e do Comitê de Políticas Públicas



foram apontados como dificuldades ao desenvolvimento o difícil acesso a cursos profissionalizantes, a precariedade da creche, falhas na infraestrutura da telefonia e do fornecimento de luz elétrica e a falta de apoio ao microempreendedor. Para cada dificuldade relatada pelos grupos pensamos em caminhos para a concretização de ações efetivas, que de fato tragam melhoria na qualidade de vida das pessoas.

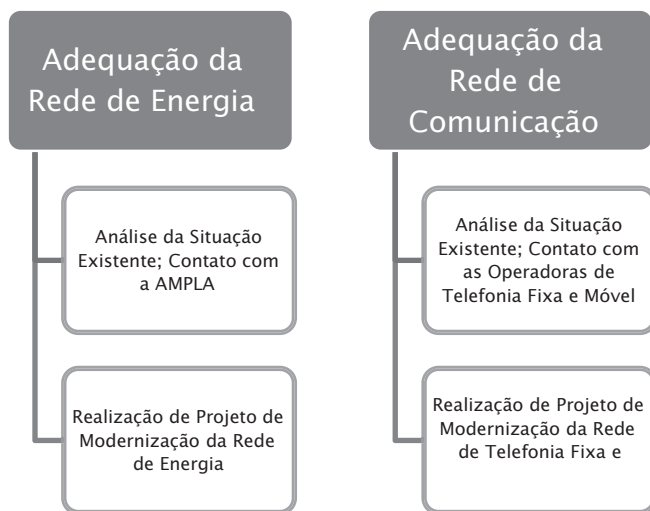
As prioridades do projeto se baseiam exatamente nessas dificuldades relatadas pelos 32 participantes que discutiram sobre a localidade nos gru-

“Não sou engenheira ambiental, mas consigo entender o que é a reciclagem ou reaproveitamento. Um saco plástico vai para o rio ou para a terra, porque aquela pessoa que fez isso imagina que não exista problema. Mas este plástico leva anos para se degradar! Mas o cidadão poderia fazer uso deste saco plástico como já fazemos uso das garrafas plásticas, utilizadas como material de construção. Existe hoje o tijolo de pet, camiseta pet, saco de lixo pet, caixa de leite pet e outras coisas. Vi na TV que fazem até casa com resto de lixo.”

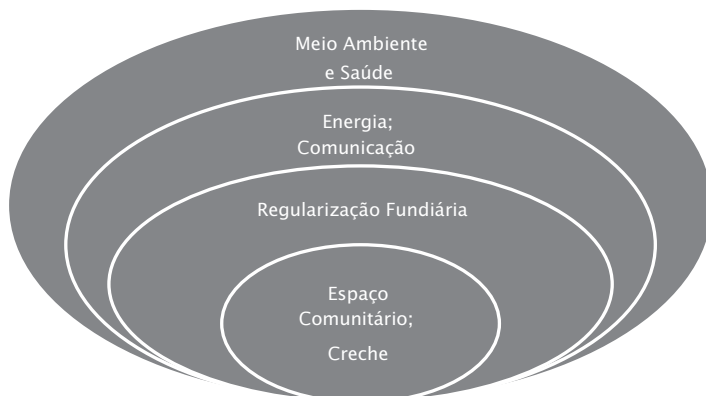
Creusa do Espírito Santo, moradora

Ações para a melhoria do fornecimento de energia elétrica e da rede de comunicação

Participam na execução desta prioridade os membros do Comitê de Infraestrutura e do Comitê de Políticas Públicas



Prioridades indicadas pelos moradores



“Pensamos em fazer um espaço multiuso que sirva para esportes, mas também para cursos profissionalizantes, grupos de leitura, atividades para idosos; nesse espaço poderíamos ter cursos profissionalizantes, para que os alunos que se formassem ingressassem diretamente nesses cursos; devemos aproveitar o espaço para aumentar a creche, assim colaborando com as mães que querem trabalhar.”

Manoel da Costa Cunha, morador

“Falta de transporte, tem ônibus em Vista Alegre até o ponto final, na parte baixa, mas na parte de cima não tem. A comunidade não é só isso, é grande, lá em cima tem muita gente: senhoras, gestantes e deficientes. Todos tem que subir as escadas por não termos transporte que nos levem ao alto, pois o ônibus para no meio do caminho. Muitos me criticam aqui embaixo por carregar bolsas pesadas, mas eu não tenho transporte.”

Tânia Rodrigues, moradora

“Eu tenho uma relação histórica com Araras que vem da minha infância. Meu tio, Silvino de Souza Martins, tinha um sítio aqui e por isso eu vinha muito pra cá quando era criança. Antigamente, aqui era uma zona rural, as pessoas eram sitiadas. As comunidades começaram a surgir a partir dos anos 80 e foram se consolidando nos anos 90. Acredito que daqui para frente a gente precise, cada vez mais, construir pontes entre essas duas Araras, a rural e a real, a que está presente na vida das pessoas que moram aqui de segunda a segunda.”

A divisão distrital do município obedece uma lógica muito antiga. Já tentamos transformar Araras em distrito ecológico. Mas aí percebemos que era preciso fazer plebiscito, mudar a lei orgânica, uma grande tarefa burocrática pra ser vencida. Acho que mais do que no papel, a transformação tem que aparecer na prática, fazendo com que o conceito de ecologia esteja presente na vida das pessoas, levando em consideração sobretudo que ecologia não é o homem de um lado e o meio ambiente de outro, e sim a capacidade de integrar os dois de forma sustentável.

Fica claro pra mim que a Cleo Pires tem uma sensibilidade muito grande. Ela se preocupa com seu entorno, principalmente com a população mais vulnerável. Tenho certeza de que ela pode ser uma grande articuladora, unindo cada vez mais a comunidade ao poder público.

O projeto lançado por ela é um trabalho que tem legitimidade, feito a partir de muitas horas de conversa com a população, está respaldado na vivência. Por isso, nos ajudou muito, foi um atalho para o poder público.

Tenho certeza que este é um projeto que pode ser ampliado. O ideal é aplicar projetos que acolham toda Araras. Nosso próximo desafio é construir esse caminho, que é transformar Araras num lugar que tenha muita consciência ecológica.”

Rubens Bomtempo,
prefeito de Petrópolis (2013/2016)

pos de estudo. O mais importante é que o desenvolvimento do ser humano, que está no centro do projeto, também esteve no centro dessas discussões.

A comunidade, não só a de Vista Alegre mas de toda a localidade de Araras, devia trabalhar sempre assim, unida. Dessa forma, seria possível conquistar um pleno saneamento do esgoto da comunidade, melhorar a infraestrutura urbana e o manejo das águas dos rios com qualidade. Essa atividade, que apoio com entusiasmo, é necessária para tentar uma evolução, para provocar mudanças. Aliás, como escreveu o economista Celso Furtado, “só há desenvolvimento quando o homem se desenvolve”.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

MARTIM, Enéas. Os três caminhos para as Minas Gerais. In: IHGB. *Anais do Congresso dos 200 anos da Transferência do Governo de Salvador para o Rio*. vol. 1. 1963.

RABAÇO, Henrique José. *História de Petrópolis*. Petrópolis: Universidade Católica de Petrópolis, 1985.

NOTAS

1 Para o IBGE a aglomeração popular tem nomenclatura de “subnormal”.

2 As informações dos Indicadores Municipais do IBGE apresentam elementos que permitem conhecer importantes aspectos socioeconômicos das condições de vida da população brasileira, do ponto de vista da priorização dada pela gestão e pelas políticas públicas. É uma das melhores bases sistematizadas de estatísticas sociais que contribuem para a disseminação de informações sobre os 5.561 municípios brasileiros.

Cleo Pires

Atriz e colaboradora de projetos voltados para o uso racional e de valorização da água junto à Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), em Cabo Verde e Minas Gerais; madrinha do projeto social, cultural e educacional “Escola de Carnaval”, desenvolvido pela Escola de Samba Pimpolhos da Grande Rio, em parceria com a Organização dos Estados Iberoamericanos (OEI).

Diretrizes para a casa sede da Associação de Moradores de Vista Alegre, Araras (AMCVA)

A construção sustentável está fundamentada nos princípios básicos da boa arquitetura.

Ao se pensar um projeto arquitetônico, deve-se observar o entorno no qual o terreno está inserido e os fatores geográficos possíveis de determinar algumas definições de partido capazes de proporcionar maior conforto à edificação proposta.

O clima do local, a orientação solar e os ventos dominantes são, entre outros, fatores extremamente importantes a serem considerados ao se pensar um projeto para determinado local.

Projetar fachadas e aberturas de acordo com a melhor orientação solar trará maior luminosidade e conforto térmico. No caso de Araras, o inverno é mais longo que o verão, e durante a maior parte do ano as temperaturas são amenas durante o dia e mais frias à noite, por isso devemos privilegiar a entrada do sol na edificação. Sem esquecer que o verão é bastante quente (apesar de curto) e, por isso, é importante pensar em soluções que bloqueiem a entrada do sol durante esse período. Existem muitas formas para isso, desde árvores que produzam sombra apenas no verão (e percam suas folhagens no inverno) até mecanismos artificiais, como brises ou cortinas.

Ventilação cruzada entre os ambientes permite que o ar circule melhor na

edificação e, com isso, mantenha a temperatura mais amena e os locais mais saudáveis, com a constante renovação do ar, bem como janelas altas permitem que o ar quente saia com maior facilidade.

Durante o inverno, basta manter as janelas fechadas (desde que tenham boa vedação) para que o ambiente se mantenha aquecido (pelo sol que entra pelas janelas).

Considerando a sede existente da Associação de Moradores de Vista Alegre, podemos pensar em aumentar as aberturas voltadas para as fachadas norte e oeste com a finalidade de aumentar a entrada de calor e, nas outras fachadas, aberturas menores para ventilação cruzada e entrada de luz natural. Na fachada sul, que recebe menos sol durante o ano todo, devemos concentrar ambientes com menos tempo de uso, como banheiros.

Como o solo de Araras é muito ácido e pouco fértil, são poucas as espécies frutíferas que podem ser plantadas, mas limão, laranja e figo são espécies que se adaptam bem ao clima e ao solo de lá. Quaresma, manacá e cerejeira são também boas alternativas que produzirão sombra no verão e perderão folhas no inverno, produzindo lindas flores.

Os materiais construtivos devem ser os existentes no local. Além de menor custo, contribuímos para diminuir a

circulação de caminhões nas estradas e, conseqüentemente, as emissões de gás carbônico na atmosfera.

Sobras de materiais de grandes obras, de materiais de pedreiras, marmorarias e serrarias, geralmente descartados, podem servir para criar ambientes esteticamente criativos e belos com menor custo, por serem sobras de peças. Os mosaicos de Burle Marx são uma ótima inspiração, assim como o trabalho do arquiteto Helio Pellegrino, reconhecido pelo uso dessa técnica e desses materiais.

Pode ainda ser pensada uma parceria com empresas para capacitar trabalhadores para transformar esses materiais em fonte de renda para uma parte da população.

Dessa forma, podemos pensar em revestir as fachadas da sede com esses materiais. Além dos benefícios citados acima, ainda teremos menor custo com manutenção, como pintura, e melhor isolamento térmico da edificação.

Essas são medidas extremamente simples, eficientes e com baixo custo, indispensáveis para quem deseja um projeto sustentável. Captação de água de chuva e reúso de águas cinzas são também soluções que devemos buscar implantar.

Através da combinação de uma pequena estação de tratamento de esgoto (ETE) e da captação de água de chuva, podemos melhorar bastante a questão da falta d'água que atinge a comunidade de Vista Alegre, bem como todo o país. E estaremos evitando contaminar o solo e os rios da região, já bastante comprometidos.

Outra solução bastante eficiente é o biodigestor, no qual os resíduos orgânicos sólidos se transformam em fertilizante para adubação das hortas.

Nos jardins e sobre a laje do novo projeto pode ser implementada uma horta comunitária. Os alimentos produzidos, além de abastecer a sede da associação,

podem gerar renda para a mesma. Diversas iniciativas assim estão sendo colocadas em prática com sucesso em áreas ociosas de shoppings e edifícios nas grandes cidades.

Dessa forma, criamos um ciclo autosustentável, em que a água da chuva é utilizada para regar a horta, e o fertilizante produzido com o biodigestor serve de adubo para ela. A produção da horta pode abastecer a sede da Associação e a creche, e ainda podem ser pensados cursos de capacitação para os moradores fazerem o mesmo nas suas casas.

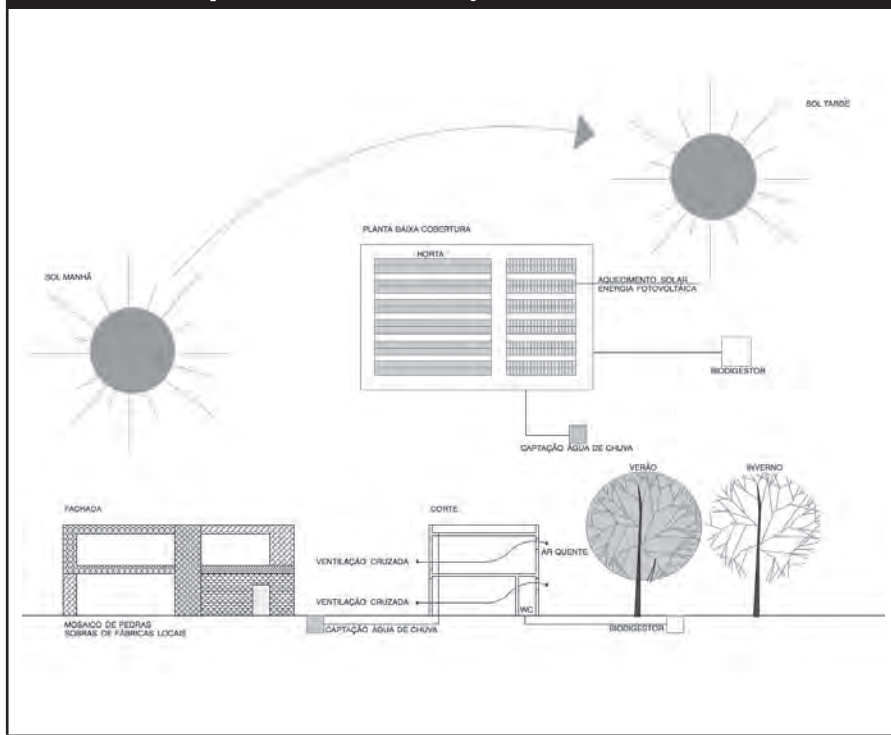
No caso de não ser possível a plantação na laje, podemos ainda pensar em hortas verticais, com implantação nas fachadas e jardins.

Ainda sobre materiais, soluções simples como redutores de vazão e descargas com acionamento duplo contribuem para diminuir o consumo de água.

A regularização da lei de venda de energia solar permite que o investimento em energia fotovoltaica, antes muito caro, se torne acessível, gerando, além de uma redução nas contas, uma nova fonte de renda.

Todas essas soluções, que podem ser adaptadas e utilizadas da melhor forma dependendo das possibilidades de cada projeto, nos mostram que, além de serem um caminho para vivermos em cidades mais limpas e autossuficientes, preservando o meio ambiente, ainda podem gerar novas formas de economia e renda para as pessoas.

Sede da Associação de Moradores de Vista Alegre Desenho esquemático de soluções sustentáveis



Márcia Veiga Lima
Arquiteta

Pesquisa socioeconômica e ambiental com moradores, comerciantes e empreendedores de Araras

Buscando obter algumas informações socioeconômicas e ambientais dos empreendimentos situados em Araras, em especial na comunidade de Vista Alegre, foi treinada uma equipe de pesquisadores que visitaram os estabelecimentos da região em busca destas informações. As entrevistas aconteceram de forma pessoal e individual com os responsáveis pelos empreendimentos que estavam abertos entre os dias 7 e 10 de outubro de 2013. As informações coletadas representam dados preliminares à tomada de ações que buscam tentar reverter o quadro delicado de uma possível degradação extrema do meio ambiente de Araras, antes que seja necessária a utilização de recursos e de custos muito elevados e consequentemente quase proibitivos.

Foram visitados todos os estabelecimentos situados na comunidade de Vista Alegre e na via principal (Estrada

Bernardo Coutinho) que liga a comunidade ao centro comercial de Araras, ao todo 79 empreendedores concordaram em receber os entrevistadores e forneceram as informações solicitadas, sendo 31 na localidade de Vista Alegre. Os 48 estabelecidos em outras localidades de Araras foram designadas como sendo de Araras para melhor identificar a diferença entre as localizações dos empreendimentos e seus referidos grupos de análise e isolamento de informações.

Os 79 empreendimentos empregavam um total de 230 trabalhadores.

FORNECIMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS BÁSICOS

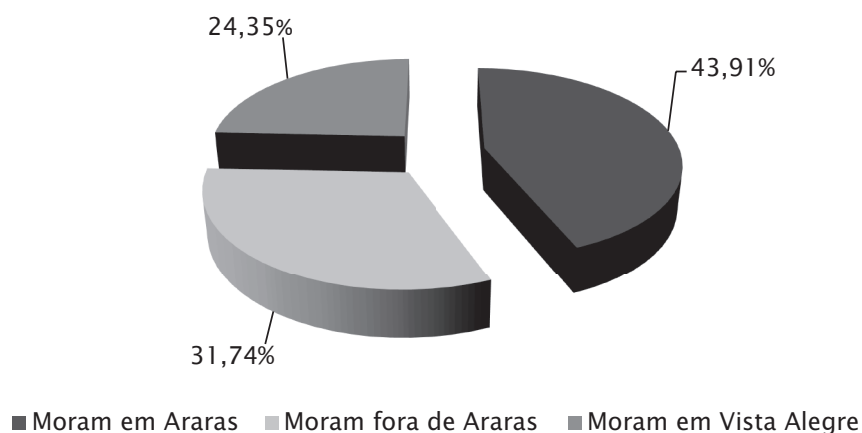
A presença dos quatro serviços públicos mais importantes e básicos para o estabelecimento de qualquer comunidade – luz, água, esgoto e coleta de lixo – não são distribuídos uniformemente. Em alguns

casos, o serviço é oferecido de forma muito precária.

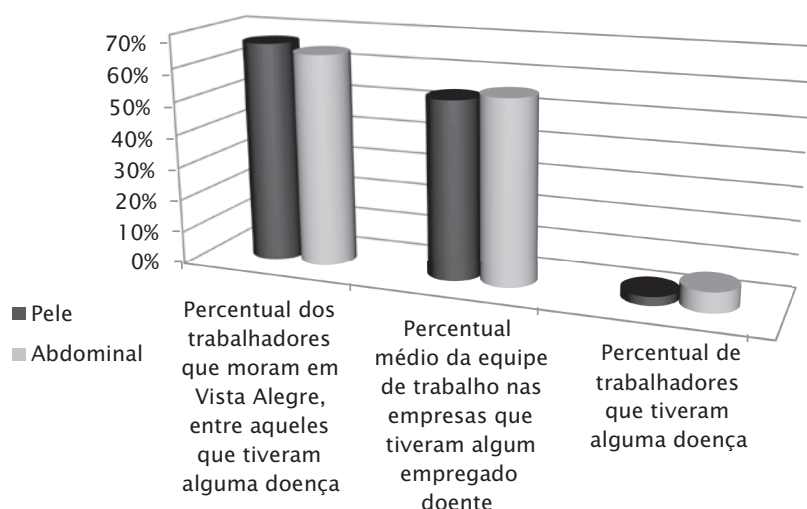
Enquanto o fornecimento de energia elétrica regular atinge 100% dos empreendimentos entrevistados, independentemente de sua localidade (tanto em Vista Alegre, quanto em Araras), a coleta de lixo é feita em 100% dos estabelecimentos de Araras, mas só em 87,1% dos de Vista Alegre. A maioria dos entrevistados (75%) que não tem este tipo de serviço público descarta seus resíduos em lugares desapropriados, como as encostas.

Os dados mais contraditórios aparecem nas informações sobre os serviços de fornecimento de água e de esgoto. A maioria, quase a totalidade, dos empreendimentos utiliza água de poço ou de mina, sendo que em Vista Alegre o percentual de estabelecimentos que recebem água de forma regular (6,5%), mesmo sendo em uma elevação, é maior que o percentual dos que recebem em Araras

Local de moradia dos trabalhadores das empresas entrevistadas



A saúde dos trabalhadores



O consumo de água não tratada ou armazenada indevidamente (ou não tão potável quanto deveria ser) pode causar algumas doenças comuns, como micoses e diarreias. Em 7,6% dos empreendimentos, foram identificados trabalhadores que tiveram alguma doença de pele naquele ano. Já as doenças abdominais foram detectadas em trabalhadores de 13,9% empreendimentos.

Embora a participação percentual dos trabalhadores que morem em Vista Alegre seja baixa nos empreendimentos de Araras, este grupo de trabalhadores foi responsável por 50% dos casos de doença de pele (micoses) e de 40% dos casos de doenças abdominais (diarreia, vermes etc.) que acometeram os trabalhadores dos empreendimentos de Araras.

(4,2%), sendo em uma região mais baixa. Já as informações sobre o esgotamento sanitário de seus estabelecimentos trazem mais perplexidade. Esta grande utilização de águas de poços ou minas (algo próximo dos 95%, independentemente da localização dos empreendimentos) pode ser um dos motivos dos acometimentos das doenças ligadas à utilização de águas insalubres para consumo e que certamente também aparecerá na pesquisa com os moradores.

Em Vista Alegre apenas 3,2% dos estabelecimentos têm seus esgotos canalizados (a pesquisa não diz se são tratados ou não), os outros 96,8% possuem fossa séptica para seus detritos. Já os estabelecimentos de Araras estão em uma situação mais grave. Mesmo apresentando um percentual maior de estabelecimentos com seus esgotamentos encanados (8,3%), apresentam, também, um percentual de 12,5% que direcionam seus detritos diretamente em lugares indevidos, como nas matas e rios próximos aos estabelecimentos.

A falta de preocupação dos empreendedores quanto à destinação de seus detritos pode ser reflexo da falta de percepção que têm sobre estarem em uma área de risco ambiental. Para 94,9% dos entrevistados em geral, os seus estabelecimentos não se encontram em uma área de risco ambiental (97,9% dos de Araras e 90,3% dos de Vista Alegre), sejam elas encostas ou margens de rios. Consequentemente, a não preocupação com esses riscos afetam a destinação que fazem de seus resíduos.

Para enfatizar a afirmação anterior, apenas 15,2% dos empreendedores adotam alguma medida quanto ao consumo consciente de água ou de energia elétrica em seus estabelecimentos (sendo 18,8% os de Araras e 9,7% os de Vista Alegre). Outro ponto que mostra a fragilidade

da preocupação dos empreendedores quanto aos assuntos ligados ao meio ambiente pode ser visto nas práticas de coleta seletiva de lixo. Em média, 30,4% dos estabelecimentos disseram realizar seletividade (33,3% em Araras e 25,8% em Vista Alegre), mas em apenas 5,1% dos empreendimentos havia pessoas que tivessem participado de algum programa sobre o tema (8,3% em Araras e nenhum em Vista Alegre).

Mas nem tudo é tão ruim quanto parece. Entre os empreendedores entrevistados na área de Araras, encontramos preocupações com o tratamento do esgoto próprio (dois entrevistados) e a utilização de painéis de energia solar (um entrevistado).

PATROCÍNIOS E APOIOS

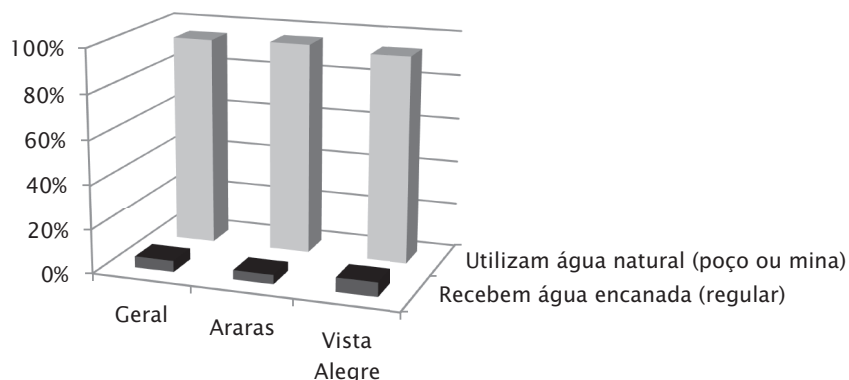
É notória a falta de costume dos empreendedores em apoiar ou patrocinar as atividades para além da empresa na região. Os percentuais, até o momento, são praticamente desanimadores quanto à participação destes empreendimentos em ações locais que estivessem relacionados ao meio ambiente, ao esporte ou à cultura. Apenas 2,5% empreendimentos apoiaram ou patrocinaram alguma ação na área cultural em Araras; 7,6% ajudaram a desenvolver alguma atividade esportiva na região; e, 11,4% ligaram suas marcas à preservação do meio ambiente local.

Por outro lado, esses baixos percentuais podem ser vistos como um largo horizonte de potenciais parceiros e apoiadores, caso sejam organizadas, desenvolvidas e divulgadas ações bem articuladas e responsáveis nestas três áreas.

PESQUISA SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL COM MORADORES

Com o mesmo intuito de obter algumas informações socioeconômicas e ambien-

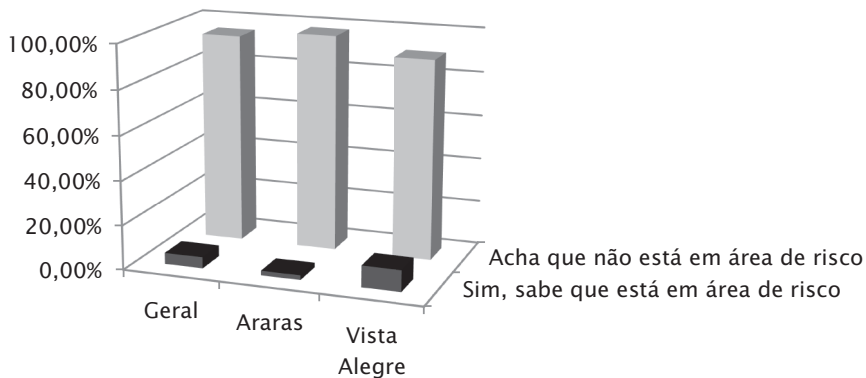
Fornecimento de Água



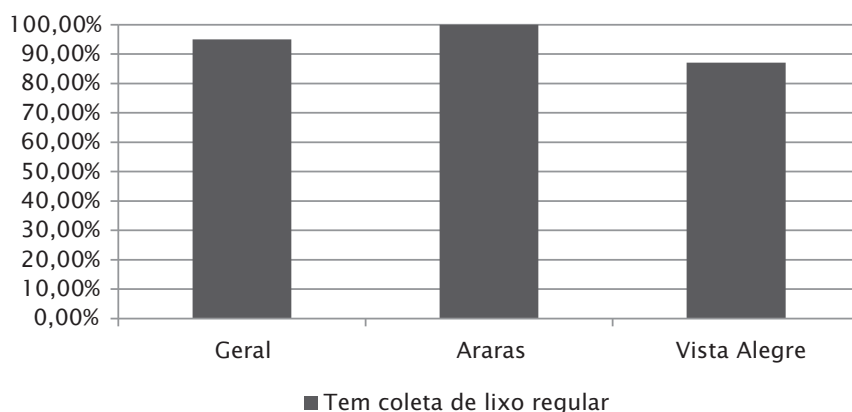
Esgotamento Sanitário



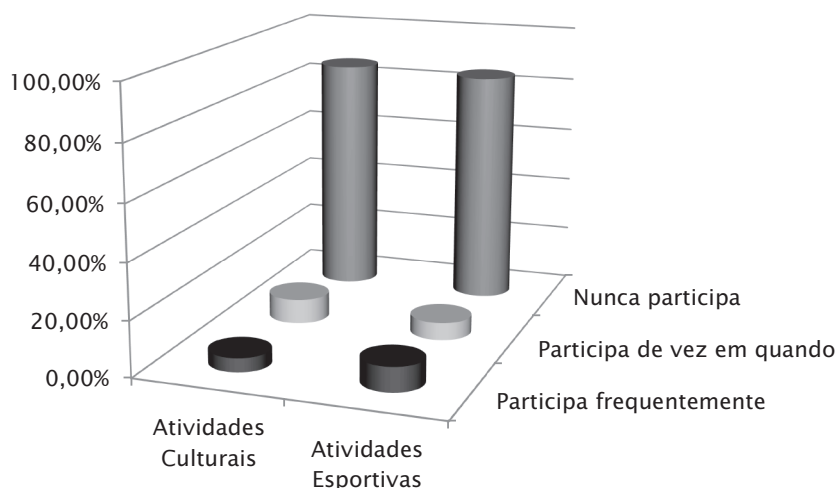
Áreas de Risco



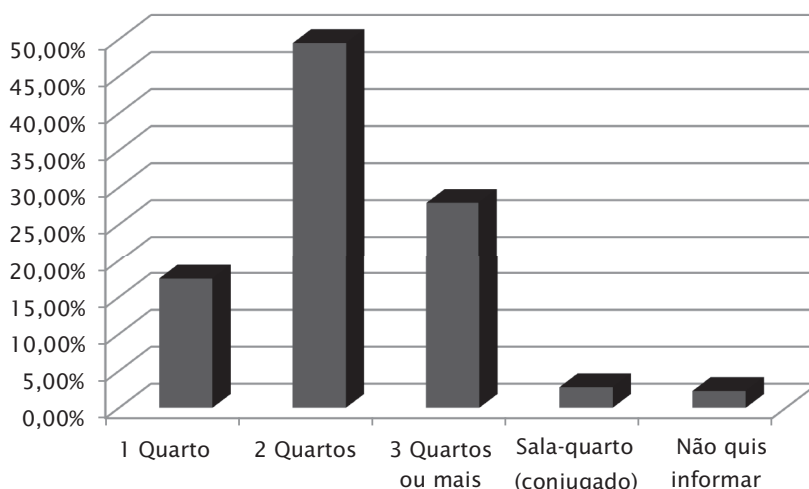
Coleta de Lixo



Participação dos empreendedores nas atividades de Araras



Dimensão de residências



tais, foi desenvolvida uma pesquisa com moradores de Araras, em especial da localidade de Vista Alegre. Para subsidiar de forma mais profunda as ações que busquem reverter o quadro de degradação do meio ambiente de Araras, a mesma equipe de pesquisadores visitou de porta em porta as residências da comunidade de Vista Alegre e realizou algumas entrevistas no ponto de ônibus na Estrada Bernardo Coutinho, próximo a uma das entradas da comunidade. As entrevistas aconteceram de forma pessoal e individual com os responsáveis de cada residência (ou quem na ocasião estivesse no local), que aceitaram responder o questionário, entre os mesmos dias 7 e 10 de outubro de 2013.

Ao todo, 394 moradores concordaram em conversar ou receber os entrevistadores e responderam aos questionamentos, sendo 344 residentes de Vista Alegre e 50 de fora da localidade, designados, como na pesquisa anterior, como sendo de Araras.

Foram extraídas informações que representam as opiniões, situações e dados de aproximadamente 1.309 moradores de Araras. Estima-se que as informações sejam a representação de quase 8% de toda a população de Araras, com 95% de confiança de que os entrevistados em nossa amostra tenham as mesmas opiniões ou representem a realidade de toda a população de Araras, com uma margem de erro de 4,3%, para cima ou para baixo.

Quase metade de todas as moradias possui dois quartos (49,5%), demonstrando que a ocupação de Araras está sendo feita por residências com relativa estrutura para receber as famílias que nelas habitam. Diferente de outras regiões, com grande adensamento de moradias e vias estreitas de circulação (e que em muitos

casos são consideradas de aglomerações subnormais), as pequenas moradias não chegam a representar 21% das residências (17,5% com 1 quarto e 2,8% de conjugados) e as grandes representam 27,9% (com 3 quartos ou mais).

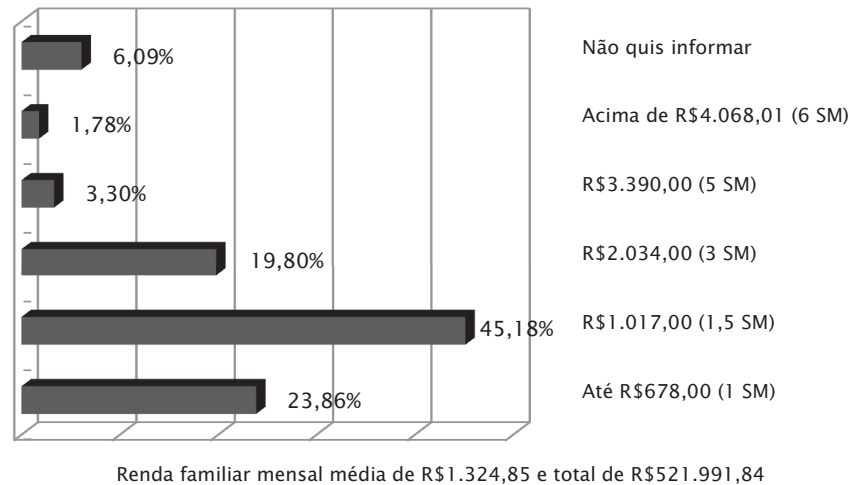
Essas residências parecem ser adequadas para o tamanho médio das famílias, que estimamos que sejam formadas por grupos de aproximadamente três pessoas, em média (3,3 pessoas). Essas famílias vivem com R\$1.324,85, em média, por mês (45,2% têm renda familiar entre um e dois salários-mínimos), e são responsáveis por aproximadamente R\$0,5 milhão do faturamento mensal dos estabelecimentos comerciais de Araras.

Diferente das entrevistas feitas aos empreendedores com relação aos serviços públicos, os entrevistados foram confrontados com mais um serviço, que tem maior importância para os moradores do que para os comerciantes: transporte público. Os serviços também se apresentam de forma não universal, e ainda, em alguns casos, da mesma forma precária que são fornecidos aos empreendedores.

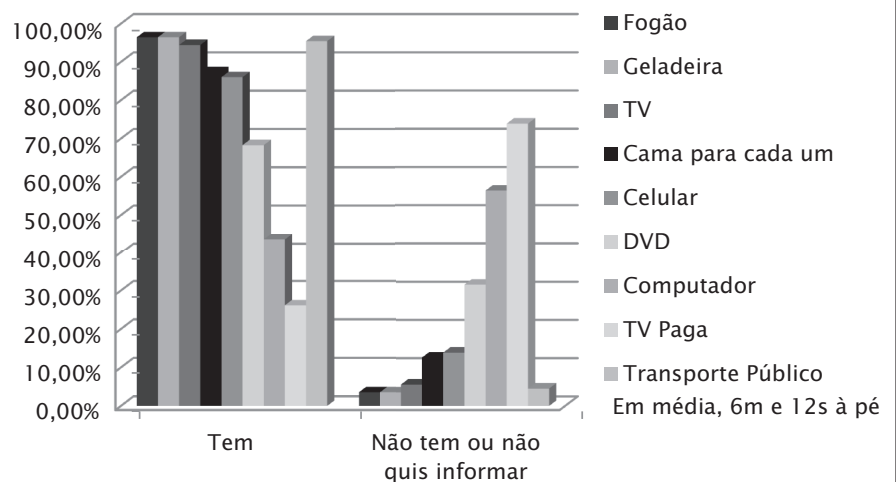
Mesmo o fornecimento de energia elétrica regular não atinge a universalidade que se esperava. Como 2% dos entrevistados não quiseram responder, alegando que não sabiam dar este tipo de informação, se recebiam a energia elétrica em suas residências de forma regular, podemos considerar que este fornecimento não o é, ou seja, pode ou deve ser “gato”.

O serviço de coleta de lixo, segundo os moradores, não chega a 8,4% dos lares. E a maioria destes moradores descartam seus lixos de forma não apropriada, pois somente 24,2% destes moradores andam

Renda Familiar

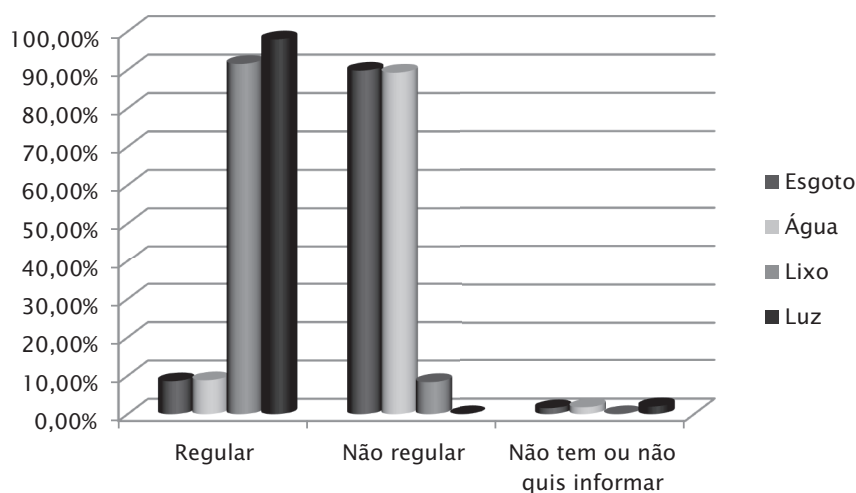


Condições de Habitabilidade

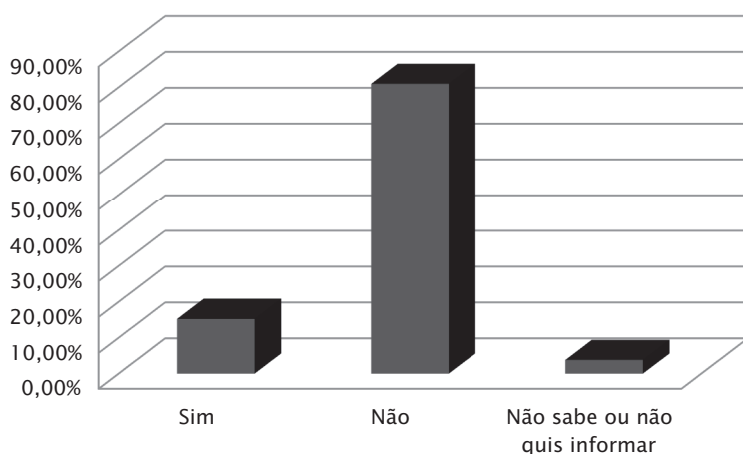


A partir da renda média, chegamos ao seguinte padrão de consumo de alguns bens e serviços dessas famílias: 26,1% têm TV por assinatura; 43,7% têm computador; 68,3% têm aparelho de DVD; 86% têm aparelho de telefone celular; 87,3% têm uma cama para cada morador; 94,4% têm televisão e 96,5% tem geladeira e fogão. Esses dados demonstram que uma parte dessas famílias ainda tem necessidades de consumir alguns bens básicos (principalmente cama para alguns integrantes da família) para melhorar o bem-estar de seus familiares.

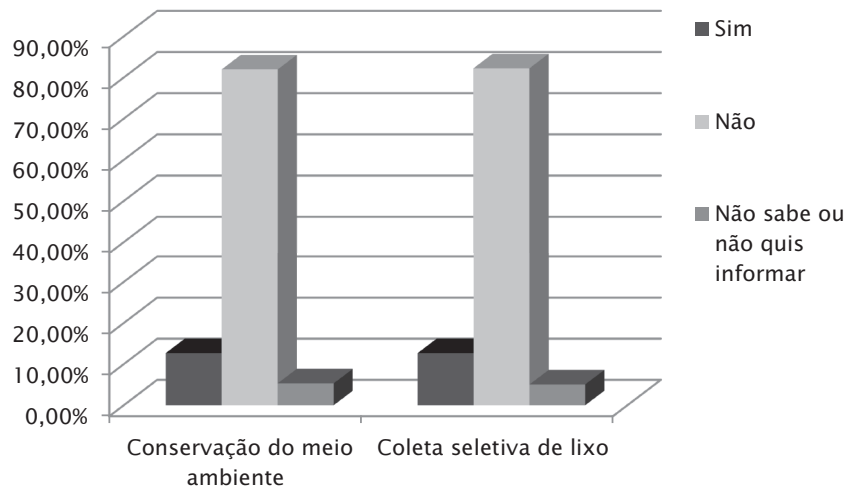
Serviços Básicos



Você considera estar em uma área de risco ambiental?



Participação em programas ambientais



até as lixeiras localizadas “próximas” às suas residências.

O transporte público não está próximo de 4,6% das residências. Para os que disseram ter um ponto de ônibus próximo à sua residência, este ponto está a 6 minutos e 12 segundos, em média, e a pé (se considerarmos a velocidade média de um adulto andando em local plano, o ponto de ônibus estaria a uns 500 metros de distância das moradias, em média).

Os dados mais preocupantes, novamente, aparecem nas informações sobre os serviços de fornecimento de água e de esgoto. A maioria das residências utiliza água de poço ou de mina (89,9%), mesmo assim é um percentual mais baixo que o encontrado nos estabelecimentos comerciais (94,9% dos entrevistados em geral), o que demonstra um fornecimento maior de água canalizada. Já as informações sobre o esgotamento sanitário, não apresentam a mesma tendência, onde 89,3% das residências utilizam as fossas sépticas como destino de seus detritos, percentual maior que os 86,1% dos estabelecimentos comerciais (dos entrevistados em geral).

No entanto, um percentual menor de residências (1,8%), do que os comerciais (7,6% em geral), direcionam seus detritos diretamente em lugares indevidos, como nos rios ou nas matas próximas, por não terem nem esgotamento canalizado, nem fossa séptica.

PROGRAMAS AMBIENTAIS E ÁREA DE RISCO

Percentuais muito próximos aos da pesquisa com os empreendedores demonstram a pouca capilaridade e efetividade dos programas sobre preservação do meio ambiente já adotados na região. Apenas 15,2% dos entrevistados consideraram que suas residências estariam

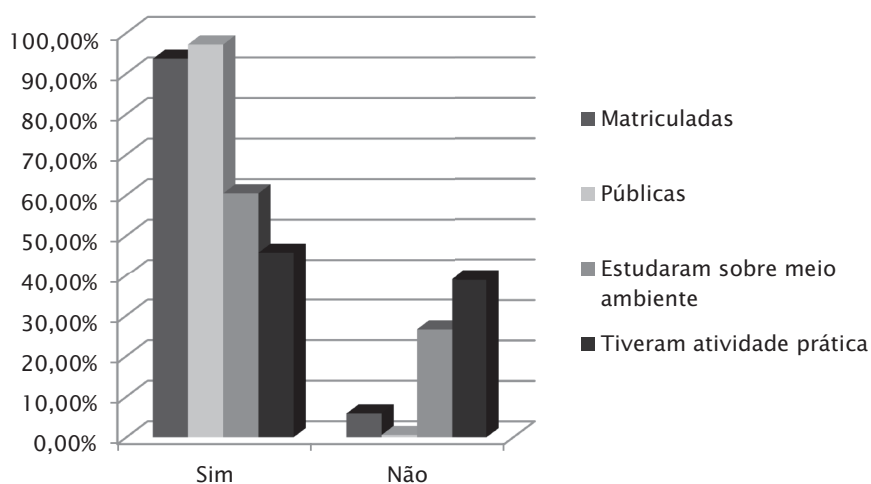
localizadas em áreas de risco ambiental, e 12,7% responderam que pelo menos um integrante de sua residência tenha participado de algum programa ligado à conservação do meio ambiente.

Os mesmos entrevistados informaram que 23,5% da população estariam em idade escolar (entre 5 e 18 anos), e que 93,6% estariam matriculados no Ensino Fundamental ou Médio, da rede pública de ensino (em 97,2% dos casos). O fato curioso é que a maioria desses estudantes já viu alguma matéria sobre meio ambiente (60,5%) e que a maior parte (45,8%) já participou de atividades práticas sobre o tema. Estes percentuais indicam que, aproximadamente, em 27,2% dos lares as crianças (entre 5 e 18 anos) já teriam estudado sobre os efeitos danosos ao meio ambiente que pode ser causado pelo ser humano; e 20,6% já tenham participado de ações práticas para minimizar os efeitos ou o descaso com o meio ambiente.

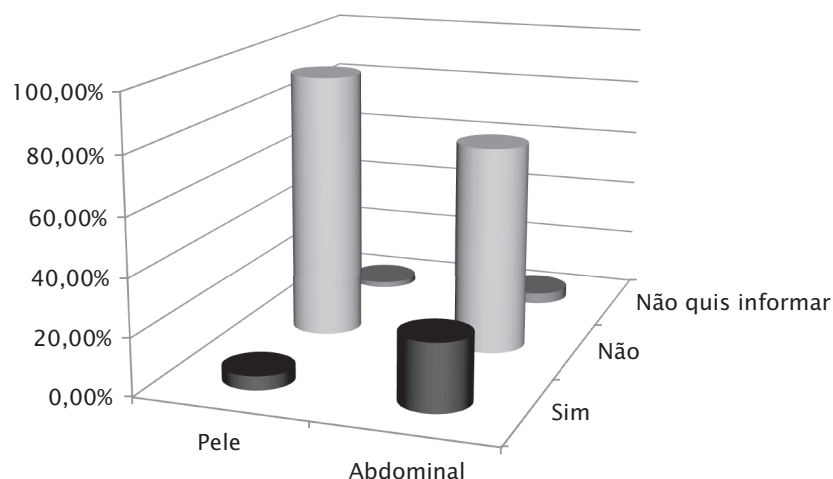
Estes dados põem em “xeque” a premissa de que se deve utilizar as crianças como multiplicadores das informações e das preocupações quanto ao meio ambiente. Outro ponto que também deve ser levado em consideração na montagem de um modelo no longo prazo sobre o efeito multiplicador das crianças é o fato de que a pirâmide etária das famílias entrevistadas mostra que o percentual de crianças com menos de 5 anos é menor que o percentual de crianças entre 5 e 10 anos de idade. Ou seja, nos próximos anos, menos crianças oriundas da região serão matriculadas nas escolas.

Quanto à incidência de doenças comuns, como as micoses e diarreias, extremamente ligadas ao consumo de água não tratada ou armazenada indevidamente (ou não tão potável quanto deveria ser) foi apurado que em 4,8%

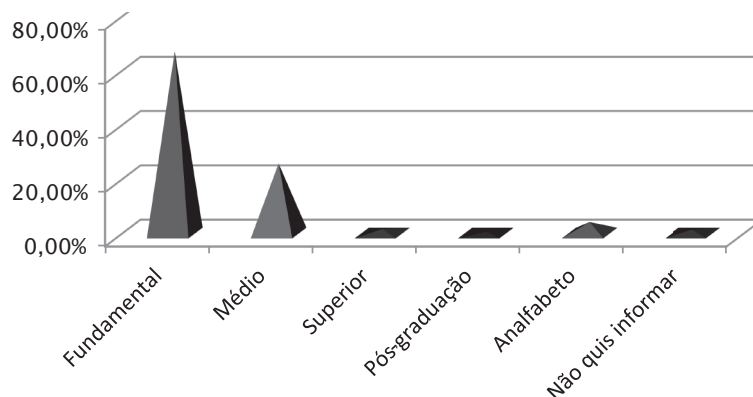
As crianças, a escola e o meio ambiente



Saúde dos moradores



Escolaridade



das residências houve a ocorrência de alguma doença de pele (micoses) em 2013 (percentual abaixo do registrado nos estabelecimentos comerciais, nos quais 7,6% dos empreendimentos seus trabalhadores tiveram tais doenças). Em 23,6% apresentaram a ocorrência de doenças abdominais (diarreias e vermes, por exemplo), um percentual bem maior que os 13,9% dos estabelecimentos comerciais.

Estes números apontam para um dado que merece a preocupação da área de saúde da prefeitura de Petrópolis e do estado. Quase 1/4 das residências apresentaram casos de doenças em 2013, que podem ser transmitidas pelo sistema de esgoto. Caso ele não seja coletado devidamente e tratado pode propagar doenças de forma avassaladora dentro da região de Araras e nas localidades vizinhas “banhadas” pelos mesmos rios, mananciais e bacias da região de Araras.

Dois outros motivos causam preocupações devido ao precário estado de conservação das vias da localidade (atestado pela equipe da LRAC) e o alto percentual de entrevistados ter sido em Vista Alegre. O primeiro é o percentual de 5,3% de residências em que pelo menos um morador porte algum tipo de deficiência, principalmente, a física (propriamente dita 28,6%; amputado 9,5%; e cadeirante 4,8% dos casos). O segundo é a tendência da pirâmide etária que já apresenta um percentual de 9,5% de moradores com mais de 60 anos de idade (percentual próximo ao de crianças com até 7 anos, 9,8%).

Um ponto muito importante na montagem da linguagem que será adotada em um programa que vise alcançar a população local é o nível de escolaridade dos interlocutores. A maioria dos entrevistados (67%) só

teria o Ensino Fundamental (completo ou incompleto) e os que chegaram ao nível médio foram só 25,6%. Se considerarmos que 4% se disseram analfabetos (bem próximo aos 4,1% de média no estado do Rio de Janeiro, em 2009, segundo o IBGE), e que apenas 2% dos entrevistados faziam ou fizeram alguma graduação, a linguagem terá que ser simples e popular.

Apenas 10,4% estavam estudando ou fazendo algum curso e 1% pretendia estudar ou fazer um curso em breve, o que no curto e no médio prazo não modificará o quadro apresentado no parágrafo anterior. Isso demonstra uma baixa procura por conhecimento por parte dos entrevistados, e por extrapolação, da população da região, o que cria mais um sinal de alerta sobre a implantação de qualquer programa que instrua a população sobre qualquer tema.

Assim como na análise dos empreendedores, as perguntas sobre as participações dos entrevistados nas atividades culturais (87,1% nunca participam) ou esportivas (86,6% nunca participam) de Araras nos permite imaginar, mais uma vez, um baixo percentual de participação, ou engajamento, dos moradores de Araras, especialmente dos de Vista Alegre, às atividades ligadas ao meio ambiente, ou à implantação de novidades nas atividades turísticas, comerciais, educacionais, culturais e desportivas na região.

Coordenação Científica

Paulo Brück (LRAC)

Tatsuo Shubo

Olavo Alves Diogo (FACIG)

June Rothstein (FACIG)

Sergio Luís Corrêa (FACIG)

Nilton Rodrigues Junior (FACIG)

Apoio

Núcleo de Estudos de Economia da Cultura (NEEC)

LRAC Pesquisa e Consultoria Econômica

Associação de Moradores de Vista Alegre

Teresinha Cardoso Pereira (Presidente)

Gilberto dos Santos

Juliana Augusta Valeriano

Samara Machado Rodrigues

Welida Santos da Paixão

Execução

Terezinha Cardoso Pereira, Irani Babo,

Luciana Santo Barbosa, Creusa Espírito

Santo, Rosângela Rocha, Lourdes Xavier,

Nelcina Nunes Cardoso, Livia dos

Santos Martins, Ester Nunes Cardoso,

Thais Cardoso Machado, Francisco

Felipe Aquino (Chicão), Jucinete

Cardoso Rodrigues e Geraldo Cardoso.

Redação

Aline Peixoto

Produção

Milena Benício

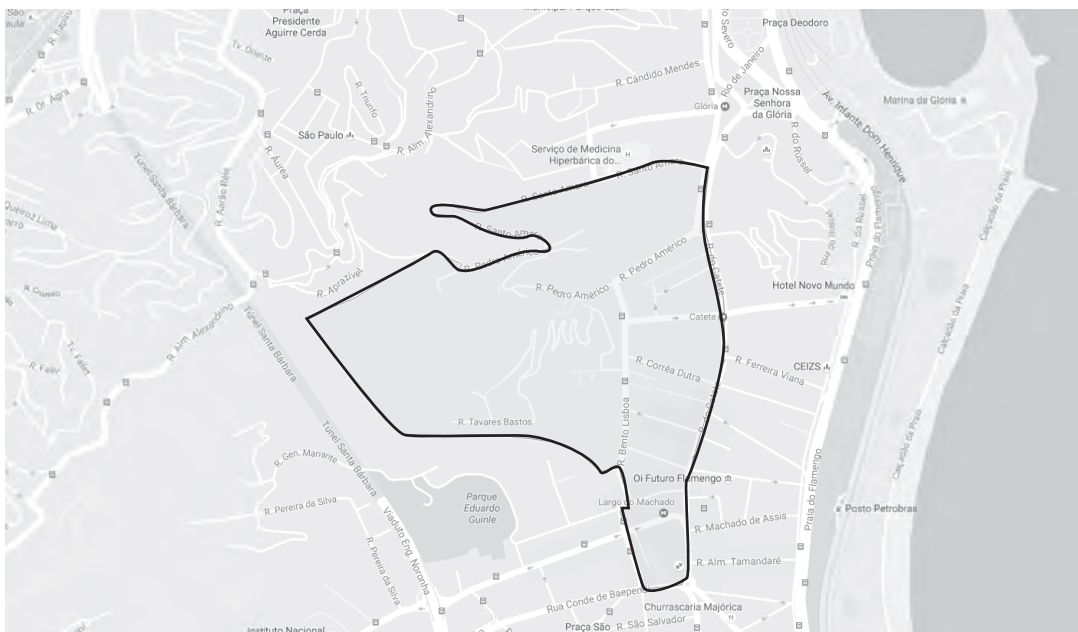
Coordenação Geral

Cleo Pires

Luiz Carlos Prestes Filho

Carlos Lessa

No início da República, o bairro do Catete abrigou a sede da residência dos presidentes, o Palácio do Catete, hoje Museu da República. Depois da transferência da capital federal para Brasília, a localidade teve diminuído seu status social. Apesar de oferecer farto comércio e fácil acesso por transporte público, o bairro tem espaços aparentemente esquecidos pelo carioca e pelo poder público, como o Largo da Petúnia.



Com um passado de alta densidade histórica, o bairro do Catete, na Zona Sul do Rio de Janeiro, já foi berço da aristocracia. Sua história, assim como a do entorno, representa uma afirmação do Brasil republicano. Dezesseis presidentes da República moraram no Catete e isto torna o bairro o mais importante da história da Primeira República. Isso porque a residência oficial dos presidentes era o Palácio das Águias – onde hoje funciona o Museu da República –, de 1897 até a transferência da capital para Brasília em 1960.

Afirmo isto com muita segurança porque o tratamento dado à região durante o Brasil colonial era muito diferente. Basta olhar a igreja do Outeiro da Glória. Trata-se de uma linda igreja isolada, sendo a vista de quem entrava na Baía de Guanabara, como uma espécie de Cristo Redentor do Brasil colonial. Na parte baixa, nada havia, já que aquele ponto da costa era destinado ao embarque de toda a coleta de lixo sanitário da cidade. Este mesmo lixo era despejado na ponta da baía. Por isso mesmo, ainda em meados do século XIX, o prédio que viria a ser o Palácio do Catete, erguido sob as ordens do homem mais rico do Império, o Barão de Nova Friburgo – Antonio Clemente Pinto, foi construído de costas para a praia. Para os moradores da cidade, naquela época, o mar não tinha valor algum. Com a Avenida Beira Mar, houve uma ligação entre o Centro e a Praia do Flamengo, induzindo um movimento populacional curioso: o deslocamento de pessoas ricas que moravam em lugares altos – para fugir dos mosquitos – para a linha da praia.

No entanto, antes mesmo da Colônia, o percurso da rua do Catete era o

Caminho do Catete, uma via utilizada pelos tamoios que seguia a margem de um afluente do Carioca, o rio Catete, que desembocava na Praia do Russel, na Glória. O rio ficava do lado esquerdo do então Caminho do Catete de quem ia do Centro para a Zona Sul e, assim como a Praia do Russel, foi totalmente aterrado pelas obras de abertura da Avenida Beira Mar e, depois, para a construção do Parque Brigadeiro Eduardo Gomes, o Aterro do Flamengo. Hoje, de certo modo, o Caminho do Catete continua a existir, mas em forma de rua. Foi nesta rua, aliás, que Machado de Assis morou de 1876 a 1882. A poucos metros dali está um lugar pouco conhecido pelos próprios cariocas, o Largo da Petúnia. Esse espaço me chama atenção por ser triangular e tipicamente um lugar de passagem dos que moram e transitam entre o Catete e a comunidade do morro Santo Amaro. A especificidade do local somada a todos os seus contextos históricos motivaram a realização de uma pesquisa sobre as potencialidades do Largo da Petúnia.

O estudo foi fruto de uma parceria entre a LRAC Pesquisas e Consultoria Econômica, o Núcleo de Estudos de Economia da Cultura (NEEC) e a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC). Fizemos um levantamento para conhecer melhor a região e o que os moradores pensavam a respeito. Os dados coletados possibilitaram a realização do seminário “Um belo largo do Catete”, focado na análise socioeconômica da região, em abril de 2015. Participaram deste encontro moradores, comerciantes e empreendedores do largo, com o objetivo de construir, de maneira conjunta e compartilhada, um documento que apontasse atividades que pudessem contribuir para a valorização social e econômica da localidade. Dessa forma,

acredita-se que será possível implementar políticas públicas e privadas visando o desenvolvimento local sustentável.

A VOZ DOS MORADORES

A pesquisa abordou vários aspectos, desde infraestrutura até a simpatia por festas. Foram entrevistados 397 moradores, de 28 de novembro a 06 de dezembro de 2013, da região. Constatou-se que o Largo da Petúnia é uma localidade que tem muitos moradores antigos. Mais de 30% de seus habitantes moram por mais de 20 anos no Largo. A faixa etária também ganhou destaque. Mais de 20% têm mais de 60 anos, enquanto que na região este percentual fica em torno de 10%.

Dois resultados desse estudo me chamaram muita atenção. Um deles é o fato de, ao mesmo tempo em que os moradores reclamam de lixo em locais inadequados, eles mesmos assumem a culpa pela sujeira, já que a Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb) faz coleta regular do lixo e, sempre que é acionada, faz coleta extraordinária. Neste ponto, o problema está nos hábitos das pessoas, que se acostumaram a jogar sacos de lixo em terrenos abandonados e vias públicas, atrapalhando, inclusive, o deslocamento de pessoas e veículos e acumulando insetos e animais nocivos à saúde. No seminário, foi sugerida uma campanha de educação ambiental para que todos se conscientizassem da importância do descarte responsável do lixo.

Este cuidado ambiental ganha mais importância pelo fato de que, assim como os vizinhos Glória, Laranjeiras, Cosme Velho e Flamengo, o Catete faz parte da bacia hidrográfica do rio Carioca, que de tão importante tornou-se gentilício dos que nascem na cidade. Hoje, praticamente invisível a seus moradores, abaixo do

asfalto, guarda ainda a história de um tempo em que as pessoas procuravam seu leito em busca de ar puro.

O outro resultado da pesquisa que me chamou a atenção foi a exaltação da ideia de se destinar o lugar para as crianças. Com base nesse dado, imaginei uma coisa maravilhosa, que acho exequível: crianças da comunidade e do Catete brincando na mesma praça. Acho que isso promoveria uma interação social espetacular porque, pelas crianças, é possível construir relações sociais muito sólidas na cidade. O Largo da Petúnia tem, portanto, uma potencialidade para a convivência harmônica de crianças de todos os extratos sociais.

Quanto à sociabilidade, pode-se dizer que os moradores do Largo da Petúnia são simpáticos a festas. O espaço abrigou durante anos uma Festa de São João, que até hoje é lembrada pelos residentes, que torcem pela volta da celebração. Já a comunidade de Santo Amaro, que fica próximo ao Largo, recorda-se da Festa do Dia das Crianças que havia na região. Gostaria que houvesse uma festa dessa por mês, e não apenas uma por ano, com brinquedos infantis, sessões de ginástica para as crianças, apresentações de filmes de curta-metragem e exposições, por exemplo. As possibilidades de eventos para esse público é enorme. Já existe, inclusive, um caso de iniciativa neste público infanto-juvenil na região: o campo de *paintball* – esporte de aventura que lança bolas de tinta colorida – no alto da rua Tavares Bastos.

Para que essas ações aconteçam é preciso interação com a municipalidade. A mesma rua que abriga o campo de *paintball* tem uma pousada instaurada em edifício totalmente reformado. O entorno estava completamente deteriorado, mas o poder público chegou a decidir fechar o estabelecimento porque estaria

fora do padrão da localidade. Parece que, ironicamente, o abandono se tornou um padrão.

Não vejo uma revitalização do Largo da Petúnia preconizada por demolições e mutações radicais em seus prédios. Mas vejo, por exemplo, o remanejamento de automóveis, que dificultam o uso do espaço. Vejo que o Largo é um ponto de convergência da comunidade de Santo Amaro e dos que moram mais próximo da praia.

Hoje em dia, mesmo sendo um bairro de classe média e média alta, possui mais

*Acredito na capacidade
do Catete ter melhorada
ainda mais a qualidade
de vida de seus moradores,
articulando-a com um
desenvolvimento responsável*

características de um típico bairro central, do que da Zona Sul, diferentemente de seus vizinhos Flamengo e Laranjeiras, devido ao forte comércio e pela predominância de sobrados construídos entre 1880 e 1910.

Essas construções e suas ruas estiveram muito presentes nas crônicas de João do Rio (1880-1921). Em uma delas, o escritor chegou a ressaltar as diferenças entre os que frequentavam a rua Pedro

Américo e o Largo do Machado: “As ruas são tão humanas, vivem tanto e formam de tal maneira os seus habitantes que há até ruas em conflito com outras. (...) No tempo das eleições mais à navalha que à pena, o Largo do Machadinho e a rua Pedro Américo eram inimigos irreconciliáveis”.

O bairro não conseguiu se renovar ao passar das décadas, e desde os anos 1980 é apelidado como “periferia da Zona Sul”; porém seu índice de qualidade de vida, em 2000, era de 0,898, o 26º melhor da cidade. Enquanto no ano de 2010, subiu para 0,927 colocando o bairro na 17ª posição. É também o 12º bairro mais caro no índice de valorização imobiliária da cidade.

É um dos poucos bairros que sofreram um processo de revitalização bem-sucedido, mas ainda está longe do *glamour* que já possuiu nas primeiras décadas do século XX. O motivo está na desordem pública: assaltos, drogados e mendigos. Mas, desde o final dos anos 1990, o bairro vem apresentando um enorme crescimento econômico e valorização imobiliária com novos lançamentos de edifícios residenciais e inúmeras renovações no setor hoteleiro. O Hotel Windsor Florida, por exemplo, localizado na rua Ferreira Viana, chegou a ser certificado e classificado pela Federação Internacional de Futebol (Fifa) para a Copa do Mundo de 2014.

Devido a todo seu potencial para o crescimento, acredito na capacidade do Catete ter melhorada ainda mais a qualidade de vida de seus moradores, articulando-a com um desenvolvimento responsável. Foi exatamente por ser uma localidade rica em histórias e esquecida das políticas públicas voltadas para a região que decidi apoiar um estudo que identifique os principais desafios e o potencial da localidade, assim como as expectativas dos moradores.

O caminho das pedras

O Catete era habitado pelos índios tamoios da aldeia Uruçumirim (uruçu = abelha; mirim = pequeno), chefiada por Biraçu Merin. O termo *catete* tem, pelo menos, duas versões: a primeira seria a designação de uma espécie de milho miúdo também conhecido como *batité*¹; a segunda diz que, significaria “água de mata verdadeira”².

No início do século XVIII, o Morro da Nova Cintra, na altura do final da atual Rua Pedro Américo, passou a ser denominado de Pedreira da Glória, por fornecer as pedras usadas na construção da atual Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro. A atividade na pedreira levou à abertura da chamada “Rua do Quintanilha”, em referência ao proprietário das terras da região. A mesma pedreira também forneceu pedras para a construção da Igreja da Candelária.

PASSO A PASSO DO PLANEJAMENTO DE AÇÕES

O primeiro passo foi criar um planejamento de ações que leva em conta a caracterização da situação atual, por meio de uma pesquisa de dados primários e secundários. O objetivo foi quantificar, observar e medir o maior conjunto de informações possíveis sobre a revitalização e a utilização sustentável do Largo da Petúnia.

A partir destes dados, discutimos o panorama e as possíveis ações corretivas que possam ser tomadas para agir de forma efetiva na localidade. As ações pretendem contemplar as seguintes etapas: reestruturação do espaço público do Largo; recuperação e recomposição de parte da história do local, utilizando-se de alternativas sociais, provenientes de ações inclusivas; criação de um conjunto de solicitações aos responsáveis pelas políticas públicas que tornem práticas as intervenções necessárias para melhoria e preservação do que foi conquistado; identificação de oportunidades empresariais e empreendedoras que permitam o desenvolvimento econômico e social do Largo, tendo como paradigma a exploração sustentável e a preservação da história local; e, enfim, a transformação do Largo da Petúnia em um ponto de

referência turística e social para o bairro e para a cidade.

Para vencer essas etapas, é fundamental que as ações sejam desenvolvidas em conjunto com o maior número possível de integrantes da localidade e de interessados sobre o tema, além, é claro, do poder público. O passo a passo para se atingir a sustentabilidade da iniciativa começa justamente pelo levantamento de informações históricas sobre o bairro do Catete que referencie o Largo da Petúnia. E foi exatamente isto que o projeto fez, o que possibilitou compreender a forma de vida e as relações sociais existentes entre moradores e comerciantes que puderam expor suas opiniões sobre a revitalização do Largo.

Neste levantamento, uma equipe especializada buscou informações sobre hábitos e costumes da população que mora no Largo e nas localidades próximas. A pesquisa também registrou dados sobre as condições das habitações, a contabilidade das atividades econômicas existentes no bairro, a situação econômica dos residentes da área de repercussão e opiniões sobre diversos assuntos ligados a realidade socioeconômica que sirvam de orientador do processo de revitalização.

A etapa seguinte foi o levantamento junto aos agentes públicos ou privados

responsáveis ou que tenham interesse, em diversas áreas e níveis de governo, das opiniões e coleta da pré-existência de qualquer projeto ou ação a ser implementada ou adotada. Essas informações foram obtidas por meio de entrevistas com autoridades públicas dos diversos serviços públicos, nos diversos níveis de governo, para coletar informações sobre experiências, ações e projetos futuros sobre e para o Largo da Petúnia. Nesta etapa foram entrevistados as concessionárias de energia elétrica (Light), água e esgoto (Cedae) e gás (CEG), empresa de limpeza urbana (Comlurb), Região Administrativa, Associação de Moradores e Câmara dos Vereadores até o Batalhão da Polícia Militar e a Guarda Municipal, todos responsáveis ou que de alguma maneira tenha algum interesse pela localidade e pela região ao seu redor.

Em abril de 2015, munidos de informações dos moradores, das autoridades e de empresas que atendem a região, pudemos realizar um seminário sobre os resultados das pesquisas e entrevistas.

O encontro consistiu na realização de reuniões técnicas com os participantes, apresentação do projeto para seleção das ações com representantes de instituições e empresas que ligadas às ações selecionadas para serem implementadas no decorrer do projeto de revitalização.

O Catete tem características importantes de convivência. Gostaria de ver a interação, a dinâmica, ver o que podemos cooperar e fazer com que as aspirações e desejos dos moradores sejam realizados, primeiro no Largo da Petúnia e depois no Catete, fazendo com que esse lugar se incorpore nas referências da cidade.

O projeto está em fase de organização e implementação das ações selecionadas. A expectativa é de que o colorido das petúnias não fique apenas no nome do Largo, e sim no dia a dia dos moradores

e dos que trabalham pela sobrevivência do local, na emanção de simpatia. Afinal, como já disse Winston Churchill, “O pessimista vê dificuldade em cada oportunidade; o otimista vê oportunidade em cada dificuldade”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAVALCANTI, Nireu. *Crônicas históricas do Rio colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/FAPERJ, 2004.

EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, 2003.

JOÃO DO RIO. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Cidade Viva, 2010.

Análise da Pesquisa de Opinião com Moradores e Usuários do Largo da Petúnia

Na busca por obter informações a cerca dos hábitos, costumes e opiniões da população que mora no trecho final da rua Pedro Américo, antes da entrada da comunidade do morro Santo Amaro, e nas localidades próximas, foi enviado a campo, entre os dias 28 de novembro e 6 de dezembro de 2013, um grupo de pesquisadores que, de posse de um questionário preconcebido, entrevistou 397 pessoas que moram, trabalham, utilizam ou apenas passam pelo trecho final da rua Pedro Américo. Denominaremos esta região daqui por diante de Largo da Petúnia.

A distribuição das entrevistas seguiu dois padrões distintos. Como a quantidade de moradias no Largo da Petúnia nos pareceu reduzido, foi decidido que as entrevistas com o moradores deveriam ser realizadas em seus domicílios, batendo de porta em porta, para que tivéssemos o maior número possível de residentes participando da pesquisa. Já os demais grupos de entrevistados foram ouvidos através de abordagens individuais às pessoas que transitavam a pé no trecho de rua logo após o Casarão Ameno Resedá e no ponto de mototáxi.

Os resultados são expressos nos gráficos a seguir.

Os frequentadores do Largo da Petúnia, independente do motivo pelo qual frequentam, são em sua maioria da comunidade Santo Amaro (64,5%), seguido por aqueles que moram no próprio Largo da Petúnia (22,17%) e, menos frequentado, pelos que moram no restante do bairro do Catete (13,35%).

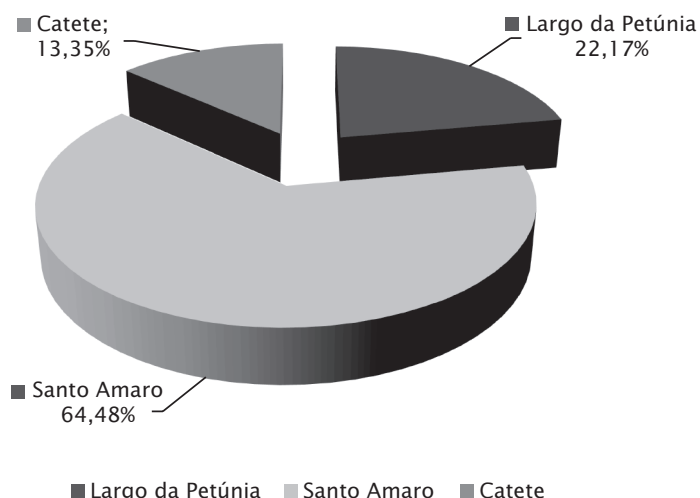
O tempo médio de moradia dos residentes no Largo da Petúnia é de 18 anos e oito meses. Para efeito de comparação, a média de tempo em que os moradores do Catete vivem no bairro é de 14 anos e dois meses, e a dos que moram no Santo Amaro moram há 12 anos e dois meses. Este longo período de moradia, no mesmo lugar, especialmente no Largo da Petúnia, permite avaliar as respostas de forma consolidada e mais segura, pois os entrevistados já testemunharam várias administrações municipais, situações e são detentores da história contemporânea do local.

Trata-se de um local predominantemente familiar (considerando somente as entrevistas com os moradores do Largo), pois podemos estimar que 86,36% de

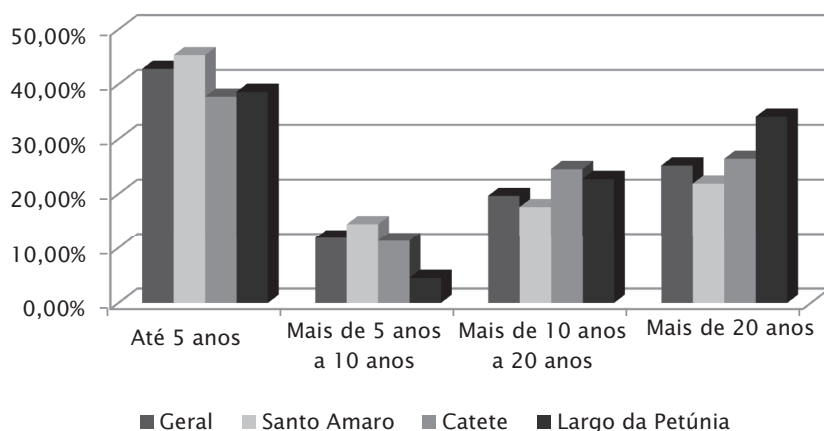
Carlos Lessa

Proprietário do Casarão Ameno Resedá, no Catete. Professor emérito de economia brasileira e ex-reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). É autor dos livros *Quinze anos de política econômica* e *O Rio de todos os Brasis*, entre outros.

Local de moradia dos entrevistados



Distribuição de tempo de moradia dos entrevistados



todas as residências são ocupadas por famílias com pelo menos dois integrantes, com idade média aproximada de 44 anos e com 12 anos de estudo, em média.

AVALIAÇÃO FEITA PELOS MORADORES

Para fundamentar melhor as opiniões captadas pela pesquisa, buscamos saber o grau de satisfação de seus moradores quanto à atual situação do Largo da Petú-

nia. Para tal, fizemos algumas perguntas sobre o orgulho que os moradores teriam de morarem na localidade.

Os entrevistados do Largo da Petúnia consideram de bom (45,45%) para regular (26,14%) o local de suas moradias, mas 65,91% sentem orgulho da rua onde moram e 90,91% têm orgulho do bairro onde moram. Estes percentuais demonstram que estão satisfeitos com o local onde estabeleceram suas famílias.

Para melhorar o orgulho e a avaliação positiva dos moradores do Largo da Petúnia, poucas ações de cunho organizacional surtiriam grandes impactos positivos, para 34,55% dos entrevistados que moram no Largo da Petúnia a sujeira ou o lixo nas ruas seria o que menos gostam, ou mais detestam, no lugar onde moram, e 10% citaram o barulho ou a forma como as motos sobem e descem a rua. A pesquisa ainda identificou que 47,73% dos entrevistados que moram no Largo da Petúnia consideram a região boa para realizar a compra de suas necessidades, e outros 15,91% acham a região de muito boa a excelente. Essa estatística demonstra que o bairro do Catete é bem servido de diversos tipos de estabelecimentos comerciais e de serviços.

OPINIÃO DOS MORADORES SOBRE FESTIVIDADES

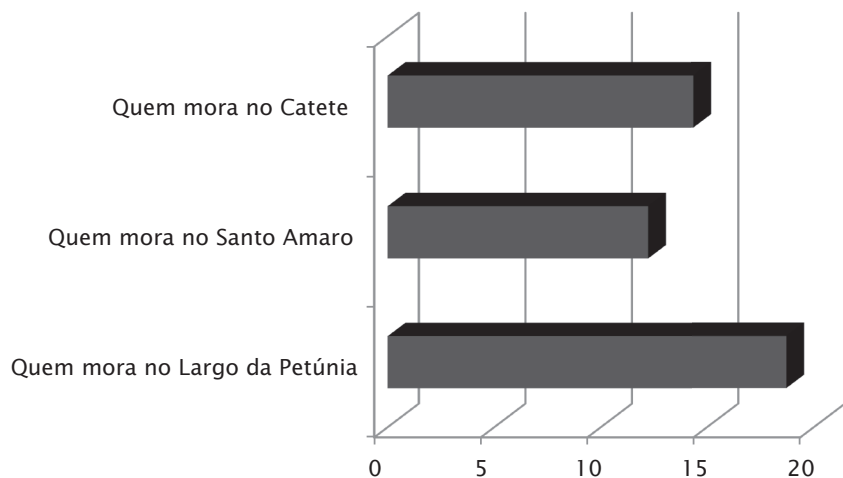
O Largo da Petúnia, há anos, não apresenta qualquer tipo de atividade que ocupe o bom espaço ali existente. No passado, muitos eventos eram realizados naquele espaço, como festas juninas e gritos de Carnaval. Por sua localização privilegiada, a localidade não causava transtornos no trânsito de veículos e de pessoas pelo bairro do Catete. A pesquisa contou com perguntas relativas à reativação de algumas atividades que já fizeram parte da história da localidade (Festa Junina e Bloco Carnavalesco) e propôs outras atividades (Dia das Crianças e consulta livre), que seriam novidades como utilização do Largo, com o objetivo de tentar se criar uma agenda positiva e um calendário de eventos que venha a fazer parte de um conjunto de medidas que possam ser apoiadas pelo poder público e geridas por entidades não governamentais.

Sem saber da opinião dos moradores sobre estes tipos de eventos não poderíamos conhecer o que eles pensavam sobre os impactos em seu cotidiano com a utilização da área para eventos de grande porte. A pesquisa constatou que a maioria dos moradores aprovaria qualquer uma das propostas apresentadas, demonstrando que a alteração em suas rotinas nesses eventos seria aceitável e tolerada em prol de uma melhor utilização do logradouro.

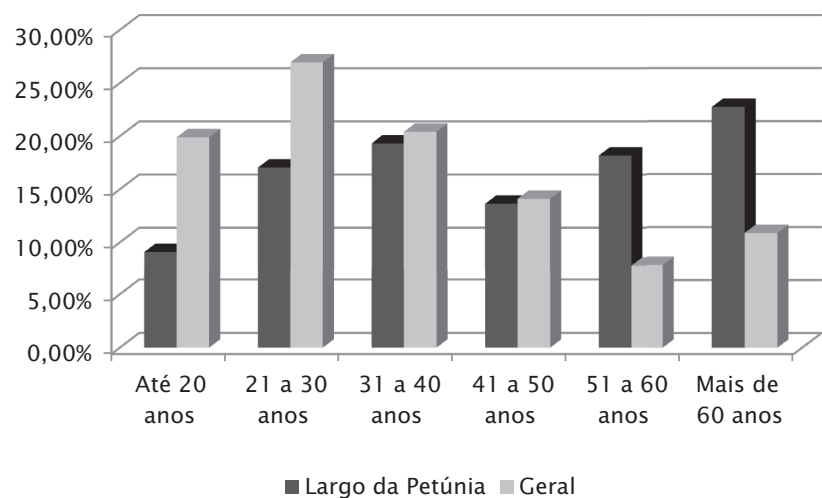
A grande maioria do público entrevistado lembrou do tempo em que existia a Festa Junina festividade, 80,60%. Já os moradores do Largo da Petúnia, 85,23% lembraram. Para comprovar que essas memórias existem pelos aspectos positivos, e não por algum evento negativo que tenha acontecido, a maioria, tanto dos próprios moradores que lembraram (57,33%), quanto dos entrevistados que moram nas demais localidades que também lembravam (64,5%), gostavam da Festa Junina que era realizada no Largo da Petúnia. Entre os fatores que resultaram na interrupção da realização da Festa Junina, está a falta de quem a organizava e o aumento da violência na região, segundo um entrevistado. O que podemos presumir com esta informação é que se alguém pretender reeditar tal festividade precisará de muito apoio do poder público e de garantias cíveis para mitigar os riscos dessa reativação.

O segundo evento posto para avaliação foi uma festividade que acontece há anos, no Dia das Crianças, na comunidade do Santo Amaro. A maioria dos entrevistados (60,2%) disse que já ouvira falar de tal festividade. Situação diferente entre os moradores do Largo da Petúnia, onde a minoria (45,55%) sabia. Mas, tanto entre os moradores do Largo (77,5%), quanto entre os que moram

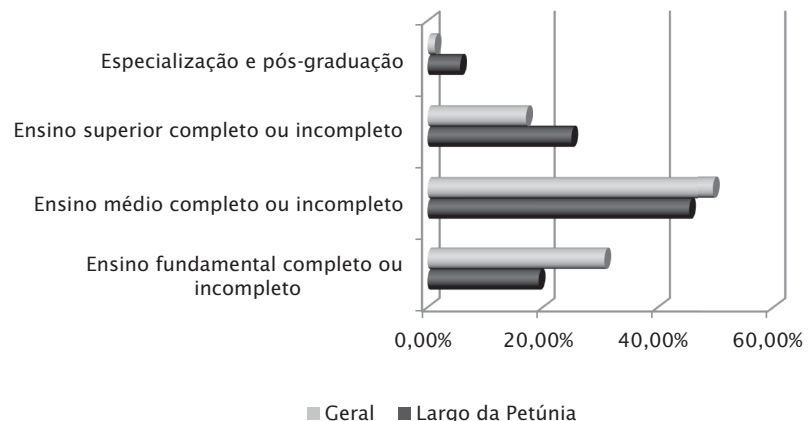
Tempo médio de moradia dos entrevistados em anos



Distribuição da idade dos entrevistados



Escolaridade dos entrevistados



fora (80,75%), a maioria gostaria que a festividade para comemoração do Dia das Crianças fosse realizada no Largo da Petúnia, e não mais no Santo Amaro.

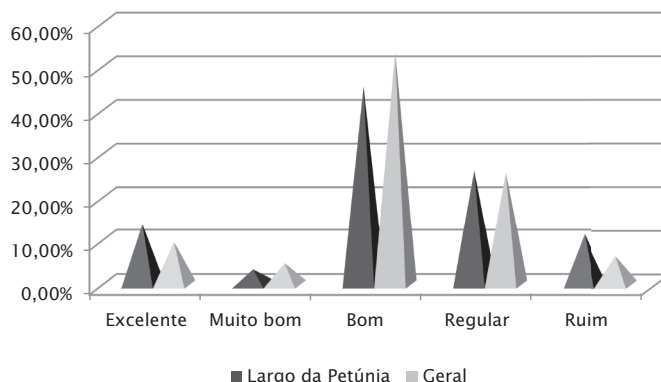
Acreditamos que esta opinião dos entrevistados deva estar ligada a dois motivos: a segurança e o tamanho do evento. No largo, a festividade poderia tomar proporções maiores, inclusive com cobertura por diversas mídias, além de poder receber um número maior de crianças.

O bloco carnavalesco poderia ser considerado como um conjunto de eventos. A proposta que fizemos seria a existência de uma festividade que não ficasse restrita a um dia ou período (não só durante o Carnaval). A maioria respondeu positivamente em ambos os grupos avaliados, sendo 65,91% dos que moram no Largo e 78,09% dos que moram fora, apoiando quanto a sua implantação ou realização no Largo da Petúnia.

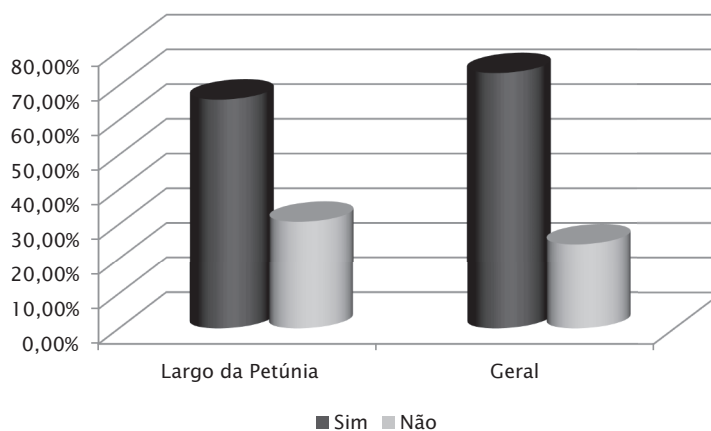
De forma livre, foi solicitado aos entrevistados que sugerissem atividades ou intervenções que pudessem ser feitas para melhorar não só o aspecto do lugar, mas resolvesse a subutilização do Largo. De um modo geral, as três sugestões com maiores percentuais foram: a revitalização do local com a implantação de forma definitiva de uma praça (25,60%); a instalação de equipamentos que comporiam uma Academia da Terceira Idade (10,49%); e a construção ou transformação do espaço existente em uma praça ou quadra poliesportiva (4,13%).

Já entre os moradores do Largo, as sugestões ou opiniões ficaram mais concentradas e apresentaram percentuais mais altos, sendo as três que merecem ser evidenciadas e estudadas, inclusive por convergirem com a opinião geral foram: a revitalização do local com a implantação de forma definitiva de uma praça, só que complementada com brinquedos

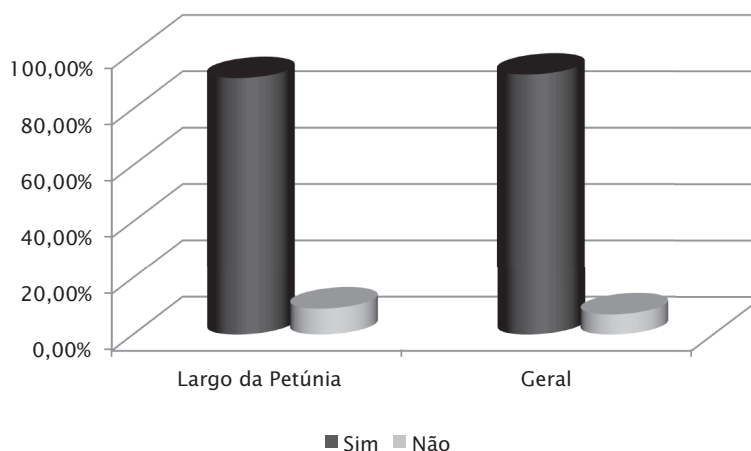
Como você considera o local onde mora?



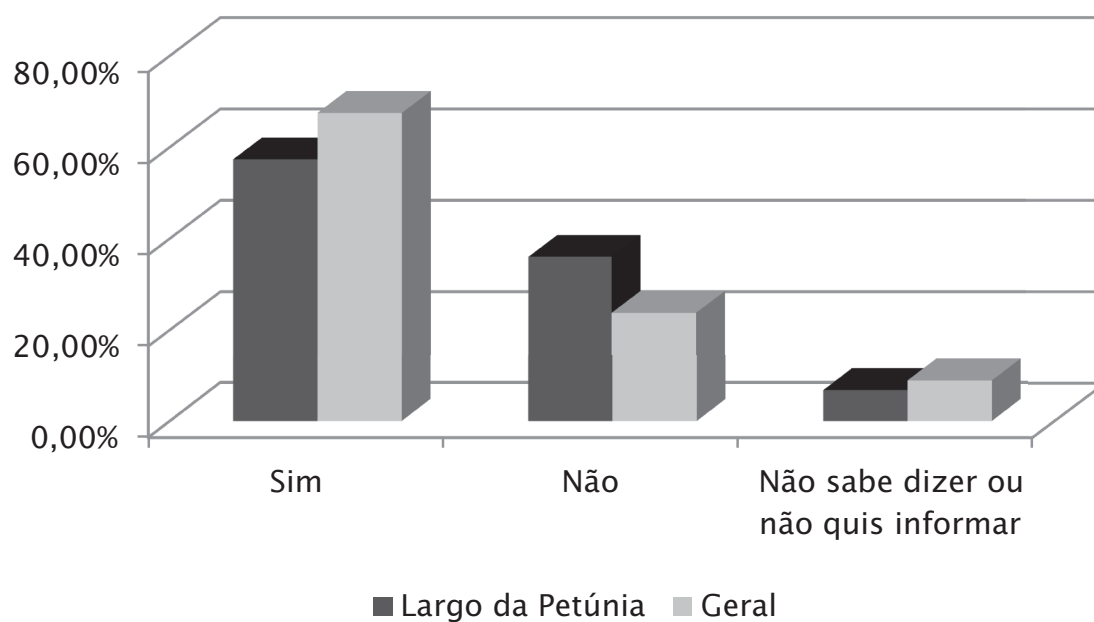
Você tem orgulho de morar na rua em que mora?



Você tem orgulho de morar no bairro em que mora?

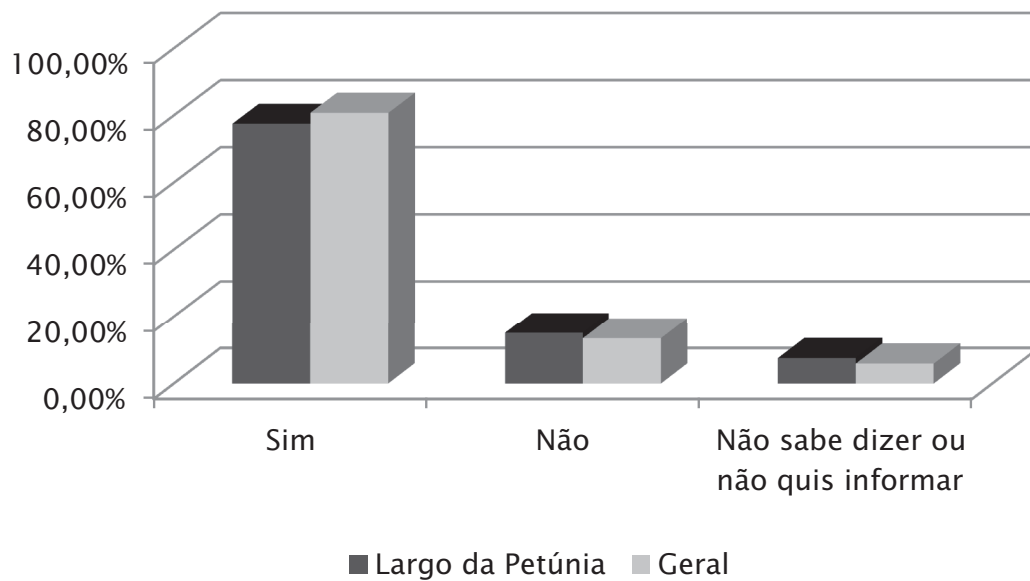
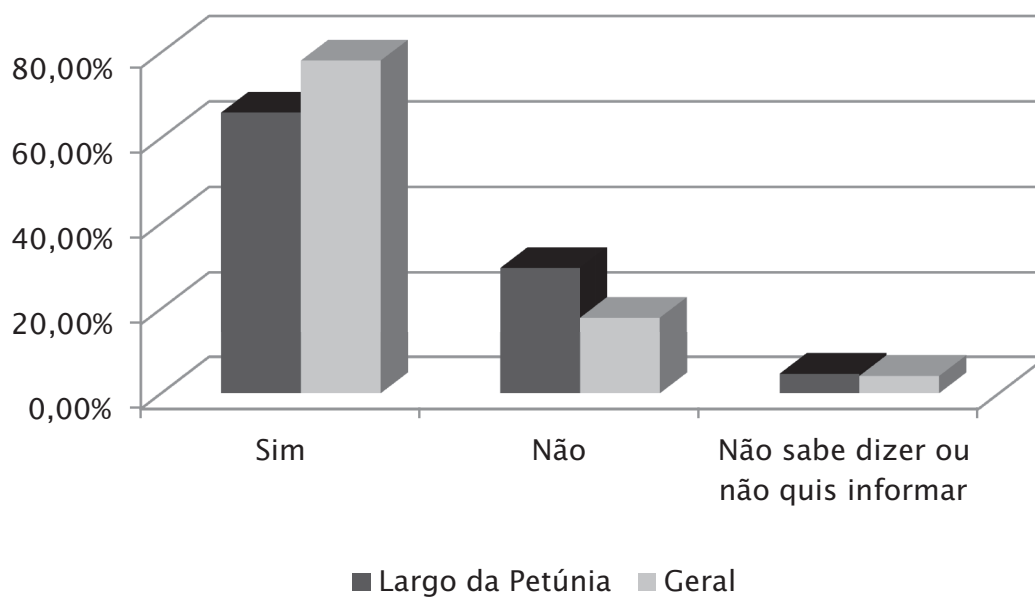


Você gostava da Festa de São João que tinha no Largo d Petúnia?

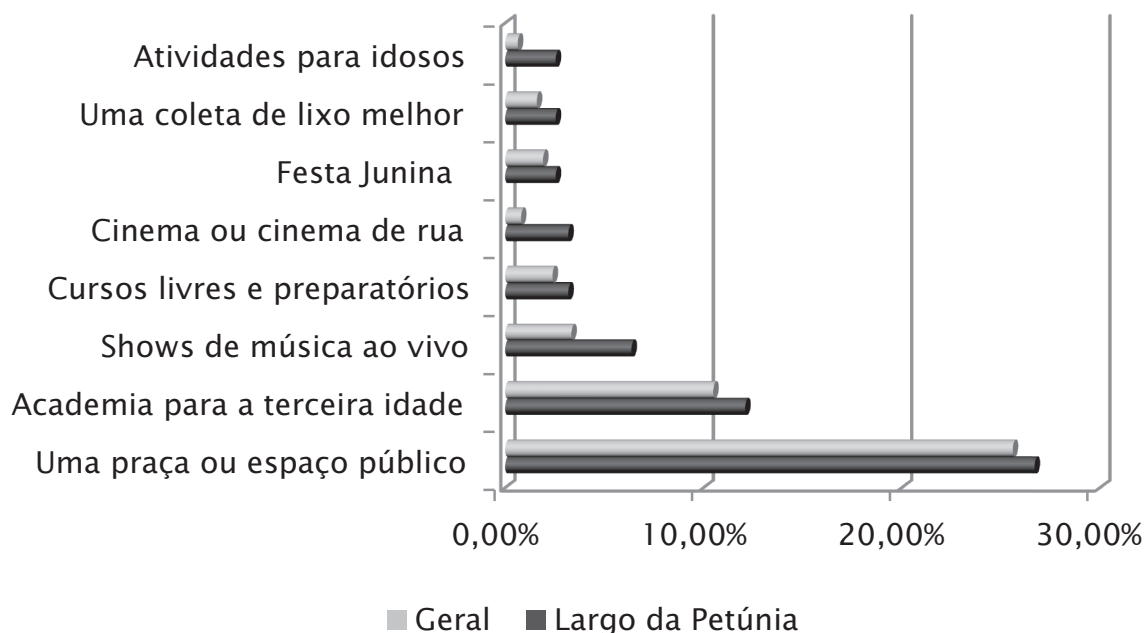


Atividades encontradas no Bairro do Catete

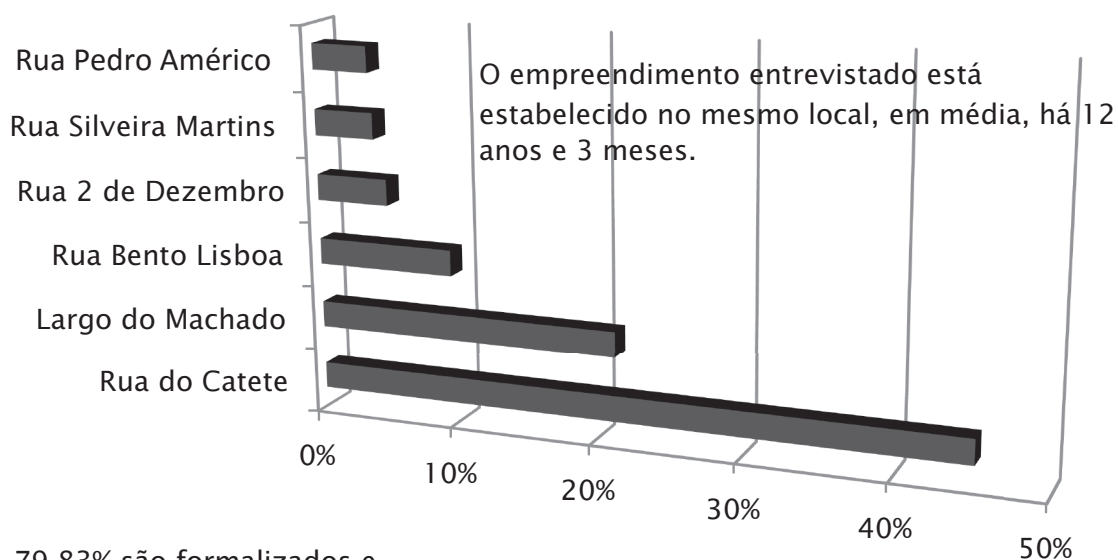
Moradia / Residência	80,06%
Clínicas e Consultórios de Especialidades Médicas e Odontológicas	4,05%
Vestuário e Moda	1,97%
Entretenimento, Lazer e Alimentação	1,49%
Mobiliário, Decoração e Reformas	1,24%
Beleza e Estética	0,81%
Educação	0,50%
Serviços Públicos ou não Comerciais	0,41%
Alimentos	0,32%
Assistência Técnica e Concertos	0,20%
Produtos e Serviços de Veículos e Transportes	0,20%
Todas as demais atividades	2,36%
Residência, Loja, Sala ou Estabelecimento Fechado ou Sem Identificação	6,26%
Loja em obras / reforma	0,12%
Terreno Baldio / Terreno Vazio	0,01%

Você gostaria que a Festa do Dia das Crianças fosse feita no Largo da Petúnia?**Você gostaria que existisse um Bloco Carnavalesco no Largo da Petúnia?**

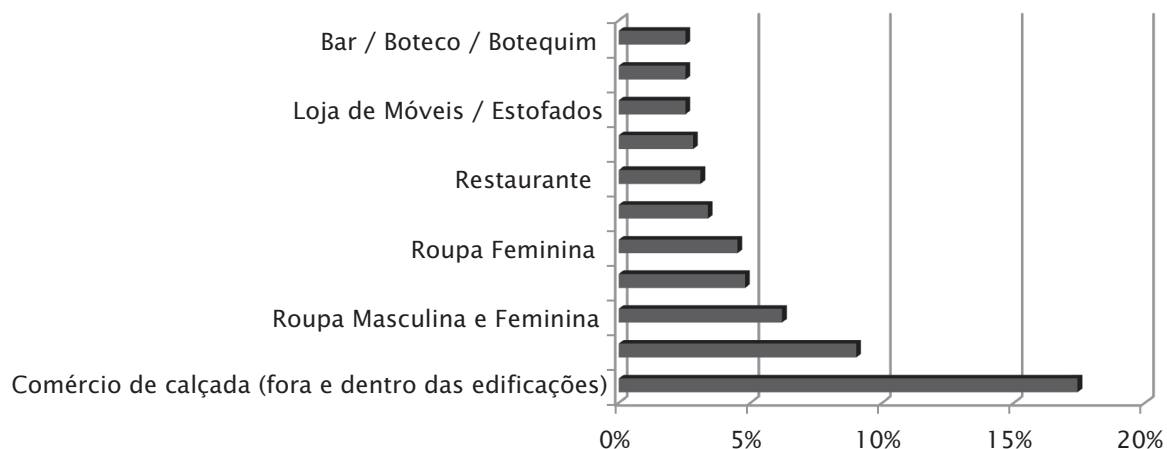
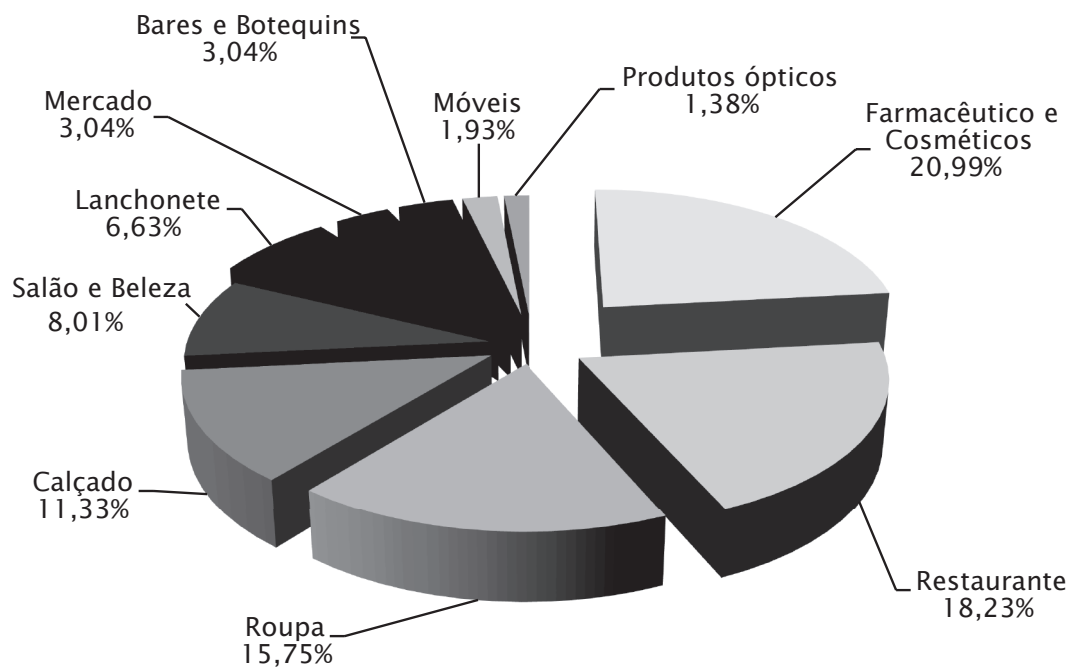
Cite algumas atividades que você gostaria que fossem desenvolvidas no Largo da Petúnia



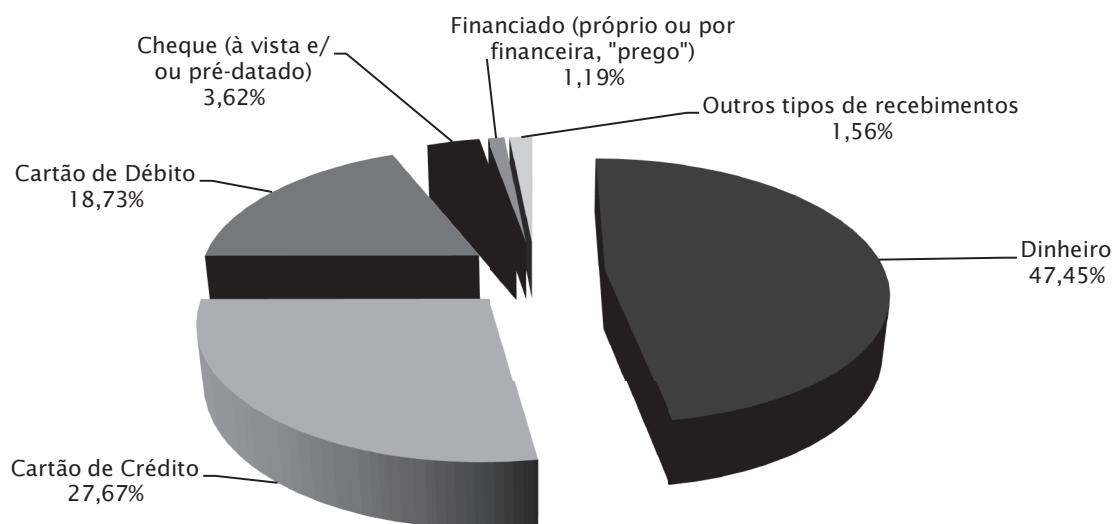
Endereço dos empreendimentos pesquisados



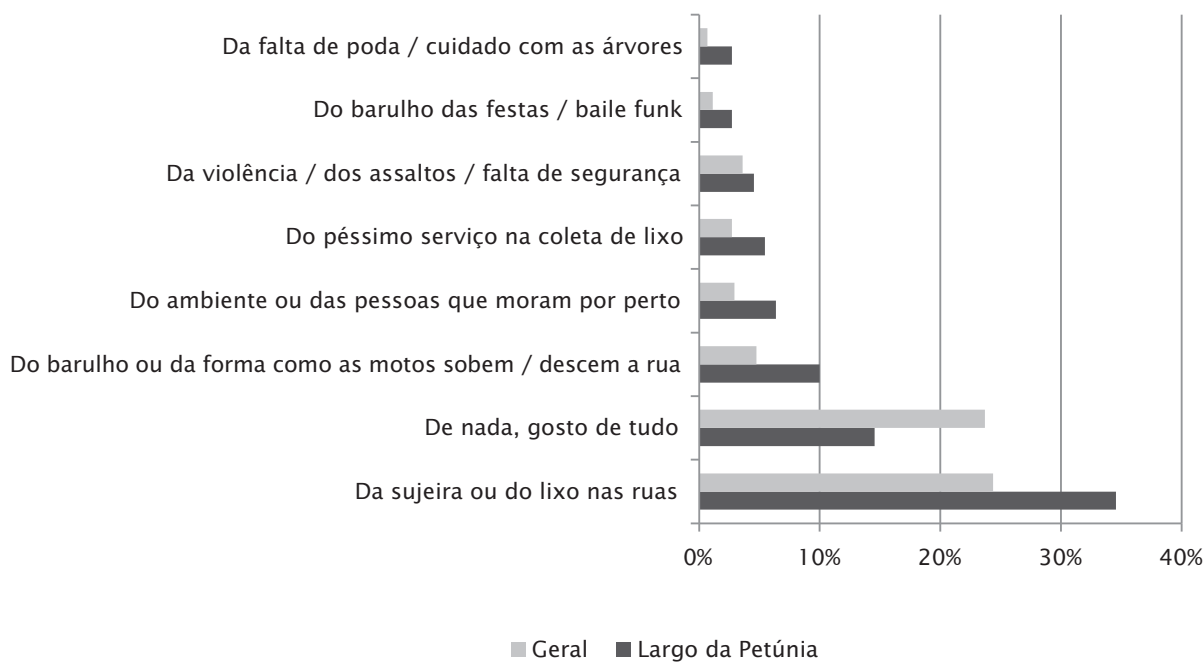
79,83% são formalizados e 20,17% são informais.

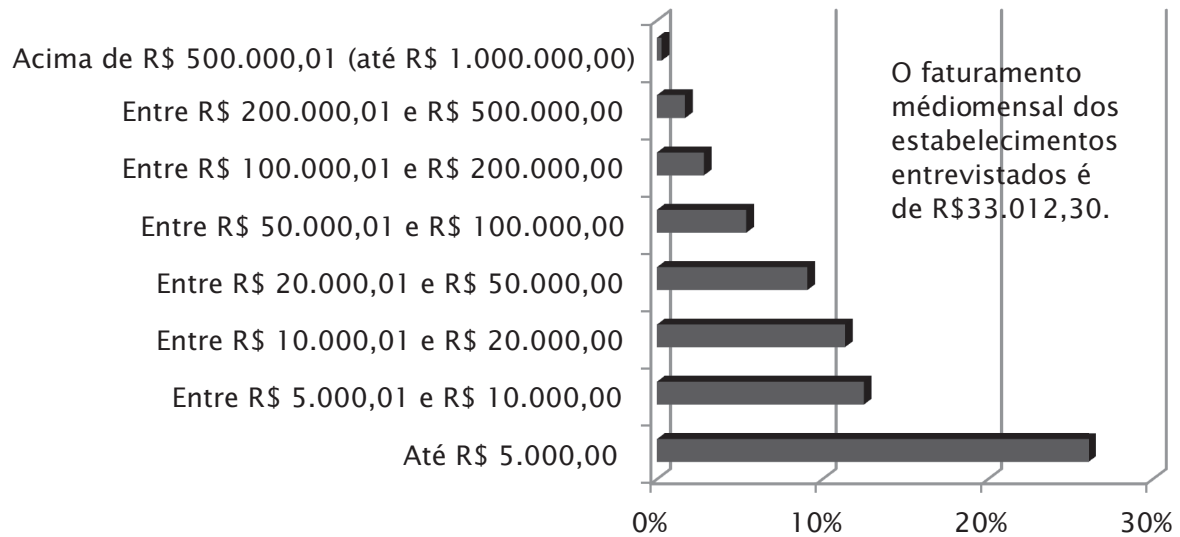
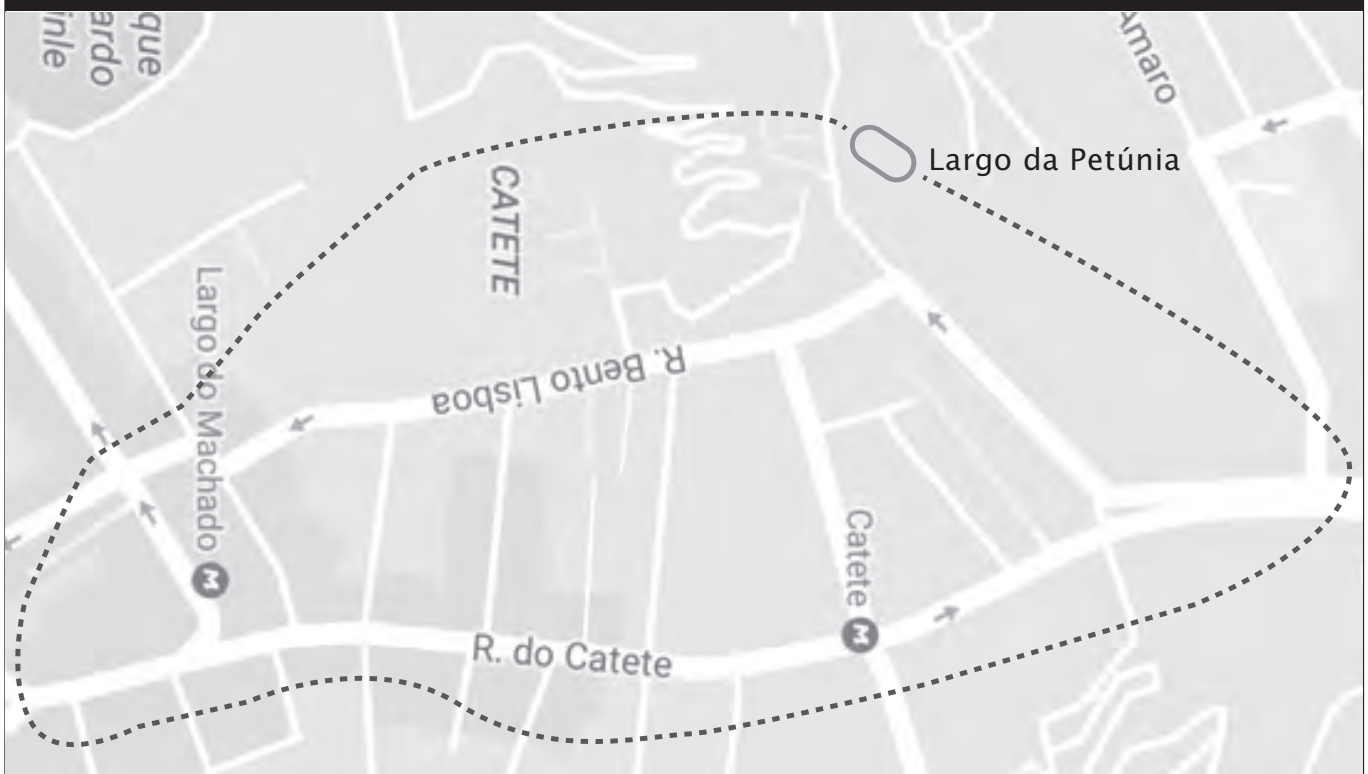
Atividade dos empreendimentos pesquisados**Para você qual é a vocação comercial do bairro do catete?**

Composição percentual do faturamento dos empreendimentos entrevistados



O que você não gosta no lugar em que mora?



Distribuição do faturamento dos empreendimentos entrevistados.**Região de abrangência cultural do Largo da Petúnia**

para crianças (26,75%); a instalação de equipamentos que comporiam uma Academia da Terceira Idade (12,1%); e a realização de shows de música ao vivo (6,37%).

OPINIÃO DOS COMERCIANTES E EMPREENDEDORES DO CATETE

Com o mesmo intuito da pesquisa com os moradores e transeuntes, foi enviado a campo, entre os dias 29 de novembro e 13 de dezembro de 2013, o mesmo grupo de pesquisadores que, de posse de um questionário preconcebido, entrevistaram 352 pessoas que gerenciavam ou eram empreendedores de estabelecimentos comerciais estabelecidos ou estão em pontos comerciais nas calçadas ou em áreas delimitadas (formalmente ou informalmente constituídas).

A área trabalhada pelos pesquisadores, que visitaram comerciantes e empreendedores foi definida de acordo com a delimitação oficial divulgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (representada na imagem acima), com uma única exceção, a rua Cruzeiro do Sul, por conta de sua localização e baixa representatividade.

Os empreendimentos, formais ou informais, já estavam estabelecidos no mesmo local há 12 anos e três meses, em média, e empregavam o trabalho de seis pessoas, em média. Entretanto, a maioria dos empreendimentos entrevistados contava com até três trabalhadores (52,28%), somente.

Mesmo a pesquisa tendo sido realizada um pouco antes do Natal, os entrevistados não estavam muito contentes com a situação de seus negócios, pois 54,83% dos comerciantes consideravam como regular ou ruim as vendas. Apesar disso, a maioria dos entrevistados tem muito

orgulho de seu estabelecimento estar situado na rua na qual está (84,94%, mais que os moradores) ou no bairro no qual está estabelecido (89,49%, menos que os moradores). O otimismo foi detectado em 69,32% dos entrevistados que acreditavam que a situação da região fosse melhorar nos próximos anos.

INVENTÁRIO DAS ATIVIDADES EXISTENTES NO CATETE

Para contabilizar e identificar as atividades comerciais e não comerciais, formais e informais, legais ou ilegalmente constituídas, existentes no bairro do Catete, além de poder servir de base e fonte de informação para estimações, investimentos ou puro conhecimento da estrutura comercial e empreendedora do bairro, foi enviado a campo, entre os dias 28 de novembro e 16 de dezembro de 2013, o mesmo grupo de pesquisadores para percorrerem todo o bairro³, anotando todas as atividades desenvolvidas tanto dentro dos imóveis, quanto em suas calçadas e áreas livres e de uso de toda a população, como praças e logradouros públicos, na mesma área definida para as entrevistas dos comerciantes e empreendedores, inclusive a única exceção.

Foram encontradas 11.398 atividades comerciais e não comerciais, estabelecidas em imóveis ou nas áreas públicas.

Entre as atividades comerciais ou econômicas encontradas, a surpresa ficou por conta da participação do grupo que denominamos de Clínicas e Consultórios de Especialidades Médicas e Odontológicas que representaram 4,05% de todas as atividades, ou de 30,86% entre as atividades comerciais, ou seja, 462 unidades ligadas à saúde. Isto indica que o bairro tem sua vocação em uma área pouco esperada.

NOTAS

¹Termo tupi que se origina da junção de aba'ti (milho) e e'tê (verdadeiro).

²Derivaria da junção dos termos tupis ka'a (mato), ty (água) e, e'tê (verdadeiro).

³Exceto a Rua Cruzeiro do Sul, devido a sua localização e baixa representatividade.

Coordenação Geral

Carlos Lessa
Luiz Carlos Prestes Filho

Coordenação Científica

Paulo Brück (LRAC)
Olavo Alves Diogo
Sergio Luís Corrêa
Nilton Rodrigues Junior

Apoio

LRAC Pesquisa e Consultoria Econômica
Núcleo de Estudos de Economia
da Cultura (NEEC)

Redação

Aline Peixoto

Por uma folia sustentável e economicamente reconhecida: políticas para o sistema de produção e inovação do Carnaval

*Camila Soares
Marcelo Matos*

Complexo e produtivo, o carnaval das escolas de samba desempenha um papel de construção de identidade, de interação e até de solidariedade. Por meio de uma densa pesquisa, foi possível confirmar também o quanto a indústria carnavalesca é dinâmica e geradora de desdobramentos socioeconômicos.

Em 2013, o Rio de Janeiro atraiu 1,2 milhão de turistas e o carnaval gerou receitas de aproximadamente R\$ 1,1 bilhão. São Paulo – cujo Carnaval vem crescendo ano a ano – não ficou muito atrás, atraindo 900 mil turistas e gerando uma movimentação financeira de mais de R\$ 828 milhões, como levantado pelo Ministério do Turismo. Este número aumentou nos anos seguintes, movimentando ainda mais a economia dessas cidades.

As cifras vinculadas à folia impactam diretamente a geração de empregos. De acordo com levantamento feito pela Assertem/Sindeprestem¹, ao longo de

um ano, há a geração de cerca de 250 mil empregos temporários em todo país em 2013² gerados pelo Carnaval. São vagas para os mais diversos tipos de atividades, como vendedores, garçons, costureiras, aderecistas, marceneiros, motoristas, auxiliares de serviços gerais. Estima-se que nesse período o impacto sobre o emprego também seja significativo. No período do Carnaval de 2014, foram gerados 10,1 mil empregos temporários, segundo estudo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo³ (CNC).

O carnaval das escolas de samba constitui um importante sistema produtivo, complexo e extremamente inovativo, que necessita ser reconhecido e apoiado como tal. Ao mesmo tempo, as escolas de samba são partes orgânicas de muitas comunidades com maior ou menor nível de renda, desempenhando um importante papel aglutinador e de espaço de interação, construção de identidade e solidariedade.

Com intuito de aprofundar melhor o tema, foi realizada a pesquisa “Política de inovação para o carnaval das escolas de samba”, com o objetivo de propor políticas para o sistema de produção e inovação do Carnaval. A iniciativa foi possibilitada pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) em conjunto com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). O projeto foi executado pela Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos (RedeSist-IE/UFRJ), contando com pesquisadores integrantes desta rede em quatro universidades do país, UFRJ, Unicamp, Ufes e UFRGS, além de especialistas vinculados a organizações do mundo do samba, como o Acadêmicos do Grande Rio, a Escola de Samba Mirim Pimpolhos da Grande Rio e a Associação de Mulheres Empreendedoras do Brasil (Amebras). O estudo contou também com o apoio de associações representativas e ligas de escolas de samba, com destaque

para a Liga Independente das Escolas de Samba do Rio (Liesa).

O foco central da pesquisa é reconhecer este duplo papel das escolas de samba e construir uma política de inovação que contemple a dinamização de uma complexa indústria, mas também seus desdobramentos socioeconômicos.

O estudo realizado é resultado de um processo sistemático de coleta de dados primários e de entrevistas realizadas ao longo dos meses de janeiro e fevereiro e de agosto e setembro de 2014 com diversos atores-chave na produção e gestão do carnaval, como carnavalescos, diretores, chefes de equipes em diferentes etapas de produção, como a de fantasias e de alegorias. O foco central está no carnaval das escolas de samba do Rio de Janeiro e contempla também os casos das capitais São Paulo, Porto Alegre, Vitória, Florianópolis e Macapá.

Por um lado, cada praça apresenta um conjunto de questões específicas. Por outro lado, grande parte dos desafios perpassa todas as praças pesquisadas, podendo variar em termos de sua intensidade ou importância relativa. Mas, a partir da consideração dos aspectos comuns, é possível elencar um conjunto de propostas de política.

Em todas as cidades ou regiões metropolitanas (RMs) contempladas na pesquisa, as escolas de samba são organizadas em diferentes grupos e a competição entre as agremiações define a ascensão ou descenso de escolas entre os grupos. Um corpo de jurados avalia a performance das escolas de samba e atribui notas aos diversos quesitos avaliados. A soma destas notas indica, então, a escola de samba campeã do desfile em cada grupo. A cada ano as escolas de melhor colocação nos seus grupos ascendem para o grupo superior e as escolas de samba de pior colocação descem para o grupo inferior.

Quanto ao perfil das instâncias de representação em cada região metropolitana, vale ressaltar que as escolas de samba são entidades culturais sem fins lucrativos cujo objetivo é a realização do desfile durante o Carnaval. Ao longo do processo histórico de desenvolvimento da festa e sua transformação em espetáculo, a interação de diferentes grupos de interesse e pontos de vista contribuíram para uma segmentação das instâncias de representação por grupos. Isto é bem exemplificado no caso do Rio de Janeiro.

*Essas agremiações são
partes orgânicas de
muitas comunidades com
maior ou menor nível de
renda, desempenhando
um importante papel
aglutinador e de espaço de
interação, construção de
identidade e solidariedade*

Conforme detalhado por diversos estudiosos do Carnaval (Cavalcanti, 1995; Ferreira, 2004; Matos, 2007; Prestes Filho, 2009), a busca por maior independência das escolas de samba do grupo especial do Rio de Janeiro para a organização do espetáculo e a gestão das receitas geradas por sua comercialização culminaram com a criação da Liga Independente das Escolas de Samba do Grupo Especial do Rio de Janeiro (LIESA) em 1984, formada por dez escolas dissidentes da Associação

das Escolas de Samba da Cidade do Rio de Janeiro (AESCRJ). Uma série de embates e disputas recentes tem alterado o quadro de representação dos demais grupos, gerando inclusive propostas de alteração da denominação destes grupos e sua reformulação.

O embate de grupos de interesse na esfera de representação e organização dos desfiles tem implicações concretas nas políticas de apoio que tenham real capacidade de mobilizar e beneficiar o conjunto das escolas de samba.

MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

Embora seja difícil obter boas aproximações para o volume de recursos movimentados em função da economia do Carnaval, as estimativas existentes sublinham as grandes dimensões desta indústria.

Grande parte da movimentação de recursos durante o Carnaval se deve à despesas realizadas por turistas. O perfil dos gastos turísticos foi estudado por Prestes Filho⁴. O gasto majoritário foi com transporte (36%), alimentação e bebidas (33%), compra de fantasias (20%) e hotelaria (11%), tendo a rede hoteleira uma taxa de ocupação perto da capacidade máxima, com os turistas tendo preferência por bairros da Zona Sul e Centro da cidade, tais como Copacabana, Ipanema, Leblon, Flamengo e Glória, como aponta levantamento da ABIH-RJ (Associação Brasileira de Indústria Hoteleira)⁵.

PROPOSTAS POLÍTICAS

A partir desses aspectos comuns a cada cidade, é possível elencar um conjunto de propostas, que podem ser classificadas nos seguintes eixos: políticas de capacitação, pesquisa e inovação; e políticas complementares à de inovação. As propostas para a área de capacitação podem ser organizadas basicamente em duas

Movimentação financeira do Carnaval 2013, principais cidades

Estado	Pessoas	Movimentação Financeira
Rio de Janeiro	1,2 milhão	R\$ 1,1 bilhão
São Paulo	900 mil	R\$ 828,7 milhões
Pernambuco	800 mil	R\$ 736,6 milhões
Bahia	650 mil	R\$ 598,5 milhões
Minas Gerais	180 mil	R\$ 165,7 milhões
Santa Catarina	170 mil	R\$ 156,5 milhões
Ceará	130 mil	R\$ 119,7 milhões

Fonte: Ministério do Turismo (http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/Artigos/20140724_3.html)

Gastos dos turistas no Carnaval do Rio de Janeiro de 2013

Itens de gasto	%
Transporte	36%
Alimentação e Bebidas	33%
Fantasia	20%
Hotelaria	11%

Fonte: Governo do Estado do Rio de Janeiro (<http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=1444517>)

linhas: escolas como centro de pesquisa, desenvolvimento e inovação; e núcleos coletivos, pelos quais sejam articuladas atividades de ensino, de pesquisa e inovação e produção continuada, com acesso e participação de todas as agremiações.

A justificativa para essas propostas partiu da constatação de que o Carnaval tem uma base de conhecimento empírica, na qual as práticas são passadas de uma geração para outra e desenvolvidas sem um método específico ao qual pode ser ensinado. Além disso, uma grande parcela de escolas de samba, blocos e ligas carnavalescas sofrem problemas sérios de gestão. Desse modo, os programas de educação para área do Carnaval precisam abranger essas duas necessidades: sistematização dos conhecimentos gerados pelo evento e capacitação nas áreas de gestão financeira, de produção, logística, planejamento estratégico e *marketing*.

A primeira linha de ação é voltar para a criação de uma Escola de

Carnaval, que poderia atuar como um observatório do carnaval, promovendo pesquisas e a implantação de melhorias na diferentes escolas de samba e grupos carnavalescos, orientando os mesmos a pensar em como desenvolver modelos de negócios sociais e se posicionar dentro do mercado do entretenimento. O foco inicial do trabalho desenvolvido seria a atenção às especificidades de cada agremiação. Estas especificidades podem se manifestar na forma de organização dos processos de criação, produção e gestão. Como cada agremiação é constituída por rotinas e idiosincrasias próprias, essa alternativa identifica em cada organização um núcleo específico de construção de capacitações e de inovação.

A proposta sugere que cada entidade carnavalesca se torne um Centro de PDI (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação), onde as especificidades de cada segmento poderiam ser estudadas e sistematizadas em uma parceria entre especialistas das mais diversas áreas e os especialistas de Carnaval de cada agremiação.

Essa iniciativa poderia ser uma política pública promovida pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, através do desenvolvimento de programas específicos que incentivem as escolas a se tornarem um PDI. As demandas de cada centro de PDI serão geradas pelas próprias entidades carnavalescas que por meio de uma consultoria realizada

pelo Ministério junto com instituições parceiras, como Sebrae e universidades, elaborariam um projeto de implantação do PDI na agremiação. O mais importante é que cada unidade atenda às especificidades de cada grupo carnavalesco, identificando quais são as bases de conhecimentos gerados e atuando na melhoria de práticas de gestão. Só se torna um centro de pesquisa a instituição carnavalesca que desejar.

Os centros de PDI seriam monitorados por um observatório da Escola de Carnaval criado especificamente para essa demanda, onde seriam feitos esforços de observar quais práticas poderão ser sistematizadas e unificadas e quais são exclusivas de cada agremiação. As práticas que forem comuns a cada grupo carnavalesco podem ser padronizadas para que se torne mais fácil a criação de programas que beneficiem o amadurecimento intelectual do Carnaval e a geração de conhecimento científico. Um bom exemplo para isso seria a implantação de *softwares* de controle de estoque, PCP, financeiro e nas áreas de *design*. Todas as escolas poderiam usar um mesmo *software* que seriam desenvolvidos ou adaptados para as necessidades da produção do Carnaval. Outro exemplo seria a redefinição do *layout* de fábrica para produzir o Carnaval de forma mais eficiente e responsiva, sem desperdício de tempo e recursos.

Em 10 anos, a Escola de Carnaval teria codificado o conhecimento gerado pelo Carnaval, estimulando a realização de teses acadêmicas em universidades brasileiras e estrangeiras de graduação, mestrado e doutorado, sobre a Economia e Gestão do Carnaval Brasileiro. Essas práticas mudarão o padrão profissional de cada grupo carnavalesco que se transforme em um PDI, que através da

Representações das escolas de samba

Para o Carnaval de 2014, a Liga das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (LIERJ), criada em 2012, foi responsável pela representação e organização do desfile do grupo de acesso A, enquanto que a Associação das Escolas de Samba da Cidade do Rio de Janeiro (AESCRJ) foi responsável pela representação e organização dos demais grupos. Nas demais regiões metropolitanas enfocadas neste estudo, há maior ou menor ingerência do poder público na organização dos desfiles e a existência de maiores ou menores divergências de interesses, levando a segmentações das estruturas de representação.

No caso de São Paulo, a Liga Independente das Escolas de Samba de São Paulo (LigaSP) é representante das escolas do grupo especial e responsável pela organização de seu desfile. Já a União das Escolas de Samba Paulistas (UESP) é a entidade representativa dos grupos I, II, III e IV.

Em Porto Alegre, os desfiles do grupo especial ficam a cargo da LIESPA (Liga Independente das Escolas de Samba de Porto Alegre), enquanto a AECPARS (Associação das Entidades Carnavalescas de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul) é a associação representativa do grupo A, do grupo de Acesso e também das tribos carnavalescas.

Em Vitória, a associação representativa de todos os grupos – especial A, especial B e acesso – é a LIESES (Liga Independente das Escolas de Samba do Espírito Santo). Em Manaus, os desfiles do grupo especial são organizados pela AGEESMA (Associação do Grupo Especial das Escolas de Samba de Manaus), enquanto a LIESGA (Liga das Escolas de Samba do Grupo de Acesso de Manaus) é responsável pelo grupo de acesso da região.

Em Florianópolis, no ano de 2013 foi criada a Super Liga das Escolas de Samba de Florianópolis, resultado da fusão da LIESF (Liga das Escolas de Samba de Florianópolis) com a Liga dos Blocos Carnavalescos de Florianópolis (LBCAF) e a Liga das Escolas de Samba da Grande Florianópolis (Legrantf). Em Macapá, o desfile é atualmente organizado pela Liga Independente das Escolas de Samba do Amapá (LIESAP), criada após problemas políticos na Liga das Escolas de Samba do Amapá (LIESA), que até 2013 era a principal organização.

vista sugere que o foco da distinção das agremiações está nos aspectos lúdicos, estéticos e criativos, e não nos aspectos técnicos de base. Da mesma forma, seria possível argumentar que não haveria a necessidade de cada agremiação promover seu próprio curso, por exemplo, de escultura.

NÚCLEOS COLETIVOS

A proposta de Núcleos de Capacitação, Pesquisa e Inovação vai de encontro a diversos desafios identificados ao longo da pesquisa: escassez de profissionais qualificados e dificuldade de integrar pessoas qualificadas fora do contexto do Carnaval; dificuldade de mobilizar profissionais a se especializarem na área; impossibilidade de agremiações individuais adquirirem máquinas de alto custo; relutância em arcar com os riscos de utilização de novos materiais e equipamentos e indisponibilidade de tempo para testá-los adequadamente; indisponibilidade de recursos e capacidades no campo da gestão das agremiações para a mobilização de parcerias de pesquisa.

Diante desses argumentos, considera-se que os núcleos coletivos poderiam contribuir para avanços em muitas das dimensões e desafios que permeiam todas as agremiações. Esta proposta se inspira em três iniciativas e programas e propõe uma articulação de suas características: o “Barracão Escola”, os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), política a cargo da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e os “Pontos de Cultura”, experiência exitosa de política do Ministério da Cultura.

A primeira experiência teve como foco a capacitação. No Rio de Janeiro, na Cidade do Samba, encontrava-se insta-

produção de conhecimento especializado poderá garantir a sustentabilidade socioeconômica e social para a instituição. A Escola de Carnaval seria uma espécie de aceleradora das agremiações, ajudando as mesmas a potencializar suas capacidades produtivas e a ganharem mercado, sendo possível então, cada uma delas, traçarem um plano de sustentabilidade econômica que a médio e longo prazo insira as escolas de samba e grupos carnavalescos em diferentes mercados do entretenimento no Brasil e no exterior.

A Escola de Carnaval seria construída por um grupo de especialistas de diferentes áreas: artistas, engenheiros, urbanistas, sociólogos e membro de diferentes

setores do carnaval. Sua personalidade jurídica seria uma instituição privada com interesse público, uma Oscip, que ao longo de 15 anos pudesse adquirir musculatura e sustentabilidade econômica e, ao mesmo tempo, contribuir para a mudança de padrão organizacional das agremiações carnavalescas.

O aspecto prático que pode tornar tal proposta menos interessante é justamente a pulverização de esforços e recursos e a eventual sobreposição desnecessária de esforços. Pesquisas e soluções relacionadas à estrutura metálica de alegorias, por exemplo, não precisam necessariamente ser desenvolvidas de forma concorrente por diversas agremiações. Este ponto de

lado um “barracão escola” no qual eram realizadas atividades de capacitação. Infelizmente, este barracão foi um dos vitimados pelo grande incêndio de 2011. Até o momento, a infraestrutura que se havia constituído não pode ser recuperada, devido à indisponibilidade de recursos e à negativa de empresas seguradoras de assumirem estes custos.

No entanto, os esforços de capacitação e profissionalização continuam a ser desenvolvidos por profissionais que estavam à frente do “barracão escola” no escopo da Associação de Mulheres Empreendedoras do Brasil (Amebras), em parceria com diversas agremiações. Dentre outras, estes profissionais contam com a experiência de elaboração e implementação de um Plano Setorial de Qualificação (Planseq), atendendo a mais de cinco mil pessoas em diferentes estados do país.

A proposta fundamental é de que se constitua, a exemplo do “barracão escola”, uma estrutura coletiva caracterizada como um Núcleo de Capacitação, Pesquisa e Inovação (NCPI). Ou seja, propõe-se a articulação de atividades de ensino, com atividades de pesquisa e inovação e produção continuada em uma estrutura coletiva, com acesso e participação de todas as agremiações.

A segunda experiência na qual se inspira esta proposta é da política de Centros Vocacionais Tecnológicos, espaços destinados à promoção e oferta de serviços e produtos voltados ao fortalecimento dos sistemas produtivos locais por meio da extensão tecnológica, da pesquisa aplicada, da formação profissional de base tecnológica e do empreendedorismo e a inovação. A articulação de atividades de capacitação, extensão e pesquisa são elementos constituintes centrais da proposta de Núcleos de Capacitação, Pesquisa e Inovação.

Esta proposta difere da que se baseia os CVTs com relação a alguns aspectos conceituais e práticos. Esse núcleo não possuiria um recorte setorial tradicional, ao qual é, usualmente, associado um pacote tecnológico e de capacitações específico, como o setor de confecções e as tecnologias e capacitações em corte, molde, costura. A multiplicidade e necessidade de articulação de diferentes tecnologias e capacitações para a construção do Carnaval requerem uma lógica distinta

*Pesquisas e soluções
relacionadas à estrutura
metálica de alegorias, por
exemplo, não precisam
necessariamente ser
desenvolvidas de forma
concorrente por diversas
agremiações.*

de organização deste núcleo. Além disso, aos aspectos técnicos precisam ser conjugadas as questões de caráter artístico. No que se refere à extensão e à pesquisa, o papel fundamental do Núcleo não seria limitado a tecnologias com amplo impacto social. Essas tecnologias são de fundamental importância no contexto do samba e das comunidades relacionadas às agremiações, mas a pesquisa deve contemplar também esforços de maior enver-

gadura, explorando soluções inovadoras de relevante impacto para a produção dos desfiles. Seria também contemplado um papel de núcleo coletivo de produção, que não está necessariamente presente, nestes moldes, nos projetos de CVTs.

A política desses Centros constitui uma experiência amplamente exitosa em diferentes territórios e associada a diferentes setores, com importante impacto nas áreas de capacitação e difusão tecnológica. Esta massa crítica deve constituir a base para a criação de NCPIs, mas incorporando outros elementos.

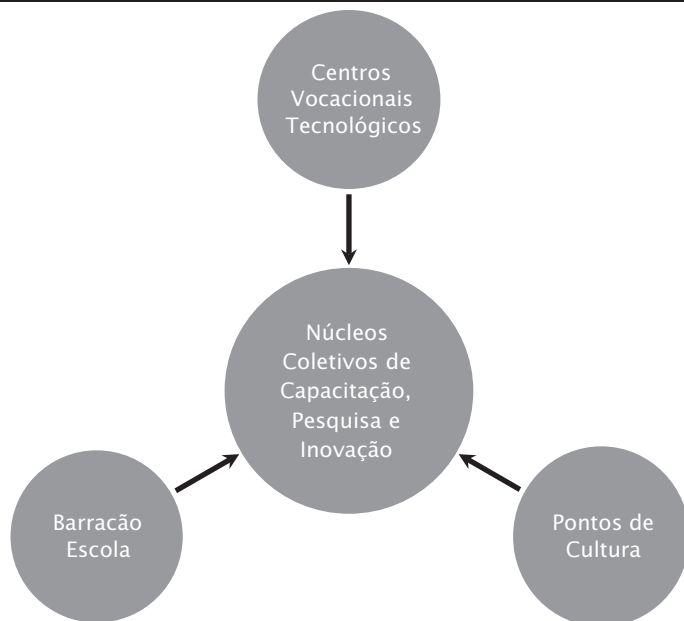
Quanto à referência aos Pontos de Cultura, a proposta Núcleo de Capacitação, Pesquisa e Inovação se inspira nesta política sob o ponto de vista da constituição de um centro dinâmico de produção e reprodução de elementos relacionados ao Carnaval, constituindo um ponto de referência da difusão desta manifestação cultural, sobretudo no que se refere aos produtos que possuem uma identidade visual relacionada com esta manifestação.

Além de projetos de capacitação e núcleos coletivos, outras demandas identificadas na pesquisa foram a criação de programas de bolsas e intercâmbio, assistência técnica e gerencial e parcerias com agências financiadoras voltadas para a inovação, como Finep.

TROCA DE EXPERIÊNCIAS

Quanto à oferta de bolsas e intercâmbios, a iniciativa teria como objetivo permitir que escolas de samba troquem conhecimentos entre si e com outros grupos culturais, como o Boi de Parintins, que desenvolveu um método próprio de movimentar esculturas gigantes que são muito usados pelas agremiações carnavalescas do Brasil inteiro. Seria uma forma de promover cursos e oficinas entre as escolas de samba e grupos culturais,

Convergências de experiências de política e de projetos para a proposta de Núcleos Coletivos de Capacitação, Pesquisa e Inovação



Fonte: Elaboração própria

além de realizar projetos acadêmicos com países latino-americanos que tem no Carnaval forte atividade econômica como: Colômbia, Uruguai, Peru, Argentina, Equador, Panamá, Cuba e outros.

Para tal, seria interessante promover um diálogo entre as instituições públicas das pastas de C,T&I e de cultura, que possa resultar em uma colaboração perene, com a oferta de bolsas de curta duração (1 a 3 meses), que viabilizem os deslocamentos e a permanência de profissionais gabaritados em outros núcleos culturais no país e no exterior.

A assistência técnica e gerencial contaria com organizações dedicadas a este fim, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Por meio de seu programa Sebraetec, um conjunto de apoios e serviços é oferecido a micro e pequenas empresas de diversos setores. A partir de iniciativas-piloto junto a uma ou poucas escolas de samba e com intermédio dos profissionais à frente da Escola de Carnaval, um conjunto de

profissionais desta organização pode facilmente identificar as oportunidades de adequar os pacotes de serviços às características e necessidades das escolas de samba. Assim, este serviço poderia ser estruturado e oferecido, de forma ampliada, ao conjunto das escolas de samba em um segundo momento.

Dentre as atividades previstas no programa Sebraetec, das quais as escolas de samba podem se beneficiar, destacam-se a orientação para melhoria do planejamento e controle de produção, adequação de estoque, aplicação de técnicas de logística e distribuição; avaliação das condições para exportação e importação de produto, adequação das normas técnicas de qualidade, garantia de sustentabilidade (visando o tratamento, reaproveitamento e destinação de resíduos e adequação das exigências de saúde e segurança do trabalho), desenvolvimento de tecnologia da informação e comunicação, além de obtenção, proteção e valorização de propriedade intelectual.

As ações ainda poderiam ser impulsionadas por meio da mobilização de recursos por meio de agências financiadoras e fundações de amparo à pesquisa nos estados e programas de crédito.

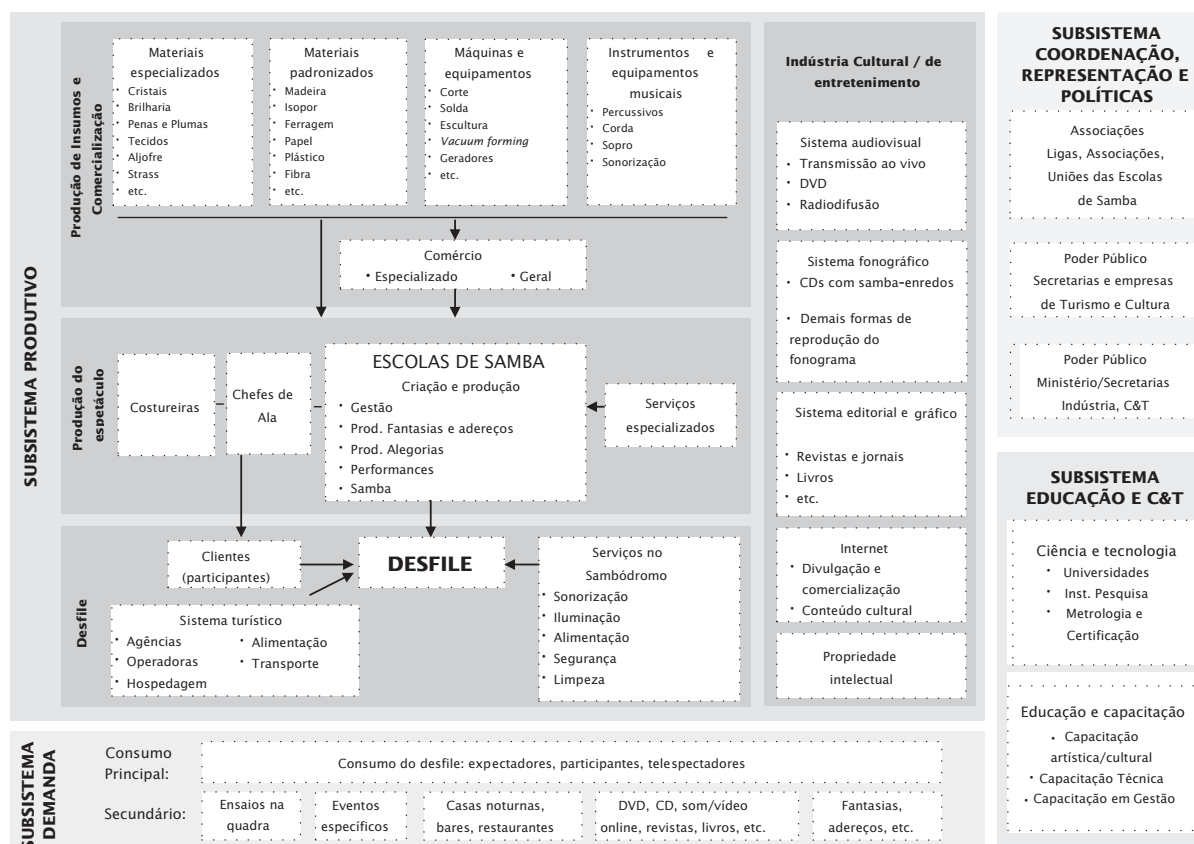
AÇÕES COMPLEMENTARES

A pesquisa ainda identificou ações complementares à política de inovação, como direitos trabalhistas diferenciados, atualização da infraestrutura para escolas de samba e blocos, sustentabilidade econômica, selos de qualidade, exportação de produtos e serviços da economia do carnaval (em conjunto com a Agência Brasileira de Promoções de Exportação – Apex).

Com relação à sustentabilidade, a primeira medida a ser discutida deve ser a independência financeira das escolas de samba e blocos através da criação de um imposto ou contribuição que fosse calculado a partir de uma porcentagem estabelecida em cima das vendas de cada segmento da cadeia produtiva que lucra com o Carnaval, a ser cobrado durante o período da festividade. Essa arrecadação seria dividida por escolas de samba e blocos de acordo com a necessidade e tamanho de cada grupo carnavalesco. Juntamente com a criação desse tributo, seriam estabelecidos regulamentos e critérios pelos quais as agremiações teriam que se adequar para receber o benefício e o não cumprimento das regras estabelecidas, implicaria em uma penalidade para as escolas de samba e blocos. Um dos critérios, por exemplo, poderia ser o uso de *softwares* de gestão financeira e um Portal da Transparência onde as agremiações deverão divulgar todo o gasto feito com o dinheiro público.

Com esse cuidado, medindo cada passo dado na direção da inovação e da sustentabilidade, ganham as agremiações, a população e a folia.

O Sistema Produtivo e Inovativo do Carnaval das Escolas de Samba



No Rio de Janeiro, em 2014, existem 94 escolas de samba, distribuídas por grupo, de acordo com o quadro 1. Em São Paulo são 69 escolas e 13 blocos, em Porto Alegre, 24 escolas e 2 tribos carnavalescas, enquanto em Vitória são 14 escolas de samba.

A infraestrutura disponível para a realização dos desfiles também varia de um RM para outra. No Rio de Janeiro, desfilam no sambódromo as 12 escolas de samba do grupo especial (domingo e segunda-feira) e as 17 do grupo de acesso (sexta e sábado), além das 16 escolas de samba mirins (terça-feira). As demais escolas de samba realizam seus desfiles atualmente na Avenida Intendente Magalhães, na Zona Norte da Cidade. Foram decididas mudanças no cronograma de desfiles para 2015, com o desfile do Grupo

B acontecendo em dois dias (o domingo e segunda de Carnaval), coincidindo com o grupo especial; além da mudança do Grupo C para a terça-feira, do Grupo D para a sexta-feira anterior ao Carnaval, e ainda a volta do grupo E, como um grupo de avaliação.

Em São Paulo, desfilam no sambódromo as 14 escolas de samba do grupo especial (sexta e sábado), as 8 do grupo de acesso (domingo) e 12 escolas do grupo I (segunda). As demais escolas tem seu local de desfile definido pela UESP.

Em Porto Alegre, todos os três grupos (especial, A e acesso) e as duas tribos carnavalescas desfilam no Complexo do Porto Seco. As escolas do grupo especial desfilam sexta e sábado.

Em Vitória, as escolas do grupo especial B desfilam sexta-feira, enquanto as do

grupo especial A se apresentam no sábado. O Carnaval de Vitória ocorre, em geral, uma semana antes do Carnaval oficial e os desfiles acontecem em um complexo conhecido como Sambão do Povo.

Em Florianópolis, cinco escolas de samba compõem o grupo especial e seis o de acesso, além dos blocos de enredo. Os três grupos desfilam na passarela conhecida como Nego Quirido. Os desfiles acontecem sexta-feira (acesso), sábado (grupo especial) e domingo (blocos de enredo). Em Manaus, nove escolas de samba compõem o grupo especial, seis o de acesso A, cinco o de acesso B e cinco o de acesso C. Os grupos desfilam no Centro de Convenções de Manaus (Sambódromo). Em Macapá, seis escolas compõem o grupo especial e quatro

escolas o grupo de acesso, desfilando no sambódromo local.

As dimensões dos desfiles variam de uma Região Metropolitana para outra e entre os grupos em uma mesma RM.

No Rio de Janeiro, as escolas de samba do grupo especial desfilam com um número de componentes que varia entre 2500 e 4000 (de acordo com regulamento da LIESA)⁶. Da mesma forma, o número

de alegorias varia entre cinco e sete⁷. É cada vez mais frequente a utilização de pequenas estruturas, denominadas genericamente de tripés, em detrimento de alegorias, fazendo com que a média

O Carnaval das escolas de samba em diferentes regiões metropolitanas

Cidade ou Região Metropolitana	Grupos	Número de Escolas ²	Local de desfile	Média de Componentes por escola	Média de Alegorias por escola	Associação de representação
Rio de Janeiro ¹	Grupo Especial	12	Sambódromo	3680	7	LIESA
	Grupo de Acesso A	17	Sambódromo	2400	4	LIERJ
	Grupo B	21	Est. Intendente Magalhães	1500	4	AESCRJ
	Grupo C	12	Est. Intendente Magalhães	1000	3	AESCRJ
	Grupo D	12	Est. Intendente Magalhães	1000	3	AESCRJ
	Grupo E	4	Est. Intendente Magalhães	1000	3	AESCRJ
	Escolas Mirins	16	Sambódromo	n.d.	n.d.	AESM-Rio /LIESM
São Paulo	Grupo Especial	14	Anhembi	Mínimo de 2500	5	LigaSP
	Grupo de Acesso	8	Anhembi	Mínimo de 2500	5	LigaSP
	Grupo I	12	Anhembi	n.d.	n.d.	UESP
	Grupo II	13	Diversos	n.d.	n.d.	UESP
	Grupo III	14	Diversos	n.d.	n.d.	UESP
	Grupo IV	8	Diversos	n.d.	n.d.	UESP
	Blocos Especiais	13	Diversos	n.d.	n.d.	UESP
Porto Alegre	Grupo Especial	10	Porto Seco	1600	4	LIESPA
	Grupo A	7	Porto Seco	1000	3	AECPARS
	Grupo de Acesso	7	Porto Seco	750	3	AECPARS
	Tribos Carnavalescas	2	Porto Seco	n.d.	3	AECPARS
Vitória-ES	Grupo Especial A	5	Sambão do Povo	1650	4	LIESES
	Grupo Especial B	5	Sambão do Povo	1650	4	LIESES
	Grupo de Acesso	4	Sambão do Povo	725	3	LIESES
Florianópolis	Grupo Especial	5	Passarela Nego Quirido	n.d.	n.d.	LIESF
	Grupo de acesso	6	Passarela Nego Quirido	n.d.	n.d.	LIESF
	Blocos de Enredo		Passarela Nego Quirido	n.d.	n.d.	LIESF
Manaus	Grupo Especial	9	Centro de Convenções de Manaus (Sambódromo)	n.d.	n.d.	AGEESMA
	Grupo de acesso A	6	Centro de Convenções de Manaus (Sambódromo)	n.d.	n.d.	LIESGA
	Grupo de acesso B	5	Centro de Convenções de Manaus (Sambódromo)	n.d.	n.d.	LIESGA
	Grupo de acesso C	5	Centro de Convenções de Manaus (Sambódromo)	n.d.	n.d.	LIESGA
Macapá	Grupo Especial	6	Sambódromo	3000	4	LIESAP
	Grupo de Acesso	4	Sambódromo	1600	4	LIESAP

Fonte: Elaboração Própria 1. Fonte: <http://www.apoteose.com> 2. De acordo com o desfile no Carnaval de 2014

de alegorias por escola do grupo especial no Carnaval de 2014 tenha sido de sete. As escolas do grupo de acesso A do Rio de Janeiro desfilam com uma média de 2400 integrantes e entre duas e quatro alegorias, podendo uma delas ser acoplada⁸.

Uma observação a ser feita é de que no ano de 2014 foi vetado o uso de tripés pelas escolas do grupo de acesso A. As escolas do grupo B se apresentam, em média, com 1500 integrantes e quatro alegorias. Os dados para os demais grupos são apresentados no quadro 1 a seguir. Cabe ressaltar que alegorias não constituem uma unidade homogênea, uma vez que alegorias dos grupos que dispõem de maior orçamento podem possuir dimensões superiores (tendo as suas dimensões limítrofes especificadas nos respectivos regulamentos) e um custo que é um múltiplo daquele incidente em outros grupos. Esta questão será aprofundada abaixo, quando da discussão dos custos de produção do Carnaval.

No caso do Carnaval de São Paulo, as escolas de samba do grupo especial desfilam com um número mínimo de componentes determinado pelo regulamento da LigaSP, sendo este de 2500 componentes e não existindo um limite máximo. O número de alegorias também é determinado em cinco unidades⁹.

Em Porto Alegre, as escolas de samba do grupo especial desfilam com um número de componentes médio de 1600 e apresentam de quatro a cinco alegorias. As agremiações dos grupos especiais A e B de Vitória desfilam em média com 1650 integrantes e quatro conjuntos alegóricos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARAÚJO, P. Q. Escolas de samba e relações de trabalho: entre a passarela e o barracão. IN: EARP, F. S. (Orgs.) *Pão e circo: fronteiras e perspectivas*

da economia do entretenimento. Rio de Janeiro: Palavra e Imagem, 2002. p. 165-207.

BARROS, P. *Sem segredo: estratégias, inovação e criatividade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Sistema de informações e indicadores culturais 2003. *Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica*, Rio de Janeiro, n. 18, 2006.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Pesquisa de informações básicas municipais: perfil dos municípios brasileiros*. Cultura. Rio de Janeiro, 2007a.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Sistema de informações e indicadores culturais 2003-2005. *Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica*, Rio de Janeiro, n. 22, 2007b.

CAVALCANTI, M. L. V. *Carnaval carioca: dos bastidores ao desfile*. Rio de Janeiro: Funarte; UFRJ, 1995. 240p.

COMISSÃO EUROPEIA. *Unlocking the potential of cultural and creative industries*. Green Paper. Bruxelas, 2010.

FAPERJ; COPPE/UFRJ. *Economia da cultura: a força da indústria cultural no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: E-papers, 2002. 176 p

FERREIRA, F. O *livro de ouro do carnaval brasileiro*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

FIRJAN. Estudos para o Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. *A Cadeia da Indústria Criativa no Brasil*, n. 2, 2008. Disponível em: <http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CE9215B0DC40121685C72026F2E.htm>.

FURTADO, C. *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998. 83 p.

GIL, G. *Conferência do ministro da Cultura na Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)*, Rio de Janeiro, 29 set. 2004. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/corpo.php>. Acesso em: 15 out. 2004.

LESSA, C.; AGUINAGA, R. O carnaval carioca: uma reestimativa do emprego e renda relacionados ao espetáculo. In: EARP, F. S. (Orgs.) *Pão e circo: fronteiras e perspectivas da economia do entretenimento*. Rio de Janeiro: Palavra e Imagem, 2002.

LIGA INDEPENDENTE DAS ESCOLAS DE SAMBA DO RIO – LIESA. *Cidade do Samba*. Disponível em: http://liesa.globo.com/2007/por/20-cidadedosamba/ocupacao/ocupacao_principal.htm. Acesso em: 2 out. 2007.

LINS, C. P. C. *Indicadores culturais, possibilidades e limites: as bases de dados do IBGE*. Ministério da Cultura, 2006. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/10/edc_cristinapereira_1148588640.pdf. Acesso em: 21 jan. 2011.

MATOS, M. P. *O sistema produtivo e inovativo local do carnaval carioca*. Dissertação (mestrado em Economia). Niterói: Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Economia, 2007.

MATOS, M. P.; BRITTO, J. N. P. Construção de competências, sustentabilidade e competitividade no Sistema Produtivo do Carnaval Carioca. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 4, maio 2014.

MEDINA, R. A indústria de espetáculos. In: FAPERJ; COPPE/UFRJ. *Economia da cultura: a força da indústria cultural no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: E-papers, 2002. 176p.

MESQUITA, N. S. C. *Inserção das micro e pequenas empresas na cadeia produtiva da economia do carnaval*. Projeto final para obtenção do grau de especialista em gestão do conhecimento e inteligência. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2006.

NATALE, E.; OLIVIERI, C. *Guia de Produção Cultural Brasileiro 2004*. São Paulo: Zê do Livro, 2004.

PEGADO, I. A. S. *A evolução do carnaval carioca: a festa popular que virou produto*. UFPA, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE VITÓRIA. *Plano de apoio ao desfile das escolas de samba do carnaval capixaba*. Vitória-ES: PMV, 2009.

PRESTES FILHO, L. C. (Coord.) *Cadeia produtiva da economia do carnaval*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

QUARTESAN et al. *Cultural Industries in LAC: Challenges and Opportunities*. IADB, 2007.

SOARES, C. *Relatório de Gestão de Fantasia Carnaval 2013*. GRES Acadêmicos do Grande Rio. Rio de Janeiro, 2014.

SOARES, C.; PRESTES FILHO, L. C. *Plano Estratégico da Escola de Carnaval*. Rio de Janeiro, 2013.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT – UNCTAD. *Creative economy: repost 2010*. 2010. Disponível em: http://www.unctad.org/en/docs/ditctab20103_en.pdf. Acesso em: 13 mar. 2011.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION – UNESCO. *Study on international flows of cultural goods, 1980-98*. Paris: UNESCO, 2000.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION – UNESCO. *The 2009 UNESCO framework for cultural statistics (FCS)*. Information document. 2009. Disponível em: http://www.culturalpolicies.net/web/files/134/en/FCS_2009.doc. Acesso em: 16 dez. 2010.

NOTAS

1. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/02/economia-do-carnaval>
2. Por emprego temporário, entende-se aquele que deve ter duração máxima de três meses, com direito a prorrogação de igual período com contrato firmado entre o trabalhador e uma empresa do setor devidamente autorizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.
3. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/emprego/carnaval-tera-menos-trabalhadores-temporarios-mas-salarios-serao-maiores-aponta-estudo-da-cnc-11626975>
4. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/im-prensa/exibeconteudo?article-id=1444517>
5. Disponível em <http://www.abeoc.org.br/2013/01/abih-rj-divulga-primeira-previa-sobre-ocupacao-do-carnaval-2013/>
6. Disponível em: <http://liesa.globo.com/2015/material/carnaval14/regulamento/Regulamento%20Carnaval%202014%20-%20LIVRO%20-%20miolo.pdf>
7. Até o Carnaval de 2014 o número de alegorias permitido era de oito. Em revisão do regulamento válido para o Carnaval de 2015, a LIESA reduziu o número máximo de alegorias para sete, podendo apenas o abre-alas ser acoplado. A quantidade de tripés também foi reduzida de seis para três.
8. Disponível em: <http://marquesdafolia.com/2013/10/11/lierj-apresenta-novidades-no-regulamento-do-carnaval-2014/>
- 9 Disponível em: <http://www.ligasp.com.br/wp-content/uploads/2013/10/REGULAMENTO+2014+ESPECIAL+E+ACESSO-3.pdf>

Camila Soares

Pesquisadora e presidente do
Grêmio Recreativo Cultural Escola
de Samba Mirim Pimpolhos da Grande Rio.

Marcelo Matos

Professor do Instituto de Economia da UFRJ
e pesquisador da Rede de Pesquisa
em Sistemas e Arranjos Produtivos
e Inovativos Locais (RedeSist - IE/UFRJ)

Equipe

Marcelo G. P. Matos (UFRJ e RedeSist)
Camila Soares (G.R.E.S. Acadêmicos do
Grande Rio e a Escola de Samba Mirim
Pimpolhos da Grande Rio)
Célia Domingues (Associação de Mulheres
Empreendedoras do Brasil – AMEBRAS)
José Eduardo Cassiolato (UFRJ e RedeSist)



O Nosso Armazém funciona no coração do Catete, especializado em produtos naturais com agradável aroma de especiarias e ervas.

Oferece também produtos orgânicos, veganos, diet, light, vinhos e um aconchegante espaço para degustação de café, chocolate com bolos caseiros, tapiocas e salgados, vinhos e cervejas artesanais.

Espaço agradável e acolhedor, para bons papos e encontros.

É um lugar que merece ser descoberto e redescoberto várias vezes.

Nosso Armazém

Rua: Artur Bernardes 14 Loja C

Catete - Rio de Janeiro

Tel.:(21) 2225.1927

O complexo ofício de um diretor de barracão

Fabio França

Imagine a rotina de quem lidera, diariamente, uma equipe com quase 200 pessoas dos mais diversos hábitos culturais. O lugar é feito uma panela de pressão na qual o cozinheiro precisa colocar os ingredientes na medida certa e, muitas vezes, com pouca estrutura e recursos. A cada dia, fica sob sua responsabilidade a solução dos mais variados problemas. Assim trabalha o diretor de barracão, que tem uma das funções mais importantes na realização do Carnaval, transitando da pré-produção até a pós-produção.

Alguns leitores podem estranhar este termo, “produção”. Mas, sim, o diretor de barracão deve ser tratado como um produtor, pois suas atribuições equivalem ou superam, pela complexidade da função, a de um profissional do *show business* da Broadway ou dos famosos eventos dos Cassinos de Las Vegas. Esse produtor consegue pôr em cena o maior espetáculo da Terra, o Carnaval carioca.

Para que toda essa magia aconteça, é necessário ter nas mãos as ferramentas que fazem as engrenagens funcionarem direito. O diretor de barracão tem que ter uma equipe alinhada em todos os processos, e a liderança precisa pulsar

em suas veias. Ele é a referência de tudo e todos. Mas, afinal, o diretor de barracão é um profissional generalista ou especialista? A resposta foi gerada com base em entrevistas a alguns diretores de barracão do grupo especial e do de acesso do Carnaval carioca. Esses profissionais começam a carreira como especialistas – são projetistas, arquitetos, aderecistas, administradores, ferreiros, entre outros. Porém, o mercado exige maior flexibilidade e capacidade em lidar com diferentes tipos de função e de ambiente, exigindo um conhecimento mais profundo. É um misto de várias ocupações, na qual o profissional precisa ter conhecimentos de gestão financeira, de pessoas, operacional e, principalmente, gestão de conflitos.

PLANEJAR PARA DESENVOLVER

É necessário que o acompanhamento das tarefas seja diário e efetivo. Claro que é impossível estar em todos os lugares ao mesmo tempo. O planejamento se faz imprescindível para colocar as peças nos devidos lugares. Esse produtor precisa trabalhar em consonância com a agremiação, junto ao presidente para encontrar a melhor maneira de desenvol-

ver um projeto administrativo. Quando, quanto e de que forma será o processo de produção do Carnaval? Essas perguntas provocativas pedem uma resposta sincera da Diretoria Executiva da agremiação, zelando muitas vezes pela austeridade na gestão financeira da escola.

O diretor de barracão não interfere artisticamente, pois sua função é técnica, mesmo assim, sem a precisão das suas informações é impossível o carnavalesco e sua equipe de criação começarem qualquer esboço artístico do projeto. Sua visão deve ser ampla e abrangente sob todas as etapas do processo da produção, para que o resultado seja satisfatório. Pensar, por exemplo, que o tamanho da alegoria pode lhe trazer problemas na saída do galpão, no trajeto para a avenida e no desfile da escola. Ter esta preocupação com o final do projeto antes que ele inicie é primordial.

Normalmente, ele é o primeiro a chegar e o último a sair. Faltando três meses para o Carnaval, deixa sua família e vai se dedicar exclusivamente ao ofício. Nas poucas horas de descanso, o sofá do escritório passa a ser sua cama, sua vida se mistura com o trabalho a toda hora.

Há relatos, inclusive, de casamentos desfeitos pelas ausências.

RENASCER DAS CINZAS

O trabalho desse produtor não acaba no final do desfile. Sua equipe tem um papel fundamental na pós-produção, na qual o diretor de barracão desmancha todas as alegorias do último Carnaval, retirando todos os adereços e esculturas, liberando-os para doações, reaproveitamento ou venda para agremiações de outros grupos ou estados. Enquanto acontece esse desmanche, a mesma equipe já está pensando no próximo Carnaval, seja no aproveitamento estrutural das alegorias, no descarte de algumas peças e na organização estrutural do prédio.

Esta etapa é extremamente importante para a agremiação, por isso não se pode contratar qualquer profissional para fazê-lo e, consequentemente, diminuir os custos. Os profissionais tem que ser de preferência os mesmos que trabalham na escola e estarão produzindo o próximo Carnaval. Eles conhecem o material, a estrutura do carro e sabem como aproveitar certos materiais e economizando para a administração. O aderecista irá retirar o adereço, o carpinteiro recortará as peças em madeira e, por fim, o ferreiro estará cortando as estruturas metálicas desnecessárias para o próximo projeto.

Aliás, tudo começa com o ferreiro e termina com ele. Para uma alegoria ser projetada, esse profissional, com o diretor de barracão, assume a responsabilidade dos cálculos e medidas e entrega ao carnavalesco e ao projetista. Costuma-se falar que a ferragem é o braço direito da direção de barracão. É a ferragem que dará suporte na montagem, no deslocamento para o desfile, na concentração das alegorias e o mais complexo, a dispersão, onde todos os carros alegóricos devem ser desmontados, peças desencaixadas, esculturas retiradas

após a linha final de desfile. Um erro pode levar a agremiação a ser penalizada, pois tudo é cronometrado. Além disso, uma irregularidade pode atrapalhar uma coirmã que desfilará depois.

Se o ferreiro é o braço direito do diretor de barracão a equipe de serviços gerais são os olhos, já que são primordiais para o bom andamento do trabalho. Esses profissionais são responsáveis pela organização de todas as dependências do barracão. Mais: estão em todas as etapas do processo. A seleção dessa equipe deve ser feita com muita atenção, pois cada membro deve ser de confiança e estar

Sem a precisão das informações do diretor de barracão é impossível o carnavalesco e sua equipe de criação começarem qualquer esboço artístico do projeto.

aberto ao aprendizado. São eles que ajudarão a montar a escola na Avenida e, por isso mesmo, uma parcela do resultado estará em suas mãos.

EQUIPE ESCOLHIDA A DEDO

O diretor de barracão tem aproximadamente nove meses para qualificar essa equipe. Depois de terminado o desmanche, de os carpinteiros retirarem as madeiras que não serão reaproveitadas e os ferreiros cortarem algumas estruturas metálicas, é hora da organização geral do barracão. Nosso diretor incorpora o sín-

dico para toda organização do ambiente. É necessário um ambiente limpo para trazer um impacto positivo e eficaz para a saúde dos colaboradores, melhorando os índices de produtividade. É feita uma completa faxina, retirando todo o lixo e organizando a sobra dos materiais do último Carnaval nos seus devidos almoxarifados. Assim, deixa-se a casa pronta para o início da produção, o ambiente digno para receber os profissionais.

Conforme o carnavalesco desenvolve o projeto de Carnaval, os profissionais são chamados para conhecerem as especificidades de sua participação nesse contexto. O diretor de barracão precisa estar presente neste encontro por ser um momento de esclarecimento e troca de informações e saberes para soluções de inúmeros problemas. Poucos carnavalescos reúnem sua equipe técnica de trabalho para uma reunião de apresentação e desenvolvimento do projeto. A discussão pode ser proveitosa em relação à troca de experiências, boas alternativas podem vir de uma simples conjectura. Neste espaço, todos são criadores e criaturas, e a participação efetiva da equipe, seu entrosamento e as respostas rápidas nas tomadas de decisão são de grande valia, sob a mediação do diretor de barracão.

Existe uma divergência no pensamento e nas atitudes de alguns dirigentes com os seus diretores de barracão correspondentes. Nem todos estão preocupados com o processo, miram logo o resultado final, como se tudo acontecesse num toque de magia. Um processo mal organizado e a falta de um planejamento e de avaliações periódicas podem ser frustrantes. Não se pode agarrar apenas na forma e na estética. Como, onde e quem devem ser indagações permanentes, ou seja, é extremamente necessário o retorno da Diretoria Executiva para as questões do gerente operacional, o diretor

de barracão. Ele é quem está na linha de frente. Para ele não existe zona de conforto. Desenvolver um trabalho de forma apropriada amplia significativamente a probabilidade de se obter um resultado satisfatório, fazendo com que a busca pela qualidade tanto na execução como no resultado deva ser permanente.

Num ambiente tão complexo como um barracão de escola de samba, estar junto, fazer junto e fazer o acompanhamento direto traz resultados positivos. O produtor passa a ter a equipe nas mãos, fazendo com que seu liderado perceba que não está lidando apenas com um chefe, e sim com um líder que faz com que sua equipe contribua para o sucesso de cada tarefa designada. Um estereótipo que normalmente atrapalha o fluxo do trabalho no barracão é o de que a escola de samba é “a fábrica da ilusão” ou “a fábrica dos sonhos”. Essa ideia é introduzida por alguns profissionais e acaba dificultando o modo como os trabalhadores se relacionam com o espaço. Claro que não queremos que todos realizem o seu ofício de maneira sisuda, mas o colaborador precisa perceber seu ambiente de trabalho como uma empresa. Ter orgulho dos seus resultados, de suas obras, de seu ofício, mas não esquecer que o Carnaval é um megaevento e deve ser encarado com esta mesma grandeza. Assim, se a agremiação também valoriza sua mão de obra, o resultado vem a reboque.

Nesse contexto, os artesãos são seu maior patrimônio. Uma relação sincera e honesta é a chave para que o artesão compreenda todos os percalços da escola de samba. Afinal, ele quer ver sua obra na Avenida. Se desde o início do processo a relação for transparente, as duas partes não sofrerão. Quanto ao dinheiro envolvido, existe a diferença do pagar mal e do pagar pouco. Não se pode querer pagar além do que foi programado,

existe uma responsabilidade. Também não adianta agendar numa data que a escola não fará o desembolso financeiro. Fazer com que o profissional gere uma expectativa falsa de pagamento é cruel e esta relação poderá se tornar amarga demais e desgastante. A má fé nunca será o melhor caminho e poderá se tornar um conflito para o diretor de barracão.

BOA VIZINHANÇA

O produtor precisa conhecer seus pares, compartilhar informações com os outros diretores de barracão das coirmãs. É pre-

*Um processo mal
organizado e a falta de um
planejamento e de avaliações
periódicas podem ser
frustrantes.*

ciso ter um bom relacionamento com os seus colegas, pois como diz um provérbio antigo, “os vizinhos são os parentes mais próximos”. Um dá suporte ao outro, a falta de um determinado material é emprestado imediatamente, como se fosse um vizinho emprestando o açúcar. Esta colaboração não cessa nos barracões de alegorias, um esforço de todos para a manutenção do espetáculo, um ajuda o outro também na concentração para o desfile. A disputa só se faz presente quando a sirene toca e a escola entra na Avenida.

A sensação do dever cumprido é quando, sob sua responsabilidade, a equipe de motoristas e guias começa a retirar as alegorias do barracão para seguirem em comboio. Um descuido qualquer pode colocar meses de trabalho por água abaixo. Como um maestro, o diretor de barracão organizadamente coloca cada um de sua equipe nos seus devidos lugares, o comboio dependendo da complexidade da operação pode levar a madrugada toda para fazer o traslado. O cuidado é eminente, nada pode quebrar durante o percurso, as medidas são testadas quando as alegorias fazem curva e passam por obstáculos urbanos como árvores, postes e semáforos. Chegando à concentração, é o momento de montar as alegorias, colocar as esculturas nos lugares certos, encaixar as peças com destreza. Depois de todas as alegorias montadas, são entregues sob a responsabilidade da Direção de Carnaval. E o trabalho do diretor de barracão não para por aí: é preciso ficar em alerta para qualquer contratempo. Toda sua equipe é direcionada para a dispersão, onde as alegorias fazem o retorno para o barracão.

Desfile feito, mais um sonho atravessou a Avenida: meses de trabalho para serem apreciados em 82 minutos. Quando a última alegoria entra no Barracão, todo o processo de produção passa pela cabeça como um filme, que desencadeia sorrisos, lágrimas, momentos de catarse, um misto de sentimentos. Independente do resultado na Quarta-feira de Cinzas, a equipe sente que cumpriu o dever. Se o resultado for satisfatório e a agremiação estiver entre as seis melhores colocadas para retornar no sábado das campeãs, sua equipe tem menos de dois dias para preparar a agremiação dignamente para o novo desfile. É sinal de que todo o esforço valeu a pena.

Resenha do livro

“Intraempreendedorismo e Inovação”

Carlos Di Giorgio
Antônio Pinot

O livro *Intraempreendedorismo e Inovação*, organizado pelos autores Renato Regazzi, Marcia Bontorim e Cezar Kirzenblatt em parceria com outros 13 coautores e editado pelo Sebrae/RJ, é um exemplo do que pode ser feito pelos colaboradores de um projeto ou empresa em benefício de uma organização e sua missão. Esta publicação preenche uma lacuna de conhecimentos necessários e há muito sentida para o sucesso das organizações.

Sabe-se que o desafio do empreendedorismo exige pessoas qualificadas o suficiente para fazer frente à revolução que vem ocorrendo no mundo dos negócios. Profissionais capacitados podem contribuir para reduzir os riscos de se empreender no Brasil, devido às enormes barreiras no ambiente de negócio. Os conhecimentos proporcionados pelos autores deste livro poderão ajudar as organizações brasileiras, sejam de grande, médio ou pequeno porte, a trilhar o caminho do intraempreendedorismo junto a seus colaboradores de forma criativa e exitosa.

Relevante observar que a importância dos fatores que fazem parte do universo do empreendedor, também pode ser aplicado aos colaboradores de uma organização ou gestores de projetos. Neste sentido, o indivíduo que empreende em um negócio de terceiros pratica o intraempreendedorismo. Ou seja, apre-

senta as características necessárias para o sucesso de um negócio, organização ou projeto, trabalhando como um colaborador que agrega valor ao sistema econômico e social.

Um dos grandes desafios para uma organização ou para um empreendimento obter sucesso, de forma sustentável, é o desenvolvimento do perfil empreendedor



Intraempreendedorismo e inovação: uma abordagem especial

Renato Regazzi, Marcia Bontorim e
Cezar Kirzenblatt (organizadores)
Rio de Janeiro: Sebrae/RJ, 2015.

de seus colaboradores. Para que isso aconteça, mudanças devem ser realizadas para construir um ambiente favorável e uma cultura organizacional que estimule a prática do intraempreendedorismo. Isso pode ser possível através da redução da burocracia organizacional, da mudança na política salarial, incentivos, reconhecimento e recompensas aos colaboradores. Significa criar um ambiente

de “empoderamento”, de sentimento de pertencimento, no qual os funcionários se sintam “donos” da empresa e desejem o crescimento da organização.

Para se empreender eficientemente, necessário um bom ambiente de negócios ou, no caso do intraempreendedor, um bom ambiente organizacional que seja saudável e estimulante, irrigando o território da emoção de seus colaboradores, consolidando sua autoestima e autoimagem, possibilitando, desta forma, que sejam inovadores, criativos, apaixonados pelo que fazem, capazes de transformar ideias em inovação e implementá-las eficientemente, em prol da organização.

Parabéns, aos organizadores e aos demais coautores pelo sucesso desta importante publicação que tem o potencial de ajudar muitas empresas e pessoas que desejam navegar no universo sinuoso do empreendedorismo no Brasil.

Carlos Di Giorgio

Presidente do Sindicato da Indústria Gráfica do Estado do Rio de Janeiro (Sigraf-RJ), vice-presidente da Associação Brasileira das Indústrias Gráficas (Abigraf) e vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan)

Antônio Pinot

Secretário de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social de Alagoas (SEADS-AL)

Abstracts

Informações e indicadores a serviço da gestão ***Information and indicators at the service of management***

The article presents considerations on the use of information and indicators as a tool for management, based on the experience of proposition and application of statistical methods. The text points out positive aspects and features reflections on the use of quantitative information, the application of statistical methods and weights on reading the results. Por uma folia sustentável e economicamente reconhecida: políticas para o sistema de produção e inovação do Carnaval

A partir da análise da pesquisa Política de Inovação para o Carnaval das Escolas de Samba, realizada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, foram pensadas proposições de políticas voltadas para as agremiações carnavalescas. O objetivo é a sustentabilidade dessas organizações assim como o reconhecimento do Carnaval como um importante propulsor de um sistema produtivo, complexo e extremamente inovador.

Futuro Araras: soluções coletivas para problemas coletivos ***Future Araras: collective solutions to collective problems***

From the identification of an environmental degradation framework in the town of Vista Alegre – in Araras, Petropolis district of the mountainous region of Rio de Janeiro – was developed, together with the community, the project Future Araras. The goal is to contribute to the solution of the most critical problems of the locality, that is, for a course correction that allows the dismantling of future disasters and tragedies – social, economic, cultural and environmental.

O futuro promissor do Largo da Petúnia ***The promising future of Largo da Petunia***

The Catete neighborhood, in the South Zone of Rio de Janeiro, holds a dense story that tells us a lot about even before the city's founding. Member of the river basin Carioca, it has hosted for decades the seat of the federal government, the Catete Palace. However, it failed to renew itself, being dubbed “the outskirts of the South Zone” even with a population that is mostly middle class and upper middle class. In order to identify the potential of the district, a survey was carried out with residents and merchants of the region, having Largo da Petunia as the investigative cutout, location that has been out of focus of public and private policies. The initiative, deployed in a seminar and a discussion forum, intends to add new actions together with residents and local business owners

Por uma folia sustentável e economicamente reconhecida: políticas para o sistema de produção e inovação do Carnaval ***For a sustainable and economically recognized revelry: policies for the Carnival production and innovation system***

From the analysis of research project “Política de Inovação para o Carnaval das Escolas de Samba” (Innovation Policy for the Samba Schools Carnival), held by the Ministry of Science, Technology and Innovation, policy proposals were designed for the Carnival groups. The goal is the sustainability of these organizations as well as the recognition of Carnaval as an important driver of a complex and extremely innovative production system.

INTELIGÊNCIA EMPRESARIAL

NÚMERO 38 2016 ISSN 1517-3860

Publicação do CRIE – Centro de Referência em Inteligência Empresarial da Coppe/UFRJ

Editor

Marcos do Couto Bezerra Cavalcanti
Crie/Coppe/UFRJ

Conselho Editorial

André de Faria Pereira Neto – Fiocruz
Anne-Marie Maculan – PEP/Coppe/UFRJ
Claudio D'Ipolito – Neict/UFF
Eduardo Costa – DCC/UFGM
Gilson Schwartz – ECA/USP
Guilherme Ari Plonski – FEA/USP
Helena Lastres – RedeSist/IE/UFRJ
Ivan da Costa Marques – NCE/UFRJ
Lia Hasenclever – IE/UFRJ
Raquel Borba Balceiro – Gestão do Conhecimento/Petrobras
Renata Lebre La Rovere – IE/UFRJ
Rogério Valle – Sage/Coppe/UFRJ
Sarita Albagli – Ibict
Silvio Meira – CIn/UFPE e C.E.S.A.R

Coordenação editorial

Luiz Carlos Prestes Filho

Edição de textos

Vivi Fernandes de Lima

Revisão de textos

Helô Castro

Diagramação e figuras

Michelly Batista

Foto de capa

Avelino de Paula

Impressão

Gráfica J. DiGiorgio

Tiragem

1.500 exemplares

© CRIE/E-papers, 2016. É proibida a reprodução ou transmissão desta obra, ou parte dela, por qualquer meio, sem a prévia autorização dos editores. Impresso no Brasil.

Editoração

E-papers Serviços Editoriais
<http://www.e-papers.com.br>
tel (21) 2273-0138

